



Informe MERCOSUL N° 16

Segundo semestre 2010

Primeiro semestre 2011

**Setor de Integração e
Comércio (INT)**

**Instituto para a Integração da
América Latina e do Caribe
(INTAL)**

**Banco
Interamericano de
Desenvolvimento**

INT e INTAL

NOTAS TÉCNICAS

IDB-TN 373

Fevereiro 2012



informe 16 MERCOSUL

Período
Segundo semestre 2010
Primeiro semestre 2011



BID

Setor de Integração e Comércio
Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe

Informe MERCOSUL N° 16

**Segundo semestre 2010
Primeiro semestre 2011**

**Setor de Integração e Comércio (INT)
Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe
(INTAL)**



Banco Interamericano de Desenvolvimento

2012

Banco Interamericano de Desenvolvimento

Setor de Integração e Comércio

Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe - BID-INTAL

Esmeralda 130, andáres 11 e 16 C1035ABD, Buenos Aires, República Argentina

Tel: (54 11) 4323-2350 Fax: (54 11) 4323-2365

E-mail: pubintal@iadb.org <http://www.iadb.org/intal>

As "Notas Técnicas" compreendem uma ampla gama de melhores práticas, avaliações de projetos, lições aprendidas, estudos de caso, notas metodológicas e outros documentos de caráter técnico, que não são documentos oficiais do Banco. Os pontos de vista e opiniões expressados neste documento são de exclusiva responsabilidade e seus autores e não refletem necessariamente os pontos de vista do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de sua Diretoria Executiva nem dos países que representa.

Impresso na Argentina

Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe - BID-INTAL

Informe MERCOSUL N° 16

1ª ed. - Buenos Aires: BID-INTAL. Fevereiro 2012.

208 p.; 28 x 21 cm. (Informes Subregionais de Integração)

ISBN: 978-950-738-300-7

1. Desarrollo Económico. 2. Mercosur. I. Filippa, Susana, coord. II. Carciofi, Ricardo, dir.
CDD 338.9

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Susana Filippa
EDIÇÃO: Julieta S. Tarquini

APRESENTAÇÃO

Desde 1996 em sucessivas edições anuais, o *Informe MERCOSUL* vem acompanhando os aspectos mais importantes do desenvolvimento econômico e comercial desta entidade regional, criada pelo Tratado de Assunção, de 1991. O trabalho aqui apresentado se inscreve em um âmbito mais amplo das atividades realizadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e se destina a examinar e fortalecer os processos de integração regional e multilateral da América Latina e do Caribe.

O objetivo a que o BID-INTAL se propõe com a publicação desta série de periodicidade anual é observar e analisar a evolução econômica do MERCOSUL durante os meses cobertos pelo trabalho. A seleção de assuntos e enfoques foi realizada tomando em consideração um amplo e variado público-alvo -o meio acadêmico, o setor público, o setor privado e a sociedade civil em geral- que ao longo de todos estes anos tem demonstrado interesse por esta publicação.

Este Informe Nº 16 abrange o período compreendido entre o segundo semestre de 2010 e o primeiro semestre de 2011. Os Capítulos I e II foram elaborados por Romina Gayá e Kathia Michalczewsky com a participação de Alejandro Ramos e Rosario Campos. A versão inicial dos Capítulos III, IV e V foi elaborada por uma equipe de economistas liderada por Ricardo Rozemberg e integrada por Alejo Espora, Celina Pena e Inés Butler. O Setor de Integração e Comércio (INT) do BID, gerenciado por Antoni Estevadeordal, também colaborou no projeto e conteúdos do trabalho. A coordenação e edição do relatório final estiveram a cargo de Ricardo Carciofi e Alejandro Ramos, respectivamente Diretor e Economista Sênior de Integração do INTAL que receberam a colaboração de Kathia Michalczewsky e Rosario Campos.

Assim como nas edições anteriores, sobre as quais os leitores enviaram valiosos comentários e sugestões, se reitera o convite a que enviem suas opiniões escrevendo para pubintal@iadb.org, sua colaboração permitirá melhorar o alcance e conteúdo deste trabalho.

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS

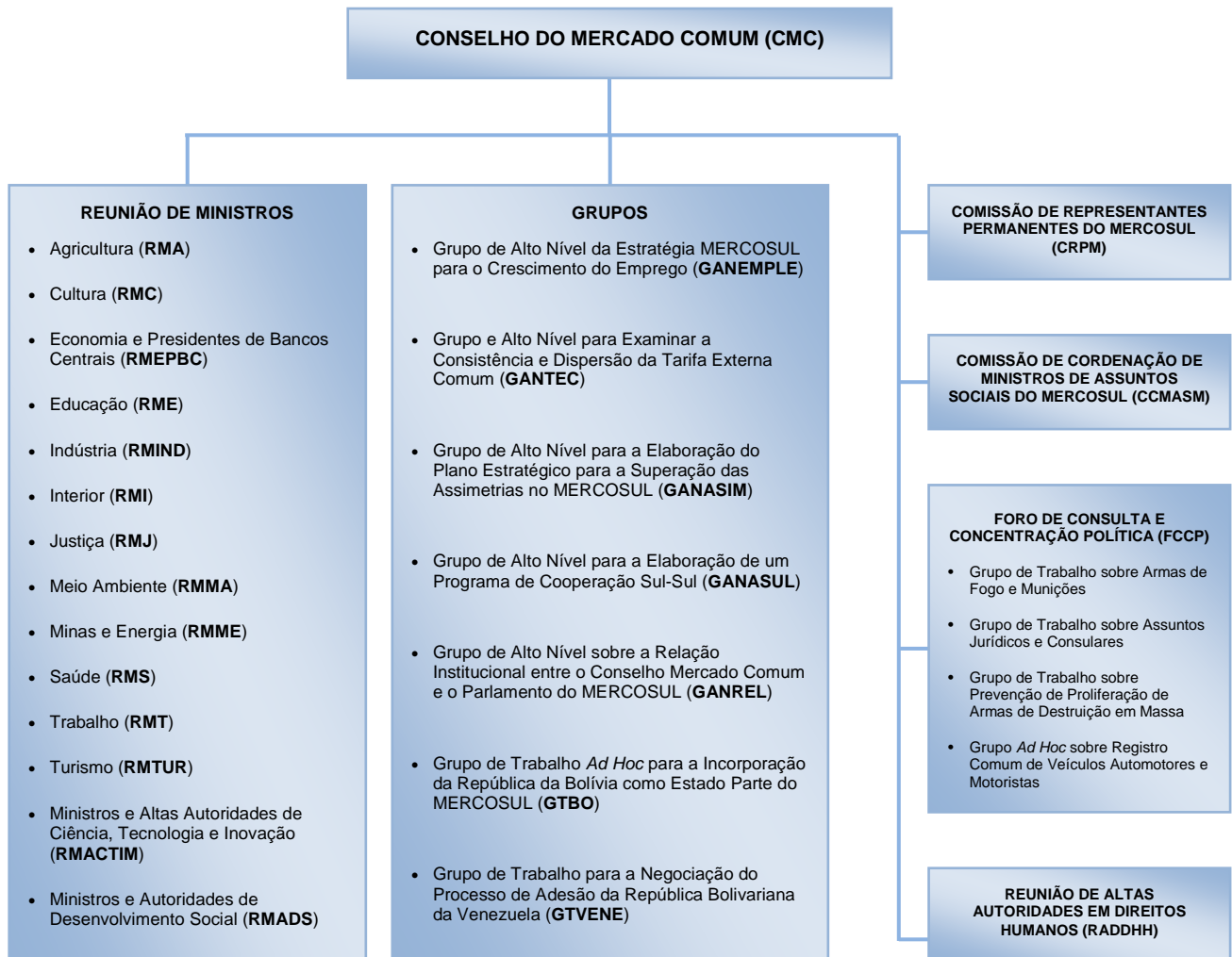
a.a.	Anual acumulativo
ACARA	<i>Asociación de Concesionarios de Automotores de la República Argentina</i>
ACE	Acordo de Complementação Econômica
ADEFA	<i>Asociación de Fábricas de Automotores</i>
ADPIC	Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual com o Comércio
AECID	<i>Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo</i>
AFIP	<i>Administración Federal de Ingresos Públicos</i>
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALC	América Latina e o Caribe
ALC	Acordo de Livre Comércio
ALCA	Acordo de Livre Comércio das Américas
AMM	Apoio ao Monitoramento Macroeconômico
ANCAP	<i>Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland (Uruguay)</i>
ANFAVEA	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ANSES	<i>Administración Nacional de Seguridad Social (Argentina)</i>
AUH	<i>Asignación Universal por Hijo</i>
AVIC	<i>Aviation Industries Corporation of China</i>
Art.	Artigo
BADLAR	<i>Buenos Aires Deposits of Large Amount Rate</i>
BCB	Banco Central do Brasil
BCE	Banco Central Europeu
BCP	<i>Banco Central de Paraguay</i>
BCRA	<i>Banco Central de la República Argentina</i>
BCU	<i>Banco Central de Uruguay</i>
BCV	<i>Banco Central de Venezuela</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BID-INTAL	Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe
BIT	Bens de Informática e Telecomunicações
BPC	Banco Popular da China
BROU	<i>Banco de la República Oriental del Uruguay</i>
CADIVI	<i>Comisión de Administración de Divisas (Venezuela)</i>
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina
CCG	Conselho de Cooperação do Golfo
CCM	Comissão de Comércio do MERCOSUL
CCMASM	Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL
CCPTC	Certificado de Cumprimento da Política Tarifária Comum
CCROM	Certificado de Cumprimento do Regime de Origem MERCOSUL

CCT	Comitê de Cooperação Técnica
CDCS	Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas
CeE	Combustíveis e Energia
CEFIR	Centro de Formação para a Integração Regional
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPR	<i>Center for Economic Policy Research</i>
CIF	<i>Cost, Insurance and Freight</i>
CINDES	Centro de Estudos de Integração
CMC	Conselho do Mercado Comum
COPOM	Comitê de Política Monetária
Cont.	Continuação
Corp.	<i>Corporation</i>
COSIPLAN	Conselho Sur-Americano de Infraestrutura e Planejamento
CPB	<i>CPB Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis</i>
CRPM	Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL
CUCI	Classificação Uniforme para o Comércio Internacional
DGEEC	<i>Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos</i>
DUAM	Documento Único Aduaneiro do MERCOSUL
EID	Eixos de Integração e Desenvolvimento
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
ENARSA	<i>Energía Argentina Sociedad Anónima</i>
EUA	Estados Unidos
FEM	<i>Fondo de Estabilización Macroeconómica (Venezuela)</i>
FEM	Fundo de Financiamento do Setor Educacional do MERCOSUL
FENABRAVE	<i>Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores</i>
FLAR	Fundo Latino-Americano de Reservas
FMC	Fundo MERCOSUL Cultural
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOB	<i>Free on Board</i>
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL
FOGADE	<i>Fondo de Garantía de los Depósitos y Protección Bancaria</i>
FONDEN	<i>Fondo de Desarrollo Nacional (Venezuela)</i>
FROB	Fondo de Reestructuración Ordenada Bancaria
GANAE	Grupo de Alto Nível para Examinar a Consistência e a Dispersão da TEC
GANASIM	Grupo de Alto Nível para a Elaboração do Plano Estratégico para a Superação das Assimetrias no MERCOSUL
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
GIP	Grupo de Integração Produtiva do MERCOSUL
GMC	Grupo Mercado Comum
GMM	Grupo de Monitoramento Macroeconômico
GTA	<i>Global Trade Alert</i>
i.a.	Interanual
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBIF	Investimento Bruto Interno Fixo
I+D	Investimento e Desenvolvimento
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IFS	<i>International Financial Statistics</i> (FMI)
IHH	Índice de Herfindhal
INDEC	<i>Instituto Nacional de Estadísticas y Censos</i>
INE	Instituto Nacional de Estadística
INPC	Índice Nacional de Precios al Consumidor
IPC	<i>Índice de Precios al Consumidor</i>
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	<i>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada</i>
IPI	Índice de Preços Implícitos
IPIM	<i>Índice de Precios Internos Mayoristas</i>
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana
IVA	<i>Impuesto al Valor Agregado</i>
IVSS	<i>Instituto Venezolano de los Seguros Sociales</i>
Kg.	Quilograma
Km.	Quilômetro
LNA	Licenças não Automáticas
MAC	Mecanismo de Adaptação Competitiva
Manuf.	Manufaturas
MDIC	<i>Ministério de Desenvolvimento, Indústria y Comércio Exterior</i>
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MOA	Manufaturas de Origem Agropecuária
MOI	Manufaturas de Origem Industrial
MSF	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
NCM	Nomenclatura Comum do MERCOSUL
NMF	Nação mais favorecida
Obs.	Observações
OEA	Organização dos Estados Americanos
OCDE	<i>Organisation for Economic Co-operation and Development</i>
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPS	Organização Pan-Americana da Saúde
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAM	Política Automotiva do MERCOSUL
PAMI	<i>Programa de Asistencia Médica Integral</i>
PARLASUL	Parlamento do MERCOSUL
p.b.	Pontos básicos
PD	Países Desenvolvidos
PDVSA	<i>Petróleos de Venezuela Sociedad Anónima</i>
PEAS	Plan Estratégico de Ação Social do MERCOSUL
PECs	Procedimento de Avaliação da Conformidade

PED	Países em Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PIPM	Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL
Pop.	População
PP	Produtos Primários
p.p.	Ponto percentual
PPT	Presidência <i>Pro Tempore</i>
Prods.	Produtos
Prom.	Promédio
Prop.	Proposta
PTC	Política Tarifária Comum
RMADS	Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL
RRNN	Recursos Naturais
RTM	Regulamentos Técnicos MERCOSUL
SACU	<i>South African Customs Union</i>
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SGT	Subgrupo de Trabalho
SH	Sistema Harmonizado
SICE	<i>Sistema de Información sobre Comercio Exterior</i>
SITME	<i>Sistema de Transacciones con Títulos en Moneda Extranjera (Venezuela)</i>
SM	Secretaria do MERCOSUL
SOMU	<i>Sindicato de Obreros Marítimos Unidos</i>
TCRE	Taxa de Câmbio Real de Equilíbrio
TEC	Tarifa Externa Comum
TIFA	<i>Trade and Investment Framework Agreement</i>
TLCAN	Tratado de Livre Comércio da América do Norte
TPM	<i>Tasa de Política Monetaria (Uruguay)</i>
TPR	Tribunal Permanente de Revisão
Trab.	Trabalho
UA	União Aduaneira
UE	União Europeia
UNASUL	União de Naciones Sul-americanas
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>
UPS	Unidade de Apoio à Participação Social do MERCOSUL
UTE	<i>Administración Nacional de Usinas y Transmisiones Eléctricas (URUGUAY)</i>
var.	Variação
WEO	<i>World Economic Outlook</i>
WITS	<i>World Integrated Trade Solution</i>
YPF	<i>Yacimientos Petrolíferos Fiscales</i>

ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO MERCOSUL



GRUPO MERCADO COMUM (GMC)

SUBGRUPOS DE TRABALHO

- Comunicações (**SGT N° 1**)
- Aspectos Institucionais(**SGT N° 2**)
- Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade (**SGT N° 3**)
- Assuntos Financeiros (**SGT N° 4**)
- Transportes (**SGT N° 5**)
- Meio Ambiente (**SGT N° 6**)
- Indústria (**SGT N° 7**)
- Agricultura (**SGT N° 8**)
- Energia (**SGT N° 9**)
- Assuntos Trabalhistas, Emprego e Segurança Social (**SGT N° 10**)
- Saúde (**SGT N° 11**)
- Investimentos (**SGT N° 12**)
- Comércio Eletrônico (**SGT N° 13**)
- Mineração (**SGT N° 15**)

REUNIÕES ESPECIALIZADAS

- Agricultura Familiar no MERCOSUL (**REAF**)
- Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do MERCOSUL (**RECAM**)
- Autoridades de Aplicação em Matéria de Drogas, Prevenção do Uso Indevido e Recuperação de Dependentes (**RED**)
- Ciência e Tecnologia (**RECyT**)
- Comunicação Social (**RECS**)
- Cooperativas (**RECM**)
- Defensores Públicos Oficiais do MERCOSUL (**REDPO**)
- Infraestrutura da Integração (**REII**)
- Juventude (**REJ**)
- Mulher (**REM**)
- Ministérios Públicos do MERCOSUL (**REMPM**)
- Organismos Governamentais de Controle Interno (**REOGCI**)
- Promoção Comercial Conjunta (**REPCCM**)
- Turismo (**RET**)
- Entidades Governamentais para Nacionais Residentes no Exterior (**REEG**)
- Estatísticas do MERCOSUL (**REES**)
- Redução de Riscos de Desastres Socionaturais, Defesa Civil, Proteção Civil e Assistência Humanitária (**REHU**)
- Análise Institucional do MERCOSUL (**RANAIM**)

GRUPOS AD HOC

- Especialistas FOCM (**GAHE-FOCEM**)
- Código Aduaneiro do MERCOSUL (**GAHCAM**)
- Concessões (**GAHCON**)
- Consulta e Coordenação para as Negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Sistema Global de Preferências entre Países em Desenvolvimento (SGPC) (**GAH OMC-SGPC**)
- Relacionamento Externo (**GAHRE**)
- Sanitário e Fitossanitário (**GAHSF**)
- Setor Açucareiro (**GAHAZ**)
- Biotecnologia Agropecuária (**GAHBA**)
- Comércio de Cigarros no MERCOSUL (**GAHCC**)
- Integração Fronteiriça (**GAHIF**)
- Biocombustíveis (**GAHB**)
- Política Regional de Pneus, Inclusive Reformados e Usados (**GAHP**)
- Fundo MERCOSUL de Apoio a Pequenas e Médias Empresas (**GAHFPME**)
- Setores de Bens de Capital e de Bens de Informática e Telecomunicações (**GAH BK/BIT**)
- Domínio MERCOSUL (**GAHDM**)

INSTITUTO MERCOSUL DE FORMAÇÃO (IMEF)

OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA DO MERCOSUL (ODM)

OBSERVATÓRIO DO MERCADO DE TRABALHO DO MERCOSUL (OMTM)

FORO CONSULTIVO DE MUNICÍPIOS, ESTADOS FEDERADOS, PROVÍNCIAS E DEPARTAMENTOS DO MERCOSUL (FCCR)

GRUPOS

- Contratações Públicas (**GCPM**)
- Integração Produtiva do MERCOSUL (**GIP**)
- Serviços (**GS**)
- Assuntos Orçamentários (**GAO**)

COMISSÃO SÓCIO-LABORAL DO MERCOSUL (CSLM)

COMITÊS

- Automotivo (**CA**)
- Cooperação Técnica (**CCT**)

REUNIÃO TÉCNICA DE INCORPORAÇÃO DA NORMATIVA MERCOSUL (RTIN)

COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL (CCM)

COMITÊS TÉCNICOS

- Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias (**CT 1**)
- Assuntos Aduaneiros (**CT 2**)
- Normas e Disciplinas Comerciais (**CT 3**)
- Políticas Públicas que distorcem a Competitividade (**CT 4**)
- Defesa da Concorrência (**CT 5**)
- Estatísticas de Comércio Exterior do MERCOSUL (**CT 6**)
- Defesa do Consumidor (**CT 7**)
- Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas (**CDCS**)

PARLAMENTO DO MERCOSUL (PM)

FORO CONSULTIVO ECONÔMICO E SOCIAL (FCES)

SECRETARIA DO MERCOSUL (SM)

TRIBUNAL PERMANENTE DE REVISÃO DO MERCOSUL (TPR)

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO-TRABALHISTA DO MERCOSUL (TAL)

CENTRO MERCOSUL DE PROMOÇÃO DE ESTADO DE DIREITO (CMPED)

ÍNDICE

RESUMO EXECUTIVO	i
CAPÍTULO I. PANORAMA MACROECONÔMICO	1
A. Cenário internacional	1
B. Evolução das balanças de pagamentos	7
C. Evolução macroeconômica do MERCOSUL	10
D. Políticas econômicas	16
E. Emprego e renda	26
ANEXO I	i
ANEXO II	v
CAPÍTULO II. EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO E DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO	29
A. Comércio total do bloco	29
B. Comércio MERCOSUL-Venezuela	44
C. Investimentos estrangeiros no MERCOSUL	47
D. Vinculação comercial e desenvolvimento produtivo das economias pequenas do MERCOSUL nas últimas duas décadas	51

CAPÍTULO III.	A AGENDA INTERNA	61
A.	Evolução dos aspectos comerciais	62
B.	Evolução das negociações vinculadas a assimetrias e aspectos produtivos	92
C.	Evolução dos aspectos institucionais	96
D.	Evolução dos aspectos sociais da integração	100
E.	Outros temas da agenda interna	102
F.	Considerações finais	104
ANEXO III		ix
ANEXO IV		xvii
CAPÍTULO IV.	CONFLITOS SETORIAIS E AMBIENTE COMERCIAL	105
A.	Panorama geral	105
B.	Medidas de administração do comércio	108
C.	Resumo dos principais conflitos comerciais setoriais	117
D.	Comentários finais	129

CAPÍTULO V.	AGENDA EXTERNA	131
A.	Panorama geral	131
B.	A Agenda Externa e o Programa de Consolidação da União Aduaneira	133
C.	Negociações extrarregionais	133
D.	Negociações regionais	146
E.	Perspectivas da Agenda Externa	152

BIBLIOGRAFÍA

RESUMO EXECUTIVO

O *Informe MERCOSUL N° 16* (julho de 2010 - junho de 2011) analisa o panorama macroeconômico e os fluxos comerciais dos países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), assim como os principais aspectos do processo de integração do bloco, tanto na agenda interna quanto na externa.

Panorama Macroeconômico e Cenário Global: De acordo com estimativas preliminares, o PIB mundial aumentaria 4% interanuais em 2011, desacelerando 1,1 ponto porcentual em comparação com o ano anterior. Essa desaceleração, que começou no segundo semestre de 2010, continuou no primeiro de 2011, ao mesmo tempo que as políticas fiscais das economias centrais –como a dos Estados Unidos e a da Eurozona– se dirigiam a posições restritivas, devido ao crescimento dos déficits e à crise da dívida soberana em vários países da Europa. Além disso, não foram debeladas as dificuldades em segmentos importantes do sistema financeiro internacional. Segundo as projeções recentes mencionadas, o produto dos países desenvolvidos crescerá apenas 1,6% em 2011. Já os países emergentes cresceriam 6,4% em 2011, impulsionados pela Ásia, que continua sendo a região mais dinâmica. Finalmente, os volumes de comércio mundial recuperaram, no final de 2010, os níveis de 2008, embora depois tenham sofrido uma desaceleração, enquanto os preços ainda se mantêm abaixo dos máximos prévios à crise.

A deterioração do saldo do comércio de bens continua se traduzindo em uma piora da conta-corrente dos membros plenos do MERCOSUL. A conta capital e financeira foi superavitária em todos os países durante 2010; só na Argentina esse resultado se reverteu na primeira parte de 2011. O PIB dos membros plenos do MERCOSUL se recuperou rapidamente em 2010 depois da crise de 2009, impulsionado pela demanda interna, destacando-se o papel do consumo privado e dos investimentos, ao passo que a contribuição das exportações líquidas foi negativa. Com exceção da Venezuela, que retomaria o crescimento, a previsão é de uma desaceleração das economias em 2011. A rápida recuperação da atividade dos países do bloco durante 2010 tornou possível a retirada gradual das políticas expansivas que tinham sido implementadas no ano anterior para enfrentar a crise internacional, mantendo o caráter contracíclico das medidas. Os indicadores de emprego e pobreza melhoraram durante 2010 e na primeira metade de 2011, exceto na Venezuela.

Evolução do comércio e dos investimentos estrangeiros diretos (IED): Os fluxos de comércio do MERCOSUL atingiram um novo recorde de US\$ 537,448 bilhões em 2010. O maior crescimento das importações (42,4%) em relação às exportações (29,5%) levou a uma redução do superávit comercial, que ficou em US\$ 25,186 bilhões. No primeiro semestre de 2011 as exportações mantiveram o ritmo de expansão do ano anterior (29,9% i.a.), enquanto as importações desaceleraram seu crescimento para 31,8% i.a.

Como o aumento das vendas externas do MERCOSUL foi maior do que o das importações mundiais, a participação do bloco nas compras externas globais subiu para 1,82% em 2010, tendência que continuou na primeira metade de 2011. O nível de comércio intrazona do MERCOSUL a preços correntes (a soma das exportações dos países destinadas aos outros três sócios), em relação às exportações totais do bloco, ficou em 15,7% em 2010, e continua mostrando um lento mas persistente aumento do nível mínimo alcançado em 2002. O intercâmbio intrazona atingiu um máximo de US\$ 44,077 bilhões em 2010 e no primeiro semestre de 2011 foi levemente superior a US\$ 25 bilhões.

O intercâmbio do MERCOSUL se ampliou com todas as regiões do mundo em 2010, destacando-se a Ásia como o mercado mais dinâmico para as vendas do bloco, além de ser a principal origem das importações extrazona. Cabe destacar que essa região, que em 2002 se encontrava depois da União Europeia e do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), na atualidade é o principal sócio comercial do MERCOSUL, representando cerca de um terço dos intercâmbios extrazona do bloco. O comércio com os países da ALADI, apesar de representar uma pequena porcentagem do total, explica grande parte do resultado positivo da balança comercial do bloco. As exportações para o TLCAN e a UE aumentaram menos do que as importações vindas dessas regiões, ampliando o déficit comercial do bloco no primeiro caso e reduzindo o superávit no segundo. Enquanto na Argentina e no Brasil o impulso das vendas externas em 2010 foi provocado mais pelos preços de exportação do que pelas quantidades, para os sócios menores o impacto do crescimento da quantidade exportada foi maior do que o efeito dos preços.

Com relação ao comércio com a Venezuela, as vendas externas do MERCOSUL para esse destino cresceram mais do que as importações totais do país sul-americano. Por sua vez, as compras do bloco ao sócio comercial cresceram mais do que as vendas totais desse país em 2010. Apesar de o Brasil continuar sendo o principal exportador do bloco para a Venezuela, no primeiro semestre de 2011 as vendas cresceram apenas 0,4% i.a. enquanto as exportações argentinas aumentaram 27,0% i.a.

A entrada de investimentos estrangeiros diretos (IED) no MERCOSUL atingiu um novo recorde de US\$ 58,189 bilhões em 2010, levemente acima do máximo histórico de 2008. No primeiro semestre de 2011, os dados preliminares indicam que o IED foi de quase US\$ 36,077 bilhões. O impulso vem do Brasil, que é o principal receptor de IED do bloco.

O capítulo inclui uma seção sobre a relação comercial e o desenvolvimento produtivo das menores economias do bloco, o Paraguai e o Uruguai, analisando sua inserção no período 1992-2008.

Agenda Interna: Durante as Presidências *Pro Tempore* (PPT) brasileira e paraguaia não se manteve o ritmo de progresso do período anterior, embora tenham sido feitos alguns avanços em temas como integração produtiva, eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e distribuição da renda alfandegária. No final de 2010 foi aprovado o Programa de Consolidação da União Alfandegária, com uma série de compromissos programáticos e um cronograma de tarefas da agenda comercial com uma perspectiva até 2019. O Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM) avançou na harmonização de estatísticas. Além disso, foi criado um Grupo de Trabalho para elaborar uma proposta de Política Automotiva Comum e outro para trabalhar e trocar informações sobre incentivos. Por outro lado, instruiu-se o Grupo de Integração Produtiva (GIP) do MERCOSUL a examinar alternativas de cooperação que contemplem condições preferenciais de assistência técnica, capacitação e/ou financiamento para as micro, pequenas e médias empresas cujos projetos impliquem integração produtiva entre os estados-membros. Com relação às tarifas, criou-se um Grupo *Ad Hoc* de Alto Nível com a missão de supervisionar os trabalhos sobre a primeira etapa da eliminação da dupla cobrança da TEC e distribuição da renda alfandegária. Instruiu-se o Grupo Alto Nível para Examinar a Consistência e a Dispersão da TEC (GANTEC) a levar uma proposta de revisão integral da TEC ao Grupo Mercado Comum (GMC) em 2014 para todo o universo, com exceção dos bens de capital e dos bens de informática e telecomunicações, que são analisados em um Grupo *Ad Hoc* específico. Além disso, foram redefinidos os prazos para o vencimento das Listas Nacionais de Exceções à TEC. Sobre os trabalhos de consolidação da união alfandegária, os sócios concordaram sobre a necessidade

de reformular os procedimentos de elaboração, revisão, incorporação e vigência dos Regulamentos técnicos, Procedimentos de Avaliação de Conformidade e Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (MSF) aprovadas no MERCOSUL.

Por proposta do Paraguai, foi disposto que os estados-membros apresentassem um primeiro conjunto de iniciativas destinado à superação das assimetrias do bloco e à inserção competitiva das economias menores. Por um lado, foi realizado um relatório contendo um diagnóstico regulatório dos setores de Serviços dos Estados Partes, definindo-os com base nas sensibilidades relativas para sua liberalização. Por outro lado, foram revisados os alcances do Protocolo e da Regulamentação das Contratações e se trabalhará em um documento de diretrizes gerais para a negociação de um instrumento em matéria de investimentos. Com relação ao Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), entrou em vigor o seu novo regulamento e foram aprovados quatro novos projetos.

No tocante aos aspectos institucionais, foi criado o cargo de alto representante geral do MERCOSUL e se continuou trabalhando no critério de representação cidadã para o Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL), cujo Orçamento foi aprovado. Nos aspectos sociais, continuou-se trabalhando no Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL e na conformação progressiva de um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL e criou-se uma Unidade de Apoio à Participação Social do MERCOSUL.

Conflitos setoriais e contexto comercial: O MERCOSUL evidenciou um ressurgimento dos conflitos e das tensões comerciais, em parte explicado pelo menor crescimento das exportações em comparação com as compras para o resto do mundo, que deu lugar a uma queda do superávit comercial dos sócios. Registrou-se um aumento das medidas de proteção comerciais, principalmente nos dois sócios maiores, afetando tanto as origens extra quanto intrabloco. A ampliação do universo de produtos sujeitos a Licenças Não-Automáticas (LNA) por parte da Argentina afetou principalmente o Brasil e a China, mas também abalou os sócios menores. Essa medida teve como consequência um conflito com o Brasil e promoveu reclamações do Uruguai. O Brasil decidiu aplicar LNA às suas importações de carros, afetando as importações de todas as origens. Depois de longas negociações, os sócios maiores chegaram a um acordo limitando as restrições comerciais. Os setores em que se registraram as principais medidas de restrição comercial foram o automotivo, têxtil, de calçados, linha branca, lácteos e de pneus.

De qualquer forma, a preocupação do MERCOSUL com a crescente participação da China nas suas importações manufatureiras continuou promovendo certa convergência de interesses e a utilização de outros instrumentos de defesa comercial por todos os sócios do bloco.

Agenda Externa: A partir de uma proposta do Paraguai, acordou-se estabelecer prioridades na agenda externa apoiando-se em análises e estudos de viabilidade sobre os benefícios potenciais esperados de diversas negociações, incluindo acordos comerciais, tratados de cooperação e vinculações políticas. No período continuaram as negociações com a União Europeia, alcançando alguns avanços nos textos regulatórios e normativos, embora não se tenha concretizado um intercâmbio de ofertas, e retomou-se o diálogo com o Canadá para avaliar a possibilidade de formar uma área de livre comércio (ALC).

Paralelamente às frentes de negociação abertas com países desenvolvidos, o MERCOSUL teve certos progressos em diferentes formatos de entendimento com os países em desenvolvimento, embora muitos deles ainda não tenham superado a etapa de acordos marco ou de preferências muito limitadas. O acordo MERCOSUL-Egito foi ratificado pelos países sócios, com exceção

da Argentina, e entrou em vigência o acordo com Israel. Nas rodadas de negociação com a Jordânia foram analisadas as ofertas de desoneração tarifária sem atingir os consensos para a formação de uma ALC. Foi assinado com a Turquia um memorando para o diálogo político e a cooperação entre as partes, e com a República Árabe Síria um Acordo Marco para a criação de uma ALC, que ainda não foi ratificado pelo Uruguai e pelo Paraguai. Entrou em vigor o Acordo Marco de Comércio entre o bloco e o Marrocos e foi assinado um Acordo Marco de Comércio e Cooperação Econômica com a Organização para a Liberação de Palestina.

Os países do MERCOSUL participaram de forma ativa da UNASUL, onde se destacam diversas ações do Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças e os trabalhos técnicos realizados para o Plano Estratégico 2012-2022 do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) e seu fórum técnico, a IIRSA. Além disso, participaram da formulação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e mantiveram encontros regulares com os países da ALADI.

CAPÍTULO I. PANORAMA MACROECONÔMICO

A. *Cenário internacional*

Desaquecimento do crescimento e incerteza

Conforme estimativas preliminares,¹ o Produto Interno Bruto (PIB) mundial aumentaria 4,0% interanual (i.a.) em 2011, 1,1 ponto percentual (p.p.) menos que no ano prévio. O desaquecimento, iniciado na segunda metade de 2010, continuou na primeira metade de 2011 ao mesmo tempo em que as políticas fiscais viravam para posições restritivas devido ao crescimento dos déficits e da crise de dívida soberana na periferia europeia. As expectativas negativas sobre o arrefecimento da economia que marcaram o verão boreal foram precedidas por fatores extraeconômicos desfavoráveis, como o trágico terremoto no Japão, a crise política do norte da África e Oriente Médio e os problemas climáticos.²

Em 2010 o produto mundial cresceu 5,1%, tendo uma recuperação da queda de 0,7% sofrida no ano anterior. No entanto, como já foi mencionado no *Informe MERCOSUL Nº 15*, a nova fase expansiva mostrou traços de fragilidade e uma dinâmica desigual entre regiões. Os países desenvolvidos (PD) cresceram 3,1%, taxa insuficiente para restabelecer os níveis de atividade e emprego anteriores à crise e significativamente inferior aos 7,3% das economias emergentes. Certos elementos de vulnerabilidade da economia mundial evidenciados em anos anteriores continuaram se apresentando. A volatilidade dos principais mercados de câmbio é causada pelas dificuldades para corrigir os desequilíbrios dos fluxos globais de comércio e capital. As pressões inflacionárias que atingem os mercados de produtos básicos também estão vinculadas com isto. Além disso, as dificuldades em importantes segmentos do sistema financeiro internacional não foram solucionadas, apesar da aplicação de históricas operações de resgate nos Estados Unidos e na Europa. O elemento novo que foi se configurando é o enfraquecimento fiscal em muitos países, consequência da crise 2008-2009.

Conforme as mencionadas previsões recentes, o produto dos PD crescerá apenas 1,6% em 2011, enquanto que o dos países em desenvolvimento (PED) também desacelerará, registrando uma expansão de 6,4% neste ano, quase 1 p.p. menos que no anterior.

De acordo com a segunda estimativa do PIB, dos **Estados Unidos**, no terceiro trimestre de 2011, a atividade teve certa aceleração, com um aumento intertrimestral anualizado de 2,0%. Na verdade, desde a segunda metade de 2010 até a primeira de 2011, o ritmo de atividade vinha sofrendo um desaquecimento; no primeiro semestre de 2011, registrou-se apenas 0,8%.³ Em 2010, o produto se expandiu 3,0%, ritmo moderado em se levando em consideração a profundidade da recessão pela qual atravessou a economia (Gráfico 1). A crise produziu uma persistente deterioração nos indicadores de emprego: alta taxa de desemprego (9,1% em setembro de 2011), queda na taxa de emprego, aumento substancial na duração média do desemprego e do desemprego de longa duração (maior a 26 semanas), (Radonjic, 2011).

¹ FMI (2011c). O PIB mundial é calculado levando em conta a paridade de poder de compra, metodologia que concede maior peso às taxas de variação das economias emergentes. O cálculo baseado em taxas de câmbio de mercado aponta um crescimento projetado de 3,0% em 2011 e de 4,0% em 2010.

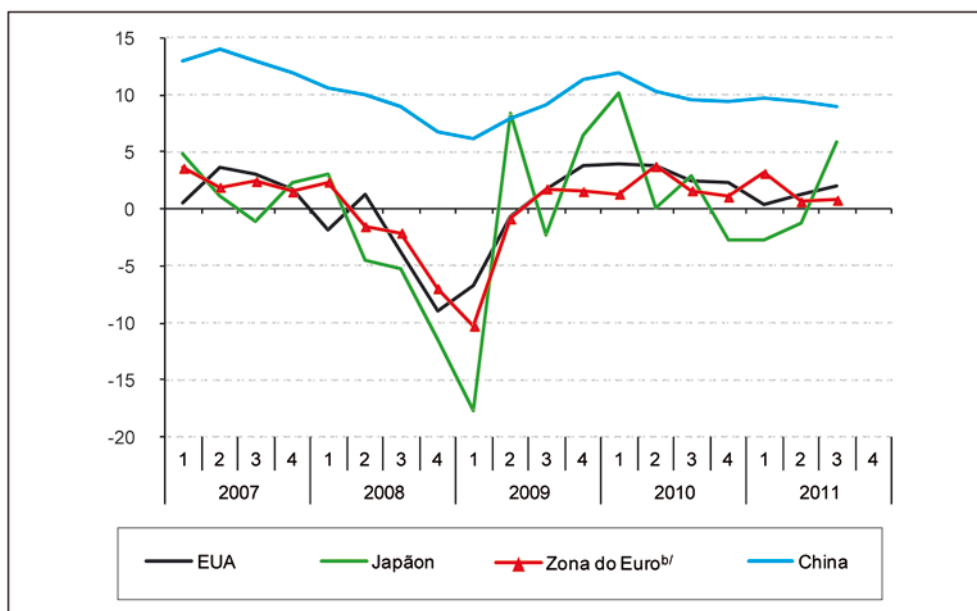
² O Anexo I deste Capítulo contém uma cronologia dos principais marcos da crise financeira internacional entre 2008 e 2011.

³ Média das taxas intertrimestrais anualizadas.

A agressiva política monetária praticada desde 2008 não foi eficaz para conter a tendência deflacionária no mercado imobiliário, desencadeante direto da crise financeira. O preço destes ativos caiu ininterruptamente em termos interanuais desde o último trimestre de 2007, fenômeno que se intensificou na primeira metade de 2011. Por sua parte, embora o preço dos valores do mercado acionário tenha se recuperado desde 2010 –ainda sem ter atingido o máximo de 2007–, em julho de 2011 uma nova onda de incerteza começou a afetar o mercado, elevando a volatilidade. Dentre as causas desta nova queda podem se apontar o conflito político interno gerado pela situação fiscal, a mencionada crise de dívida soberana na Europa e os fracos sinais de recuperação em vários países e nos Estados Unidos.

Gráfico 1. Dinâmica trimestral do PIB real das principais economias, 2007-2011

Taxas de variação^a, em percentuais



Notas: ^{a/} China: índice interanual; os demais: índices anualizados das séries dessazonalizadas. ^{b/} Preços do ano 2000; agregados em dólares com paridades de poder aquisitivo deste ano.

Fonte: Elaboração própria com dados do Departamento de Análises Econômicas dos Estados Unidos (EUA), da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), do Instituto de Pesquisa Econômica e Social do Japão e do Departamento Nacional de Estatística da China.

Desde fins de 2008, a **política fiscal** dos Estados Unidos manteve um viés expansivo, elevando a proporção do gasto com relação ao PIB de 20% prévio à crise até um nível médio em torno de 25% no segundo trimestre de 2011.⁴ Isto, junto à contração das receitas tributárias, elevou o déficit federal de números médios equivalentes a 3% do produto a 9,9%,⁵ gerando uma dinâmica explosiva de endividamento: enquanto em fins de 2007 a dívida federal representava 36,2% do PIB, só três anos depois esta relação tinha aumentado para 62,1%. Neste contexto, entre maio e julho de 2011, o Executivo e o Congresso tiveram posições enfrentadas quanto às condições para elevar o nível de endividamento, levando o governo até quase a cessação de pagamentos. Finalmente, o Congresso acordou um plano

⁴ Entre o último trimestre de 2008 e o segundo de 2011; números do Departamento de Orçamentos do Congresso.

⁵ Respectivamente, nos três primeiros trimestres de 2008 e entre o último desse ano e o primeiro de 2011.

para aumentar esse limite submetido a ajustes substanciais da despesa,⁶ fato que não deteve uma redução na qualificação da dívida soberana dos Estados Unidos da parte de uma agência de classificação de risco.⁷ Este acordo limitará seriamente o uso de ferramentas fiscais para promover a demanda agregada em um horizonte próximo.

Até junho de 2011 a **política monetária** combinou baixas taxas de juros com o programa de “*quantitative easing*”⁸ que finalizou nesse mês. Esta política se traduziu em uma desvalorização real do dólar e, correlativamente, impulsionou os preços de ativos, como os produtos básicos. Uma comparação do nível do tipo de câmbio real contra uma cesta ampla de moedas mostra uma desvalorização de 16,8% entre março de 2009 e julho de 2011.

Durante 2010 o PIB da **Eurozona** cresceu apenas 1,8% (em 2009 caiu 4,2%), tendo previsões de uma expansão menor (em torno de 1,5%) em 2011 e 0,5 em 2012.⁹ Embora o desemprego se reduzisse levemente com relação a 2010, em junho de 2011 ainda afetava 9,9% da população economicamente ativa. O panorama da política econômica europeia esteve dominado pela crise da dívida soberana da Grécia, Irlanda e Portugal –países que receberam ajudas específicas para evitar a cessação de pagamentos sob a condição de efetuar profundos ajustes fiscais¹⁰ e a ameaça de seu contágio para países de maior porte, como a Espanha e a Itália. A incerteza criada por este cenário consolidou instâncias fiscais restritivas apesar da fraca recuperação da atividade. Simultaneamente, o BCE manteve as taxas relativamente altas, devido à persistência de algumas pressões inflacionárias, afetando as economias mais endividadas e vulneráveis. Para evitar que a desconfiança na dívida soberana se espalhasse, o BCE intensificou a compra de dívida portuguesa em fevereiro de 2011, compras que foram ampliadas a instrumentos espanhóis e italianos em agosto.

A crise evidenciou o desigual desempenho econômico dos integrantes da Eurozona e as dificuldades de coordenação que a política monetária comum representa, sem uma instância fiscal análoga. Na segunda metade de 2011, as crescentes dificuldades da economia grega continuaram alimentando expectativas negativas sobre uma possível cessação de pagamentos.

O PIB do **Japão** cresceu 4,0% em 2010 sem recuperar totalmente a queda de 2009 (-6,3%). Além de provocar disrupções nas cadeias globais de fornecimento, o terremoto e o tsunami acontecidos em março de 2011 tiveram um forte impacto negativo sobre a produção industrial, a confiança e o gasto dos consumidores, que se traduziria em uma contração do PIB japonês de 0,5% em 2011. Apesar disso, no terceiro trimestre, o produto se expandiu 6,0% (anualizado), como consequência da normalização de certas cadeias de fornecimento. A

⁶ Um endividamento adicional de US\$ 2,5 trilhões foi permitido, até atingir um teto de US\$ 16,7 trilhões, em três etapas: uma, imediata, por US\$ 400 bilhões, a segunda, com autorização presidencial por US\$ 500 bilhões, e uma terceira por US\$ 1,5 trilhões, submetida a ajuste de despesas pelo mesmo montante. Igualmente, as despesas serão reduzidas em US\$ 900 bilhões durante os seguintes 10 anos, como também será criado um comitê para decidir um ajuste adicional por US\$ 1,5 trilhão. O ajuste total programado equivale a aproximadamente 1,12 vezes a despesa de 2010, ou 3,1 vezes o déficit desse ano.

⁷ A 5 de agosto, a agência de classificação Standard & Poor's decidiu rebaixar a qualificação da dívida soberana dos Estados Unidos de AAA para AA+ por entender que as medidas tomadas pelo governo desse país são insuficientes para estabilizar a dinâmica da dívida no médio prazo

⁸ A segunda rodada de expansão monetária –contra a compra de títulos do Tesouro–, denominada “*quantitative easing 2*” começou em novembro de 2010; a primeira rodada tinha se iniciado em fins de 2008.

⁹ Comissão Europeia (2011), Quadro 1.1.1.

¹⁰ Os resgates foram organizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a Comissão Europeia e o BCE. Em maio de 2010, decidiu-se a criação do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF), fortalecido um ano depois e que visa a dar assistência financeira temporária a membros da Eurozona em dificuldades.

resposta fiscal à debilidade recente da economia complicou a situação das contas públicas, que já mostravam sinais de deterioração prévios.

Como foi mencionado, o ritmo da atividade dos **PED** também será inferior em 2011 (6,4% contra 7,3% em 2010) como resultado do pobre desempenho do mundo desenvolvido e da tendência para a apreciação nominal e real de suas moedas –que foi notória em alguns, como o Brasil, e, em menor medida, Uruguai–. Adicionalmente, o aumento nos preços internacionais dos alimentos e da energia impulsionou os indicadores inflacionários, o que tornou necessária a implementação de políticas restritivas, tanto monetárias quanto fiscais. Dentro dos emergentes, a região mais dinâmica continua sendo a Ásia, destacadamente a **República Popular da China**. Em 2010, o PIB deste país aumentou 10,3%, enquanto neste ano a expansão seria levemente inferior, em torno de 9,5%, com um maior componente devido à demanda interna (investimento e consumo) do que em períodos anteriores. Em inícios de 2010, frente à aceleração da inflação e da expansão do crédito, o Banco Popular da China (BPC) começou a reverter a política monetária expansiva que tinha adotado em fins de 2008 e aplicou algumas medidas restritivas enquanto manteve sua política cambial orientada para a preservação da competitividade e a acumulação de reservas internacionais.

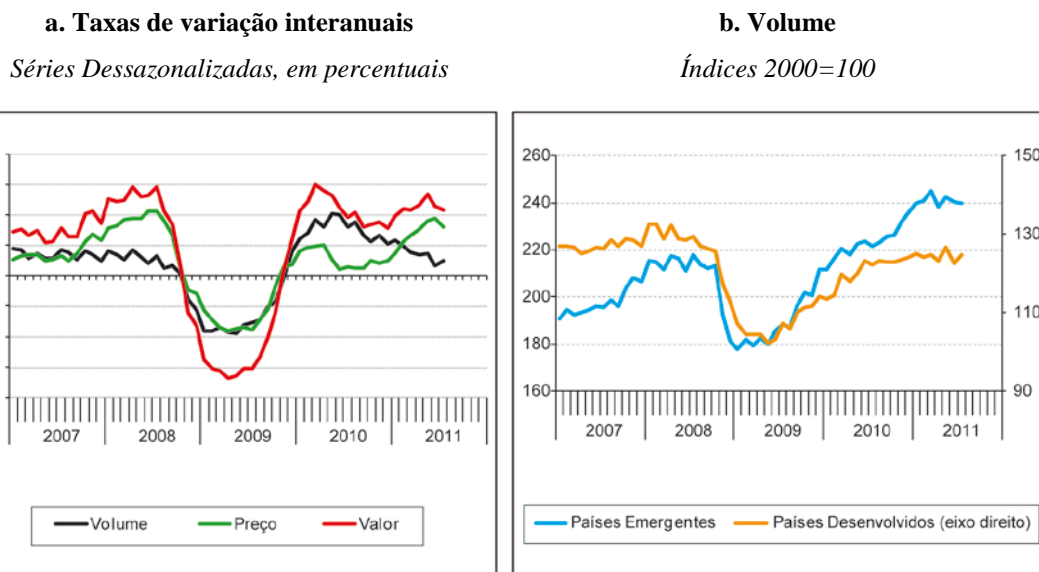
A **América Latina e o Caribe** (ALC) se recuperaram da queda de 2009 (-2,1%) com um crescimento de 5,9% em 2010, que atingiria, conforme estimativas da CEPAL, 4,7% em 2011 (CEPAL, 2011a). Do mesmo modo que em anos anteriores, o desempenho das diferentes sub-regiões foi díspar. Os países sul-americanos –entre eles os do MERCOSUL, com exceção da Venezuela– mostraram o maior dinamismo, em grande medida como consequência dos elevados preços das matérias primas, as melhores condições de financiamento e as políticas macroeconômicas expansivas. O principal impulso nestes países foi a demanda interna, embora em muitos casos a demanda externa também contribuísse positivamente.

Evolução do comércio mundial e da demanda externa dos países do MERCOSUL

O **comércio mundial** aumentou 16,2% i.a. em 2010 e 9,0% durante os primeiros seis meses de 2011. A expansão de 2010 explicou-se principalmente pelo crescimento das quantidades (10,7%), enquanto os preços aumentaram 5,0% em relação ao ano anterior. Os volumes de comércio recuperaram os níveis de 2008 em fins de 2010, mas depois continuaram com um padrão de desaquecimento: em junho de 2011, o nível foi 0,2% inferior ao do dezembro prévio. No primeiro semestre de 2011, os preços aumentaram 9,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, situando-se apenas 1,9% abaixo do máximo prévio à crise. No entanto, a incerteza e o arrefecimento da economia mundial começaram a premer para a baixa dos preços das matérias primas em inícios do segundo semestre (Gráfico 2.a).

De forma semelhante ao ritmo de atividade, a evolução do volume de comércio foi díspar entre os PED e os PD. Embora se desacelerassem durante os últimos meses, as quantidades comercializadas pelos PED mostraram grande dinamismo e superaram em muito os níveis prévios à crise, enquanto as dos PD ficaram paradas desde meados de 2010 e se colocaram abaixo dos máximos de 2008 (Gráfico 2.b).

Gráfico 2. Dinâmica e níveis mensais do comércio mundial, 2007-julho de 2011



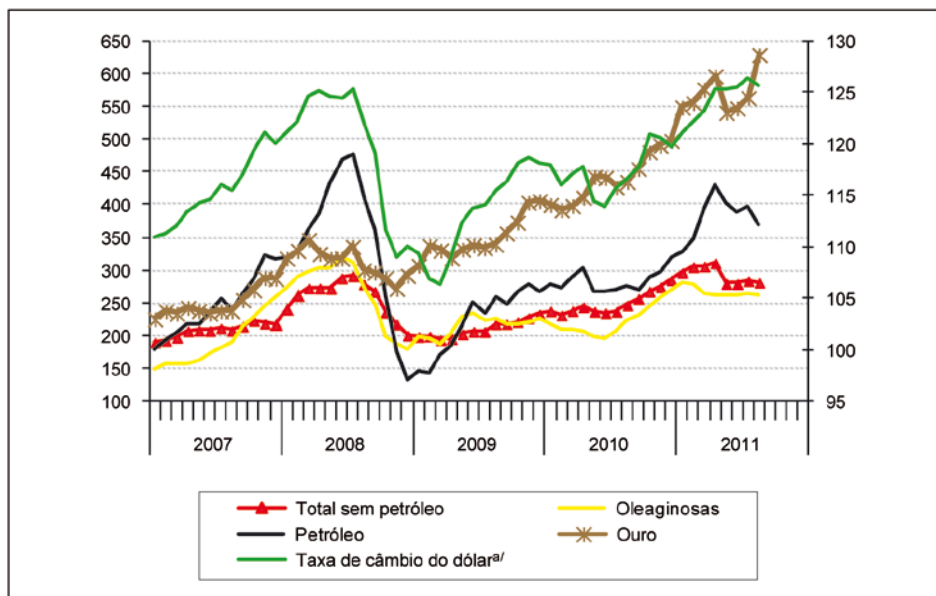
Fonte: Elaboração própria com dados do Departamento Holandês de Análise de Política Econômica (CPB).

A partir de 2009, o **preço** da maioria dos **produtos básicos** tem aumentado paulatinamente, embora sem atingir os níveis prévios à crise. O crescimento é associado à desvalorização do dólar contra outras moedas e à vitalidade da demanda asiática. Na segunda metade de 2011, experimentaram quedas em um clima de maior incerteza, com exceção do ouro que atua como reserva de valor e mostra uma alta correlação com a tendência à queda do valor internacional do dólar. (Gráfico 3).

Durante 2010 e o primeiro semestre de 2011, as **importações de bens do MERCOSUL** feitas por alguns dos parceiros extra-zona relevantes, como a UE e os Estados Unidos, cresceram, após a redução sofrida em 2009 (Gráfico 4). Porém, o menor dinamismo da demanda dos PD se evidencia na evolução das compras ao bloco sul-americano. Embora a compra de produtos não petrolíferos do MERCOSUL pelos Estados Unidos aumentasse em um ritmo de 26,8% i.a. tanto em 2010 quanto durante a primeira metade de 2011, não conseguiu recuperar o nível anterior à crise. As compras da Argentina e do Brasil feitas pela UE apenas superaram os máximos de 2008 no segundo trimestre de 2011, mas depois evidenciaram um desaquecimento: em junho desse ano cresceram 13,7% i.a., contra 33,6% i.a. em dezembro de 2010; isto, no contexto da crise que atinge o Velho Continente.

Do mesmo modo que em anos anteriores, a China se manteve como um dos mercados mais dinâmicos para as exportações do MERCOSUL. Em 2010, a China foi o segundo sócio em importância para a Argentina e o principal do Brasil, enquanto no caso do Paraguai o país asiático se colocou como o maior fornecedor e terceiro para o Uruguai, deslocando os sócios tradicionais, como a União Europeia e os Estados Unidos. As compras chinesas não sofreram contração em 2009 e voltaram a alcançar o máximo de 2008 na primeira metade de 2010. Nesse ano, registraram um aumento de 59,7%, e de 26,8% i.a. no primeiro semestre de 2011, chegando a níveis recorde.

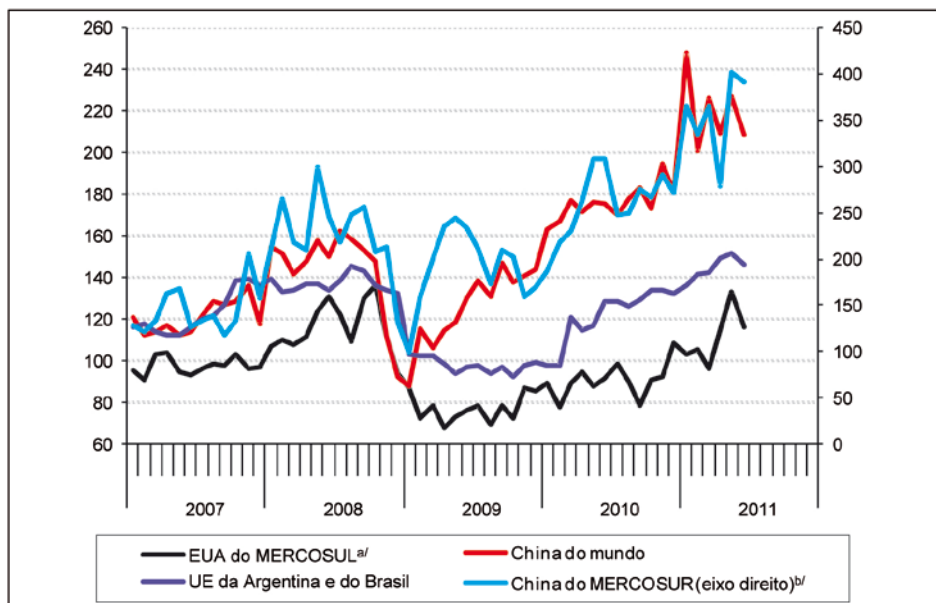
Gráfico 3. Preços mensais de alguns produtos básicos e taxa de câmbio nominal efetivo do dólar, 2006-2011
Índices 2000=100



Nota: ^{a/} Eixo direito; taxa de câmbio nominal efetivo do dólar em relação a uma cesta ampla de moedas. Desvalorização = pendente positiva.

Fonte: Elaboração própria com dados da CEPAL e da Reserva Federal.

Gráfico 4. Evolução mensal das importações de algumas economias selecionadas, 2007-2011
A preços correntes - Índices 2006=100



Notas: ^{a/} Não inclui petróleo. ^{b/} Série dessazonalizada: Os dados para junho de 2011 de importações chinesas do MCS foram estimados com base nas taxas de crescimento das exportações dos membros do MERCOSUL para a China (com um mês de atraso), segundo estatísticas oficiais.

Fonte: Elaboração própria com dados da Comissão de Comércio Exterior dos EUA, EUROSTAT, FMI, Aduana da China, INDEC, SECEX-MDIC, BCP e BCU.

B. Evolução das balanças de pagamentos

A deterioração do saldo do comércio de bens continua se refletindo em uma piora da conta corrente dos membros plenos do bloco que, em todos os casos, com exceção da Argentina, resultou deficitário durante 2010 e no primeiro semestre de 2011. A conta capital e financeira, em contrapartida, foi superavitária em todos os países durante 2010; apenas na Argentina esse resultado se reverteu na primeira metade de 2011. Na Venezuela, o superávit da conta corrente aumentou como consequência da recuperação dos preços dos combustíveis, enquanto a balança financeira continua mostrando resultados negativos.

Argentina

Durante 2010, o menor superávit do comércio de bens –consequência de um maior aquecimento das importações (45,0% i.a.) sobre as exportações (22,4% i.a.)– deteriorou o saldo em conta corrente, finalizando o ano em US\$ 3,016 bilhões, menos de um terço do excepcional excedente de 2009 (Gráfico 5.a).¹¹ Este resultado (0,8% do PIB) é o mais baixo desde a desvalorização do peso em 2002. O restante componente da conta corrente foi deficitário: as transferências correntes líquidas e o balanço de renda pioraram em relação a 2009, enquanto o saldo negativo do comércio de serviços ficou reduzido em termos interanuais por causa de um maior dinamismo das exportações. No primeiro semestre de 2011, o superávit da balança de bens ficou abaixo do resultado alcançado em períodos iguais de anos anteriores. A continuidade da dinâmica do ano 2010 sobre o comércio afetou o superávit de conta corrente, que representou apenas 0,4% do PIB (US\$ 797 milhões). Além disso, o maior déficit em serviços, o incremento das despesas das balanças de renda e das transferências correntes impactaram sobre o resultado.

Na conta capital e financeira (incluindo erros e omissões), 2010 mostrou um panorama diferente ao de anos anteriores, pois pela primeira vez desde 2007 uma receita líquida de capitais que alcançou US\$ 1,143 bilhão, 0,3% do PIB, voltou a se registrar, contra uma saída de 3,2% do produto em 2009 no contexto da crise. Com esses resultados, o acúmulo de reservas internacionais durante 2010 permitiu superar o nível anterior à crise desses ativos. No primeiro semestre de 2011, porém, em um contexto eleitoral e de incerteza causado pela crise financeira internacional, houve um déficit nesta conta de US\$ 1,732 bilhão, as despesas líquidas do setor privado aumentaram a US\$ 2,966 bilhões compensados pelas entradas de capital do setor bancário e do setor público não financeiro. No final de setembro, o nível de reservas chegou a US\$ 48,590 bilhões, 6,8% abaixo de dezembro de 2010.

Brasil

Pelo terceiro ano consecutivo, em 2010 o superávit do comércio de mercadorias foi insuficiente para compensar o déficit de outros componentes da conta corrente, que teve um resultado negativo de US\$47,4 bilhões, 2,3% do PIB contra 1,5% em 2009 (Gráfico 5.b). No caso dos serviços, destaca-se a acentuação do saldo negativo do setor viagens (que em 2010 atingiu o maior déficit da série histórica) e aluguel de equipamentos, enquanto no caso das rendas, se destacam os maiores pagamentos de rendas do investimento direto. Durante o primeiro semestre de 2011, o saldo da balança de mercadorias melhorou 64,5% i.a., como consequência do maior crescimento das exportações em relação às importações. Porém, esta melhoria não conseguiu

¹¹ No terceiro trimestre de 2009, a Argentina registrou uma alocação de Direitos Especiais de Giro (DEG) do FMI no valor de aproximadamente US\$ 2,5 bilhões, como uma transferência corrente; sem isso, o superávit desse ano teria sido de US\$ 8,5 bilhões.

compensar a deterioração do balanço de serviços e rendas, de modo que o déficit da conta corrente aumentou 6,6% i.a. e alcançou US\$ 25,4 bilhões (2,1% do PIB).

Em 2010, o excedente da conta capital e financeira (incluindo erros e omissões) somou US\$ 96,5 bilhões, equivalente a 4,6% do PIB, saldo superior ao déficit corrente. Por isso, houve um aumento das reservas internacionais de US\$ 49,1 bilhões (2,3% do PIB). No primeiro semestre de 2011, a tendência se manteve e o ingresso de capitais foi de US\$ 68,3 bilhões (68,7% mais do que no mesmo período do ano anterior) dando lugar a uma variação i.a. positiva dos ativos de reserva de US\$ 42,9 bilhões.

Em 2010, o ingresso de capitais alcançou um nível recorde: os fluxos netos de curto prazo atingiram US\$ 61,7 bilhões (3,0% do PIB) impulsionados pela apreciação da moeda e as elevadas taxas de juros, e as entradas de investimento estrangeiro direto (IED) ascenderam a US\$ 48,4 bilhões –superando o máximo anterior à crise–; este último montante compensou o déficit corrente. Nesse ano, o investimento direto do Brasil no exterior somou US\$ 11,5 bilhões. No primeiro semestre de 2011, a entrada de IED continuou crescendo e somou US\$ 32,5 bilhões, equivalente a dois terços do total de 2010. Nesse período, o ingresso líquido de fluxos de curto prazo diminuiu 38,6% i.a.

Paraguai

Durante 2010, a conta corrente teve um déficit de US\$ 641,2 milhões, equivalendo a 3,5% do PIB, revertendo o leve saldo positivo de 2009 (Gráfico 5.c). A deterioração é principalmente explicada pelo aprofundamento do balanço negativo do comércio de mercadorias derivado do forte aumento das importações, ligado ao dinamismo da demanda interna. Como consequência da receita gerada pelas entidades binacionais de Itaipu e Yaciretá, a balança de serviços se manteve superavitária, embora em um nível 19,8% inferior ao de 2009. Na primeira parte de 2011, a balança de bens continuou tendo resultados negativos e piores aos de períodos similares de anos anteriores. As melhoras na conta de serviço e das transferências correntes líquidas, e as menores despesas líquidas das receitas, não conseguiram reverter o déficit de conta corrente que ascendeu a US\$ 197,4 milhões.

A conta de capital e financeira (incluindo erros e omissões) refletiu uma receita líquida de US\$ 960,4 milhões durante 2010 (5,2% do PIB), com destaque dos fluxos de capital para o setor privado, notadamente os serviços. Por este resultado ter superado o déficit da conta corrente, houve um aumento das reservas internacionais de US\$ 319,2 milhões. O primeiro semestre de 2011 mostrou um grande aumento no saldo positivo da balança financeira (US\$ 902,2 milhões), explicado em maior medida pelos fluxos de investimento de curto prazo. As reservas internacionais no final de junho foram de US\$ 4,978 bilhões, mostrando uma expansão i.a. de 27,4%.

Uruguai

Durante 2010, o déficit na conta corrente cresceu, alcançando US\$ 466,5 milhões (1,2% do PIB) devido a que o aumento do déficit na balança de rendas mais do que compensou a melhoria no excedente em serviços promovida por uma maior receita no setor de turismo (Gráfico 5.d). O déficit do intercâmbio de mercadorias se manteve similar ao de 2009, com um crescimento das exportações semelhante ao das importações. Esta dinâmica foi alterada na primeira parte de 2011, quando as compras externas se aceleraram fortemente (40,9% i.a.), ao mesmo tempo em que as vendas diminuíram sua taxa de crescimento em relação ao ano anterior (18,2%). A duplicação do superávit da conta de serviços em relação ao mesmo semestre de

2010 não foi suficiente para compensar a piora da balança de bens, dando lugar a um déficit de conta corrente de US\$ 216,6 milhões (1,0% do PIB). A conta rendas e as transferências correntes ficaram em resultados similares ao do mesmo período do ano anterior.

A receita líquida da conta de capital e financeira (incluindo erros e omissões) foi de US\$ 105,6 milhões, equivalendo a 0,3 do PIB, uma forte redução em relação ao ano anterior. Este resultado combina uma entrada de fundos privados (nomeadamente IED e depósitos de não residentes) e uma saída correspondente ao setor público relacionada com operações dos bancos públicos e o cancelamento antecipado de um empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No primeiro semestre de 2011, o saldo positivo da balança financeira aumentou significativamente; o superávit de US\$ 2,2196 bilhões permitiu um incremento das reservas de US\$ 2,003 bilhões. Esta entrada de capitais se explica principalmente por operações financeiras do setor privado por US\$ 1,815 bilhão (IED e a diminuição de depósitos de residentes no exterior) e, em menor medida, por movimentos do setor público (US\$ 404 milhões).

Venezuela

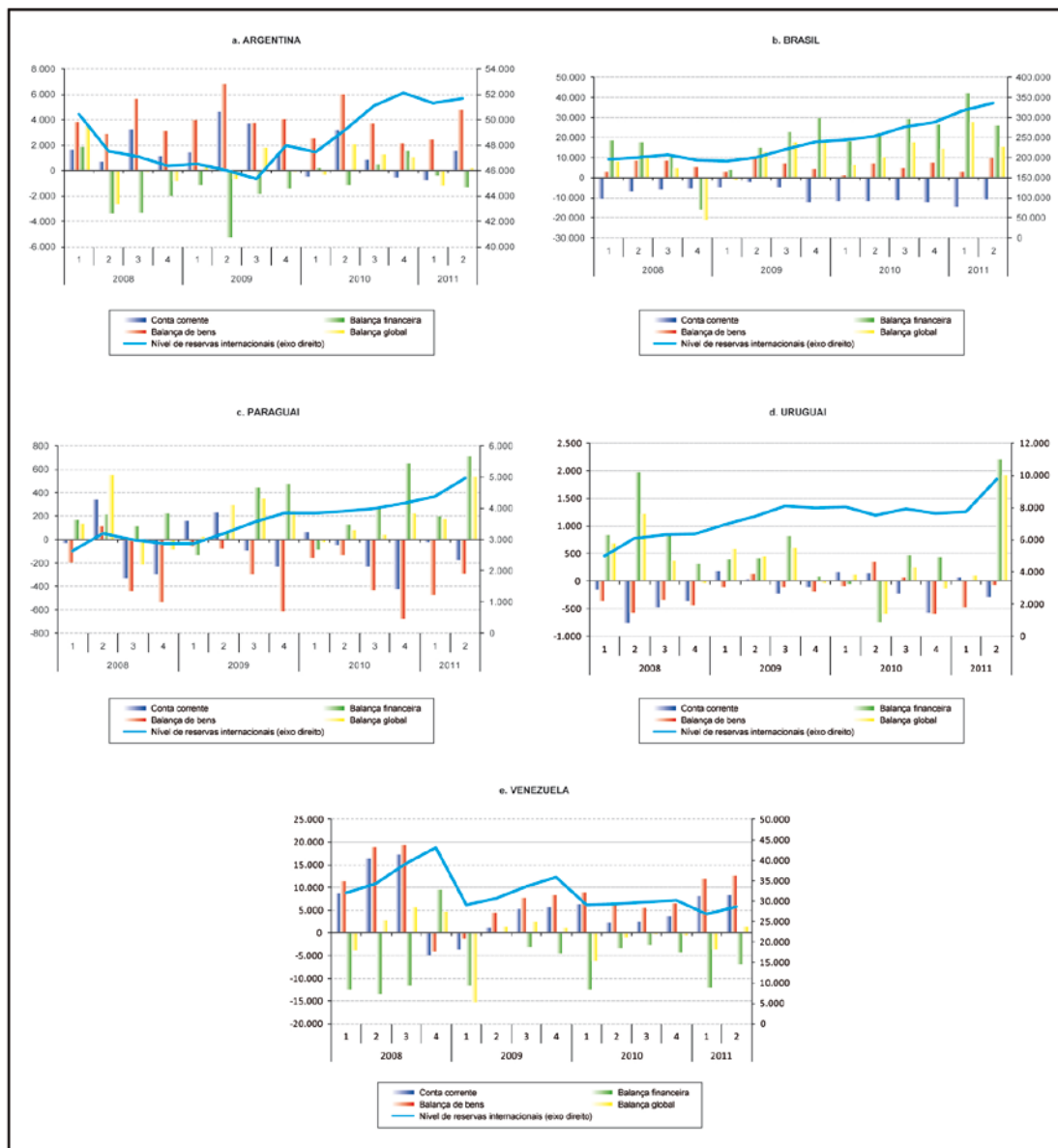
O superávit da conta corrente em 2010 somou US\$ 14,4 bilhões (3,7% do PIB) (Gráfico 5.e). Embora este resultado esteja longe do excepcional nível de 2008 (US\$ 37,4 bilhões),¹² representa um incremento de 67,9% em relação a 2009. A melhoria do saldo da balança de bens explica-se pela recuperação dos preços do petróleo, que impulsionou o valor das exportações (14,2%) deste setor em 2010 (94,7% das vendas externas totais), enquanto as importações se mantiveram quase paradas (aumento de 0,4%) no contexto recessivo que o país atravessava. No primeiro semestre de 2011, o saldo de conta corrente continuou melhorando (US\$ 16,526 bilhões, 95,4% i.a.) impulsionado pelo favorável preço do petróleo, ao tempo em que as importações se aceleraram (22,5% i.a.).

Em 2010, a conta de capital e financeira (incluindo erros e omissões) apresentou um déficit de US\$ 22,4 bilhões (5,7% do PIB), 19,2% maior do que o ano anterior, o que se explica principalmente pelo incremento dos ativos externos do setor privado não financeiro, com depósitos por US\$ 15,7 bilhões, e por uma transferência de US\$ 7 bilhões ao *Fondo de Desarrollo Nacional* (FONDEN). Além disso, US\$ 829 milhões do *Fondo de Estabilización Macroeconómica* (FEM) foram utilizados para atenuar as flutuações das receitas do governo. Em 2010, a redução das reservas internacionais foi de 15,3%, finalizando o ano em US\$ 30,332 bilhões. No primeiro semestre de 2011, a saída líquida de capitais (US\$ 18,929 bilhões) continuou sendo maior que o saldo da conta corrente, porquanto as reservas internacionais novamente se reduziram, embora em menor medida, colocando-se em US\$ 28,537 bilhões no final de junho. O incremento dos ativos externos do setor público foi o principal responsável do déficit da balança financeira na primeira parte do ano, quando as transferências para o FONDEN atingiram US\$ 2 bilhões.

¹² O incremento dos preços da cesta petroleira da Venezuela em 2008 promoveu o aumento do valor das exportações, duplicando o saldo da conta corrente em relação a 2007.

Gráfico 5. MERCOSUL: evolução trimestral da balança de pagamentos

Componentes selecionados, em milhões de US\$



Fonte: INDEC, BCB, BCP, BCU e BCV.

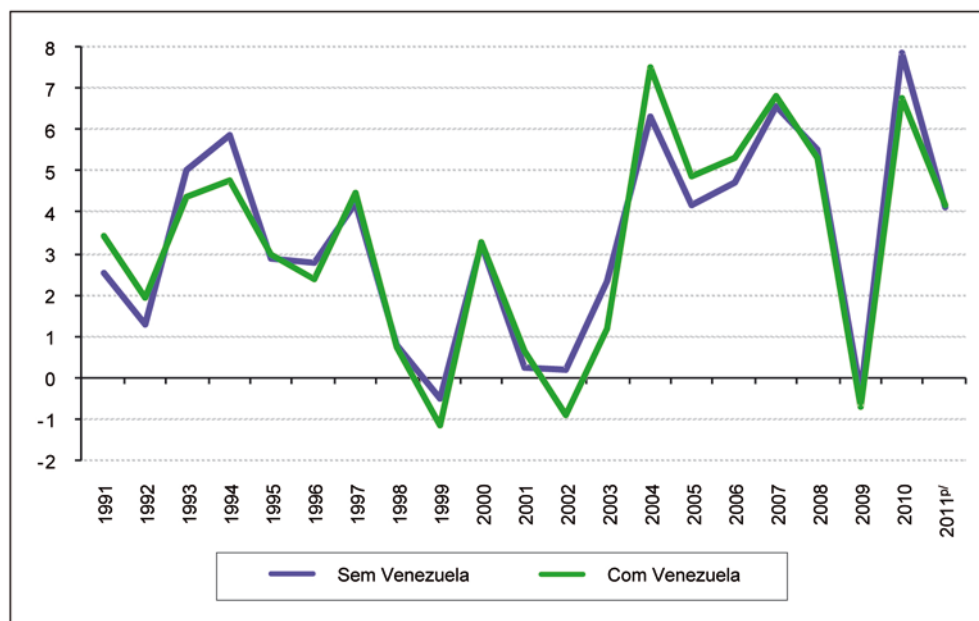
C. Evolução macroeconômica do MERCOSUL¹³

Após a crise de 2009, o PIB do MERCOSUL (a soma do produto de seus integrantes, com exceção da Venezuela) teve uma rápida recuperação e em 2010 cresceu 7,9% i.a., a maior variação da série histórica. Ao incluir o PIB da Venezuela, que sofreu uma contração, o produto da subzona aumentou 6,7% em relação ao ano anterior (Gráfico 6).

¹³ As previsões e estimativas contidas nesta Seção correspondem à mediana do levantamento de expectativas privadas realizadas pelos Bancos Centrais: Argentina, novembro de 2011; Brasil, Paraguai e Uruguai, outubro de 2011. No caso da Venezuela, corresponde às previsões da CEPAL (2011a).

Gráfico 6. MERCOSUL: evolução anual do PIB,^{a/} 1991-2011

Variação real i.a., em percentuais



Nota: ^{a/} Variação real i.a. da soma do PIB em dólares a preços constantes do ano 2000. Os dados de 2011 correspondem a previsões.

Fonte: Elaboração própria com dados da CEPAL, BCRA, BCB, BCP e BCU.

O maior impulso do crescimento durante 2010 esteve concentrado no primeiro semestre. As economias do bloco evidenciaram certo desaquecimento durante o terceiro trimestre do ano, quando a mediana da taxa de variação intertrimestral do PIB dos países do MERCOSUL –excluindo a Venezuela– chegou a 0,5% (Gráfico 7). De acordo com as previsões disponíveis, o ritmo de expansão em 2011 seria inferior ao do ano anterior nas quatro economias do bloco, gerando um crescimento do PIB regional de 4,1%. Devido à recuperação prevista para a economia venezuelana, o produto agregado dos cinco países teria uma expansão de 4,2% durante 2011, uma taxa, afinal, inferior à média prévia à crise de 2003-2008 de 5,2%.

Do mesmo modo que na primeira fase da recuperação pós-crise, a análise das fontes de crescimento nos quatro países do MERCOSUL (Gráfico 8) evidencia que a demanda interna foi o motor da expansão durante a segunda metade de 2010 e o primeiro semestre de 2011, com destaque para o papel do consumo privado e o investimento. As exportações líquidas, por sua vez, contribuíram negativamente para o aumento do PIB durante o segundo semestre de 2010 em todos os países. Só o Uruguai conseguiu reverter esta situação no primeiro semestre de 2011, mostrando uma contribuição positiva das exportações líquidas ao crescimento.

Na Venezuela, porém, a demanda interna teve uma contribuição negativa ao crescimento do PIB durante os últimos seis meses de 2010, por causa da queda da formação bruta de capital, enquanto as exportações líquidas contribuíram positivamente. Uma situação inversa foi especialmente observada no segundo trimestre de 2011: tanto o consumo privado quanto a

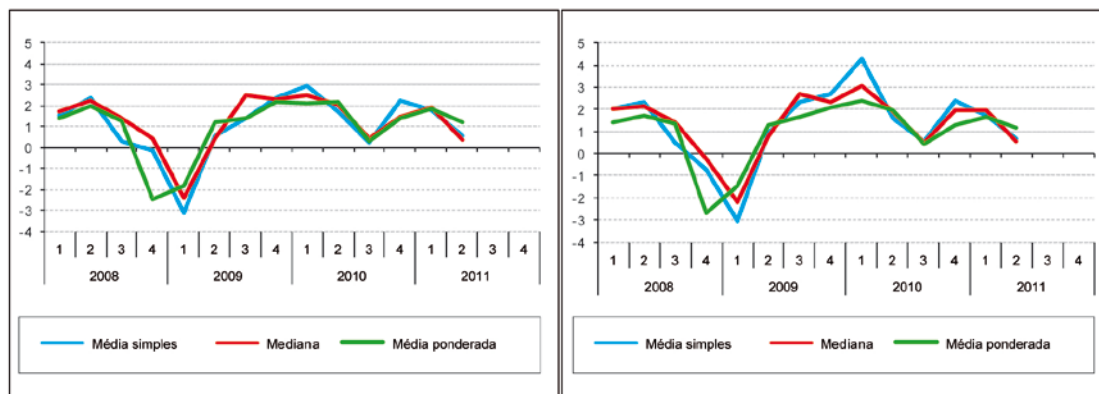
formação bruta de capital tiveram grande impulso, conseguindo compensar o efeito negativo das exportações líquidas nesse período.

Gráfico 7. MERCOSUL: evolução trimestral do PIB,^{a/} 2008-primeiro semestre 2011

Taxas de variação em relação ao trimestre anterior

a. Exclui Venezuela

b. Inclui Venezuela



Nota: ^{a/} A preços constantes (2000=100), séries dessazonalizadas. Para a ponderação foram utilizadas as séries de PIB a preços constantes da CEPAL segundo os anos respectivos. No caso do primeiro e segundo trimestre de 2011 foram utilizados os valores de PIB de 2010.

Fonte: Elaboração própria com dados dos Departamentos de Estatística Nacionais e CEPAL.

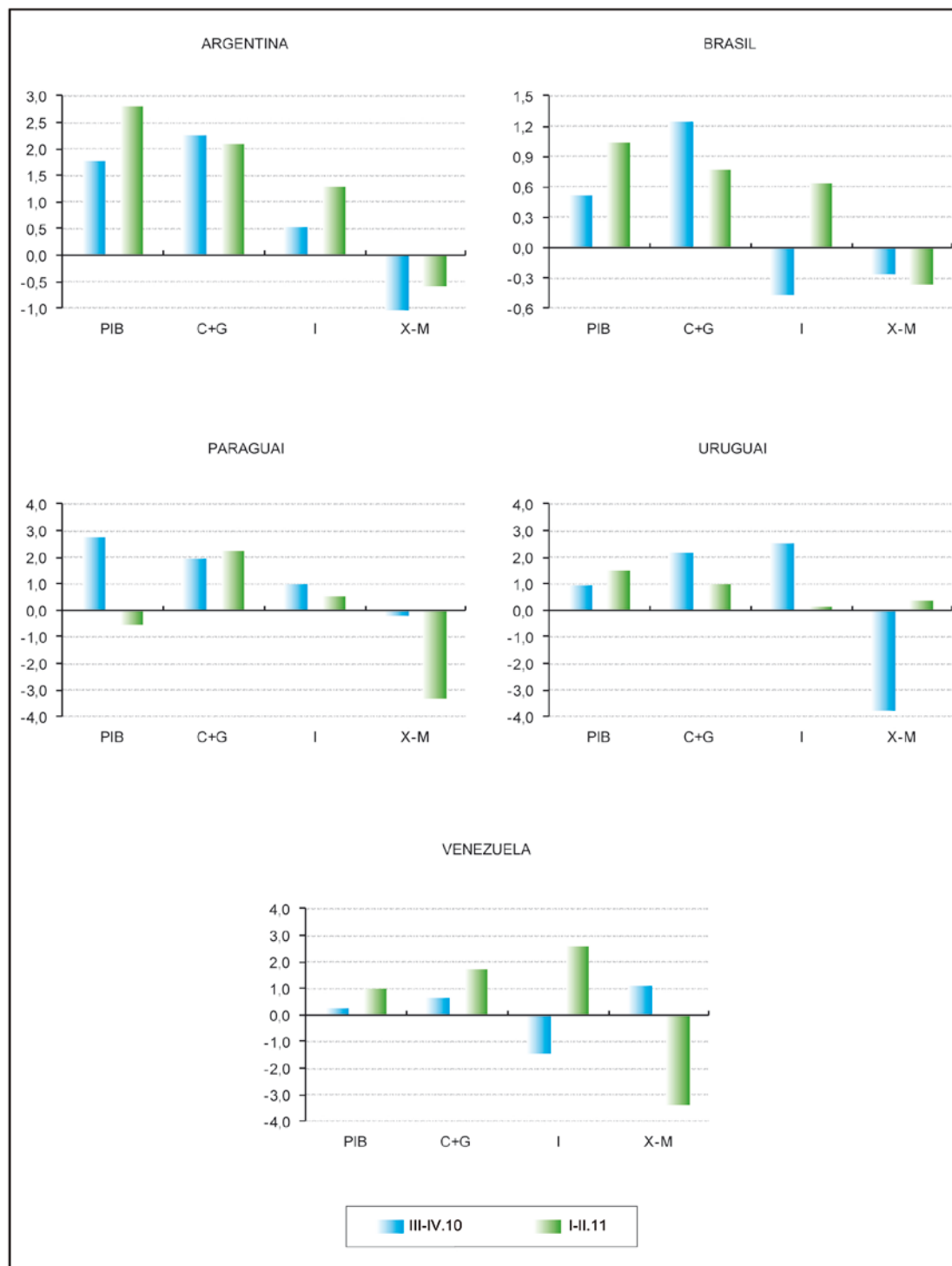
Durante 2010, o PIB da **Argentina** cresceu 9,2%, mostrando uma forte recuperação, pois em 2009 o produto aumentou apenas 0,9%. Embora a um ritmo menor, a expansão se manteve durante o primeiro semestre de 2011, e se prevê que o ano finalize com um aumento da atividade de 7,5%. O padrão de crescimento de 2010 foi semelhante ao dos anos anteriores à crise, se destacando o dinamismo da demanda interna, enquanto a contribuição das exportações líquidas foi negativa, com um aumento maior das quantidades importadas do que das exportadas. O consumo privado cresceu 9,0% e contribuiu com quase dois terços do crescimento do PIB, estimulado pelo aumento da receita, o crédito ao consumo e a inflação, tendo a despesa com bens duráveis um importante aumento. Após ter despencado fortemente em 2009, o investimento bruto interno fixo (IBIF) foi o componente mais dinâmico do gasto, aumentando 21,2% em 2010 e explicando 47,7% do crescimento.¹⁴ Com um incremento interanual de 9,4, o consumo público teve em 2010 o maior aumento da série histórica.¹⁵ No primeiro semestre de 2011, o PIB cresceu 9,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, se acentuando a dinâmica de crescimento verificada em 2010. O consumo privado e o investimento aceleraram seu incremento a 11,4% e 21,9% i.a., respectivamente. Cabe ressaltar que o primeiro destes componentes foi a causa de mais de três quartos do incremento do PIB. Do ponto de vista da oferta, os setores que mais contribuíram para a expansão em 2010 e na primeira parte de 2011 foram os serviços e a produção manufatureira, com destaque dentro desta para o setor automotivo e a indústria metálica básica.

¹⁴ A agregação das contribuições detalhadas somam mais de 100% pois outros componentes, como as exportações líquidas, tiveram uma contribuição negativa ao crescimento do PIB.

¹⁵ A série histórica das contas nacionais em pesos constantes a preços de 1993 começa nesse ano.

Gráfico 8. MERCOSUL: decomposição da dinâmica do PIB^{a/} 2010-2011

Média da taxa de variação em relação ao trimestre anterior para os períodos indicados



Notas: ^{a/} As séries do PIB dessazonalizado são as oficiais no caso da Argentina e do Brasil. Para o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela o ajuste sazonal foi realizado com a metodologia X-12 ARIMA. C: Consumo. G: Gastos públicos. I: Formação interna bruta de capital fixo + variação de estoques. X: Exportações. M: Importações.

Fonte: Elaboração própria com dados do MECON, IBGE, BCP, BCU e BCV.

Após registrar em 2009 a primeira queda em dezessete anos, o produto do **Brasil** se expandiu 7,5% em 2010, sendo o maior incremento desde 1986. A absorção doméstica foi o motor do crescimento, se destacando o desempenho da IBIF (aumentou 21,8%) e o consumo privado (7,0%). O incremento das despesas das famílias foi principalmente promovido pela melhoria na renda real e o aumento do crédito ao consumo. As exportações líquidas tiveram novamente uma contribuição negativa à variação do produto.

O ritmo de crescimento trimestral do PIB do Brasil mostrou uma trajetória decrescente durante 2010. A gradual supressão dos estímulos fiscais que tinham sido outorgados para fazer frente à crise se refletiu em um desaceleramento que persistiu durante o primeiro trimestre de 2011. Na primeira parte do ano, a economia brasileira cresceu 3,6% em relação ao mesmo período de 2010. Esta moderação da expansão é causada pelo menor ritmo de aumento da IBIF (7,3% i.a.) e o consumo privado (5,7% i.a.). A indústria, com uma expansão de 10,5%, foi o setor mais dinâmico em 2010, impulsionada especialmente pelos incentivos mencionados; porém, na medida em que estes foram sendo suspensos e a valorização do real encareceu relativamente as manufaturas domésticas, houve uma leve contração no segundo semestre de 2010. Os serviços foram os mais dinâmicos e também os que mais contribuíram para o crescimento do produto do lado da oferta no primeiro semestre de 2011, enquanto o setor agropecuário e as manufaturas mostraram taxas de expansão fracas. De acordo com as previsões disponíveis, o crescimento do Brasil estaria em torno dos 3,3% durante 2011.

Durante 2010 o PIB do **Paraguai**¹⁶ aumentou 15,0% i.a. –o maior crescimento desde 1950– (BCP, 2010), compensando em muito a queda do ano anterior (3,8%). O espetacular desempenho da atividade está relacionado com a expansão do setor agropecuário –favorecido por excelentes condições climáticas após a seca de 2009–, o dinamismo das exportações (nomeadamente de soja e carne bovina) e o abundante financiamento externo. Embora a agricultura justificasse mais da metade do aumento do produto, também se destacam a pecuária, a produção de manufaturas de origem agropecuária (óleos, têxteis, carnes e laticínios) e a construção. Do mesmo modo que nos outros países do MERCOSUL, o bom desempenho da demanda doméstica foi importantíssimo. O consumo privado aumentou 13,7% em 2010, estimulado pelo crescimento das remessas, do crédito e da massa salarial, enquanto o consumo público continuou crescendo em ritmo elevado. A formação bruta de capital fixo aumentou 22,7%, tendo uma recuperação da queda de 2009. O aumento das vendas externas foi muito importante –devido ao mencionado *boom* agropecuário– e um pouco superior ao das importações; apesar disso, as exportações líquidas continuaram contribuindo negativamente ao crescimento do PIB.

Na primeira metade de 2011, o crescimento desaqueceu fortemente e o PIB só aumentou 4,5%. O incremento do consumo privado (11,3% i.a.) foi compensado pelo efeito negativo das exportações líquidas: os envios externos sofreram uma contração de 4,0% i.a.¹⁷ ao mesmo tempo em que as importações aumentaram 9,2% i.a. Vale destacar que as compras externas também sofreram um forte desaquecimento, embora tenham crescido em relação ao primeiro

¹⁶ Até data recente, as Contas Nacionais do Paraguai consideram as empresas binacionais como unidades não residentes da economia. A 13 de outubro de 2011, o BCP comunicou que começará a utilizar uma nova metodologia segundo a qual 50% das empresas binacionais serão incorporadas como residentes da economia paraguaia, ficando a outra metade como residente das economias dos países coproprietários destas empresas. As novas estimativas da balança de pagamentos e do PIB resultantes não foram publicadas pelo BCP antes de este Informe ser publicado. BCP (2011a).

¹⁷ Os menores níveis de envios de soja, apesar de sua produção ter aumentado, supõem uma estocagem do produto em silos que será exportada nos próximos trimestres. Os envios foram também afetados pelas menores vendas externas de carne bovina, em clara queda a partir do segundo semestre de 2010. BCP (2011b).

semestre de 2010. A formação bruta de capital fixo subiu 14,0% i.a. e explicou 62,1% do crescimento, promovido pelo investimento em bens de capital. A agricultura foi o setor mais dinâmico (7,9% i.a.) no primeiro semestre de 2011.

Do mesmo modo que no caso de seus sócios, a situação da economia global explica em parte o desaquecimento do crescimento estimado para o restante do ano. Esta circunstância foi agravada pelo fechamento temporário dos mercados internacionais para a carne bovina do Paraguai, causado por um surto de febre aftosa durante a segunda metade do ano (BCP, 2011c). Neste cenário, o produto aumentaria 4,0% durante 2011.

No caso do **Uruguai**, a economia se expandiu 8,5% durante 2010 impulsionada pela demanda doméstica, especialmente pelo consumo privado (11,4%), favorecido pelo aumento do emprego, as rendas reais e o crédito, e o investimento privado, que recuperou seu papel de destaque após a predominância do investimento público em 2009. A contribuição das exportações líquidas para o crescimento foi negativa. O crescimento interanual do primeiro semestre de 2011 foi de 5,7%, com grande impulso do investimento e do consumo privado (19,1% i.a. e 9,6% i.a., respectivamente), enquanto as exportações líquidas contribuíram negativamente por causa da grande expansão das importações por cima das vendas externas. Em 2011, o PIB crescerá 5,8%.

Do lado da oferta, os serviços fizeram a maior contribuição para o aumento do PIB uruguaio durante 2010. Nas atividades restantes, a evolução foi desigual: os setores exportadores e com pouca concorrência importada (celulose e madeira, borracha, alguns alimentos, entre outros) se expandiram, enquanto a pecuária e a indústria frigorífica sofreram uma contração. Na primeira metade de 2011, a atividade econômica foi impulsionada pelo setor automotivo, o comércio de bens de consumo importados e as telecomunicações.

Enquanto as outras economias do MERCOSUL se recuperavam em grande velocidade em 2010, o PIB da **Venezuela** continuou despencando, porém, em um ritmo menor: teve uma contração de 1,5% contra os 3,2% de 2009. A redução no consumo privado foi parcialmente compensada pelo aumento dos gastos públicos e da formação bruta de capital fixo. A contribuição da demanda externa foi negativa. Enquanto a atividade não petroleira sofreu uma queda maior do que a do PIB agregado, a produção petroleira teve um leve incremento causado pelo refino. Neste quadro, os setores da oferta que mais contribuíram para a redução da atividade em 2010 foram o comércio, a construção e a indústria. A queda no nível de atividade esteve concentrada na primeira metade do ano, quando a seca obrigou ao racionamento de energia elétrica e houve dificuldades para adquirir moeda estrangeira, limitando as compras externas.

No segundo semestre de 2010, o aumento dos gastos públicos e uma maior oferta de divisas contribuíram para a recuperação da atividade, que continuou durante o primeiro semestre de 2011. Nessa parte do ano, o PIB da Venezuela cresceu 3,6% em relação ao mesmo período de 2010. Esta expansão foi promovida pelo aumento do investimento e o consumo doméstico privado e público. O setor não petroleiro foi mais dinâmico do que a atividade petroleira, com destaque para os serviços financeiros e eletricidade e água, estimulados pela recuperação da demanda agregada, a maior disponibilidade de bens importados e a recuperação da geração hidrelétrica. Neste contexto, a previsão é que, em 2011, finalizará com um crescimento do produto de 4,5%.

D. Políticas econômicas

Durante a primeira parte de 2010, os governos dos países do MERCOSUL continuaram aplicando as políticas expansivas que tinham adotado no ano anterior para fazer frente à crise financeira internacional. Porém, a rápida recuperação possibilitou abandoná-las gradualmente a partir do segundo semestre, mantendo o caráter anticíclico das medidas. Enquanto esta tendência não foi tão clara na Argentina, em alguns países as medidas de estímulo foram inclusive substituídas por políticas restritivas durante a primeira metade de 2011, a fim de evitar o reaquecimento das economias, controlar a inflação e deter a valorização cambial, como também reduzir os riscos de criação de bolhas de preços em ações ou imobiliárias. Vale destacar que, diferentemente de vários PD, o uso de instrumentos fiscais não deteriorou os indicadores de endividamento dos membros do MERCOSUL, que inclusive mostraram melhorias na etapa pós-crise e se mantêm em níveis relativamente baixos.

Política fiscal

Argentina. Em 2010, o superávit primário (sem os pagamentos de juros da dívida pública) aumentou 45,3% i.a. e representou 1,7% do PIB, 0,2 p.p. mais do que em 2009, porém, bastante inferior aos níveis de anos prévios, quando superava 3% do produto.¹⁸ Os pagamentos de juros diminuíram 9,7% em relação a 2009, em parte porque o cupom por crescimento do PIB não foi abandonado,¹⁹ permitindo reverter o déficit financeiro (base caixa) desse ano e obter um superávit equivalente a 0,2% do produto.

Em 2010, a receita total do Setor Público Nacional Não Financeiro²⁰ se expandiu 37,2%, como consequência do aumento da arrecadação pelo crescimento da atividade, do nível de preços, a melhoria do comércio exterior, e a alta da receita derivada da transferência de utilidades do *Banco Central de la República Argentina* (BCRA) e as rendas provenientes da *Administración Nacional de la Seguridad Social* (ANSES). As distribuições totais, por seu lado, subiram 33,2%, destacando-se as transferências correntes para o setor privado (nomeadamente subsídios), as prestações à previdência social (onde se destaca a *Asignación Universal por Hijo*²¹ - AUH) e as despesas com consumo e operação.

No primeiro semestre de 2011, o superávit primário diminuiu a 1,8% em relação ao mesmo período de 2010, deterioração que, acrescida do aumento pelo pagamento de juros (19,9% i.a.), fez com que o resultado financeiro se tornasse deficitário. A primeira parte do ano finalizou com um aumento da receita corrente de 30,8% i.a., mostrando um leve desaceleramento em relação a 2010, particularmente nos impostos vinculados com a atividade interna e as importações, enquanto as receitas não tributárias e as contribuições da previdência social aumentaram em um ritmo maior que no ano anterior. Nesse mesmo período, os gastos primários aumentaram 34,5% i.a., observando-se uma dinâmica desigual nos diferentes

¹⁸ Estes resultados incluem a receita proveniente do BCRA e da ANSES.

¹⁹ O pagamento do cupom atrelado ao PIB está condicionado a que o produto aumente mais do que o crescimento previsto do cenário base, que o PIB se posicione por cima do valor nominal desse cenário e que o pagamento acumulado por crescimento a partir da emissão desses bônus seja inferior a US\$ 40 bilhões. A partir da colocação destes bônus em 2006, o cupom por crescimento foi pago todos os anos, com exceção de 2009, quando a variação do PIB prevista no cenário base era de 3,29%.

²⁰ Inclui Administração Nacional, PAMI, Fundos Fiduciários, AFIP e empresas públicas.

²¹ A AUH é um subsídio outorgado pela ANSES a crianças menores de 18 anos cujos pais estejam desempregados ou empregados informalmente, atendendo a requisitos sanitários e de frequência escolar. De acordo com a CEPAL (2011a), o custo fiscal desta medida em 2010 foi de 0,5% do PIB.

setores, com maiores aumentos nas despesas relacionadas com subsídios e, em menor medida, os gastos vinculados ao funcionamento do Estado.

O perfil da dívida pública²² continuou melhorando e em 2010 representou 45,3% do PIB, contra 48,8% do ano anterior. Em contraste com anos anteriores, o desendividamento não foi financiado com arrecadação fiscal mas com recursos do BCRA. O Fundo de Desendividamento Argentino e a conta de Pagamentos a Órgãos Financeiros Internacionais, criados em 2010, preveem o uso de reservas para enfrentar vencimentos da dívida pública. Em 2010, estes dois mecanismos abrangeram US\$ 9,625 bilhões para este fim (MECON, 2011), enquanto em 2011 US\$ 7,504 bilhões foram orçados para o primeiro deles (PEN, 2010, artigo 22). Até 31 de março de 2011, último dado disponível, a dívida pública representava 46,3% do PIB, tendo aumentado em relação a fins de 2010.

Brasil. A melhoria no balanço do Governo Central e das empresas estatais compensaram a deterioração do saldo dos governos estaduais e permitiram que o Setor Público Consolidado²³ tivesse um superávit primário equivalente a 2,8% do PIB em 2010, 0,8% mais do que no ano anterior, mas inferior aos níveis prévios à crise, cuja média era de 3,5% do produto entre 2004 e 2008. Descontando os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) implementado em 2007 (0,6% do PIB), atingiu-se a meta de superávit ajustado (2,5% do PIB). Mesmo assim, o excedente primário é insuficiente para atender aos pagamentos de juros, que, em 2010, representaram 5,3% do produto, produzindo um déficit financeiro equivalente a 2,5% do PIB. No final de 2010, a política fiscal começou a reverter o viés expansivo assumido no contexto da crise e os ajustes se acentuaram durante o primeiro semestre de 2011. Em 2010, as receitas do Governo Central²⁴ aumentaram 24,4% e os gastos, 22,4%.

Durante o primeiro semestre de 2011, o excedente primário do Setor Público Consolidado representou 4,0% do PIB, 1,6% a mais do que no mesmo período de 2010, com previsão para o ano de um superávit equivalente a 3,0% do PIB. Durante o primeiro semestre de 2011, o pagamento de juros representou 6,1% do PIB (0,8% a mais do que no mesmo período de 2010), produzindo um déficit financeiro de 2,1% do produto. No que tange às receitas, a melhoria prevista responde a mudanças em alguns impostos aplicados durante o primeiro semestre.²⁵ Do lado das despesas, o Governo se comprometeu a sub-executar os gastos orçados por um montante aproximado de R\$ 50 bilhões, além de implementar medidas de reestruturação do gasto e aumento da eficiência. O investimento público continua aumentando e, em 2011, entrou em funcionamento o PAC-2.

Em julho de 2011, os sinais de enfraquecimento da economia mundial e o impacto negativo da valorização do real sobre a indústria foram motivo da aprovação do Plano "Brasil Maior", que visa a aumentar a competitividade do setor produtivo. Para promover a inovação e a incorporação de valor, o Plano prevê outorgar incentivos por US\$ 16 bilhões durante o período 2011-2014 (ver BID-INTAL, 2011d). Quase ao mesmo tempo, foi anunciado um incremento para a meta de superávit primário de 3% a 3,5% do PIB, com o objetivo de

²² Estimativa da *Oficina Nacional de Crédito Público* da dívida do setor público nacional não financeiro. Ver MECON (2011).

²³ O Setor Público Consolidado inclui governo federal, governos estaduais e municipais, empresas públicas, o Instituto Nacional de Seguridade Social e o Banco Central.

²⁴ O Governo Central inclui a Receita Federal, o Banco Central e a Previdência Social.

²⁵ Alta na alíquota e extensão do Imposto sobre as Operações Financeiras, bem como o aumento da alíquota sobre as operações de crédito doméstico com pessoas físicas, com exceção de financiamento imobiliário.

ampliar a margem de ação da política fiscal durante o ano próximo ante um possível recrudescimento das condições externas.

O Brasil continua melhorando seu perfil de endividamento. Em 2010, a dívida líquida do setor público representou 40,2% do PIB, enquanto, no primeiro trimestre de 2011, tinha se reduzido a 39,7% do produto.

Paraguai. Em 2010, o superávit global do Governo Nacional²⁶ representou 1,4% do PIB contra 0,1% de 2009; o resultado primário mais do que duplicou o nível imediato prévio e foi equivalente a 1,8% do produto. O aumento da receita pública total se acelerou (17,0% i.a.) promovido pela arrecadação tributária, com destaque para os impostos sobre os bens e serviços e o comércio exterior. Os gastos totais tiveram uma expansão mais lenta (8,8% i.a.), envolvendo um aumento das despesas correntes –principalmente as de serviços pessoais, bens e serviços e transferências correntes–, enquanto os gastos de capital diminuíram levemente; destaca-se a queda de 20,3% dos gastos com juros da dívida, pela diminuição dos pagamentos de juros a não residentes.

As contas públicas tiveram um desempenho similar durante o primeiro semestre de 2011: o superávit primário foi 1,7% do PIB e o global, 1,6%.

Após o impasse em termos do PIB durante 2009, a dívida do setor público não financeiro diminuiu em 2010 e representou 15,9% do produto, contando a se contrair na primeira parte de 2011 (12,9% do PIB).

Uruguai. Durante 2010, a política fiscal reverteu parcialmente o viés anticíclico que tinha adotado em 2009, quando o crescimento dos gastos e o incremento da receita tributária se desaceleraram. O Setor Público Global²⁷ teve um superávit primário equivalente a 1,9% do PIB, 0,8% mais do que no ano anterior, insuficiente para atender aos pagamentos de juros, sendo o resultado global negativo e representando 1,1% do produto.

A evolução do déficit total está estreitamente relacionada com o resultado das empresas públicas. Até novembro de 2010, sua melhoria reduziu o saldo negativo total, mas a partir desse momento se deteriorou novamente por causa do aumento dos déficits da *Administración Nacional de Combustibles, Alcohol e Portland* (ANCAP) –devido à alta do preço do petróleo em um contexto de tarifas estáveis e despesas crescentes– e da *Administración de Usinas e Transmisiones Eléctricas* (UTE) –derivado das maiores importações de eletricidade, das compras à ANCAP e da constituição de um Fundo de Estabilização Energética, que visa a evitar altas de tarifas diante de incrementos dos custos.

²⁶ O Governo Nacional compreende todas as entidades públicas de abrangência nacional, incluindo instituições do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário e outras instituições de características similares. Exclui governos locais, regionais e a Seguridade Social.

²⁷ Inclui Governo Nacional, Municípios, empresas públicas e BCU.

Quadro 1. MERCOSUL: principais indicadores fiscais, 2008-2011

Como % do PIB

País	Período	Resultado primário ^{a/}	Juros ^{a/}	Resultado global ^{a/}	Dívida pública ^{b/}
Argentina	2009	1,5	2,1	-0,6	48,8
	2010	1,7	1,5	0,2	45,3
	2010 1º S	0,9	0,9	0,0	48,6
	2011 1º S	0,7	0,8	-0,1	46,3 ^{c/}
Brasil	2009	2,0	5,4	-3,3	42,8
	2010	2,8	5,3	-2,5	40,2
	2010 1º S	2,4	5,3	-2,9	40,9
	2011 1º S	4,0	6,1	-2,1	39,7
Paraguai	2009	0,7	0,6	0,1	18,9
	2010	1,8	0,4	1,4	15,9
	2010 1º S	1,8	0,2	1,6	17,5
	2011 1º S	1,7	0,2	1,6	12,9
Uruguai	2009	1,1	2,8	-1,7	35,4
	2010	1,9	2,9	-1,1	30,8
	2010 1º S	2,8	3,0	-0,2	31,3
	2011 1º S	2,3	3,1	-0,8	30,6
Venezuela	2009	-7,3	1,5	-8,8	18,4
	2010 ^{d/}	-4,3	1,1	-5,4	18,4
	2010 1º S	n.d	n.d	n.d	19,7
	2011 1º S	n.d	n.d	n.d	25,8

Notas: ^{a/} Argentina: Setor Público Nacional Não Financeiro. Brasil: Setor Público Consolidado. Paraguai: Governo Nacional. Uruguai: Setor Público Consolidado. Venezuela: Setor Público Restrito. ^{b/} Argentina: Dívida do Setor Público Nacional não Financeiro. Brasil: Dívida Líquida do Setor Público. Paraguai: Dívida do Setor Público não Financeiro. Uruguai: Dívida Líquida do Setor Público Global. Venezuela: Saldo agregado da Dívida Pública Interna e Externa. ^{c/} O dado corresponde a 31 de março de 2011. ^{d/} Os dados de Resultado Primário, Juros e Resultado Global da Venezuela para 2010 correspondem aos primeiros três trimestres do ano.

Fonte: Elaboração própria com dados da Secretaria de Política Econômica e da Secretaria de Finanças (Argentina), IPEA e BCB (Brasil), Ministério da Fazenda e BCP (Paraguai), Ministério da Fazenda e BCU (Uruguai), Ministério do Poder Popular de Planejamento e Finanças (Venezuela).

Em setembro de 2010, foi aprovada uma reforma tributária visando à adoção progressiva dos padrões e melhores práticas em matéria de tributação internacional, através da qual foi adotado o conceito de renda mundial pelo Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) e a flexibilização do sigilo bancário em matéria fiscal (Loaiza-Keel, 2001). Além disso, em 2011, o Executivo enviou ao Parlamento um projeto para a criação do Imposto à Concentração dos Imóveis Rurais, que onera as propriedades rurais com superfície maior a 2.000 hectares.²⁸

Na primeira parte de 2011, o superávit primário foi de 2,3% do PIB, piorando em relação ao mesmo período de 2010 (2,8% do PIB). Novamente, o menor resultado das empresas públicas determinou o desempenho da receita, que cresceu em um ritmo menor do que as despesas do setor passividades e transferências. O pagamento de juros cresceu 18% i.a., produzindo um déficit financeiro de 0,8% do PIB.

O déficit do Setor Público Global foi financiado com a emissão líquida de títulos públicos durante 2010. O nível de endividamento líquido cresceu 10,8%, embora em termos do

²⁸ Até a data de encerramento deste Informe, o projeto para a criação do Imposto estava nas comissões do Parlamento do Uruguai.

produto se passasse de 35,4% em fins de 2009 para 30,8% um ano depois.²⁹ Em janeiro de 2011, o governo uruguaio realizou uma negociação mediante a qual utilizou US\$ 1,256 bilhão de reservas do BCU, trocando títulos de curto prazo da entidade por títulos do Governo Central de prazos maiores. Esta operação permitiu melhorar o perfil de endividamento, estendendo os prazos de vencimento. Em termos gerais, foi aplicada uma estratégia de priorização da emissão de dívida em moeda nacional e aplicou-se uma política de desendividamento com organismos internacionais, privilegiando a emissão de dívida soberana (BCU, 2011, pp. 12-14).

Venezuela. O déficit global do Setor Público Restrito³⁰ foi de 5,4% do PIB em 2010, mostrando uma redução em relação ao alcançado em 2009 (8,8% do PIB).³¹ As receitas correntes cresceram 32,3%, tanto pelo superávit operacional da *Petróleos de Venezuela S.A.* (PDVSA), que nesse ano se duplicou, impulsionado pela recuperação dos preços do petróleo e pelo desempenho da arrecadação tributária (IVA e impostos sobre o comércio exterior). Mesmo assim, as receitas totais perderam participação no PIB, que foi de 18,3% em 2010 (24,8% em 2009). Os gastos aumentaram 41,7% em 2010, devido especialmente à aquisição de ativos de capital fixo, transferências de capital para o setor público e privado e transferências correntes para o setor privado. Os gastos totais representaram 23,4% do PIB (33,0% em 2009). Uma parte significativa do gasto de capital foi executada pelo *Fondo de Desarrollo Nacional* (FONDEN)³² e pelo Fundo Conjunto Sino-Venezuelano.

A dívida pública se manteve em 18,4% do PIB em 2010 e teve um enorme crescimento no primeiro semestre de 2011, período em que representou 25,8% do produto.

Política monetária, inflação e taxa de câmbio

Para meados de 2010, o aceleramento do ritmo de crescimento dos preços e a pressão para a valorização de suas moedas –com exceção do caso da Argentina, onde a moeda perdeu valor– promoveram a reversão das políticas monetárias expansivas. Brasil, Paraguai e Uruguai, que finalizaram o ano com taxas de inflação próximas do limite máximo de suas metas, elevaram as taxas de referência enquanto a Argentina convalidou altas nas taxas de juros. Os aumentos de preços afetaram o desempenho da taxa de câmbio real de equilíbrio (TCRE) que, segundo a série publicada pela CEPAL, se apresentou em todos os países, com exceção da Venezuela, onde a forte desvalorização nominal de inícios de 2010 não foi compensada pela inflação posterior (Gráfico 10).

Cabe destacar que, em agosto de 2011, o Brasil virou o rumo da política monetária, quando foi adotada uma baixa da taxa de juros como reação diante dos crescentes riscos de arrefecimento da economia mundial, o desaceleramento da atividade econômica e a queda da atividade industrial.

²⁹ Considerando a Dívida Líquida do Setor Público Global. Nesse período, o PIB nominal em dólares (utilizando taxas de câmbio médias) aumentou 28,6%, sendo que quase a metade dele se explica pela apreciação do peso uruguaio.

³⁰ O Setor Público Restrito inclui orçamento do governo nacional, PDVSA, empresas públicas não financeiras, *Instituto Venezolano de los Seguros Sociales* (IVSS) e *Fondo de Garantía de los Depósitos e Protección Bancaria* (FOGADE).

³¹ Até a data de encerramento deste Informe os dados disponíveis chegavam até o terceiro trimestre de 2010.

³² O FONDEN depende do *Ministerio del Poder Popular para las Finanzas* da Venezuela e opera com recursos provenientes de reservas e receitas petroleiras excedentes para financiar projetos de grande porte.

Argentina. Durante 2010 e o primeiro semestre de 2011, a política monetária argentina manteve seu viés expansivo. Os meios de pagamento totais (M2)³³ finalizaram 2010 com um crescimento de 38,7% i.a. e a média mensal foi levemente inferior ao limite superior à faixa estabelecida no Programa Monetário atualizado. Em junho de 2011, o M2 mostrava um aumento de 37,6% em relação ao mesmo mês de 2010. Dentre os principais fatores que explicam esta situação, merecem destaque o dinamismo dos empréstimos ao setor privado, os adiantamentos ao setor público e as compras de divisas feitas pelo BCRA, que teve uma intervenção ativa no mercado cambial.

Os depósitos e empréstimos continuaram se expandindo em 2010 e na primeira metade de 2011. Em junho desse ano, os depósitos somavam uma alta de 40,0% i.a., com aumentos tanto das colocações públicas quanto privadas; nessa data, atingiram 19,7% do PIB. Os empréstimos aumentaram a um ritmo similar, destacando-se a evolução do crédito ao setor privado relacionado com bens de consumo e alguns duráveis; o crédito hipotecário foi menos dinâmico, representando apenas 11,4% dos créditos totais ao setor privado. Vale destacar que as taxas de juros, que tinham diminuído desde inícios de 2009, reverteram a tendência em meados de 2010. A taxa BADLAR em pesos chegou ao mínimo de 8,65% em maio de 2010, mas em setembro de 2011 foi de 10,20%.

Durante 2010, o *Índice de Precios al Consumidor* (IPC) aumentou 10,9%, registrando a maior alta dos últimos cinco anos, impulsionado especialmente por alimentos e bebidas. O *Índice de Precios Internos Mayoristas* (IPIM) foi de 14,6% e o Índice de Preços Implícitos (IPI) do PIB, de 15,3%. A inflação varejista acumulada durante o primeiro semestre de 2011 chegou a 4,7% (9,7% em relação a junho de 2010) enquanto o IPI se acelerou a 18,7% em relação ao mesmo período de 2010. Embora o aumento dos preços dos alimentos tenha se desacelerado em relação a 2010, continuou contribuindo substancialmente ao aumento do IPC por causa de sua elevada incidência na cesta básica. Também tiveram destaque os aumentos em setores como vestuário, lazer, educação e saúde.

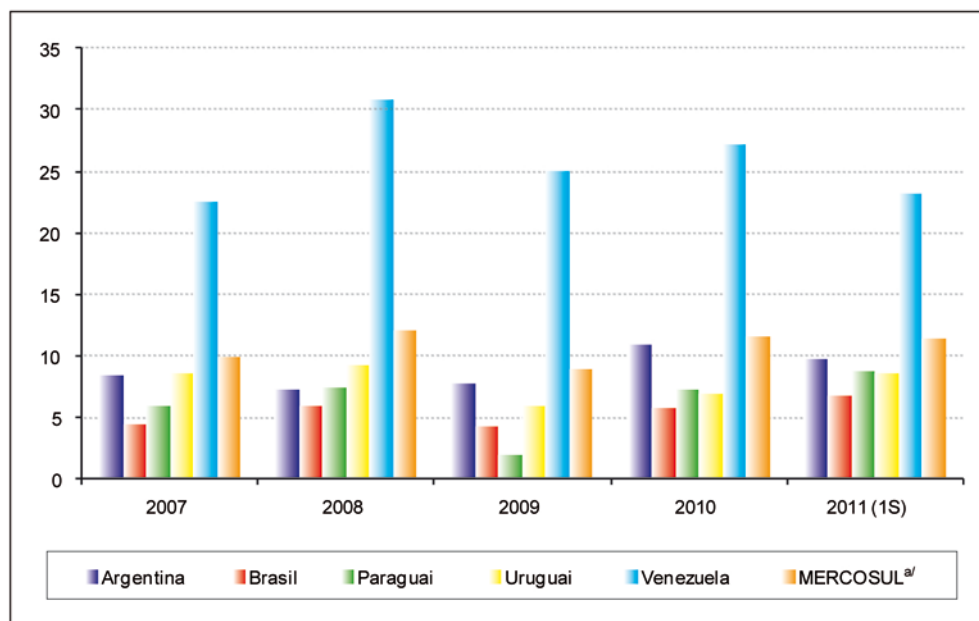
O peso se desvalorizou 4,5% em termos nominais em relação ao dólar e às moedas de outros países durante 2010. Porém, como consequência de uma taxa de inflação maior à dos principais sócios comerciais, a TCRE diminuiu 6,4%; a maior parte da valorização se produziu durante o primeiro semestre do ano.³⁴ Embora durante o primeiro semestre de 2011 a inflação continuasse superando a dos sócios comerciais mais relevantes, a depreciação nominal em relação às moedas de alguns deles –como o real (9,8%) ou o dólar (3,0%)– se refletiu em uma alta da TCRE de 5,3%.

³³ O M2 inclui M1 (notas e moedas em circulação, cheques cancelatórios em pesos e depósitos em pesos em conta corrente) + depósitos em pesos em caixa de poupança.

³⁴ Uma alta (baixa) da taxa de câmbio indica depreciação (apreciação) da moeda local.

Gráfico 9. MERCOSUL: índice de preços ao consumidor

Variação porcentual i.a. no final do período



Nota: ^{a/} Média simples dos cinco países.

Fonte: INDEC, BCB, BCP, INE.

Brasil. Durante 2010, a inflação varejista foi de 5,8% –superior à meta de 4,5% mas dentro da faixa de ± 2 p.p.–, enquanto durante o primeiro semestre de 2011 o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou uma alta de 3,9%, tendo um aumento interanual de 6,7% em junho. Nos primeiros seis meses desse ano, os setores cujos preços aumentaram em maior proporção foram educação, gastos pessoais e vestuário. Em termos interanuais, as altas mais importantes foram os preços livres, particularmente os serviços. Alimentos e bebidas também contribuíram significativamente à variação do IPCA em relação a junho de 2010, como consequência de *shocks* de oferta locais e internacionais.

Durante os últimos anos, evidenciou-se uma forte expansão do crédito. Embora a relação créditos/PIB seja moderada (47,2% em junho de 2011), está crescendo rapidamente (aumentou 2,6% contra o mesmo mês de 2010). De acordo com o FMI, os créditos ao setor privado duplicaram em termos reais em relação ao nível de 2007, um ritmo de expansão muito superior ao de outras economias latino-americanas. As taxas de juros reais brasileiras continuam sendo muito elevadas, e a entrada de capitais favorece a oferta de fundos disponíveis, enquanto o crescimento da economia e a criação de emprego favorecem a demanda de créditos. Entre outros aspectos, esta tendência favoreceu uma forte alta dos preços dos ativos imobiliários, provocando até algum temor à geração de uma bolha.³⁵

Diante desse cenário, o BCB adotou medidas para atenuar o crescimento do crédito ao consumo e os créditos internacionais. Com efeito, depois de manter a taxa de juros de referência do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) em 10,75% durante todo o segundo semestre de 2010, a acentuação das pressões inflacionárias levou o COPOM, a partir de janeiro,

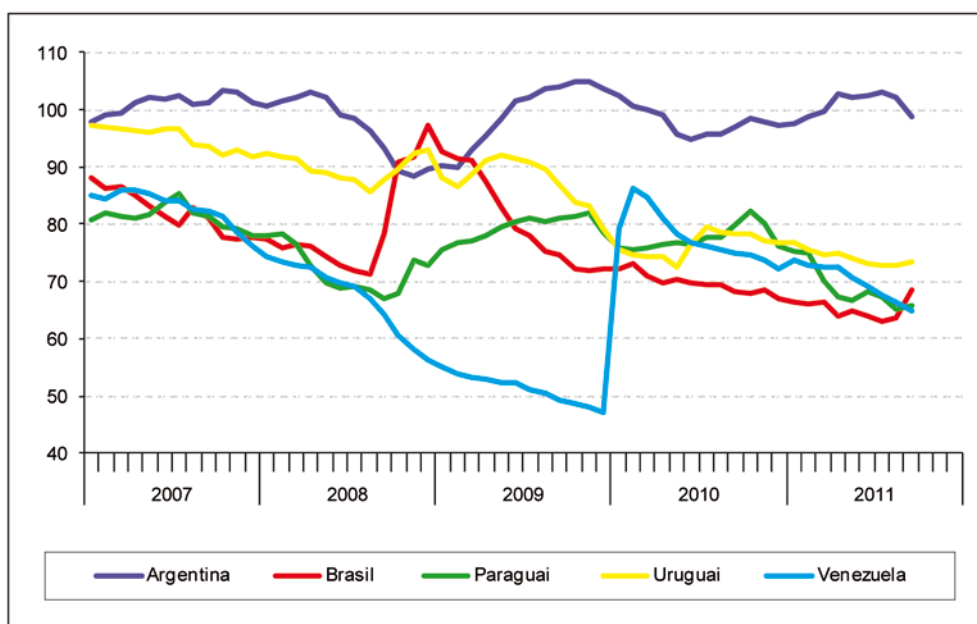
³⁵ Leahy and Pearson (2011).

a enrijecer as condições monetárias, elevando sucessivamente a taxa SELIC, que alcançou 12,5% em julho. Porém, em fins de agosto, o BCB acabou com esta tendência, reduzindo meio ponto percentual a taxa de juros. A difícil decisão considerou o provável impacto de uma deterioração da economia mundial sobre a atividade doméstica e a consequente reversão das pressões inflacionárias, inclusive levando em consideração que a inflação acumulada em agosto foi aproximada à meta para o ano (4,3%). A medida provocou uma rápida desvalorização do real de quase 20% nas três semanas posteriores, até chegar a R\$ 1,90. Graças às intervenções do BCB, a moeda teve uma tendência à estabilização em inícios de outubro em torno de R\$ 1,75, quando o COPOM decidiu diminuir novamente a taxa SELIC para 11,50%, sem que isso prejudicasse a cotação do real nos dias posteriores.

A esse respeito, é necessário apontar que a taxa de câmbio em relação ao dólar diminuiu 3,3% durante 2010, em um contexto de alta liquidez internacional e taxas de juros elevadas no Brasil, favorecendo a entrada de capitais. Esse fenômeno se acentuou durante o primeiro semestre de 2011, quando o real se valorizou 6,3% e ficou em R\$ 1,59 por dólar, a taxa de câmbio mais baixa desde a desvalorização em janeiro de 1999. Em termos reais efetivos, a moeda brasileira também continuou se valorizando. A TCRE diminuiu 7,1% em 2010 e 3,4% durante a primeira metade de 2011, alcançando, no mês de abril, o menor nível desde fins de 1990. A medida monetária comentada trouxe certa correção em setembro e outubro.

Gráfico 10. MERCOSUL: tipo de câmbio real efetivo

Índices 2005 = 100



Fonte: Elaboração própria com dados da CEPAL.

Paraguai. Depois de que a inflação se colocasse por baixo da meta em 2009, o Banco Central do Paraguai (BCP) optou por flexibilizar a política monetária, decisão que se manteve até meados de 2010 (ver BID-INTAL, 2011a). Durante a segunda metade de 2010 e o primeiro semestre de 2011, o ritmo de crescimento dos preços varejistas se acelerou ao calor da recuperação da economia e alta das cotações dos alimentos em nível internacional. O incremento do IPC em 2010 foi de 7,2% –próximo ao limite superior da meta ($5\% \pm 2,5$

p.p.)–, enquanto em junho de 2011 a inflação foi de 8,8% i.a. Diante dessa situação, o BCP começou a elevar a taxa de juros de referência e incrementou os depósitos compulsórios no quarto trimestre de 2010.

Durante 2010 o tipo de câmbio do guarani em relação ao dólar se manteve relativamente estável, finalizando o ano com uma valorização de 1,1%. As poucas variações observadas até meados do terceiro trimestre são explicadas pela abundante liquidez internacional, parcialmente compensada pelo déficit da balança comercial, bem como pela intervenção do BCP para diminuir a volatilidade. Para final de ano, porém, as pressões para a valorização da moeda aumentaram. Apesar das compras de divisas feitas pelo BCP, o guarani se revalorizou 13,2% em relação ao dólar durante o primeiro semestre de 2011. Em termos reais efetivos, o guarani se desvalorizou durante a primeira metade de 2010 e começou a se valorizar em meados desse ano, chegando, em dezembro, a 2,9% menos do que no mesmo mês de 2009. O ritmo de valorização se acentuou durante os primeiros seis meses de 2011, quando a TCRE acumulou uma baixa de 11,3%.

O acúmulo de reservas internacionais derivado da intervenção no mercado cambial foi o principal fator de expansão de M0, enquanto o crédito líquido ao setor público funcionou como o maior elemento de contração. Em 2010 e na primeira metade de 2011, o sistema financeiro paraguaio mostrou maior atividade de intermediação, com crescimento do crédito para o setor privado e aumento dos depósitos, ao mesmo tempo em que houve menor nível de inadimplência e menores taxas de juros ativas (BCP, 2010 e BCP, 2011d).

Uruguai. Uma redução dos depósitos compulsórios em inícios de 2010 se refletiu em um excesso de liquidez que levou as instituições financeiras a demandarem instrumentos com juros e obrigou o Banco Central do Uruguai (BCU) a participar ativamente do mercado de dinheiro durante todo o ano. Do ponto de vista da oferta, a compra de divisas pela autoridade monetária para evitar a valorização excessiva do peso uruguaio também funcionou como um fator expansivo, que foi parcialmente compensado através da colocação de instrumentos do BCU (BCU, 2010 e BCU, 2011).

O crédito continuou aumentando durante 2010, embora a taxas decrescentes. O dinamismo responde principalmente à evolução dos empréstimos outorgados pelo *Banco de la República Oriental del Uruguay* (BROU), enquanto o crédito das entidades privadas se incrementou em menor velocidade. Os depósitos, por seu lado, também aumentaram rapidamente durante os primeiros três meses do ano, para depois diminuir seu ritmo de expansão que, embora estável, continuou sendo alto em 2011. Observou-se maior participação das colocações a prazo em detrimento dos depósitos à vista; a dolarização dos depósitos foi diminuindo, embora se mantivesse em níveis muito elevados, em torno de 70% em meados de 2011. Nesse contexto, o agregado monetário M1' teve uma forte expansão até o terceiro trimestre de 2010, quando começou a desaquecer, uma tendência que se manteve durante o primeiro semestre de 2011.³⁶

Diante do aumento das expectativas de inflação, o Comitê de Política Monetária (COPOM) decidiu, em sua reunião de setembro de 2010, incrementar 25 p.b. a Taxa de Política Monetária (TPM) até levá-la a 6,5%. A inflação varejista em 2010 foi de 6,9%, em conformidade com a meta estabelecida (faixa entre 3% e 7%), e a alta dos preços de bens transáveis foi parcialmente compensada pelas restrições ao incremento dos preços regulados.

³⁶ M1' inclui circulante, depósitos à vista e depósitos de poupança em moeda nacional.

Durante o primeiro semestre de 2011, as pressões inflacionárias se aceleraram, em grande medida como consequência da alta dos preços dos alimentos. Visando conter essas pressões, o COPOM aumentou em 100 p.b. a TPM até levá-la a 7,5% e teve uma intervenção ativa no mercado de dinheiro a fim de aproximar as taxas ao nível de referência. A inflação continuou por cima da faixa objetivo (3%–7% até maio e 4%–6% a partir de junho), alcançando 8,6% i.a. em junho de 2011. Em meados de maio, o BCU decidiu adotar medidas de restrição adicionais, como o aumento dos depósitos compulsórios (BCU, 2010 e BCU, 2011).

Durante 2010, o peso uruguaio sofreu uma leve desvalorização em relação ao dólar (1,4%), em parte como consequência da intervenção do BCU no mercado cambial. Esta tendência começou a se reverter durante o primeiro semestre de 2011, quando o peso se valorizou 7,3%. A TCRE finalizou 2010 com uma valorização de 3,1% e de 4,2% durante o primeiro semestre de 2011.

Venezuela. O agregado M1 (moeda em circulação e depósitos à vista) aumentou 40,0% em 2010 e os depósitos a prazo sofreram uma contração de 61,5%, levando a uma alta de 24,0% do M2, levemente inferior à inflação do ano. Em junho de 2011, a variação interanual do M1 foi 45,5% e a queda dos depósitos a prazo continuou em menor ritmo, motivo pelo qual o M2 cresceu 35,6%, 10,5 p.p. por cima da variação da inflação. O instituto emissor reduziu os depósitos compulsórios legais aplicados ao saldo marginal das obrigações das instituições financeiras e manteve sem alterações as taxas de juros dos instrumentos de intervenção monetária. As taxas ativas tiveram uma tendência crescente em 2010 que continuou durante a primeira metade de 2011 e a taxa máxima aplicada foi de 24,0%. Os créditos locais cresceram 20,6% em 2010.

A variação interanual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) foi 27,2% em dezembro de 2010, 2,1 p.p. superior ao ano anterior. Durante o primeiro semestre de 2010, a inflação foi impulsionada pelo aumento dos preços de alimentos e bebidas não alcoólicas, pois a estiagem restringiu a oferta de bens agrícolas. Devido ao menor crescimento do preço dos alimentos, a inflação se desacelerou levemente a partir do segundo semestre de 2010, chegando a 23,2% i.a. em junho de 2011.

A liquidação de divisas pelo BCV alcançou US\$ 35,515 bilhões em 2010, representando um incremento de 9,9% contra o ano anterior (BCV, 2011, p. 62).

Em junho de 2010, foi criado o Sistema de Transações com Títulos em Moeda Estrangeira (SITME), mecanismo complementar à oferta de divisas para o mercado financeiro³⁷ que consiste na compra-venda de títulos de dívida pública, que são liquidados no mercado secundário internacional (BCV, 2011, p. 66). A partir de 1 de janeiro de 2011, a taxa de câmbio foi unificada em 4,3 Bs. por dólar para a compra de divisas autorizada pela CADIVI, eliminando o regime que tinha funcionado durante o ano anterior e que consistia em dois níveis diferenciados: 2,6 Bs. por dólar para a importação de bens essenciais, como alimentos e medicamentos, e 4,3 Bs. por dólar para outras compras externas e as exportações de PDVSA. Em termos reais efetivos, a taxa de câmbio se desvalorizou 53,4% durante 2010 e se valorizou 4,3% no primeiro semestre de 2011.

³⁷ A *Comisión de Administración de Divisas* (CADIVI) é a entidade responsável pelo fornecimento de divisas para as operações comerciais.

E. Emprego e renda

Como em outros PED, as economias do MERCOSUL mantiveram a tendência de recuperação nas remunerações reais e na diminuição do desemprego dos últimos anos, interrompida durante a crise (Quadro 2). Nos quatro países do bloco, as taxas de desemprego atingiram os mínimos históricos em 2010 e a tendência para a diminuição do número de desempregados foi mantida, registrada a partir do primeiro trimestre de 2010. Durante a primeira metade de 2011, as menores taxas de desemprego do bloco corresponderam ao Brasil e ao Uruguai (6,3% e 6,5%, respectivamente), seguidas pela Argentina (7,3%) e o Paraguai (7,7%).³⁸ Em 2010, 561 mil novos empregos foram criados no bloco, aumentando o número de empregados em todos os países, com exceção do Paraguai.³⁹

Quadro 2. MERCOSUL e Venezuela: taxa de desemprego

Como % da população economicamente ativa, média do período

Ano	Argentina ^{a/}	Brasil ^{b/}	Paraguai		Uruguai ^{d/}	Venezuela ^{e/}
			c1/	c2/		
2003	17,3	12,4	8,1	n.d	16,9	18,0
2004	13,6	11,5	7,3	n.d	13,1	15,3
2005	11,6	9,9	5,7	n.d	12,2	12,3
2006	10,2	10,0	6,5	n.d	11,4	10,0
2007	8,5	9,3	5,5	n.d	9,6	8,5
2008	7,9	7,9	5,7	n.d	7,9	7,2
2009	8,7	8,1	6,4	n.d	7,6	7,6
2010	7,7	6,7	5,7	7,4	7,1	8,7
2011 ^{f/}	7,3	6,3	n.d	7,7	6,5	8,9

Notas: n.d.: Não disponível. ^{a/} Áreas urbanas. Os beneficiários de planos sociais que realizam uma contraprestação laboral por ele são considerados empregados. ^{b/} Seis áreas metropolitanas. ^{c1/} População total (urbana e rural). ^{c2/} Assunção (central e urbano). ^{d/} Em 2006 a *Encuesta Nacional de Hogares* é ampliada para incluir também as áreas rurais; por causa disso, os índices a partir desse ano não são comparáveis com as de anos anteriores (total urbano). ^{e/} Total nacional. ^{f/} Primeiro semestre.

Fontes: INDEC, IBGE, DGEEC, INE Uruguai, INE Venezuela.

Em contraste, o desemprego na Venezuela aumentou em relação a 2009, respondendo à contração da atividade econômica que o país experimentou, e o número de empregos se reduziu em 11.000. No primeiro semestre de 2011, a taxa de desemprego aumentou levemente em relação ao mesmo período do ano anterior, afetando 8,9% da população economicamente ativa. Mesmo assim, foi o único país da subzona no qual as remunerações reais se reduziram durante 2010 e a primeira parte de 2011.

³⁸ Os dados trimestrais do Paraguai correspondem à *Encuesta Continua de Empleo*, que tem se realizado desde o primeiro trimestre de 2010 abrangendo Assunção e Áreas Urbanas do Departamento Central.

³⁹ Dados da *Encuesta Permanente de Hogares* do Paraguai que fornece dados anuais nacionais de emprego.

Cabe também destacar, que todos os países –exceto a Venezuela no último período– conseguiram diminuir em grande medida a pobreza. A Argentina apresenta o menor índice da região, com 8,3% da população abaixo da linha de pobreza⁴⁰ no primeiro semestre de 2011, isto é 3,7 p.p. menos do que no mesmo período de 2010. No caso do , essa taxa foi de 13,5% em 2010, o menor nível desde 1992 (Ministério da Fazenda, 2011a e 2011b). No Paraguai, embora se mantivesse em níveis altos, a população abaixo da linha de pobreza foi 34,7% em 2010, 10 p.p. menor do que em 2006, com tendência para a diminuição (DGEEC, 2010). O Uruguai, no mesmo período, conseguiu reduzir o índice de pobreza de 34,4% a 18,6% (MIDES, 2011 e INE-ROU, 2007). Por último, depois de quatro anos de redução contínua do índice, a crise de 2008 na Venezuela provocou um pequeno aumento entre 2010 e inícios de 2011, quando chegou a 33,2% (INE-RBV, 2011).

⁴⁰ A linha de pobreza representa o valor monetário de uma cesta básica de bens e serviços obtida através da ampliação da Cesta Básica Alimentar.

ANEXO I

Quadro AI.1. Marcos da crise financeira 2008-2011*

Data	Acontecimento
2008	
15.09	Falência da <i>Lehman Brothers</i> . O BCPC corta as taxas de juro, iniciando uma política monetária expansiva.
10.10	O índice <i>Dow Jones</i> fecha em 8.451 pontos depois de 8 sessões de baixa nas quais perde 22,1%; isto representa um <i>crash</i> histórico.
4.11	Barack Obama vence nas eleições presidenciais dos Estados Unidos.
9.11	O governo chinês anuncia um plano de estímulo por US\$ 586 bilhões até fins de 2010.
1.12	O Departamento de Análise Econômica dos Estados Unidos anuncia oficialmente que a economia desse país entrou em recessão.
2009	
13.01	O governo alemão anuncia um pacote econômico de US\$ 67 bilhões.
18.02	O Presidente dos Estados Unidos transforma em lei o plano de estímulo para a economia por quase US\$ 800 bilhões.
9.02	A queda do Índice <i>Dow Jones</i> é interrompida (mínimo de 6.547 pontos).
2.04	O G-20 acorda um plano global de recuperação e reforma por US\$ 1,1 trilhão (US\$ 750 bilhões para o FMI, \$ 100 bilhões para os organismos multilaterais de desenvolvimento e US\$ 250 bilhões para impulsionar o comércio), acompanhado por medidas para o fortalecimento da supervisão e regulação financeira.
7.05	O BCE injeta liquidez em prazos mais extensos (um ano) através de operações de financiamento e implementa o Programa de Compras de Bônus Garantidos (cédulas hipotecárias e territoriais) até junho de 2010 por € 60 bilhões nos mercados primários e secundários; a taxa de juros de referência é reduzida em 25 pontos até 1,00%.
26.06	A Espanha cria um Fundo de Reestruturação Ordenada Bancária (FROB) de € 9 bilhões, para reforçar a solvência das entidades e facilitar as fusões.
4.10	O novo governo grego anuncia que o déficit público acumulado em 2009 foi equivalente a 12,7% do PIB (estimava-se 3,7%) e a dívida pública alcança 113,4% do produto.
25.1	Crise de confiança na capacidade de pagamento da <i>Dubai World</i> , que solicita moratória.
8-22.12	Estoura a crise de dívida soberana grega. Aumenta a diferença com o bônus alemão de referência, a qualificação dos instrumentos de dívida é abaixada e a bolsa cai.
9.12	Os Estados Unidos estendem o programa de resgate financeiro até outubro de 2010, era para finalizar em dezembro de 2009.
9.12	A Irlanda apresenta seu orçamento para 2010 com cortes por € 4 bilhões em gasto público.

Quadro AI.1. (CONTINUAÇÃO)

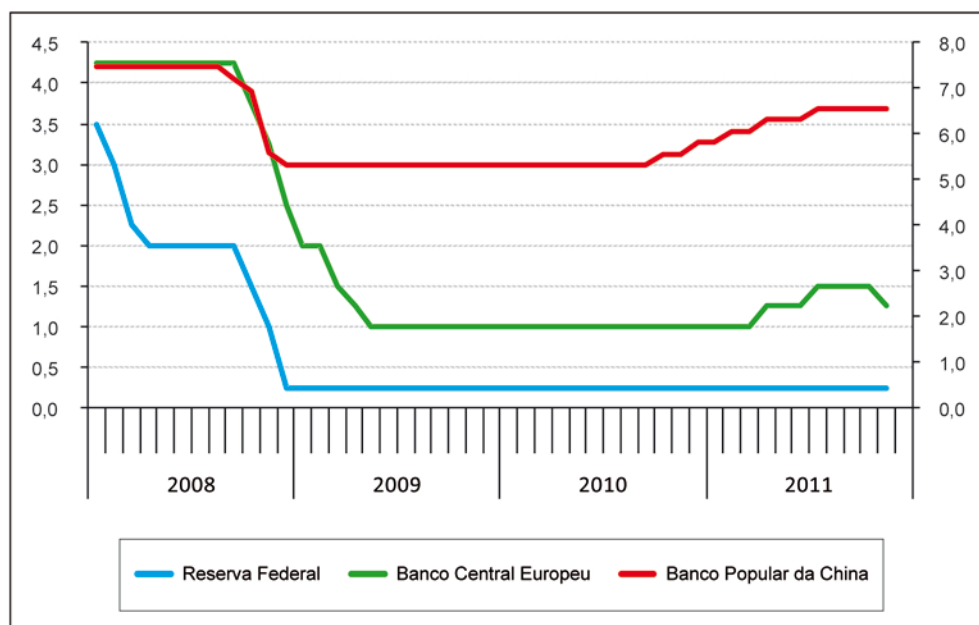
Data	Acontecimento
2010	
12.01	Após 16 meses de baixa das taxas de juros e dos requerimentos de reservas, o Banco Popular da China começa a endurecer sua política monetária; estes últimos aumentam em 50 pontos básicos.
25.03	O Parlamento de Portugal aprova o plano que inclui redução do gasto social e militar, aumento de impostos, congelamento de salários e privatizações.
2.05	Primeiro empréstimo de resgate para a Grécia (FMI, Comissão Europeia e BCE) por um total de € 110 bilhões a serem entregues em vários anos.
3.05	O BCE suspende os requisitos de qualificação mínimos para a dívida soberana grega; isto lhe permite continuar aceitando como garantia todos os bônus já emitidos ou por serem emitidos por esse país.
9.05	A UE cria o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF), com uma contribuição inicial de € 440 bilhões; faz parte de uma rede de segurança apoiada pelo FMI e a Comissão Europeia por um total de € 750 bilhões.
10.05	O BCE decide intervir nos mercados de dívida pública e privada da Eurozona e reativar as linhas de <i>swaps</i> com a Reserva federal.
13.05	Espanha e Portugal anunciam medidas para cortar o déficit orçamentário.
18.05	A Alemanha proíbe as operações curtas em bônus, ações e seguros contra inadimplência.
25.05	Alemanha, Grã Bretanha, Itália e França aplicam planos para cortar gastos e reduzir o déficit fiscal.
30.06	Os preços das <i>commodities</i> mostram um aquecimento durante o mês de junho que se transforma no início de uma nova escalada das cotações.
8.09	O Ministro da Fazenda do Brasil declara que há uma "guerra de divisas".
15.09	O Japão intervém no mercado cambial para evitar apreciação do iene.
21.11	A Irlanda solicita resgate ao FMI, a União Europeia e a Eurozona (€ 85 bilhões).
2.11	Eleições legislativas dos EUA: O partido republicano toma o controle da Câmara de Representantes.
4.11	A Reserva Federal inicia o <i>Quantitative Easing 2</i> (QE2) por US\$ 600 bilhões.
26.11	O Parlamento português aprova o terceiro Programa de Estabilidade e Crescimento que aplica aumento de impostos e rebaixamento de salários, além de cortes em gasto e investimento estatal.

Quadro AI.1. (CONTINUAÇÃO)

Data	Acontecimento
2011	
25.01	Saída do primeiro bônus do FEEF ao mercado.
10.02	Escalada do prêmio de risco de Portugal, o BCE compra dívida para deter o ascenso.
16.02	Começam os protestos contra o regime de Gadafi na Líbia, somados aos distúrbios no Egito das últimas semanas.
11.03	Terremoto e tsunami no Japão provocam crise nuclear.
31.03	O BCE anuncia a suspensão dos requisitos de qualificação mínimos para a dívida soberana da Irlanda; isto lhe permite continuar aceitando como garantia todos os bônus já emitidos ou por serem emitidos por esse país.
29.04	O índice <i>Dow Jones</i> chega ao máximo posterior à crise e começa um período de maior instabilidade financeira.
15.05	Começa a manifestação de "indignados" na Espanha.
16.05	Os EUA chegam ao limite de emissão de dívida e começam as negociações entre Republicanos e Democratas para incrementá-lo.
17.05	Entre 10 e 17 de maio, a Comissão Europeia, os Ministros da Fazenda do Eurogrupo e da União Europeia aprovam o empréstimo de resgate a Portugal por € 78 bilhões (€ 52 bilhões da União Europeia e € 26 bilhões da EFSF e do FMI)
30.06	Finaliza a segunda fase do programa da FED de <i>Quantitative Easing</i> .
7.07	O BCE anuncia a suspensão dos requisitos de qualificação mínimos para a dívida soberana de Portugal; isto lhe permite continuar aceitando como garantia todos os bônus já emitidos ou por serem emitidos por esse país.
21.07	A Eurozona aprova o segundo empréstimo de resgate para a Grécia (€ 109 bilhões) com participação voluntária dos bancos por € 50 bilhões. É decidido um aumento de capital do FEEF de € 440 bilhões para € 780 bilhões que deve contar com aprovação parlamentar e é acordada a baixa de juros e a extensão dos prazos dos empréstimos a Grécia, Irlanda e Portugal. Além disso, o FEEF amplia suas funções para recapitalizar bancos e comprar dívida pública, tanto no mercado primário quanto no mercado secundário.
2.08	É aprovado o incremento do limite da dívida dos EUA um dia antes de o governo entrar em cessação de pagamentos.
7.08	O BCE começa a comprar dívida da Itália e da Espanha.
10.08	O índice <i>Dow Jones</i> perde 15,8% em três semanas e volta aos níveis de setembro de 2010 (10.719 pontos).
6.10	O BCE lança um novo Programa de Compras de Bônus Garantidos (cédulas hipotecárias e territoriais) por € 40 bilhões até outubro de 2012.
14.10	Completa-se a aprovação da ampliação e modificação do FEEF proposta a 21 de julho.

Nota: * Ver também BID-INTAL (2009, pp. 2-3).

Gráfico AI.1. Evolução das taxas de juros de referência do Banco Popular da China, a Reserva Federal e o Banco Central Europeu



Fonte: Reserva Federal, Banco Popular da China e Banco Central Europeu.

ANEXO II

Quadro AII.1. MERCOSUL: Produto Interno Bruto (PIB)

Variação porcentual interanual real

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	MERCOSUL ^{a/}
1998	3,9	0,0	0,6	4,5	0,3	1,9
1999	-3,4	0,3	-1,5	-1,9	-6,0	-2,5
2000	-0,8	4,3	-3,3	-1,9	3,7	0,4
2001	-4,4	1,3	2,1	-3,8	3,4	-0,3
2002	-10,9	2,7	0,0	-7,7	-8,9	-5,0
2003	8,8	1,1	3,8	0,8	-7,8	1,4
2004	9,0	5,7	4,1	5,0	18,3	8,4
2005	9,2	3,2	2,9	7,5	10,3	6,6
2006	8,5	4,0	4,3	4,3	9,9	6,2
2007	8,7	6,1	6,8	7,3	8,8	7,5
2008	6,8	5,2	5,8	8,6	5,3	6,3
2009	0,9	-0,6	-3,8	2,6	-3,2	-0,9
2010	9,2	7,5	15,0	8,5	-1,5	7,7
2011 ^{p/}	7,5	3,3	4,0	5,8	4,5	5,0

Notas: ^{a/} Média simples dos cinco países. ^{p/} Projeções; Bancos Centrais.

Fonte: BCRA, BCB, BCP, BCU, CEPAL.

Quadro AII.2. MERCOSUL: decomposição da dinâmica do PIB^{a/} 2010-2011

Média da taxa de variação do PIB dessazonalizado em relação ao trimestre anterior para os períodos indicados, em %

País / Componente da demanda agregada	Trimestres	
	II-IV.10	I-II.11
Argentina	1,8	
PIB	2,3	2,8
(C+G)	0,5	2,1
I	-1,0	1,3
X-M		-0,6
Brasil	0,5	
PIB	1,2	1,0
(C+G)	-0,5	0,8
I	-0,3	0,6
X-M	1,8	-0,4
Paraguai		
PIB	2,7	-0,5
(C+G)	1,9	2,2
I	1,0	0,6
X-M	-0,2	-3,3

Quadro AII.2. (CONTINUAÇÃO)

País / Componente da demanda agregada	Trimestres	
	II-IV.10	I-II.11
Uruguai		
PIB	0,9	1,5
(C+G)	2,2	1,0
I	2,5	0,1
X-M	-3,8	0,4
Venezuela		
PIB	0,3	1,0
(C+G)	0,6	1,7
I	-1,5	2,6
X-M	1,1	-3,4

Notas: ^{a/} As séries dessazonalizadas do PIB são as oficiais da Argentina e do Brasil. Para o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela o ajuste sazonal foi realizado com a metodologia X-12 ARIMA. C: Consumo. G: Gastos públicos. I: Formação interna bruta de capital (formação interna bruta de capital fixo + variação de estoques). X: Exportações. M: Importações.

Fonte: Elaboração própria com dados do INDEC, IBGE, BCP, BCU e BCV.

Quadro AII.3. MERCOSUL: índice de preços ao consumidor

Variação percentual interanual até dezembro de cada ano, em %

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	MERCOSUL ^{a/}
2001	-1,5	7,7	8,4	3,6	12,3	6,1
2002	40,9	12,5	14,6	25,9	31,2	25,1
2003	3,7	9,3	9,3	10,2	27,1	11,9
2004	6,1	7,6	2,8	7,6	19,2	8,7
2005	12,3	5,7	9,9	4,9	14,4	9,4
2006	9,8	3,1	12,5	6,4	17,0	9,8
2007	8,5	4,5	6,0	8,5	22,5	10,0
2008	7,2	5,9	7,5	9,2	30,9	12,1
2009	7,7	4,3	1,9	5,9	25,1	9,0
2010	10,9	5,8	7,2	6,9	27,2	11,6
2011 ^{b/}	9,7	6,7	8,8	8,6	23,2	11,4

Notas: ^{a/} Média simples dos cinco países. ^{b/} variação i.a. até junho.

Fonte: INDEC, BCB, BCP, INE (Uruguai), BCV.

Quadro AII.4. MERCOSUL: tipo de câmbio real efetivo*Índices 2005=100, final de cada período*

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	MERCOSUL ^{a/}
2005	100,6	93,2	96,7	97,2	97,0	96,9
2006	100,0	88,6	81,1	98,7	86,8	91,0
2007	101,2	77,6	78,1	91,8	76,2	85,0
2008	89,5	97,3	72,9	93,0	56,4	81,8
2009	103,7	72,1	78,6	79,3	47,1	76,1
2010	97,2	66,9	76,3	76,8	72,3	77,9
2011 ^{b/}	98,7	68,4	65,7	73,5	64,8	74,2

Notas: ^{a/} Média simples dos cinco países. ^{b/} Setembro.

Fonte: CEPAL.

Quadro AII.5. MERCOSUL: reservas internacionais líquidas*Bilhões de US\$, no fim do período*

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela
2005	28,077	53,799	1,293	3,078	30,368
2006	32,037	85,839	1,703	3,091	37,440
2007	46,176	180,334	2,462	4,121	34,286
2008	46,386	193,783	2,864	6,360	43,127
2009	47,967	238,520	3,861	7,987	35,830
2010	52,145	288,575	4,168	7,656	30,332
2011 ^{a/}	51,695	335,775	4,907	9,768	28,540

Nota: ^{a/} Até junho.

Fonte: BCRA, BCB, BCP, BCU, BCV.

Quadro AII.6. MERCOSUL: taxa de empregados

Milhares de pessoas

Ano	Trimestre	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai ^{a/}	Venezuela ^{c/}
2004	I	8963	19759	n.d	1646	9911
	II	9076	17941	n.d	1664	10109
	III	9260	18925	n.d	1521	10306
	IV	9309	18180	n.d	1703	10484
2005	I	9164	19837	n.d	1777	10221
	II	9303	17994	n.d	1809	10338
	III	9560	20099	n.d	1784	10613
	IV	9675	17992	n.d	1938	10834
2006	I	9591	20682	n.d	1651	10705
	II	9887	20010	n.d	1741	10886
	III	10005	19307	n.d	1783	11026
	IV	10084	18251	n.d	1744	11233
2007	I	10056	20995	n.d	1858	10936
	II	10191	19610	n.d	1659	11218
	III	3460	19914	n.d	1817	11250
	IV	10185	18903	n.d	1792	11680
2008	I	10247	21194	n.d	1870	11300
	II	10283	20502	n.d	1978	11692
	III	10277	21005	n.d	1914	11757
	IV	10514	19899	n.d	1993	11881
2009	I	10316	22222	n.d	1953	11626
	II	10292	19842	n.d	1773	12000
	III	10319	20877	n.d	2056	11881
	IV	10458	20417	n.d	1909	12118
2010	I	10429	22374	1104	2155	11757
	II	10541	21018	1139	1878	11931
	III	10508	20944	1106	1906	11763
	IV	10593	20696	1121	1803	12129
2011	I	10602	22746	1141	2083	11964
	II	10895	21829	1169	1798	12005

Nota: ^{a/} A partir de 2008: total país. 2002-2007: localidades de 5000 ou mais habitantes.

Fonte: MECON, IBGE, INE (Uruguai) e INE (Venezuela).

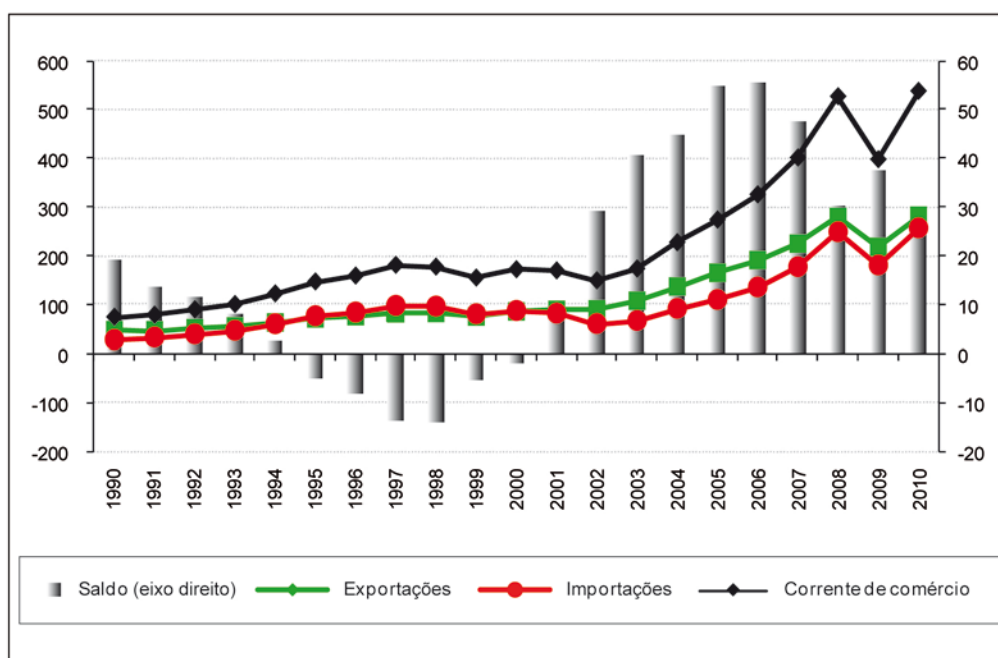
CAPÍTULO II. EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO E DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO

A. Comércio total do bloco⁴¹

Em 2010, os fluxos comerciais dos países do MERCOSUL alcançaram US\$ 537,448 bilhões, 2,1% por cima do máximo prévio à crise registrado em 2008. Após uma contração de 24,6% em 2009, o intercâmbio total se expandiu 35,4% em 2010, impulsionado principalmente pelas importações (42,4%) e, em menor medida, pelas exportações (29,5%), que foram de US\$ 256,131 bilhões e US\$ 281,317 bilhões, respectivamente. Este comportamento diferenciado é consequência, como foi mencionado no Capítulo I, da forte recuperação da atividade e do significativo impulso do consumo interno das economias do bloco durante 2010 (Gráfico 11).

Gráfico 11. Comércio total do MERCOSUL,^{a/} 1990-2010

Bilhões de US\$



Nota: ^{a/} Inclui comércio intrazona.

Fonte: INDEC (Argentina), SECEX-MDIC (Brasil), BCP (Paraguai), BCU (Uruguai).

⁴¹ Esta seção se baseia em cifras primárias de comércio elaboradas pelos órgãos nacionais de estatística, as quais podem diferir das correspondentes às obtidas a partir do balanço de pagamentos, consideradas no Capítulo I. As diferenças surgem de duas circunstâncias: (a) data de atualização das séries e (b) definições distintas. Sobre este último ponto, cabe esclarecer os seguintes casos: (i) Argentina: as importações são consideradas no balanço de pagamentos em base *Free On Board* (FOB) e as desta seção são *Cost, Insurance and Freight* (CIF); (ii) Paraguai: no balanço de pagamentos, ambos os fluxos de são medidos FOB e incluem tanto o comércio registrado quanto o não registrado, assim como entidades binacionais e reexportações, ao passo que nesta seção só é considerado o comércio FOB registrado; (iii) Uruguai: no balanço de pagamentos, os fluxos incluem o comércio de enclaves aduaneiros, excluídos nas cifras desta seção; adicionalmente, as importações do balanço de pagamentos são FOB e as desta seção são CIF.

Consequentemente, o saldo comercial –que tinha se ampliado pela maior contração das compras externas sobre as vendas em 2009– diminuiu 32,7% durante o último ano, chegando a US\$ 25,186 bilhões. O resultado da balança de bens está no mínimo a partir da saída da crise sofrida pelo bloco em inícios da década passada e representa menos da metade do máximo atingido em 2006.

No primeiro semestre de 2011, as exportações mantiveram o ritmo de expansão do ano anterior (29,9%), alcançando US\$ 164,904 bilhões, enquanto as importações desaqueceram seu crescimento a 31,8%, chegando a US\$ 150,295 bilhões. Assim, o superávit comercial do bloco aumentou 13,6% em relação ao mesmo período de 2010, ascendendo a US\$ 14,609 bilhões (Quadro 3).

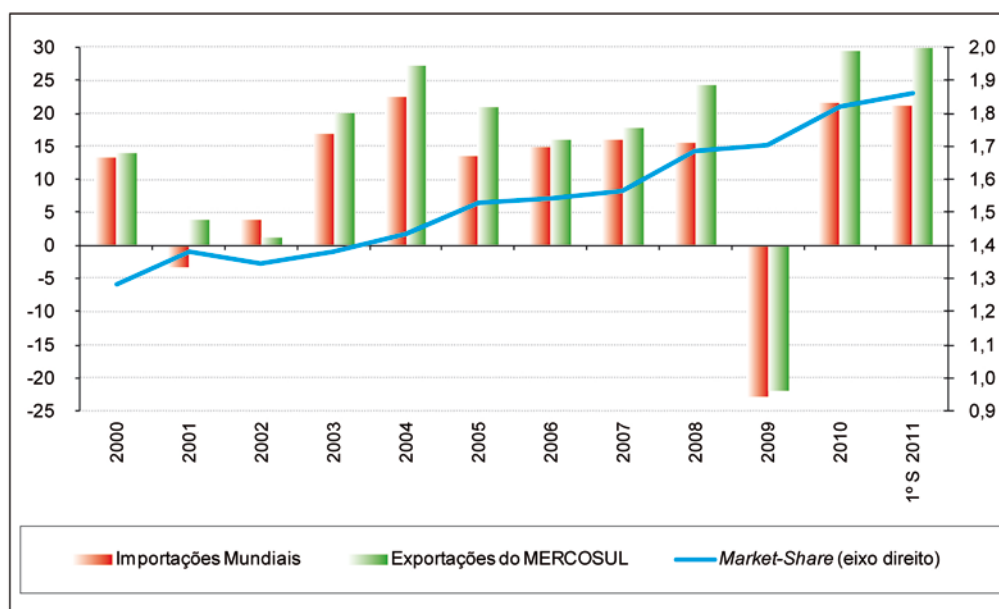
Exportações, comércio mundial e market-share

As exportações do MERCOSUL conseguiram uma recuperação mais rápida do que as importações mundiais durante 2010. Depois de que ambos os fluxos se contraíssem a taxas similares devido à crise internacional de 2009, as vendas externas do bloco sul-americano cresceram 29,5% no ano seguinte, 8 p.p. a mais do que as importações mundiais. Consequentemente, a participação do MERCOSUL nas compras externas globais se elevou a 1,82% (1,71% em 2009).

Durante a primeira parte de 2011, a evolução tanto das exportações do bloco quanto das importações do mundo foi similar à de 2010. Os envios para o exterior do MERCOSUL subiram 29,9% i.a., ao passo que as compras globais se expandiram 21,2%, gerando um novo incremento no *market-share* do bloco de 1,86%.

Gráfico 12. Crescimento das exportações do MERCOSUL e das importações mundiais e evolução do *market-share* do MERCOSUL, 2000-1º semestre de 2011

Taxas de variação e porcentagens



Fonte: FMI, INDEC (Argentina), SECEX-MDIC (Brasil), BCP (Paraguai) e BCU (Uruguai).

Comércio dos países

O comércio dos países do MERCOSUL teve uma rápida recuperação dos efeitos da crise internacional. Após a contração sofrida em 2009, as exportações e importações de cada sócio se colocaram, em 2010, por cima dos níveis máximos de 2008, com exceção dos níveis de intercâmbio da Argentina e das compras externas uruguaias.

Exportações. Conforme evidenciado no Quadro 3, o Paraguai foi o sócio que mostrou maior dinamismo nas vendas externas durante 2010, as quais cresceram 43,2%, seguido pelo Brasil (32,0%), o Uruguai (24,6%) e a Argentina (22,4%). No primeiro semestre de 2011, os envios de todos os membros continuaram crescendo em um ritmo similar ao do ano anterior, embora a taxa de expansão das exportações do Paraguai se desacelerasse significativamente a 14,3%.

As vendas de soja e de carne promoveram o espetacular incremento das exportações **paraguaias** em 2010, explicando três quartas partes do aumento. É preciso destacar que, embora os preços da soja aumentassem, os volumes exportados contribuíram em maior proporção à alta das vendas, devido ao incremento nas rendas obtidas. A Argentina e o Uruguai continuam sendo os destinos principais para o grão de soja paraguaio, de onde é reexportado para mercados externos (ver Seção D deste capítulo), enquanto o Chile absorve a maior parte das vendas de carne dessa origem. Cabe mencionar que quase 90% dos envios paraguaios para o exterior são compostos por produtos agropecuários. No primeiro semestre de 2011, oleaginosas e carne continuaram liderando a expansão de suas vendas para o restante do mundo.

As **vendas externas do Brasil** abrangeram 71,8% do total das exportações do bloco em 2010, 1,4 p.p. superior a 2009 e próximo do máximo de 72,5% de 2006. Tanto em 2010 quanto durante o primeiro semestre de 2011, os envios brasileiros foram impulsionados pelos produtos básicos (minérios e petróleo e combustíveis), principalmente como consequência do aumento dos preços desses produtos. Este setor representou 44,6% dos envios em 2010, superando os manufaturados (39,4%), cuja participação tem sofrido uma clara diminuição desde o ano 2000, quando explicavam quase 60% das exportações do Brasil.

O incremento da participação do Brasil em 2010 –1,4 p.p. em relação a 2009– nas vendas externas do MERCOSUL equivale à diminuição sofrida pela participação da Argentina. As exportações deste último país representaram, nesse ano, 24,2% do total, longe das porcentagens em torno de 30% alcançadas na segunda metade dos anos 1990.

Os produtos primários⁴² foram os que mais contribuíram para a expansão das exportações argentinas em 2010 (46,8%) e, dentre elas, as sementes e frutos oleaginosos (26,9%), seguidas pelos cereais (11,3%). O aumento foi principalmente justificado pelo incremento das quantidades, como consequência da colheita recorde de soja da campanha 2009/2010 e a baixa base de comparação produzida pela seca da campanha anterior. Cabe notar que as manufaturas de origem industrial (MOI) também tiveram um desempenho importante nos envios para o exterior, explicando 40,9% da expansão. Os produtos mais relevantes deste setor foram o material de transporte terrestre (20,8%) –impulsionado pelas exportações automotivas para o Brasil–, pedras e metais preciosos (8,4%) e produtos químicos e relacionados (5,6%). No setor combustíveis e energia, a alta dos preços de 40,2% compensou a queda interanual de 28,8% dos volumes exportados; no primeiro semestre de 2011, o aumento das cotações não foi suficiente

⁴² Para a análise das exportações argentinas foi utilizada a classificação do *Instituto Nacional de Estadística y Censos* (INDEC) desse país, que desagrega as exportações por tipos genéricos de produtos: produtos primários (PP), manufaturas de origem agropecuária (MOA), manufaturas de origem industrial (MOI) e combustíveis e energia (CeE).

para compensar a queda do volume e o valor exportado neste setor teve uma redução de quase 10%. Nos primeiros seis meses deste ano, as vendas externas argentinas que mais se expandiram foram as manufaturas de origem agropecuária (MOA) e as MOI, as primeiras impulsionadas por preços e as segundas por quantidades.

Nos últimos anos, o Paraguai e o Uruguai elevaram levemente sua participação nas vendas externas da sub-região. O primeiro está no máximo desde a criação do bloco (1,6%), ao passo que o segundo –embora ainda longe dos 3,5% de fins dos anos noventa–, aumentou sua relevância depois da crise de inícios da década passada, representando 2,4% do total dos envios para o exterior em 2010.

As **exportações paraguaias** em 2010 foram principalmente compostas por produtos agrícolas e da indústria frigorífica (sua participação nos envios totais foi de 17,8% e 21,1% respectivamente). O primeiro grupo de mercadorias explicou 28,0% do aumento dos envios para o exterior e o segundo representou 13,8% da variação. O setor agroindustrial também foi o motor das vendas externas nos primeiros seis meses de 2011.

Importações. As importações dos países do bloco –impulsionadas pelo dinamismo do consumo interno– cresceram em um ritmo maior do que as exportações em 2010, aumentando em taxas superiores a 40% em todos os casos, exceto no Uruguai, onde aumentaram 24,8% (Quadro 3). O desempenho das compras para o exterior dos membros do MERCOSUL se modificou na primeira metade de 2011: no Uruguai cresceram a uma taxa i.a. de 40,7%, enquanto no resto dos sócios se desaceleraram. Na Argentina aumentaram 38,0%, no Brasil, 29,5% e no Paraguai, 29,4%,

Em 2010, as **compras argentinas para o exterior** foram impulsionadas pelos bens intermediários, bens de capital e suas peças e acessórios. Os veículos automotores contribuíram com 24,5% do incremento total, seguidos por máquinas e suas partes (13,9%), aparelhos e material elétrico (11,3%) e combustíveis e minérios (9,9%).

No **Brasil**, as importações que mais cresceram foram os combustíveis e lubrificantes (51,3%) e os bens de consumo (46,0%), seguidos pelas matérias-primas e bens intermediários (40,4%) –que representam quase a metade do total das compras externas– e bens de capital (38,0%). Com exceção do primeiro setor, onde predominou a incidência dos preços, as restantes categorias foram principalmente impulsionadas pelas quantidades.

Os bens de capital explicaram a metade do aumento das importações do **Paraguai**. O restante da alta corresponde aos bens de consumo –principalmente não duráveis– (31,1%). Os bens intermediários (sem petróleo, destilados e energia elétrica) contribuíram com a metade do aumento das **compras externas paraguaias** durante 2010, com destaque para os fornecimentos industriais elaborados.⁴³

Do mesmo modo que no caso das exportações, o Brasil continua incrementando sua participação nas importações do MERCOSUL. Em 2010, este país absorveu 70,9% das compras externas do bloco, enquanto em 2005 representava 67,4%. Simultaneamente, a participação da Argentina nas importações do bloco foi de 22,1% em 2010, muito inferior às porcentagens de mais de 30% da década de 1990 e ainda afastada de 26,3% de 2005. Pela primeira vez desde a

⁴³ O Banco Central do Uruguai utiliza a classificação de Grandes Setores Econômicos para categorizar as importações conforme destino econômico. Os fornecimentos industriais elaborados, segundo esta classificação, são produtos industriais, que sofrem alguma transformação, não designados em outra parte.

criação do bloco, em 2010, o Paraguai teve maior participação nas compras do MERCOSUL do que o Uruguai, representando 3,7% e 3,4%, respectivamente.

Saldo comercial. A grande expansão das importações em 2010 deteriorou o superávit comercial do bloco, que se reduziu 32,7%, o equivalente a US\$ 12,217 bilhões. Os quatro sócios contribuíram para esta contração na seguinte ordem: Argentina (US\$ 5,256 bilhões), Brasil (US\$ 5,040 bilhões), Paraguai (US\$ 1,536 bilhões) e Uruguai (US\$ 386 milhões).

No primeiro semestre de 2011, as importações do bloco continuaram aumentando em um ritmo maior do que as exportações, sendo o Brasil o único membro no qual essa tendência é inversa. O resultado foi que, enquanto os três sócios menores contribuíram negativamente para o saldo comercial do bloco, a melhoria na balança de bens brasileira de 64,7% na primeira parte de 2011 mais do que compensou a contração do superávit na Argentina e o incremento do déficit no Paraguai e no Uruguai, dando lugar a uma expansão i.a. do excedente comercial do conjunto do bloco de 13,6%.

Quadro 3. Fluxos totais de comércio dos países do MERCOSUL, em períodos selecionados

Milhões de US\$

	2002	2008	2009	2010	Var. % 2010/2009	1° S 2010	1° S 2011	Var. % 1° S 2011 / 1° S 2010
Exportações¹	88.911	278.366	217.236	281.317	29,5	126.930	164.904	29,9
Argentina	25.651	70.019	55.669	68.134	22,4	32.118	40.022	24,6
Brasil	60.439	197.942	152.995	201.915	32,0	89.187	118.304	32,6
Paraguai	961	4.463	3.167	4.534	43,2	2.378	2.717	14,3
Uruguai	1.861	5.942	5.405	6.734	24,6	3.247	3.861	18,9
Importações	59.709	248.023	179.832	256.131	42,4	114.073	150.295	31,8
Argentina ²	8.990	57.462	38.781	56.502	45,7	24.800	34.236	38,0
Brasil ¹	47.243	172.985	127.647	181.608	42,3	81.300	105.312	29,5
Paraguai ¹	1.510	8.506	6.497	9.400	44,7	4.172	5.400	29,4
Uruguai ²	1.967	9.069	6.907	8.622	24,8	3.801	5.347	40,7
Saldo comercial	29.201	30.344	37.404	25.186	-32,7	12.857	14.609	13,6
Argentina	16.661	12.556	16.888	11.633	-31,1	7.318	5.786	-20,9
Brasil	13.196	24.958	25.347	20.308	-19,9	7.887	12.992	64,7
Paraguai	-550	-4.043	-3.330	-4.866	46,1	-1.794	-2.683	49,5
Uruguai	-106	-3.127	-1.502	-1.888	25,7	-554	-1.486	168,2

Notas: ^{1/} FOB. ^{2/} CIF.

Fonte: INDEC (Argentina), SECEX-MDIC (Brasil), BCP (Paraguai), BCU (Uruguai).

Evolução recente do comércio intrazona

O nível de comércio intrazona do MERCOSUL a preços correntes⁴⁴ pode ser definido como a soma das exportações dos países dirigidas aos outros três sócios, ou das importações procedentes destes. Caso haja uma harmonização estatística, ambas as cifras deveriam

⁴⁴ O Boxe A apresenta uma estimativa do comércio intrazona da Argentina e do Brasil a preços constantes.

coincidir. No entanto, ao serem utilizadas fontes nacionais de informação não harmonizadas entre si, apresentam-se leves diferenças entre ambas as estimativas. Neste Informe, são utilizadas as cifras de exportações como indicador do comércio intrazona.

Em 2010, o comércio intrazona alcançou US\$ 44,077 bilhões, incrementando-se 34,7% em relação ao crítico ano anterior (Quadro 4). Esse aumento foi superior ao correspondente às exportações extrazona (28,6%), porém, inferior às compras oriundas do restante do mundo. No primeiro semestre de 2011, o comércio intrazona mostrou certo desaquecimento, embora mantendo uma taxa de expansão muito significativa (28,4%), um pouco menor do que a das exportações e as importações extrazona: 30,2% e 32,6%, respectivamente. Uma anualização simples do fluxo do primeiro semestre situa o nível do comércio do bloco em 2011 em uma cifra de quase US\$ 50 bilhões, cinco vezes superior ao nível do ano 2002. O comportamento do comércio intrazona e das importações oriundas do restante do mundo é resultado da intensidade da demanda e da atividade das quatro economias desde 2002, com exceção de 2009. Este incremento foi paralelo a uma expansão histórica da demanda externa: a anualização das exportações extrarregionais do primeiro semestre de 2011 equivale a cerca de US\$ 280 bilhões, 3,5 vezes o exportado para esse destino em 2002.

A importância relativa do comércio intrazona pode ser estimada comparando-a com as exportações ou com as importações totais dos quatro sócios (Gráfico 13.a). Em 2010, estas proporções alcançaram 15,7% e 17,2% dos fluxos totais respectivos. A diferença entre ambas as medições provém exclusivamente do nível das exportações e das importações extrazona, pois, como já foi mencionado, por definição, o comércio intrazona é igual às exportações intrabloco.⁴⁵

É interessante observar a evolução destes dois indicadores a partir de 2002, ano no qual o comércio intrazona alcançou um mínimo, como consequência da grave situação macroeconômica que vários membros do MERCOSUL atravessaram. A comparação com as exportações totais mostra um lento mas persistente aumento do comércio intrazona, devido a que, desde 2003, este tem crescido a taxas iguais ou superiores às taxas das exportações extrazona (Gráfico 13.b).

De seu lado, o indicador elaborado em relação às **importações** totais se mantém mais próximo da média do período (em torno de 18%), devido à grande correlação que há entre as dinâmicas do comércio intrazona e aquela das importações extrazona; isto é claramente observado na sincronização de ambas as curvas no Gráfico 13.b.⁴⁶ É claro, esta correlação é consequência de que ambos, comércio intrarregional e importações extrazona, respondem ao ciclo doméstico das economias: em princípio, maior (menor) nível de atividade interna gera maior (menor) nível de importações dos outros sócios, e também do restante do mundo.

Já as exportações extrazona –que influenciam na comparação do comércio intrarregional com as exportações totais– são determinadas pelo ritmo da demanda do restante do mundo. Cabe destacar, em particular, que em 2001-2002, a demanda externa atuou como fator anticíclico da deprimida atividade doméstica: nesse biênio, enquanto o comércio intrarregional caía, em média, 23,6%, as exportações extrarregionais se expandiram 8,5%. Essa disparidade provocou a queda do coeficiente comércio intrazona/exportações totais de 20,9% em 2000 para apenas 11,5% dois anos depois.

⁴⁵ A distância vertical entre as duas curvas do Gráfico 13.a representa o saldo do comércio extrazona. Se a curva comércio intrazona/exportações totais está por cima (abaixo) da curva comércio intrazona/importações totais, então há um déficit (superávit) extrazona.

⁴⁶ O coeficiente de correlação entre as taxas de variação de ambas as variáveis do período 2002-2010 é 0,92.

Quadro 4. Fluxos de comércio intrazona e extrazona do MERCOSUL, em períodos selecionados

Milhões de US\$

	2002	2008	2009	2010	Var. % 2010/2009	1º S 2010	1º S 2011	Var. % 1º S 2011 / 1º S 2010
Intrazona								
Comércio intrazona	10.202	41.597	32.714	44.077	34,7	19.768	25.389	28,4
Extrazona								
Exportações	78.709	236.770	184.521	237.240	28,6	107.163	139.515	30,2
Importações	49.413	205.553	148.097	213.839	44,4	95.147	126.187	32,6

Nota: ^{av} Definido como a soma das exportações de cada país para os outros sócios do bloco. Por diferenças de contabilização, este número apresenta pequenas diferenças com a soma das importações de cada país dos outros sócios.

Fonte: INDEC (Argentina), SECEX-MDIC (Brasil), BCP (Paraguai), BCU (Uruguai).

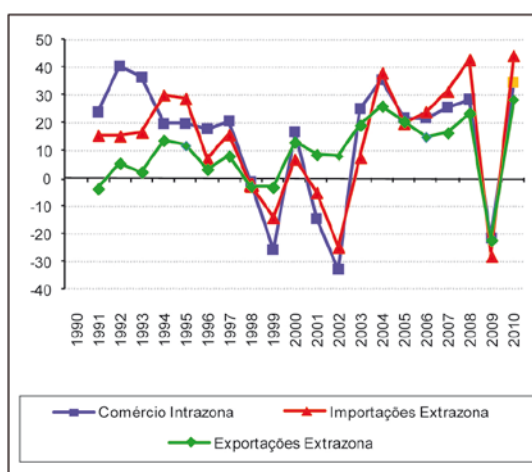
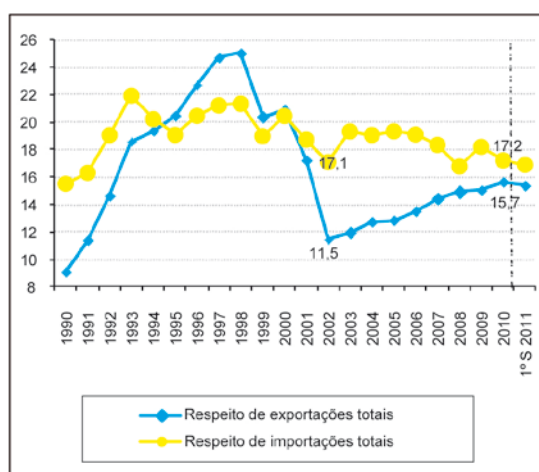
Gráfico 13. Dinâmica dos fluxos de comércio segundo destinos 1990-2011

a. Participação do comércio intrazona nas exportações e importações do MERCOSUL

b. Evolução do comércio intrazona e das exportações e importações extrazona

Em %

Taxas interanuais de variação



Fonte: INDEC (Argentina), SECEX-MDIC (Brasil), BCP (Paraguai), BCU (Uruguai).

O Quadro 5 apresenta a composição dos fluxos de comércio intrazona desagregada por países. Do lado das vendas, em 2010, os membros expandiram os envios para o MERCOSUL em mais de 40%, com exceção da Argentina, onde este crescimento foi significativamente menor (23,9%). A evolução das compras intrarregionais foi mais dessemelhante: enquanto as importações paraguaias do bloco aumentaram 47,4%, seguidas pelas argentinas (45,2%), as do Brasil aumentaram 26,8% e as do Uruguai se reduziram levemente. Nas cifras do primeiro semestre de 2011, é significativo o desaceleramento das exportações paraguaias (6,2% i.a.) e o crescimento das importações uruguaias (52,3% i.a.).

Quadro 5. Fluxos de comércio intrazona do MERCOSUL, em períodos selecionados*Milhões de US\$*

	2002	2008	2009	2010	Var. % 2010/2009	1° S 2010	1° S 2011	Var. % 1° S 2011 / 1° S 2010
Exportações								
Argentina	5.723	16.123	13.823	17.127	23,9	7.879	10.086	28,0
Brasil	3.319	21.737	15.829	22.602	42,8	9.697	12.912	33,2
Paraguai	553	2.135	1.533	2.194	43,2	1.222	1.297	6,2
Uruguai	607	1.601	1.530	2.155	40,8	971	1.095	12,8
Importações								
Argentina	2.895	19.997	12.866	18.681	45,2	8.109	10.732	32,3
Brasil	5.612	14.934	13.107	16.620	26,8	7.681	9.090	18,3
Paraguai	845	3.619	2.632	3.880	47,4	1.745	2.168	24,2
Uruguai	944	3.919	3.130	3.111	-0,6	1.391	2.117	52,3
Saldo comercial								
Argentina	2.828	-3.874	956	-1.555	-262,6	-231	-646	179,8
Brasil	-2.293	6.803	2.722	5.982	119,8	2.016	3.822	89,6
Paraguai	-293	-1.483	-1.099	-1.686	53,4	-524	-871	66,4
Uruguai	-337	-2.318	-1.599	-956	-40,2	-420	-1.023	143,5

Fonte: INDEC (Argentina), SECEX-MDIC (Brasil), BCP (Paraguai), BCU (Uruguai).

Os três sócios menores do bloco tiveram um saldo deficitário em seu comércio intrazona, situação que tem se apresentado desde 2004, com exceção do ano de 2009, quando a Argentina teve um pequeno superávit no contexto de uma forte contração de suas importações. A contrapartida deste saldo negativo é o persistente superávit que o comércio brasileiro mostra com seus outros sócios desde esse ano. Cabe destacar que o superávit do Brasil em 2010 (US\$ 5,982 bilhões) foi 12,1% inferior ao saldo recorde de 2008 (US\$ 6,803 bilhões). O primeiro semestre de 2011 anunciava uma intensificação desta tendência, pois os déficits da Argentina, Paraguai e Uruguai aumentaram em relação ao nível do mesmo período do ano precedente; o superávit brasileiro cresceu quase 90%.

Desde 2004, a Argentina é o sócio que mais tem importado do bloco: em média, durante 2004-2010, as compras argentinas representaram 47,0% do total importado dentro do bloco. Apesar do grande crescimento das compras brasileiras para o MERCOSUL nos últimos anos, a média do período mencionado é de apenas 36,7%. No primeiro semestre de 2011, as importações argentinas e brasileiras representaram 44,5% e 37,7% do total, respectivamente.

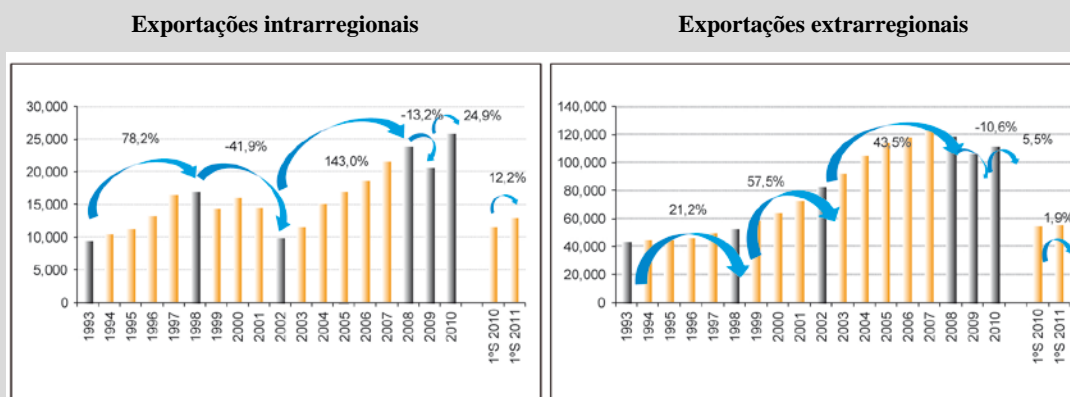
Já o Brasil é o principal exportador para o MERCOSUL, abrangendo, entre 2004 e 2010, 52,4% do total; as vendas para os outros sócios do bloco da parte da Argentina, Paraguai e Uruguai representaram 38,9%, 4,5% e 4,2%, respectivamente.

Boxe A. Dinamismo das exportações intrarregionais da Argentina e Brasil nos últimos anos⁴⁷

Medidas a preços constantes, em 2010, as exportações intrazona da Argentina e do Brasil para o MERCOSUL retomaram a tendência crescente que tinham tido desde a recuperação dos níveis de atividade em 2003 até a crise financeira de 2008. Durante o período precedente, os envios dos sócios maiores para seus vizinhos aumentaram muito mais do que aqueles destinados ao restante do mundo: 143,0% e 43,5%, respectivamente. A contração dos envios no contexto da crise foi similar tanto para os fluxos intra quanto extrarregionais, porém, em 2010, as vendas para o interior do bloco se expandiram 24,9%, quase cinco vezes mais rápido do que os envios para o restante do mundo (5,5%) (Gráfico A).

Gráfico A. Argentina e Brasil: evolução das exportações a preços constantes segundo zona de destino, 1993-1º semestre de 2011

Em milhões de US\$



Fonte: INDEC (Argentina) e SECEX-MDIC (Brasil).

Durante a primeira metade de 2011, as vendas para os sócios sub-regionais, sempre estimadas a preços constantes, aumentaram 12,2% em comparação com o mesmo período de 2010, ao passo que as exportações para o restante do mundo apenas subiram 1,9%; com esta evolução, a participação do MERCOSUL nos envios externos da Argentina e do Brasil atingiu 19,0% do total (Gráfico B).

Embora ainda por baixo do máximo de 25,1% atingido em 1997, atualmente, a participação do bloco nas vendas externas de ambos os países está em 8,4 pontos percentuais (p.p.) sobre o mínimo de 10,6% de 2002 e 2,7 p.p. por cima de 2009. Se a média das taxas de crescimento interanuais das vendas intra e extrazona de 2010 e do primeiro semestre de 2011 (18,6% e 3,7%, respectivamente) se mantivessem e 2010 fosse definido como ano inicial, a participação do MERCOSUL alcançaria novamente 25% em mais três anos.

Dois fatores principais explicam a expansão diferenciada por destino dos fluxos de comércio mensurados a preços constantes. De um lado, a rápida recuperação das economias da região em oposição aos baixos níveis de crescimento das economias desenvolvidas. De outro, a grande incidência dos preços no incremento dos fluxos de comércio para os países emergentes não pertencentes ao bloco (principalmente, a China), compostos especialmente por produtos primários e seus derivados.

⁴⁷ As explicações metodológicas da estimativa apresentada neste boxe estão em BID-INTAL (2011a, pp. 34-35). A análise limita-se a Argentina e Brasil em virtude de que, diferentemente do Paraguai e do Uruguai, contam com informações atualizadas necessárias para a realização do cálculo a preços constantes.

Boxe A. (CONTINUAÇÃO)

Gráfico B. Argentina e Brasil: participação das exportações a preços constantes para o MERCOSUL no total, 1993-1º semestre 2011

Em %



Fonte: INDEC (Argentina) e SECEX-MDIC (Brasil).

Comércio extrazona⁴⁸

Em 2010, as exportações do MERCOSUL para o restante do mundo totalizaram US\$ 237,240 bilhões, 26,8% por cima de 2009. Simultaneamente, as compras extrazona cresceram 44,4%, ascendendo a US\$ 213,839 bilhões. Embora o resultado da balança comercial extra-bloco continuou sendo superavitário, este sofreu uma contração de 35,8% em relação à excepcional cifra do ano anterior, fechando 2010 em US\$ 23,401 bilhões (Quadro 6).

Os fluxos de comércio do MERCOSUL se expandiram com todas as regiões do mundo. Conforme evidenciado no Quadro 6, a Ásia continuou sendo o mercado mais dinâmico para as vendas do bloco, com um incremento de 40,6% em 2010. Foi o destino que menos sofreu o impacto da crise em 2009 e o que mais contribuiu para o aumento dos envios em 2010, explicando 43,1% do total. Do mesmo modo, as compras para a região asiática foram as de maior crescimento, elevando-se 56,2% em 2010 e contribuindo em 40,9% para o total da expansão das importações. Assim, as vendas para a Ásia finalizaram o ano em um total de US\$ 78,673 bilhões e as compras, em US\$ 74,715 bilhões, gerando um

⁴⁸ Nesta seção, apresenta-se o comércio por destinos e origem, em blocos, segundo a seguinte classificação: TLCAN (Canadá, México e Estados Unidos), União Europeia (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Alemanha, Suécia, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, República Tcheca, Romênia e Bulgária), ALADI (Colômbia, Equador, Cuba, Peru, Venezuela, Bolívia, Chile, exclui México –incluído no TLCAN– e MERCOSUL) e ÁSIA (ASEAN –Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia e Vietnã–, Oriente Médio –Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Qatar, República de Iêmen, Síria e Território Autônomo Palestino–, China –inclui Hong Kong e Macau–, República da Coreia, Japão e Índia). Os totais por bloco podem não coincidir com os de Informes anteriores devido a uma reclassificação.

superávit comercial de US\$ 3,957 bilhões, 51,2% menor ao de 2009. Cabe destacar que esta região, que em 2002 se posicionava atrás da União Europeia e do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), é atualmente o principal sócio comercial do MERCOSUL, representando em torno de um terço dos intercâmbios extrazona do bloco.

O comércio com os países da Associação Latino-americana de Integração (ALADI) –excluindo o MERCOSUL e o México– também mostrou grande dinamismo durante 2010. Enquanto as vendas se expandiram 25,1%, as compras cresceram 46,2%, alcançando US\$ 25,798 bilhões e US\$ 12,252 bilhões, respectivamente. O intercâmbio com estes países representa uma porção muito baixa do comércio do MERCOSUL, o que resulta em uma escassa contribuição para a expansão dos fluxos extrazona. Contudo, cabe destacar que o saldo comercial do bloco com a ALADI culminou em 2010 com um superávit de US\$ 13,547 bilhões, 10,7% por cima do ano anterior, explicando os 57,9% do resultado positivo da balança de bens do MERCOSUL.

Em 2010, as exportações para os PD se recuperaram, porém, sem retomar os níveis de 2008, fato relacionado com o escasso dinamismo dessas economias. Mesmo assim, as vendas externas para o TLCAN e para a UE expandiram-se nesse ano 25,8% e 23,1%, respectivamente. Já as importações dessas origens cresceram 36,1% e 37,1%, respectivamente, e superaram o nível pré-crise. As vendas totais para os países do TLCAN atingiram US\$ 32,215 bilhões e as importações dessa origem, US\$ 43,796 bilhões, ao passo que os envios para o bloco europeu foram de US\$ 55,795 bilhões e as compras, de US\$ 50,362 bilhões. Assim, houve um incremento do déficit com os membros do TLCAN de 76,1% –única região com a qual o MERCOSUL tem um balanço comercial negativo– e uma diminuição no superávit com as economias europeias de 36,8%. Em virtude da grande importância que estes blocos ainda mantêm no comércio do MERCOSUL, sua contribuição para o incremento dos intercâmbios foi de aproximadamente 20% em 2010, com exceção das exportações para o TLCAN, que representaram apenas 12,5% do crescimento dos envios extrazona nesse período.

Durante a primeira metade de 2011, as exportações extrazona do MERCOSUL aumentaram 30,2% e as importações, 32,6%, em relação ao mesmo período de 2010. O superávit comercial do bloco com o restante do mundo aumentou 10,9%, fechando o semestre em US\$ 13,328 bilhões.

Embora a Ásia continuasse sendo um dos destinos mais dinâmicos, as outras regiões mostraram taxas similares de crescimento dos fluxos comerciais com o bloco sul-americano. Os envios para o TLCAN, a UE, Ásia e os outros países se expandiram em torno de 30% no primeiro semestre de 2011, ao passo que as vendas para a ALADI subiram 19,3%. Do lado das importações, o maior incremento foi o das compras para os outros países (48,9%), seguidos pela Ásia (32,7%), TLCAN (31,7%), ALADI (27,8%) e, por último, a UE (23,7%). Assim, o MERCOSUL ampliou o superávit com o bloco europeu, ALADI e Ásia, enquanto piorou o balanço negativo com o TLCAN e o resultado positivo com os outros países sofreu uma contração.

Quadro 6. Fluxos de comércio extrazona dos países do MERCOSUL segundo blocos econômicos, em períodos selecionados

Milhões de US\$

	2002	2008	2009	2010	Var. % 2010/2009	1° S 2010	1° S 2011	Var. % 1° S 2011 / 1° S 2010
Exportações								
Extrazona/Total%	88,5	85,1	84,9	84,3		84,4	84,6	
Extrazona	78.709	236.770	184.521	237.240	28,6	107.163	139.515	30,2
TLCAN	22.803	41.517	25.605	32.215	25,8	14.407	18.632	29,3
União Europeia	21.404	61.089	45.331	55.795	23,1	25.038	33.352	33,2
ALADI	8.643	27.912	20.616	25.798	25,1	11.905	14.197	19,3
Ásia	14.502	55.974	55.952	78.673	40,6	34.754	46.111	32,7
Demais países	11.357	50.277	37.016	44.758	20,9	21.059	27.222	29,3
Importações								
Extrazona/Total%	82,8	82,9	82,4	83,5		83,4	84,0	
Extrazona	49.413	205.553	148.097	213.839	44,4	95.147	126.187	32,6
TLCAN	14.079	42.330	32.182	43.796	36,1	19.609	25.832	31,7
União Europeia	16.104	46.445	36.729	50.362	37,1	22.497	27.835	23,7
ALADI	2.417	12.073	8.380	12.252	46,2	5.681	7.259	27,8
Ásia	9.842	64.629	47.838	74.715	56,2	32.585	43.255	32,7
Demais países	6.971	40.077	22.968	32.713	42,4	14.774	22.005	48,9
Saldo comercial								
Extrazona	29.296	31.216	36.424	23.401	-35,8	12.016	13.328	10,9
TLCAN	8.724	-813	-6.577	-11.581	76,1	-5.202	-7.201	38,4
União Europeia	5.300	14.645	8.603	5.433	-36,8	2.541	5.517	117,1
ALADI*	6.226	15.839	12.236	13.547	10,7	6.223	6.938	11,5
Ásia	4.660	-8.655	8.114	3.957	-51,2	2.169	2.856	31,7
Demais países	4.386	10.200	14.048	12.045	-14,3	6.285	5.217	-17,0

Fonte: INDEC (Argentina), SECEX-MDIC (Brasil), BCP (Paraguai), BCU (Uruguai).

Evolução dos preços e do quantum de exportação

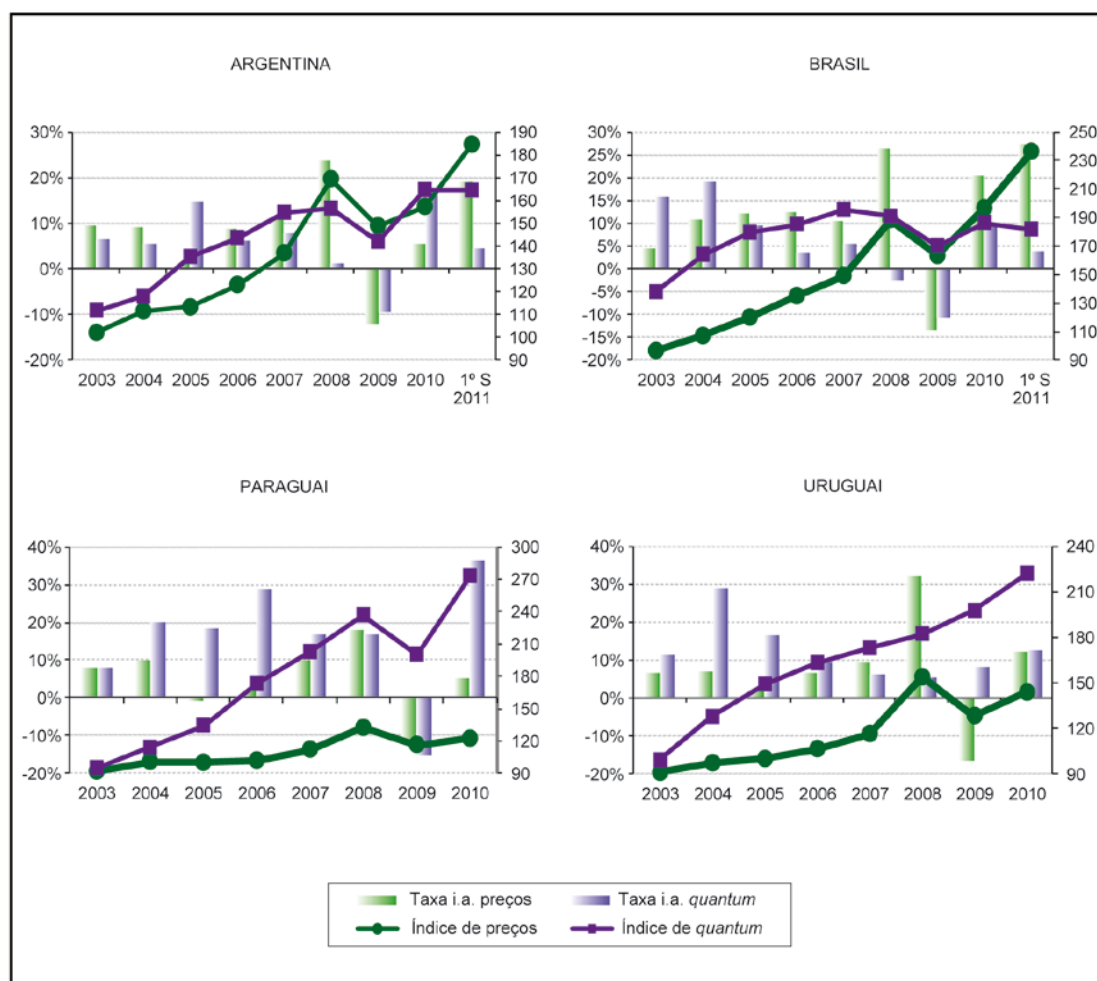
O Gráfico 14 mostra a incidência diferenciada das variações dos preços e o *quantum* na evolução das exportações totais dos membros do MERCOSUL.

No caso da **Argentina**, tanto os preços quanto as quantidades aumentaram em 2010, depois de que ambos contribuíssem, em 2010, para a contração das vendas externas: a variação do *quantum* foi maior (16,0%) do que a dos preços (5,6%). Enquanto nesse ano o índice de quantidades superou os níveis prévios à crise, o de preços só fez isto na primeira parte de 2011, período em que as cotações aumentaram a maior velocidade do que as quantidades, 19,2% i.a. e 4,4%, respectivamente. É interessante destacar que, desde 2002, o índice de preços das exportações argentinas quase duplicou, ao passo que o de *quantum* cresceu cerca de 50%.

Também no **Brasil**, durante os últimos anos, os preços de exportação aumentaram a taxas maiores do que as quantidades. Em 2010, a recuperação da economia global permitiu um grande crescimento do índice de preços de 20,5%, enquanto o *quantum* se incrementou em 9,5%. O nível de preços de 2008 foi recuperado em apenas um ano, enquanto o índice de quantidades ainda está por baixo do valor prévio à crise. No primeiro semestre de 2011, esta tendência se aprofundou e os preços subiram 27,5% em relação ao mesmo período de 2010, ao passo que o volume se elevou apenas 3,8%.

Gráfico 14. Crescimento dos preços e *quantum* de exportação dos países do MERCOSUL, 2003- primeiro semestre de 2011

Taxas de variação interanuais



Fonte: INDEC (Argentina), FUNCEX (Brasil), CEPAL (Paraguai e Uruguai).

Nos últimos oito anos, no **Paraguai** e no **Uruguai**, o crescimento do *quantum* exportado teve a maior incidência na variação das exportações, fato que difere do padrão das economias de maior escala do bloco. Em 2010, o índice de *quantum* das **vendas externas paraguaias** aumentou 36,4%, enquanto os preços se elevaram apenas 5,0%. Consequentemente, os preços das exportações recuperaram a metade da queda sofrida no ano anterior e se mantiveram por baixo dos níveis prévios às turbulências financeiras de fins de 2008 e 2009, enquanto no que

tange ao incremento das quantidades, no último ano, mais do que superou a queda evidenciada durante a crise.

O **Uruguai** é o único país do MERCOSUL cujo volume de exportação não foi afetado pela crise, embora a contração dos preços reduzisse o valor das vendas externas em 2009. Em 2010, a recuperação dos fluxos de comércio mundiais se refletiu nos preços e nas quantidades, que aumentaram cerca de 12%; o nível de preços, contudo, permaneceu por baixo do correspondente a 2008.

Boxe B. O "salto exportador" do MERCOSUL. Para além do boom das matérias-primas⁴⁹

Entre 2003 e 2008, as exportações do MERCOSUL cresceram aceleradamente (21,0% a.a., em média), ganhando participação no PIB e contribuindo de forma significativa para o bom desempenho macroeconômico dos países-membros, o que explica, em grande medida, a rápida recuperação destas economias depois da última crise internacional.

O "salto exportador" do MERCOSUL entre 2003 e 2008 diz respeito à aceleração do crescimento das vendas externas, tanto no que tange ao desempenho das últimas décadas quanto das exportações mundiais. Embora os países do bloco tenham experimentado episódios de forte expansão de suas vendas externas no passado, o último "salto exportador" apresenta algumas características particulares. Dentre elas, cabe destacar, em primeiro lugar, o início simultâneo do fenômeno nas quatro economias.

Em segundo lugar, o forte incremento dos envios externos foi impulsionado por fatores de oferta e de demanda, traduzidos em aumentos de preços e de quantidades exportadas. De um lado, o incremento dos preços não registra precedentes na história recente dos países do MERCOSUL. A espetacular alta da cotação das matérias-primas de exportação foi o resultado de uma combinação de circunstâncias, como o crescimento generalizado da economia mundial, a financeirização das *commodities*, a desvalorização do dólar e de alguns elementos que afetaram a produção de alimentos: o desenvolvimento de biocombustíveis e a mudança climática, entre outros. Este aumento dos preços dos produtos básicos permitiu que os países do MERCOSUL se beneficiassem de importantes melhorias de seus termos de intercâmbio e fortalecessem suas bases macroeconômicas. De outro lado, para além do boom nos preços das matérias-primas, o "salto exportador" teve um grande componente de expansão do volume de vendas externas, embora este fosse similar ao de episódios anteriores.

O dinamismo das quantidades exportadas entre 2003 e 2008 foi resultado da expansão generalizada da demanda mundial, bem como de fatores mais relacionados com aspectos domésticos. Em particular, o crescimento das economias da região, as desvalorizações nominais das moedas que incrementaram a rentabilidade dos setores transáveis e a expansão da renda nacional, derivada, em grande medida, da melhoria dos termos do intercâmbio, favoreceram a atração de investimentos que promoveram o aumento da produtividade e a ampliação da oferta exportável. Os regimes especiais de comércio também contribuíram positivamente, especialmente no caso do setor automotivo dentro do MERCOSUL.

Cabe destacar que as quantidades exportadas não mostraram um comportamento homogêneo ao longo do período 2003-2008. O caso mais expressivo é o do **Brasil**, onde se registrou um desempenho muito superior à média histórica entre 2003 e 2005 –quando se produziu efetivamente o "salto exportador" neste país–, para depois se desaquecer em 2006-2007 e se contrair em 2008. No **Uruguai** também foram observadas maiores taxas de crescimento do volume exportado durante o primeiro triênio, que depois começaram a desaquecer, embora sempre se mantivessem no terreno positivo, inclusive em 2009 quando a crise internacional reduziu as quantidades exportadas nos outros países do bloco. Na **Argentina** o volume exportado durante 2008 teve um impasse, enquanto o **Paraguai** teve um desempenho inverso ao de seus sócios, pois as quantidades cresceram mais durante 2006-2008 do que no triênio anterior, refletindo o amadurecimento de investimentos no setor agrícola.

⁴⁹ Este boxe é uma síntese de Gayá e Michalczewsky (2011), cujo objetivo é examinar a evolução das exportações do MERCOSUL em 2003-2008 com ênfase no comportamento das quantidades.

Boxe B. (CONTINUAÇÃO)

Um fato expressivo é que, apesar do excelente desempenho experimentado pela produção e pela exportação de matérias-primas, a evolução da estrutura exportadora, conforme o conteúdo tecnológico, não mostra sinais inequívocos de primarização, entendida como uma maior presença dos produtos básicos na produção e exportação em detrimento dos produtos de maior valor agregado. De fato, o último "salto exportador" parece ter sido um fenômeno relativamente estendido em nível setorial em todos os países do MERCOSUL e as manufaturas de conteúdo tecnológico médio têm um papel de destaque no crescimento das exportações a preços constantes, acompanhando a expansão das matérias-primas. Este setor se destacou entre os mais dinâmicos e foi o que mais contribuiu para o crescimento do volume exportado pela Argentina e Brasil.

Em todos os casos, o crescimento das exportações manufatureiras se relaciona com o aumento de competitividade cambial e as taxas de crescimento do PIB e das receitas das economias da região. Além disso, cabe destacar que o avanço da liberalização do comércio intrarregional no quadro da construção da união aduaneira contribuiu significativamente para a expansão do intercâmbio dentro do bloco, impactando principalmente nos setores de maior valor agregado.

Quadro A. MERCOSUL: contribuição à variação total das exportações a preços constantes durante o período, conforme conteúdo tecnológico.

Em %

Classificação	Argentina	Brasil			Paraguai	Uruguai
	2003-2008	2003-2008	2003-2005	2006-2007*	2003-2008	2003-2008
<i>Produtos primários</i>	10,5	33,0	23,2	59,5	78,9	49,0
<i>Manufaturas baseadas em RN</i>	22,7	14,3	15,2	31,2	11,5	14,4
Agrícolas e florestais	18,2	10,4	10,5	18,6	10,8	11,3
Outras	4,5	3,9	4,7	12,7	0,7	3,0
<i>Manuf. de baixo cont. tecnol.</i>	-0,4	3,8	10,6	-7,7	5,3	5,3
Têxtil e vestuário	-1,8	-1,6	1,7	-3,8	2,2	-1,9
Outras	1,4	5,4	8,9	-3,9	3,1	7,3
<i>Manuf. de cont. tecnol. médio</i>	55,3	35,5	39,6	3,2	3,4	19,2
Automotivo	27,0	10,3	15,5	-6,2	0,1	7,4
Processos	20,7	12,9	10,6	5,8	2,5	9,1
Engenharia	7,6	12,3	13,5	3,6	0,8	2,7
<i>Manuf. de alto cont. tecnol.</i>	6,6	5,1	5,7	3,1	1,4	3,3
Prod. elétricos e eletrônicos	0,4	2,0	5,1	-7,7	0,7	0,6
Outras	6,2	3,1	0,6	10,8	0,7	2,6
<i>Resto</i>	5,4	8,3	5,7	10,7	-0,4	8,8

Nota: * No caso do Brasil, o ano de 2008 não é incluído na análise do segundo subperíodo, em virtude da contração sofrida pelas exportações nesse ano.

Fonte: Gayá e Michalczewsky (2011).

Embora os produtos primários aumentassem sua participação no volume exportado de todos os países do bloco –com exceção da Argentina, onde a queda dos combustíveis compensou quase a totalidade da expansão do setor agropecuário–, no Brasil e no Uruguai o aumento de participação do setor foi relativamente baixo. Mesmo assim, a partir de 2006, e como consequência da valorização cambial e da maior demanda doméstica, as *commodities* incrementaram seu peso relativo na cesta exportadora brasileira. O Paraguai foi o único país onde a participação das matérias-primas teve uma expansão considerável. Nos quatro países, o complexo de soja foi um dos mais dinâmicos, juntamente com os combustíveis no Brasil.

Boxe B. (CONTINUAÇÃO)

O mercado regional (tanto o MERCOSUL quanto o restante da América Latina) teve um papel importantíssimo no aumento das exportações. A região se destacou entre os principais responsáveis pelo incremento do volume exportado pelos quatro países e foi especialmente relevante para o incremento dos envios externos de maior valor agregado.

Outro traço de destaque do último "salto exportador" é a mudança na composição geográfica do comércio. Alguns países e regiões historicamente pouco importantes, como a China, a Rússia e "o restante do mundo", salientaram por seu dinamismo e ganharam importância nas vendas externas do bloco, deslocando parcialmente os PD. Estes novos destinos foram especialmente relevantes para o incremento das exportações de matérias-primas.

Quadro B. MERCOSUL: variação a.a. das exportações e contribuição ao incremento das exportações a preços constantes, por destino

Em % do total, período 2003-2008

Destino	Variação a.a.				Contribuição à variação a.a.			
	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
MERCOSUL	8,9	25,1	9,7	8,9	34,6	24,6	34,9	27,5
Resto ALC	2,9	11,0	27,9	15,7	9,0	18,3	30,0	16,5
EUA-Canadá	-0,7	-0,8	2,1	-1,9	-1,2	-2,0	0,5	-1,1
UE	3,7	5,6	13,8	5,3	11,2	16,7	8,9	10,4
Asia-Pacífico	0,3	7,2	30,8	8,4	0,4	7,7	6,5	2,9
China	16,0	15,0	0,0	2,4	15,5	12,6	0,0	1,0
Rússia	21,3	7,5	91,2	42,0	2,8	1,9	16,0	8,8
Restante do mundo	13,4	12,6	4,7	20,8	27,6	20,2	3,2	34,0
Total	6,9	8,2	17,9	12,6	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Gayá e Michalczewsky (2011).

Atualmente, as vendas externas do MERCOSUL enfrentam numerosos desafios, como a fragilidade da economia mundial; a apreciação real das moedas, que deteriora a competitividade das exportações do bloco, particularmente dos setores industriais; as políticas agropecuárias aplicadas pela China, que poderiam deter os envios de alimentos para o país asiático; a proliferação de acordos comerciais regionais no restante da América Latina, que erodem o acesso preferencial a este mercado de grande relevância para as exportações manufatureiras; algumas limitações internas (baixos níveis de produtividade em alguns setores, deficiências de infraestrutura); entre outros.

B. Comércio MERCOSUL-Venezuela

Diferentemente do MERCOSUL, a Venezuela não atingiu uma recuperação plena de seus fluxos de comércio durante 2010, após a grande contração do ano anterior, provocada pela crise financeira internacional. Embora as exportações aumentassem 14,2%, a alta não foi suficiente para compensar a queda de 2009 e as vendas totais foram de US\$ 65,786 bilhões, um nível 30,9% menor ao máximo de 2008 (US\$ 95,138 bilhões). Adicionalmente, os envios para o exterior foram impulsionados quase em sua totalidade pelas vendas petroleiras, que cresceram 15,0% e alcançaram um novo recorde na participação das exportações totais, de 94,7%. As não petroleiras, por sua vez, cresceram apenas 2,2%. É necessário apontar que o efeito sobre as

vendas externas da Venezuela responde apenas ao efeito dos preços, cujo espetacular incremento durante 2010 compensou a queda dos volumes de petróleo exportado.

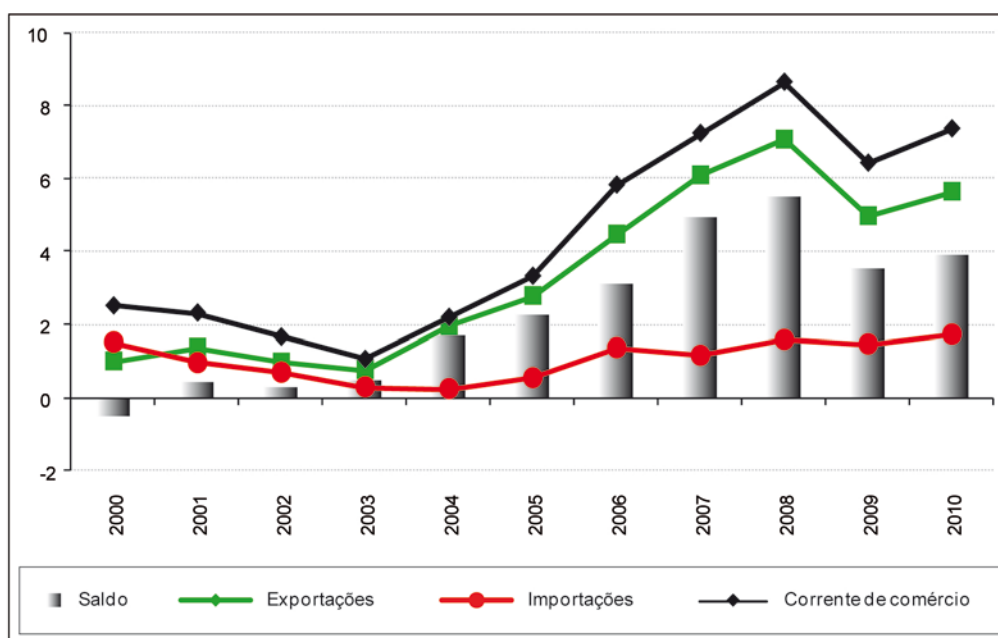
As importações, de outro lado, permaneceram quase invariáveis, aumentando 0,6% em 2010. A recessão que continuou afetando a economia venezuelana durante a primeira parte desse ano, e as mudanças instrumentadas no regime cambial,⁵⁰ que dificultaram a obtenção de divisas, limitaram a capacidade de absorção interna. Contudo, enquanto no primeiro semestre de 2010 as importações se reduziram significativamente, a recuperação da economia durante a segunda metade do ano se refletiu no crescimento das compras externas. O superávit comercial anual foi de US\$ 23,585 bilhões, 50,9% maior ao de 2009.

No primeiro semestre de 2011, as exportações totais da Venezuela cresceram 40,9% em relação ao mesmo período de 2010, novamente impulsionadas pelas vendas petroleiras, que continuaram aumentando sua participação no total até chegarem a 94,9%. Simultaneamente, as importações se expandiram 21,8% i.a., refletindo a continuidade na recuperação atingida pela economia durante os primeiros meses do ano.

Ao passo que as importações da Venezuela cresceram apenas 0,6% em 2010, os envios do MERCOSUL para este país aumentaram 13,5% e se situaram em US\$ 5,635 bilhões. As compras do bloco sul-americano a este país totalizaram US\$ 1,723 bilhões, o que significa um crescimento de 18,4%, superior ao das exportações totais venezuelanas. O superávit comercial do MERCOSUL com a Venezuela aumentou 11,5% em 2010 e foi de US\$ 3,912 bilhões (Gráfico 15).

Gráfico 15. MERCOSUL: fluxos de comércio com a Venezuela no período 2000-2010

Bilhões de US\$



Fonte: INDEC (Argentina), SECEX-MDIC (Brasil), BCP (Paraguai) e BCU (Uruguai).

⁵⁰ Ver Capítulo I "Políticas Econômicas" (Venezuela).

Com estes resultados, a participação do MERCOSUL nas importações venezuelanas se recuperou em 2010, chegando a 13,4% contra os 11,8% do ano anterior. A evolução do *market-share* foi relativamente homogênea nos diferentes países do bloco: com exceção do Paraguai, todos os países incrementaram sua participação durante 2010. A Argentina viu aumentar seu peso relativo nas importações venezuelanas a 3,4% (0,9 p.p. mais do que em 2009), o Brasil, 0,5 p.p. até 9,1% e o Uruguai, de 0,4% a 0,6%.

Em 2010, todos os países do bloco aumentaram seus envios para a Venezuela, com exceção do Paraguai (Quadro 7). O Brasil representou 68,4% das vendas do MERCOSUL ao sócio sul-americano, seguido pela Argentina (25,3%), Uruguai (4,4%) e Paraguai (2,0%). Nesse mesmo ano, o Brasil absorveu 48,3% das vendas da Venezuela ao bloco, enquanto o Uruguai foi destino de 38,3% do total. A participação do Paraguai e da Argentina nas compras do MERCOSUL à Venezuela ascendeu a 12,1% e 1,2%, respectivamente.

Quadro 7. MERCOSUL: fluxos de comércio com a Venezuela, em períodos selecionados

Milhões de US\$

	2002	2008	2009	2010	Var. % 2010/2009	1º S 2010	1º S 2011	Var. % 1º S 2011 / 1º S 2010
Exportações à Venezuela								
MERCOSUL	968	7.062	4.964	5.635	13,5	2.524	2.698	6,9
Argentina	148	1.420	1.042	1.424	36,7	599	761	27,0
Brasil	799	5.150	3.610	3.854	6,7	1.778	1.785	0,4
Paraguai	10	257	124	110	-11,2	53	35	-33,8
Uruguai	11	235	187	247	32,1	94	118	24,8
Importações da Venezuela								
MERCOSUL	689	1.576	1.455	1.723	18,4	1.040	1.090	4,9
Argentina	7	25	15	21	38,7	10	7	-28,0
Brasil	633	539	582	833	43,2	465	610	31,2
Paraguai	5	365	334	209	-37,6	126	180	42,2
Uruguai	44	647	524	660	26,1	439	294	-33,1
Saldo comercial								
MERCOSUL	279	5.486	3.508	3.912	11,5	1.485	1.608	8,3
Argentina	141	1.394	1.026	1.402	36,6	590	754	27,9
Brasil	166	4.611	3.029	3.021	-0,2	1.313	1.175	-10,5
Paraguai	5	-108	-210	-98	-53,2	-73	-145	97,1
Uruguai	-33	-412	-337	-413	22,7	-345	-176	-48,9

Fonte: INDEC (Argentina), SECEX-MDIC (Brasil), BCP (Paraguai) e BCU (Uruguai).

Cabe salientar, de um lado, que a Argentina foi o país que mais contribuiu para o incremento das exportações do MERCOSUL para a Venezuela (56,9%), enquanto a expansão das compras brasileiras ao país caribenho explicou quase a totalidade do aumento das importações do bloco dessa origem. De outro lado, salienta a queda das compras do Paraguai à Venezuela em 2010, que finalizaram o ano em um valor equivalente a dois terços das importações registradas no ano anterior. A maior parte do superávit do bloco com a Venezuela em 2010 é explicada pelo resultado positivo da balança comercial bilateral com o Brasil, que foi de US\$ 3,021 bilhões e,

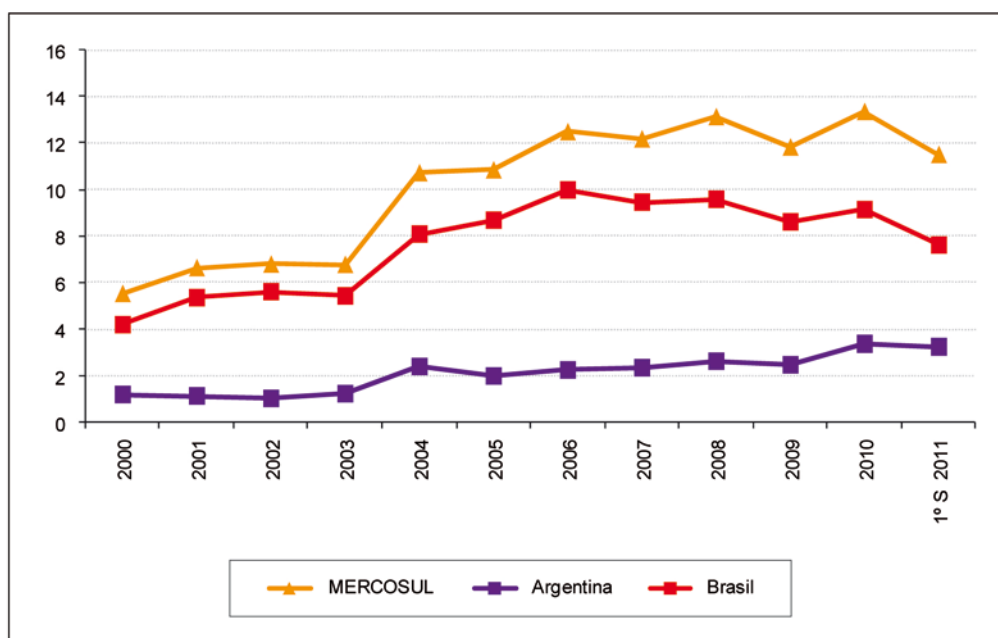
em menor medida, pela Argentina (US\$ 1,402 bilhões). Paraguai e Uruguai registraram saldos deficitários com a Venezuela de US\$ 98 milhões e US\$ 413 milhões, respectivamente.

No primeiro semestre de 2011, as exportações do MERCOSUL para a Venezuela cresceram 6,9% i.a., e as importações aumentaram 4,9%, daí que o excedente comercial do bloco com o país caribenho fosse de US\$ 1,608 bilhões.

Embora o Brasil continue sendo o principal exportador do bloco à Venezuela, no primeiro semestre de 2011, suas vendas cresceram apenas 0,4%, ao passo que as exportações argentinas cresceram 27,0%. Do lado das importações, o Brasil absorveu mais da metade do total das compras do bloco à Venezuela. Chama a atenção o pouco peso das importações argentinas dentro do total comprado pelo MERCOSUL à Venezuela: não chega a 1% do total.

Gráfico 16. Participação do MERCOSUL nas importações da Venezuela no período 2000-1º semestre de 2011

Em %



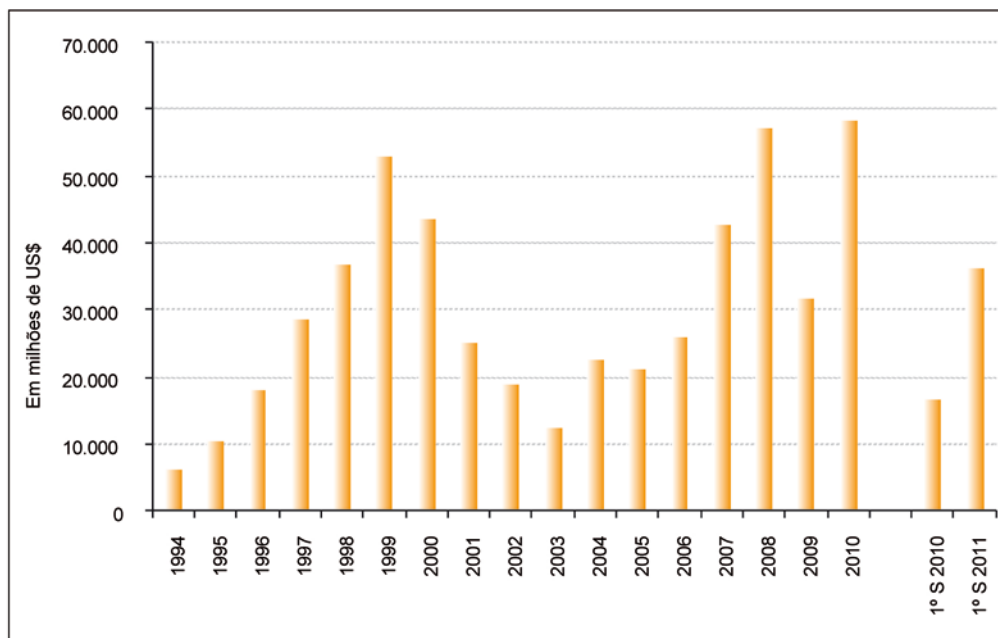
Fonte: INDEC (Argentina), SECEX-MDIC (Brasil), BCP (Paraguai), BCU (Uruguai) e BCV (Venezuela).

C. Investimentos estrangeiros no MERCOSUL

A recuperação econômica de 2010 estimulou os fluxos de investimento estrangeiro direto (IED) mundial: após uma queda anual de 32,1% em 2009, esta variável se expandiu 4,9% no ano seguinte, totalizando US\$ 1,24 trilhão (UNCTAD, UNCTADstat). No MERCOSUL, a volatilidade dos investimentos foi ainda mais pronunciada, passando de uma queda de 44,4% em 2009 a uma alta de 83,2% em 2010, atingindo US\$ 58,189 bilhões.

Gráfico 17. Investimento Estrangeiro Direto no MERCOSUL

Em milhões de US\$



Fonte: INDEC (Argentina), Bancos Centrais do Brasil, Paraguai e Uruguai.

Mesmo assim, os registros de 2010 marcaram um novo recorde no que tange a receitas de IED no bloco, levemente acima do máximo histórico de 2008 (US\$ 57,168 bilhões). No primeiro semestre de 2011, dados preliminares apontam que o IED ascendeu a quase US\$ 36,077 bilhões, 116,1% mais do que no mesmo período de 2010.

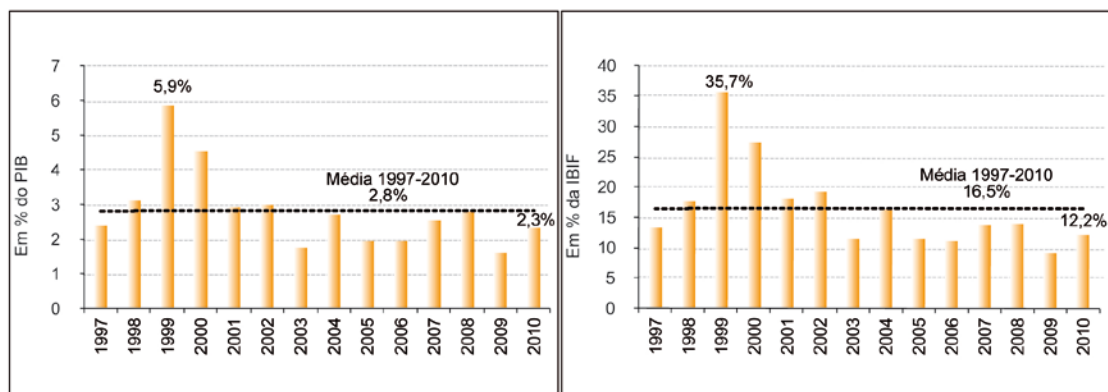
Apesar de ter crescido em valores absolutos, se medida em termos do produto ou do Investimento Bruto Interno, o IED ficou por baixo da média histórica. Em 2010, o investimento estrangeiro representou 2,3% do PIB do bloco (aumentou 0,7 p.p. em relação ao ano anterior), ficando por baixo da média de 2,8% do produto dos últimos anos. Por sua vez, o IED representou 12,2% do investimento total do MERCOSUL (com um aumento interanual de 3,1 p.p.), cifra que também foi inferior à media 1997-2010 (16,5%).

Outro dado relevante é que a distribuição do IED entre os países do MERCOSUL se modificou nos últimos anos. Em meados da década de 1990, a Argentina era o principal receptor de investimentos estrangeiros do bloco, com uma participação superior a 50%. Esta situação, contudo, foi muito influenciada pela intensidade do processo de privatizações de empresas públicas, cujo fim, somado à entrada da economia em uma séria recessão e na crise de 2001-2002, refletiu-se na cessão dessa posição, que passou para, e que conserva até hoje, o Brasil. De outro lado, nos últimos anos, o Paraguai e o Uruguai aumentaram sua participação no IED do bloco, embora continue sendo menor em relação aos sócios de maior porte.

Gráfico 18. Investimento Estrangeiro Direto no MERCOSUL

a. Em % do PIB

b. Em % do Investimento

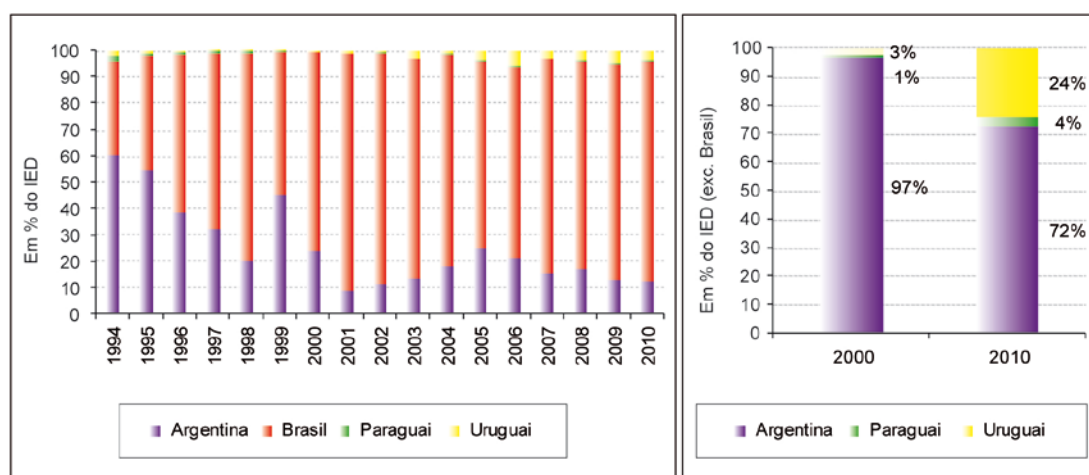


Fonte: Elaboração própria baseada no INDEC (Argentina), Bancos Centrais do Brasil, Paraguai e Uruguai e Latin Macro Watch (BID).

Com uma participação de 83,2% no fluxo total de investimentos de 2010, o **Brasil** é o principal receptor de IED do MERCOSUL. Além disso, mesmo tendo sido afetado pela dinâmica dos investimentos durante a crise internacional, com uma queda de 42,4%, o IED recebido pelo Brasil foi o que mais cresceu em 2010, com uma alta de 86,7%, até alcançar US\$ 48,438 bilhões. Os fluxos de investimento se orientaram para os setores de recursos naturais, manufaturas e serviços. Em particular, destaca-se a compra da empresa Vivo (Brasilcel NV) pela Telefónica S.A. da Espanha e a compra de 40% da Repsol YPF Brasil realizada pela empresa chinesa *Sinopec*, através de Luxemburgo, Corp. (CEPAL, 2011c). Entre janeiro e junho de 2011, o IED neste país totalizou US\$ 32,573 bilhões, mais do dobro do registrado em igual período do ano anterior.

Gráfico 19. Diminuição do IED no MERCOSUL

Em % do total



Fonte: Elaboração própria baseada no INDEC (Argentina), Bancos Centrais do Brasil, Paraguai e Uruguai e Latin Macro Watch (BID).

A **Argentina** se mantém como o segundo país receptor de investimentos dentro do MERCOSUL, com uma participação de 12,1% em 2010. Nesse ano, o total de IED recebido ascendeu a US\$ 7,049 bilhões, 75,5% mais do que em 2009. Esta dinâmica marca uma recuperação depois da queda de 58,7% durante a crise, mas o montante de IED foi menor ao registro de 2008 (US\$ 9,726 bilhões), e aos níveis da segunda metade da década de 1990 (uma média de US\$ 10,600 bilhões). Em 2010, merecem destaque: a compra da *Bridas Corporation*, voltada para a exploração e desenvolvimento de gás e petróleo comprada pela empresa *China National Offshore Oil Corporation*, a compra de uma participação minoritária na YPF realizada por um grupo norte-americano e do laboratório Phoenix pela empresa britânica GlaxoSmithKline (CEPAL, 2011c). Os dados preliminares do primeiro semestre de 2011 apontam que o IED recebido pela Argentina totalizou US\$ 2,406 bilhões, 30,2% menos que no mesmo período do ano anterior.

Em virtude do renovado atrativo para os investimentos, o **Uruguai** conseguiu elevar sua participação para 4,1% do IED recebido pelo bloco, embora com um comportamento ainda volátil. Em 2010, os investimentos estrangeiros registraram um recorde histórico de US\$ 2,358 bilhões, significando uma expansão de 48,0% em relação a 2009, quando sofreram uma baixa interanual de 24,4%. Contudo, no primeiro semestre de 2011, os investimentos no Uruguai caíram 4,2%, somando US\$ 1,020 bilhão.

Por último, o investimento estrangeiro recebido pelo **Paraguai** continua sendo reduzido. Após uma contração de 28,0% em 2009, o IED se recuperou 71,6% em 2010, alcançando US\$ 345 milhões. Cabe destacar que este nível supera o máximo de 1998 (US\$ 342 milhões). Os setores de maior atração de investimentos são as manufaturas e os serviços. Destaca-se também a compra de 70% da concessão Mineira Guaíra pela canadense *Latin American Minerals* (CEPAL, 2011c). No primeiro semestre de 2011, o IED recebido pelo país alcançou US\$ 114 milhões, 30,2% superior ao mesmo período do ano anterior.

A dinâmica recente do investimento de empresas brasileiras nos países do MERCOSUL

No biênio 2010-2011 (com informações até o terceiro trimestre do último ano), as empresas brasileiras continuaram tendo um papel importante no processo investidor da região. Ao longo do período, foram anunciados 25 projetos nos países do MERCOSUL, equivalente a quase dois terços do total de anúncios de investimentos de empresas brasileiras na América do Sul e no México, segundo informações do *Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento* (CINDES).⁵¹ Embora o número de anúncios tenha se mantido elevado, é importante salientar que a quantidade de projetos efetivamente realizados tem diminuído significativamente nos últimos anos: em 2010, só 4 investimentos foram efetuados, um quinto dos realizados em 2007 (Quadro 8).

No biênio mencionado, a Argentina foi beneficiária de 19 dos 25 projetos brasileiros anunciados no MERCOSUL, enquanto no Uruguai se promoveram 5 e no Paraguai só 1. No mesmo período, 10 grandes investimentos brasileiros em seus sócios foram concretizados: 8 na Argentina e 2 no Uruguai.

⁵¹ Para ver a metodologia do levantamento, a diferença entre projetos anunciados e realizados, e um maior detalhe dos investimentos e empresas, acessar <http://www.cindesbrasil.org>.

**Quadro 8. Quantidade de projetos de investimento por país destino, anunciados e realizados
2007-3º trimestre de 2011**

Destino	2007	2008	2009	2010	2011 (até 3º trimestre)
Anunciados					
Argentina	9	7	12	8	11
Paraguai	-	-	2	1	-
Uruguai	2	3	2	4	1
Total MERCOSUL	11	10	16	13	12
Outros América do Sul e México	3	13	12	8	6
Total América do Sul e México	14	23	28	21	18
Realizados					
Argentina	18	9	4	4	4
Paraguai	-	-	1	-	-
Uruguai	4	5	3	-	2
Total MERCOSUL	22	14	8	4	6
Outros América do Sul e México	13	15	5	13	3
Total América do Sul e México	35	29	13	17	9

Fonte: CINDES - IndexInvest Brasil.

D. Vinculação comercial e desenvolvimento produtivo das economias pequenas do MERCOSUL nas últimas duas décadas⁵²

Para Paraguai e Uruguai –economias de menor porte no MERCOSUL– o bloco representa um importante destino de suas exportações de bens. Conforme números disponíveis, durante o período 1990-2010, a participação média do MERCOSUL nas exportações uruguaias a preços correntes foi de 37,9%, enquanto para o Paraguai esta proporção foi de 49,9%, embora seja necessário esclarecer que, no último caso, essa magnitude superestima a importância do bloco, especialmente em anos recentes.⁵³ Apesar disso, a participação do MERCOSUL nas exportações de ambas as economias experimentou variações importantes, especialmente no caso do Uruguai. Nos anos noventa, o peso do bloco nas colocações externas cresceu de forma sustentada em ambos os países, atingindo máximos de 55,3% no Uruguai em 1998 e de 63,4% no Paraguai no ano 2000. Em média, durante 2008-2010, 29,1% das exportações uruguaias e 48,2% das paraguaias tiveram como destino o MERCOSUL; uma estimativa alternativa para este último país reduz o peso do bloco nesse período a 31,0%.⁵⁴

O propósito desta seção é considerar algumas características dos fluxos exportadores destas economias, e relacioná-las com seu desenvolvimento produtivo a partir da criação do

⁵² Esta seção se baseia na nota técnica do BID-INTAL: *Las economías pequeñas del MERCOSUR: la vinculación comercial en las dos últimas décadas*, de próxima publicação, escrita por Jorge Lucángeli e Alejandro Ramos M.

⁵³ Estas proporções provêm de números dos Bancos Centrais, como apresentados pela COMTRADE. A superestimação do peso do MERCOSUL nas exportações paraguaias deve-se ao registro de embarques para portos de trânsito nos membros do bloco como destinados a esses países, e não aos compradores finais, extrazona. As particularidades da exportação de soja (consideradas no texto) favoreceram esta superestimação. Infelizmente, não se conta com séries longas que isolem este efeito. Sobre este tema, pode se consultar BCP (2011e).

⁵⁴ Masi (2011). Segundo outra fonte –a *Ventanilla Única de Exportación*–, entre 2009-2010, as exportações do Paraguai para o MERCOSUL foram em média 23,4% do total.

MERCOSUL. Procura-se, no entanto, descrever essa evolução no contexto do espaço geográfico regional de ambos os países, destacando uma variedade de fatores que determinam sua interação econômica e que vão além do acordo jurídico entre os quatro Estados constitutivos do bloco. Especificamente, a descrição é centrada em estimativas das séries de fluxos de exportação a preços constantes, classificadas por mercados de destino e intensidade tecnológica.^{55,56} Esta última variável permite estabelecer um vínculo entre o perfil exportador e algumas modificações da estrutura produtiva dos países.

Na inserção exportadora do Paraguai e do Uruguai no bloco regional, podem se diferenciar três etapas com características distintas: o período 1992-1998, no qual se verificam os efeitos iniciais do acordo; a etapa que vai de 1998 a 2002, marcada pelo baixo crescimento e pela crise na região e, por último, uma fase de ampla e estendida recuperação macroeconômica entre 2003 e 2008. Neste último lapso, em maior ou menor medida, todas as economias do MERCOSUL percorreram trajetórias virtuosas, caracterizadas por uma interação positiva de variáveis externas (bonança no mercado de seus produtos básicos e condições financeiras favoráveis) e internas (expansão do investimento e do consumo). A análise das exportações a preços constantes para em 2008, devido a que, embora a crise financeira desse ano tenha tido um impacto relativamente limitado –considerando precedentes históricos– é precoce esboçar tendências produtivas dessa nova etapa.

Paraguai

Atendendo a esta periodização, a inserção do Paraguai no MERCOSUL se iniciou de forma muito vigorosa. Em 1998, o nível de exportações a preços constantes para o bloco foi 86,4% superior ao de 1992, enquanto as destinadas à extrazona cresceram 15,5%; a variação dos envios para o MERCOSUL explicou 77,1% do crescimento total das vendas, que foi de 42,2%. A conformação do espaço regional, sem dúvidas, atuou como fator dinamizador das exportações paraguaias. Este estímulo se concretizou através da especialização em alguns Produtos Primários, dentre os quais, inicialmente, se destacou o algodão e, depois, –com características diferentes– a soja. A escala e a dotação fatorial da economia paraguaia determinaram, portanto, uma inserção inicial no bloco muito marcada pelo comércio inter-setorial.

⁵⁵ Utilizaram-se as séries de exportações a preços correntes da COMTRADE, classificadas em 3 dígitos (grupos) da CUCI e desagregadas por destino (MERCOSUL e Restante do Mundo). Para cada destino, foi selecionado um grupo representativo das exportações de cada país. Já identificados esses grupos, as séries foram deflacionadas com índices de preços pertinentes para os anos 1992-2008. As séries totais de cada país exibem uma alta correlação com as séries de volume exportado estimadas pela CEPAL em suas estatísticas de balança de pagamentos. Os produtos selecionados, a preços correntes e constantes, foram catalogados segundo intensidade tecnológica com a classificação Lall (2000).

⁵⁶ No caso do Paraguai, deve se considerar o mencionado na nota 53.

Quadro 9. Paraguai: exportações a preços constantes intra e extra MERCOSUL segundo intensidade tecnológica, 1992-2008

Taxas de variação e porcentagens

Tipo de produto	MERCOSUL			Restante do mundo			Total		
	1992-1998	1998-2002	2002-2008	1992-1998	1998-2002	2002-2008	1992-1998	1998-2002	2002-2008
Taxa de variação, em %									
Produtos primários	121,3	42,6	68,8	19,7	-33,9	286,0	52,4	1,9	143,9
Manufaturas baseadas em recursos naturais	15,1	-10,9	-12,7	15,2	78,6	257,6	15,1	18,3	120,6
Manufaturas de baixa tecnologia	81,0	-20,0	355,6	-27,7	94,2	-7,2	-2,3	44,7	79,7
Manufaturas de tecnologia intermediária	71,4	173,5	167,7	443,5	80,7	253,8	135,3	136,7	193,7
Manufaturas de alta tecnologia	0	0	0	227,0	114,5	150,4	227,0	114,5	150,4
<i>Total</i>	<i>86,4</i>	<i>30,2</i>	<i>67,5</i>	<i>15,5</i>	<i>-15,1</i>	<i>238,9</i>	<i>42,2</i>	<i>7,3</i>	<i>136,2</i>
Contribuição ao crescimento, em %									
Produtos primários	89,7	107,0	84,6	103,6	189,5	78,5	92,9	20,4	80,3
Manufaturas baseadas em recursos naturais	5,4	-6,9	-2,4	8,8	-46,9	20,4	6,2	35,1	13,6
Manufaturas de baixa tecnologia	4,5	-3,1	15,1	-17,0	-37,2	-0,4	-0,4	32,7	4,2
Manufaturas de tecnologia intermediária	0,5	3,0	2,7	2,0	-1,8	0,8	0,8	8,0	1,3
Manufaturas de alta tecnologia	0	0	0	2,5	-3,7	0,8	0,6	3,9	0,5
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

Fonte: Elaboração própria com dados da COMTRADE.

Nos primeiros anos do acordo, o principal produto de exportação para os sócios foi o algodão. Em 1993, este produto cobria 50,8% das vendas para o bloco e representou receitas por US\$ 145,9 milhões, com um total exportado para todos os destinos de US\$ 725,2 milhões. Inicialmente, observa-se, então, o aproveitamento de complementariedades da economia paraguaia com as de seus sócios no setor da produção primária, apoiando-se nos menores custos de transporte e nas tarifas preferenciais (CADELPA, 2001). Esta inserção foi setorialmente modificada, pois, pouco tempo depois de o MERCOSUL ter sido criado, houve uma queda sustentada nos preços do algodão, ao mesmo tempo em que a cultura da soja começou a se expandir. O preço relativo do algodão em termos de soja caiu de forma persistente durante quase década e meia, passando de 9,5 toneladas de soja por tonelada de algodão em 1995, a apenas 3,3 toneladas em 2009. Naturalmente, este declínio se refletiu em uma mudança na composição e no destino das exportações paraguaias. O máximo das exportações de algodão foi registrado em 1995, com US\$ 268 milhões, posteriormente diminuindo; ao contrário, as exportações de soja passaram de US\$ 175,9 milhões nesse ano para US\$ 1,5908 bilhões em 2010.

O desenvolvimento da cultura e das exportações de soja no Paraguai faz parte de um fenômeno regional que envolve também os outros sócios do MERCOSUL, especialmente a Argentina e o

Brasil. Nesse sentido, expressa a similitude da dotação fatorial que caracteriza zonas específicas dos países associados, através das quais a atividade se espalhou. A aptidão dos recursos e das condições geográficas dessas zonas para a produção de soja –compartilhadas pelos diferentes países– gerou um fenômeno de dimensão regional caracterizado por fluxos de investimento e processos de aprendizagem conjuntos.

No caso do Paraguai, e em virtude de sua condição mediterrânea (Servín, 2011), a expansão da soja tem outro aspecto regional muito importante, na medida em que grande parte do produto é transportado através da hidrovia Paraguai-Paraná, sistema que integra fisicamente vários países da região.⁵⁷ Adicionalmente, o Paraguai utiliza os serviços logísticos e portuários localizados em outros países do bloco, especialmente Uruguai e Argentina. O Paraguai faz parte, portanto, de uma cadeia de produção regional unidirecional, pois o destino final das exportações é extrazona; isto difere do que acontecia com o algodão no início do MERCOSUL. No caso da soja, as complementariedades produtivas entre os países, embora não estimulasse os fluxos de comércio mútuo dentro do bloco, promoveram o aproveitamento a escala global de vantagens essencialmente geográficas, mas que requereram investimentos e aprendizagem.

No período 1998-2002, marcado pela debilidade da atividade dos sócios do MERCOSUL, as exportações a preços constantes do Paraguai para o bloco não só não se contraíram, mas cresceram 30,2%, ao passo que aquelas destinadas ao Restante do Mundo caíram 15,1%, com um crescimento global de 7,3%. Este fato, aparentemente paradoxal, explica-se pelo aprofundamento das exportações de soja. A preços correntes, a média anual exportada no período foi de aproximadamente US\$ 350 milhões, 31,7% superior à média dos anos 1992-1997. Parte importante dessas vendas é estatisticamente registrada como sendo destinada a outros países do MERCOSUL, de onde a oleaginosa é depois reexportada para um destino final extra-bloco. A queda das exportações para o Restante do Mundo se relaciona com o declive dos envios de outros Produtos Primários, como a madeira e o algodão. De forma similar à etapa prévia e –diferentemente da seguinte– o incremento das exportações para o MERCOSUL nestes anos foi principalmente oriundo dos Produtos Primários.

No período 2003-2008, as exportações totais do Paraguai a preços constantes cresceram 136,2%, expansão que abrange um crescimento das vendas aos sócios do MERCOSUL de 67,5%, e ao Restante do Mundo de 238,9%. Cabe destacar vários aspectos. Em primeiro lugar, verifica-se uma consolidação das exportações relacionadas à produção de soja que, em termos nominais, somam cerca de US\$ 740 milhões por ano, em média, nesse período; isto representa 114,9% mais do que na etapa anterior em consideração. Em segundo lugar, a contribuição dos Produtos Primários para a expansão das vendas ao MERCOSUL alcança 84,6%, enquanto a desses mesmos produtos destinados ao Restante do Mundo foi um pouco menor, de 78,5%. Cabe destacar que, entre 2008 e 2009, há no MERCOSUL um forte aumento das exportações de grãos para a Argentina para produção de óleo e farinha de soja. Isto aconteceu sob a proteção do Regime de Admissão Temporária que vigorava nesse momento, aproveitando a capacidade instalada de processamento no país sócio.⁵⁸

Porém, a novidade é o registro, pela primeira vez, de uma contribuição relevante (15,1%) de Manufaturas de Baixa Tecnologia às exportações destinadas ao bloco (couro, barras e varas de ferro, tecidos de diferentes fios, plásticos). Adicionalmente, um quinto da variação das

⁵⁷ "Até hoje, a Hidrovia Paraguai-Paraná atingiu um desenvolvimento sem precedentes nestes rios. Entre 1989 e 2008, o transporte de mercadorias se multiplicou, passando de 700.000 toneladas naquele ano para 13.681.000 toneladas neste último ano". BID-FOMIN (2010, p. 4).

⁵⁸ Posteriormente, a disposição foi cancelada em virtude das dificuldades para a fiscalização de sua implementação.

exportações para o Restante do Mundo explica-se por Manufaturas baseadas em Recursos Naturais (carnes processadas, óleos vegetais, têxteis, produtos de madeira e alguns químicos), a maioria sendo colocados em outros países da região associados ao MERCOSUL (Masi, 2011). Isto indicaria uma incipiente tendência à diversificação exportadora do Paraguai derivada do amadurecimento de diferentes investimentos.

Uruguai

Entre 1992 e 1998, as exportações uruguaias a preços constantes cresceram 57,1%, principalmente em virtude do forte impulso procedente das vendas para o MERCOSUL, com um incremento de 171,3%, enquanto as exportações para o Restante do Mundo se expandiram apenas 8,5%. Isto é, também para o Uruguai, a incorporação ao acordo teve um efeito positivo para a inserção externa da economia. A contribuição de diferentes tipos de atividades foi distribuída da seguinte forma: a contribuição principal foi ao crescimento dos Produtos Primários, que abrangeu 46,4% do aumento, seguido de Manufaturas baseadas em Recursos Naturais (22,7%) e também de Manufaturas de Tecnologia Intermediária (21,5%).

Portanto, o perfil exportador inicial do Uruguai no âmbito do bloco manifestou o aproveitamento de complementariedades baseadas em recursos primários, embora também revelasse uma dotação fatorial mais complexa do que a do Paraguai. As manufaturas tiveram presença precoce nas exportações, entre as quais há produtos do setor automotivo e alguns produtos químicos. Entre 1992 e 1998, as exportações uruguaias do setor automotivo para o MERCOSUL se quadruplicaram, alcançando US\$ 161 milhões nesse último ano. O destino principal destes produtos foi a Argentina. Este comércio foi especificamente estimulado pelos respectivos Acordos de Complementação Econômica (ACE N° 1 e ACE N° 2) assinados pelo Uruguai com a Argentina e o Brasil.

Por outro lado, nesses anos, as exportações para o Restante do Mundo se concentraram quase completamente em Produtos Primários e Manufaturas baseadas em Recursos Naturais, com destaque para os aumentos nas vendas de carne bovina e arroz, ao mesmo tempo em que as de lã e peixe, laticínios e madeiras em bruto e serradas caíram.

A crise que se instalou no MERCOSUL entre 1998 e 2002 afetou dramaticamente as exportações uruguaias. Nesse período, o volume total exportado diminuiu 24,6%, queda provocada essencialmente pelas vendas aos outros sócios do bloco; em 2002, estas foram só a metade das existentes em 1998 (-50,6%). Todos os itens de vendas aos sócios regionais experimentaram agudas contrações. As contribuições mais significativas a esta redução foram de Produtos Primários (47,9%) e Manufaturas de Tecnologia Intermediária (25,2%). Por outro lado, as vendas para o Restante do Mundo exerceram um certo contrapeso durante esta fase recessiva do mercado regional, com um crescimento de 3,1% focado em Manufaturas baseadas em Recursos Naturais. A preços constantes, a participação do MERCOSUL nas exportações uruguaias sofreu uma redução de 50,5% a 33,7% entre 1998 e 2002, tendência que se aprofundou nos anos seguintes.

Quadro 10. Uruguai: exportações a preços constantes intra e extra MERCOSUL segundo intensidade tecnológica, 1992-2008

Taxas de variação e porcentagens

Tipo de produto	MERCOSUL			Restante do mundo			Total		
	1992-1998	1998-2002	2002-2008	1992-1998	1998-2002	2002-2008	1992-1998	1998-2002	2002-2008
Taxa de variação, em %									
Produtos primários	203,2	-55,5	-29,3	25,2	-2,5	275,0	74,2	-27,9	185,1
Manufaturas baseadas em recursos naturais	222,0	-30,0	43,7	59,0	26,5	120,6	142,7	-12,0	78,9
Manufaturas de baixa tecnologia	84,7	-59,7	205,9	-15,1	4,2	-9,8	-1,6	-12,0	15,3
Manufaturas de tecnologia intermediária	155,5	-57,3	126,3	0	0	0	155,5	-57,3	126,3
Manufaturas de alta tecnologia	58,9	-13,4	114,6	90,4	-0,3	341,2	72,8	-7,1	232,6
Total	171,3	-50,6	48,3	8,5	3,1	146,9	57,1	-24,6	113,6
Contribuição ao crescimento, em %									
Produtos primários	46,4	47,9	-23,9	130,1	-40,9	89,6	55,1	53,3	73,3
Manufaturas baseadas em recursos naturais	22,7	12,3	26,7	49,0	89,1	10,4	25,4	7,7	12,8
Manufaturas de baixa tecnologia	8,8	14,3	42,1	-86,0	51,9	-2,6	-1,1	12,0	3,9
Manufaturas de tecnologia intermediária	21,5	25,2	50,4	0	0	0	19,2	26,8	7,2
Manufaturas de alta tecnologia	0,7	0,3	4,7	6,9	-0,1	2,6	1,3	0,3	2,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria com dados da COMTRADE.

Na última etapa considerada, entre 2003 e 2008, o volume total de vendas externas do Uruguai experimentou um sensível incremento (113,6%), cujo principal fator foi o aumento das exportações para o Restante do Mundo (146,9%). Embora os fluxos para o MERCOSUL também tenham crescido, foi uma recuperação de menor intensidade (48,3%), e totalmente insuficiente para que recuperassem o nível da década anterior: a estimativa efetuada aponta que, em 2008, as exportações a preços constantes para o espaço regional foram 26,8% inferiores ao nível alcançado em 1998. Talvez este seja o dado mais notável do comportamento exportador do Uruguai na fase de recuperação macroeconômica da região, sendo conveniente uma análise mais detalhada dele.

Em primeiro lugar, fica claro que o padrão de inserção exportadora adota um perfil muito diferenciado conforme o mercado de destino. Quase nove décimos do incremento observado no mercado extrarregional entre 2003 e 2008 correspondem à expansão das vendas de Produtos Primários e, o outro décimo, às Manufaturas baseadas em Recursos Naturais. As exportações de carne bovina, oleaginosas, arroz, trigo, queijo e madeiras em bruto para fabricação de polpa apresentam esses fluxos.

Contrariamente, no caso do MERCOSUL, 50,4% do incremento das exportações verificados entre 2003 e 2008 explica-se pela variação positiva de Manufaturas de Tecnologia Intermediária. O incremento deste item foi de 126,3%, com destaque para as vendas de partes e peças de veículos, produtos de polimerização, sabões e preparações para limpeza e desinfetantes e herbicidas. As exportações de Manufaturas de Baixa Tecnologia cresceram 205,9% e explicam os 42,1% do aumento total; o item mais relevante deste agregado é a produção de embalagens plásticas, à qual se acrescentam fios e tecidos de fibras têxteis e produtos de couro.

Ora, como pode se observar, enquanto, entre 2003 e 2008, as exportações de manufaturas uruguaias para o bloco reagiram positivamente à favorável fase do ciclo econômicos dos sócios, as vendas de Produtos Primários continuaram se contraindo (-29,3%), aprofundando a forte queda iniciada em 1998. Esta dinâmica diferenciada do volume dos diferentes produtos exportados para o MERCOSUL –no quadro da contração decenal mencionada– provocou uma notável modificação em sua estrutura: ao passo que, em 1998, o agregado de Produtos Primários e Manufaturas baseadas em Recursos Naturais abrangia 64,5% das exportações para o bloco, dez anos depois tinha se reduzido 17 pontos percentuais, representando 47,3% do total.

Uma comparação entre os níveis do volume exportado para o MERCOSUL entre 1998 e 2008 (os máximos da série) mostra que, neste último ano, a maioria dos itens tinha recuperado ou superado o máximo precedente, com exceção dos Produtos Primários e das Manufaturas de Tecnologia Intermediária. Contudo, a rigor, a queda verdadeiramente significativa no decênio foi a dos Produtos Primários, que se contraem 68,5%; a correspondente ao outro item é apenas de 3,4%. De fato, a perda de importância relativa do MERCOSUL como destino dos volumes exportados entre 1998 e 2008 (de 51,5% para 23,4%) tem sua explicação principal na perda de mercados dentro do bloco para os Produtos Primários que, inicialmente, tinham dado impulso ao comércio zonal.

Isto é, enquanto na primeira etapa do bloco a inserção do Uruguai se sustentou no acesso ao mercado, permitindo usufruir vantagens na produção de Produtos Primários –e, como já se viu, também em outros itens–, durante a crise, essas vantagens desapareceram, sem conseguir reconquistá-las na fase de recuperação macroeconômica. Como poderá se ver, este fenômeno está relacionado com o desenvolvimento do Brasil em setores primários específicos. Embora a expansão econômica na região estimulasse a geração de comércio de tipo intraindustrial –visível na importância relativa que as manufaturas ganham–, os fluxos de comércio intersetorial perderam vitalidade.

Enquanto isso, as novas tendências da demanda mundial provocaram um deslocamento do dinamismo exportador dos itens primários uruguaios para o Restante do Mundo, mercado que, em 2008, passou a receber 76,6% do volume exportado, contra os 48,5% de 1998.

A perda de mercados para os Produtos Primários uruguaios no MERCOSUL está muito relacionada com a queda das exportações de arroz e leite para o Brasil, as quais explicam mais de 100% dessa redução, toda vez que as vendas de carnes e peixe fresco compensaram apenas em parte essa forte queda. No que diz respeito ao arroz, no Brasil combinou-se um fenômeno de lento crescimento do consumo doméstico com um certo aumento da produção local nesse país. Adicionalmente, os produtores arrozeiros do Rio Grande do Sul costumam exercer pressão para restringir as importações da Argentina e do Uruguai, argumentando pressões de baixa no preço. Em anos recentes, em torno de 30% das exportações uruguaias de arroz têm sido destinados ao Brasil, e o restante para terceiros mercados.

A situação do setor de laticínios é similar. Em inícios dos anos noventa, no Brasil, houve um forte incremento no consumo de laticínios, que se refletiu nas importações oriundas da Argentina e do Uruguai (Nofal e Wilkinson, 1999, p. 160). Contudo, depois de ter alcançado um máximo de 564 toneladas em 1995,⁵⁹ essas compras declinaram na medida em que a produção doméstica foi aumentando. De fato, a taxa anual de crescimento médio do consumo de laticínios no Brasil entre 1990 e 2010 foi de 3,7%, idêntica à taxa de crescimento da produção, deixando um espaço estreito para o abastecimento externo.⁶⁰ A proporção média do consumo atendida por exportações entre 2000 e 2010 foi 0,5%, alcançando excepcionalmente 2,6% no biênio 1995-1996.⁶¹ A participação do Uruguai nas importações totais de laticínios do Brasil teve um máximo excepcional de 49% em 1996 e depois se reduziu até se manter em uma média de 25% entre 2005 e 2010. A participação do Brasil nas exportações uruguaias de laticínios sofreu uma redução, de uma média de 67,0% em 1994-2000 para 21,3% em 2001-2009, substituindo esse mercado por outros no Restante do Mundo. É possível pensar que o acesso ao mercado regional tenha permitido ao Uruguai um processo de aprendizagem tecnológica e a obtenção de escalas de produção eficientes que facilitaram o acesso ao mercado internacional.

As dificuldades experimentadas pelas exportações de Produtos Primários uruguaios para o MERCOSUL mostram um aspecto estrutural da conformação do bloco e, especificamente, de uma condição que dificulta o aumento dos fluxos de comércio intrarregionais. Trata-se de economias que mostram uma forte assimetria quantitativa e qualitativa em suas dotações de recursos; isto é, tanto nas quantidades absolutas disponíveis quanto em sua variedade interna. Focando este segundo aspecto e considerando a dimensão espacial do Brasil (e, em menor medida, da Argentina), trata-se de países com multiplicidade de zonas geográficas, cada uma dispondo de dotações particulares de recursos,⁶² de relativa imobilidade.⁶³ Naturalmente, nestas zonas podem se operar processos de especialização conforme a abundância relativa de fatores disponíveis. Mas, nessas condições, o aproveitamento da eficiência gerada por essa especialização tende a gerar fluxos *domésticos* de comércio. As economias de maior dimensão são, pois, espaços geográficos *heterogêneos*, cuja escala facilita, além disso, o desencadeamento de processos de aprendizagem e desenvolvimento dinâmico de seus recursos internos. É evidente, então, que, dada sua escala e heterogeneidade geográfico-fatorial *interna*, o Brasil –e, em menor medida, a Argentina– serão países com menor participação do comércio internacional em relação a seu produto, se comparados às economias de menor porte. Daí, uma das dificuldades para operarem como mercados

⁵⁹ COMTRADE; inclui dotações do Sistema Harmonizado (2007) 0401 a 0406.

⁶⁰ Estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, USDA (2011).

⁶¹ Ver outros aspectos desta evolução em BID-INTAL (2011a, p. 129).

⁶² Courant e Deardoff (1992, pp. 198-199), apresentam claramente esta abordagem: *"International trade theory customarily assumes that countries are homogeneous entities. That is, trade theory abstracts from geographical, intracountry differences in factor endowments, consumer incomes and tastes, access to technology and resources... Such differences are assumed either not to exist or not to matter, even though it is precisely these kinds of differences, when they arise among countries rather than within them, that give rise to trade itself. In effect, it has been said, the countries of trade theory are points, with no physical dimension across which such differences could arise. This neglect of intranational differences may be justified if such differences are in fact small compared to the analogous differences that exist between nations. But casual observation suggests that in many cases there are far greater differences among regions of a single country than there are between comparable regions of different countries"*.

⁶³ É comum superestimar as possibilidades de mobilidade de recursos concebendo-a como um processo instantâneo e carente de atritos. Porém, é necessário pensar nos investimentos e no tempo que o deslocamento de força de trabalho de uma área industrial para uma agrícola (ou *vice-versa*) dentro de um mesmo país requereria; outros recursos (máquinas, terra) simplesmente não são utilizáveis em outras atividades.

estendidos para bens produzidos nos países menores, com dotações fatoriais similares às de áreas compreendidas nos territórios das economias maiores.

Em oposição, as economias de menor porte, como o Uruguai, são espaços geográficos mais reduzidos e de maior *homogeneidade* fatorial, isto é, com menor quantidade de áreas diferenciadas em seu território. Ainda mais, a dotação fatorial destes países é similar e, portanto, competitiva com a de áreas pertencentes aos sócios de maior escala. Isto cria obstáculos para o aproveitamento de complementariedades entre os países e tende a debilitar os fluxos de comércio intrarregionais, na medida em que sua origem seja a desigual dotação relativa de fatores.

O fenômeno se acrescenta quando o país de maior porte desenvolve efetivamente o potencial produtivo de determinadas áreas, como o caso do Brasil em setores primários, competitivos com a produção uruguaia. Porém, é necessário notar que este mesmo quadro estrutural pode ter uma evolução distinta, como foi possível ver no caso da difusão da soja no Paraguai.

Finalmente, outro aspecto da assimetria surge da consideração de um caso hipotético de completa especialização da economia de menor porte, por exemplo, na produção de algum bem primário: o resultado seria a impossibilidade de atender à demanda do país de maior escala devido, simplesmente, à restrição imposta pela disponibilidade absoluta dos recursos necessários.

Estes traços estruturais do relacionamento comercial entre os países do MERCOSUL são relevantes para não superestimar as potencialidades do acordo regional em termos de geração de comércio intrazonal.

CAPÍTULO III. A AGENDA INTERNA

No período considerado neste Informe, durante o qual a Presidência *Pro Tempore* (PPT) foi exercida pelo Brasil (segundo semestre de 2010) e pelo Paraguai (primeiro semestre de 2011), o ritmo de progresso atingido na etapa prévia (tratada no *Informe MERCOSUL Nº 15*) não se sustentou, mas foi possível, porém, chegar a um consenso sobre um novo acordo programático do MERCOSUL olhando para 2020.

Entre o segundo semestre de 2009 e o primeiro de 2010, um importante avanço na agenda interna do bloco tinha sido percebido. Em primeiro lugar, algumas diferenças bilaterais entre os sócios foram resolvidas: o Paraguai e o Brasil aproximaram posições em relação à distribuição dos benefícios da exploração conjunta da hidrelétrica Itaipu, ao mesmo tempo em que a Argentina e o Uruguai superaram o litígio em torno das fábricas de celulose estabelecidas sobre o rio Uruguai. Em segundo lugar, a iniciativa regional foi enquadrada em um contexto econômico favorável, marcado pela recuperação dos países do impacto da crise financeira internacional. Os resultados desta fase se refletiram na aprovação de decisões significativas na Cúpula de San Juan de agosto de 2010.

Durante o período de referência foram atingidos o acordo mencionado bem como avanços em outras negociações e definições no quadro da agenda interna do MERCOSUL. Sua análise é apresentada neste Capítulo, organizado em seis seções. Na Seção A, é revisada a evolução dos aspectos comerciais, se detalhando, em primeiro lugar, o Programa de Consolidação da União Aduaneira que, além de questões comerciais inclui outras relacionadas com incentivos, coordenação macroeconômica e assimetrias, entre outras; este Programa é uma tentativa de organizar a agenda negociadora para os próximos anos, com uma perspectiva até 2019. Em segundo lugar, dentro desta mesma seção, são abordados outros aspectos como a negociação dos acordos de investimentos intra e extrazona, a metodologia para completar a liberalização do comércio de serviços, a revisão do protocolo de contratações públicas e o livre trânsito no MERCOSUL, entre outros.

Na Seção B, explicam-se as negociações relacionadas à assimetria e aspectos produtivos no âmbito do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), que levaram à aprovação de quatro novos projetos, por um montante total de US\$ 122,4 milhões.

A evolução da agenda institucional é analisada na Seção C. Uma das conquistas mais importantes foi a aprovação do critério de representação cidadã para a integração do Parlamento do MERCOSUL. Além disso, são frisadas a criação do cargo de Alto Representante Geral e a nomeação de uma personalidade destacada no ambiente da integração.

No plano social, abordado na Seção D, deve ser sublinhada a definição de um plano de ação para a conformação progressiva de um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL, com o objetivo de atingir a livre circulação de pessoas, a igualdade de direitos e liberdades e a igualdade de condições de acesso ao trabalho, à saúde e à educação, bem como os avanços no Plano Estratégico de Ação Social, entre outros.

A Seção E mostra brevemente a agenda cultural e educacional do MERCOSUL, antes de realizar algumas considerações finais em relação aos avanços das negociações internas.

A. *Evolução dos aspectos comerciais*

Programa de Consolidação da União Aduaneira

Antecedentes. Ao longo de sua história, o MERCOSUL aprovou diversos programas de trabalho, entre os quais se destacam o Cronograma de *Las Leñas* (Decisão CMC 1/92), a Consolidação da União Aduaneira e Trânsito do Mercado Comum (Decisão CMC 13/93), o Programa de Ação MERCOSUL 2000 (Decisão CMC 9/95), o Relançamento do MERCOSUL (Decisões CMC 22 a 32/00) e o Programa de Trabalho 2004-2006 (Decisão CMC 26/03).

O conteúdo e alcance de cada um deles foi variando em função das necessidades internas do bloco e do contexto internacional. O primeiro foi o Cronograma de *Las Leñas*, de 1992, que abrangia todas as temáticas relacionadas com o trânsito para a operacionalização da União Aduaneira (UA) em inícios de 1995. Pensava-se, um pouco ambiciosamente, que o trabalho de harmonização e coordenação de políticas requerido para o funcionamento ideal da UA era possível de ser realizado no período de transição que ia até fins de 1994.⁶⁴

Um anos antes da operacionalização da UA (janeiro de 1994), e como consequência das dificuldades registradas nos avanços previstos pelo Cronograma de *Las Leñas*, o Conselho do Mercado Comum (CMC) aprovava uma nova agenda de trabalho em prol da "Consolidação da União Aduaneira e o Trânsito do Mercado Comum" (Decisão CMC 13/93). Nela eram priorizados os temas comerciais que requeriam ser negociados para chegar a fins de 1994 com um cenário apto para acompanhar a vigência da tarifa externa comum (TEC) e o livre intercâmbio entre os sócios.

Assim, de um lado, o Programa enfatizava a negociação de algumas áreas que impedissem a perfuração do TEC, como regimes especiais de importação, zonas francas, acordos com países da ALADI, entre outros. De outro, o foco estava nas temáticas que facilitariam o estabelecimento do livre comércio intrazona (por ex. a eliminação de restrições não tarifárias, harmonização de normas administrativas de comércio exterior, estímulos às exportações). Finalmente, promovia-se a negociação de três temas de alta importância e sensibilidade relativa para administrar a UA a partir de 1995:

1. Um mecanismo de apoio ao ajuste estrutural de setores produtivos.
2. A criação de uma Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM).
3. A realização de reuniões periódicas de acompanhamento e consulta de políticas macroeconômicas visando a facilitar o processo de harmonização.

Após a entrada em funcionamento da UA em janeiro de 1995, algumas das regulações MERCOSUL aprovadas em Ouro Preto tiveram certo grau de retrocesso,⁶⁵ em parte pelo agravamento das condições internacionais e, fundamentalmente, devido a que a dinâmica interna do bloco dificultava sua correta implementação. Como consequência disto, em

⁶⁴ O cronograma incluía temas amplos e complexos, como a coordenação e/ou harmonização e as políticas comerciais, aduaneiras, industriais, agrícolas, de transporte marítimo, energia, política macroeconômica, normativas trabalhistas, aspectos institucionais, entre outros.

⁶⁵ Por exemplo, em regras de origem, em que, embora seu uso exclusivo para as dotações excetuadas do AEC tivesse sido previsto, posteriormente se estenderiam e generalizariam.

dezembro de 1995, o CMC aprovava a Decisão CMC 9/95, estabelecendo um Programa de Ação MERCOSUL 2000, no qual os prazos originais eram reorganizados e questões relativas ao aprofundamento do processo de integração eram incluídas.

Especificamente, no que diz respeito à consolidação e aperfeiçoamento da UA, a Decisão considerava trabalhar:

- Na consolidação do livre comércio e condições de concorrência intra-MERCOSUL (regime de adequação, eliminação e harmonização de restrições e medidas não tarifárias, políticas públicas que distorcem a competitividade, defesa da concorrência, defesa do consumidor).
- No aperfeiçoamento da Política Comercial Comum (que incluía a implementação dos instrumentos já acordados: TEC, aspectos aduaneiros, bem como novos instrumentos comuns de política comercial comum: regulamento contra práticas desleais de comércio, regulamento sobre salvaguardas, políticas comerciais setoriais –automotiva e açúcar–).
- No desenvolvimento jurídico-institucional (âmbito jurisdicional, funcionamento das instituições, organização da Secretaria Administrativa do MERCOSUL).

Com relação ao aprofundamento do processo de integração, foram incluídos:

- O caminho para o Mercado Comum (Agricultura, Indústria, Mineração, Energia, Serviços, Infraestrutura, Assuntos Financeiros, Assuntos Tributários, Políticas Macroeconômicas).
- O relacionamento externo do MERCOSUL (Organização Mundial do Comércio - OMC-, ALADI, União Europeia, a integração hemisférica, outras negociações e cooperação técnica).
- A dimensão global da integração (meio ambiente, relações trabalhistas, emprego e seguridade social, cultura, saúde, educação, ciência e tecnologia, propriedade intelectual).

Quase cinco anos depois, em junho de 2000, foi aprovado o Programa de Relançamento do MERCOSUL, que tinha sido projetado em um contexto mais desfavorável em relação aos anteriores, tanto do ponto de vista interno quanto externo. Este tentava retomar a dinâmica negociadora que tinha se complicado fortemente após a desvalorização do real em janeiro de 1999 e cujos impactos sobre a região continuavam sendo fortes, gerando conflitos e tensões na relação econômico-comercial do Brasil com os outros sócios. Este programa se refletiu em uma série de Decisões basicamente orientadas para o objetivo de consolidar a UA, melhorar as condições de acesso a mercados, aperfeiçoar os mecanismos para a incorporação da normativa e o sistema de solução de controvérsias.

Em dezembro de 2003, o MERCOSUL aprova uma nova decisão programática, o Programa de Trabalho 2004-2006 (Decisão 26/03), ampliando significativamente os temas da agenda do bloco. Com efeito, além daqueles de natureza comercial, temas relativos ao MERCOSUL social, institucional e os novos temas da integração ganham relevância. Este Programa se dá

em um contexto regional e internacional de normalização do ponto de vista do desempenho macroeconômico, depois da crise de 2001-2002, cujo epicentro foi a economia argentina e que também afetou fortemente os restantes países do bloco.

Resumindo, o MERCOSUL tem uma longa tradição no estabelecimento de Programas orientadores de suas ações de médio e longo prazo que têm guiado os trabalhos dos grupos técnicos a partir de sua entrada em funcionamento.

Evolução durante o período. Durante a PPT brasileira, foi aprovado o Programa de Consolidação da União Aduaneira, com uma série de compromissos programáticos. A ideia tinha surgido de uma proposta do Brasil sobre a necessidade de consolidar a TEC, incluindo uma relação de temas prioritários tentativos.

A proposta brasileira implicava um reordenamento normativo mais transparente e consistente, como também novos prazos para alcançar certos acordos. Contemplava aspectos como a política automotiva comum, medidas excepcionais adotadas no âmbito tarifário para bens de capital (*waiver*), regime comum de bens de informática de capital e bens de informática não produzidos, regimes especiais comuns de importação (incluindo o estabelecimento de regimes para setores como insumos farmacêuticos e medicamentos não produzidos, educacional, projetos de investimento, indústria naval e saúde), listas nacionais de exceções à TEC, harmonização dos regimes nacionais existentes de *drawback* e admissão temporária, tratamento tarifário para laticínios e têxteis, e avaliação do estado de situação de açúcar/etanol.

Como resposta, a Argentina propunha avançar em uma norma que abrangesse diferentes aspectos da agenda econômico-comercial do bloco que, contemplando as questões da TEC, incorporasse outros assuntos não resolvidos sobre os que tinha se trabalhado. Nesse sentido, propunha incluir, entre outros temas, aqueles relacionados ao regime de origem, eliminação da dupla cobrança da TEC, simplificação e harmonização de procedimentos aduaneiros intrazona, regulamentos técnicos, medidas sanitárias e fitossanitárias (MSF), incentivos, política industrial serviços, investimentos, compras governamentais, integração produtiva, defesa da concorrência, coordenação macroeconômica.

Por sua vez, o Uruguai também apresentava sua proposta, focada nos regimes especiais de importação e nas listas nacionais de exceção, bem como em restrições não tarifárias e zonas francas/áreas aduaneiras especiais. Já o Paraguai estava interessado em que o documento contemplasse novos mecanismos para a superação das assimetrias e para as negociações com terceiros.

O resultado foi a aprovação da Decisão CMC 56/10 "Programa de Consolidação da União Aduaneira" que, como refletido pelo comunicado conjunto dos Presidentes em dezembro de 2010, constitui uma agenda integrada de trabalho, que oferece uma visão global sobre as ações que devem ser desenvolvidas para o aperfeiçoamento da UA, incluindo alguns temas que visam a preservar o equilíbrio negociador (como incentivos, integração produtiva, coordenação macroeconômica, assimetrias, entre outros).

Este programa inclui 21 áreas de negociação (ver Cronograma em Anexo III).⁶⁶ Os assuntos que ficaram fora do Programa foram objeto de Decisões separadas, como serviços, contratação pública, investimentos e defesa da concorrência.

Finalmente, alguns temas de interesse para os sócios não alcançaram o consenso necessário e ficaram excluídos do Programa de Consolidação e de outras Decisões do período, como a criação do Banco de Desenvolvimento Regional, proposto por Argentina e Paraguai, a negociação do setor açúcar-etanol promovida pelo Brasil, ou a aspiração do Uruguai de contemplar o acesso direto ao Tribunal Permanente de Revisão frente a medidas não tarifárias.

A seguir, são apresentados os compromissos assumidos em cada tema do Programa de Consolidação, bem como sua evolução durante o primeiro semestre de 2011.

Coordenação macroeconômica

Antecedentes. O Tratado de Assunção estabeleceu que a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais constituísse um elemento central do MERCOSUL, determinando que os instrumentos para sua concretização deviam ser desenvolvidos durante o período de transição que finalizava em 31 de dezembro de 1994 (Tratado de Assunção, artigo 5º, inciso b).

Em 1995, o Programa de Ação MERCOSUL 2000 reiterou que as políticas macroeconômicas eram um elemento constitutivo do mercado comum e do processo de aprofundamento da integração. A esse respeito, especificava a necessidade de progredir no tratamento de problemas econômicos, incluídos os de caráter conjuntural, mediante o maior intercâmbio de informações e a elaboração de indicadores econômicos regionais, visando a que os Estados-Parte pudessem desenhar melhores políticas internas. Apontava-se também que o progresso da integração acentuaria a necessidade de examinar conjuntamente algumas medidas de política econômica.

Em junho de 1999, o CMC ditou sua Decisão N° 6/99, instruindo os Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais para que identificassem e estabelecessem os instrumentos necessários para a coordenação das políticas macroeconômicas, sendo criado para tal um Grupo de Trabalho de Alto Nível. Este se centrou na análise dos mecanismos nacionais de responsabilidade fiscal e na harmonização estatística nos setores fiscal, monetário-financeiro, externo e real. Os Estados associados ao MERCOSUL (Chile e Bolívia, nesse momento) começaram a participar desse Grupo.

Este órgão se consolidou no ano 2000 como Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM), dedicado à construção de estatísticas harmonizadas fiscais e de dívida pública a partir de uma metodologia comum.⁶⁷ Nesse ano foram divulgados o Manual de Estatísticas Fiscais do GMM (com a descrição da metodologia) e as primeiras estatísticas harmonizadas (com dados retroativos a dezembro de 1999) em relação a: (i) resultado fiscal nominal do governo nacional; (ii) resultado fiscal primário do governo nacional; (iii) dívida líquida do governo nacional; (iv) dívida líquida do setor público consolidado; e (v) variação da dívida líquida do setor público consolidado.

⁶⁶ A seguir, são detalhados os 21 itens incluídos no Programa. Os itens VI, VII e VIII, relacionados com os regimes de importação, são explicados no presente Informe dentro da Seção "Regimes Comuns Especiais de Importação".

⁶⁷ Formalmente, o GMM foi integrado à estrutura do MERCOSUL na Decisão CMC 30/00 aprovada em junho desse ano, como um órgão dependente da Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais. Através dessa norma, foi derogada a Decisão CMC 6/99 e se decidiu o desenvolvimento das tarefas necessárias para avançar para objetivos comuns nas áreas macroeconômicas e financeiras.

Por sua vez, em dezembro de 2000, os Presidentes dos Estados-Parte do MERCOSUL, Bolívia e Chile aprovaram a Declaração de Florianópolis, com as metas e mecanismos de convergência macroeconômicos para as seguintes variáveis:

- i. Variável fiscal de fluxo (variação da dívida): até 3% do PIB a partir de 2002 (para o período de adequação 2002-2003 foi definido um valor máximo de 3,5% para o Brasil).
- ii. Variável fiscal de *stock* (relação dívida/PIB): 40% do PIB a partir de 2010, com convergência a partir de 2005.
- iii. Índice de preços ao consumidor adotado por cada país (até que uma metodologia da inflação núcleo fosse definida): até 5% para os anos de 2002-2005. A partir de 2003, seria definida uma inflação núcleo que, desde 2006, devia atender a um valor máximo de 4% (foram fixados valores transitórios diferentes para o Paraguai e o Uruguai).

Embora estas metas começassem a vigorar em 2002, os países anunciaram conjuntamente seus objetivos específicos nestas variáveis para 2001, os quais não foram atingidos por causa da profunda crise da Argentina e do Uruguai –e, em outra medida, dos restantes países sócios–. Contudo, em dezembro de 2002, foram reafirmados os compromissos em torno da disciplina fiscal e das metas da Declaração de Florianópolis, mas como objetivos de longo prazo.

Em dezembro de 2003, o Programa de Trabalho 2004-2006 para o MERCOSUL contemplou que antes de fins de 2004 deviam ser incluídos os trabalhos de harmonização de indicadores macroeconômicos, incluindo os agregados monetários. Além disso, devia haver uma tendência para a internalização das metas acordadas nas políticas econômicas dos países e um monitoramento permanente de seu grau de cumprimento, com divulgação pública de seus resultados.

Evolução durante o período. No que tange à harmonização de indicadores, no último ano, o GMM concluiu a elaboração de manuais de Estatísticas Fiscais, Estatísticas Monetárias, de Crédito e Taxas de Juros, de Balança de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional do MERCOSUL.

Além disso, o GMM publicou seu Boletim de Indicadores Macroeconômicos do MERCOSUL semestral, que compila as informações macroeconômicas mais relevantes dos quatro Estados-Parte. Estas e outras informações relacionadas com o Grupo podem ser consultadas no *web site* <https://www.gmm-mercosur.org>, cujo novo portal foi lançado em setembro de 2010.

Em fins de 2010, o GMM publicou também uma série de estudos financiados por cooperação internacional, sobre diferentes aspectos do aprofundamento do processo integrador. Os cinco documentos referem à coordenação de políticas em um contexto de crise, o papel das assimetrias macroeconômicas entre os membros do acordo, o estado da mobilidade de fatores produtivos no MERCOSUL (um sobre o capital produtivo e outros sobre o fator trabalho) e as políticas de complementação produtiva.⁶⁸

⁶⁸ Estes trabalhos foram financiados pelo Projeto de Cooperação Técnica e Financeira UE-MERCOSUL "Apoio ao Monitoramento Macroeconômico (AMM)" e podem ser consultados em <http://www.proyectoamm.org>

Finalmente, embora a revisão das metas de Florianópolis faça parte da agenda permanente do GMM, não teve resultados concretos até agora e o tema não foi incluído no Programa de Consolidação da União Aduaneira (Decisão CMC 56/10). Este só estabelece um compromisso laxo que consiste em promover a elaboração de políticas destinadas a incrementar a coordenação macroeconômica entre os países do bloco.

Apesar disso, durante o 1º semestre de 2011, o GMM trabalhou na elaboração de um plano de trabalho para a revisão do esquema das metas de Florianópolis, bem como uma proposta de agenda de coordenação macroeconômica para ser analisada no âmbito do grupo. Argentina, Brasil e Paraguai apresentaram suas propostas de discussão detalhadas no Boxe C.

Boxe C. Propostas dos países a serem discutidas para a revisão das metas de Florianópolis e outros temas do GMM^{a/}

Argentina

- Aprofundamento do sistema de pagamentos em moeda local.
- Estabelecimento de financiamento para a infraestrutura física regional.
- Instauração de um mecanismo de financiamento via bancos de desenvolvimento.
- Coordenação de respostas anticíclicas frente a *shocks* externos.
- Criação de fundos de estabilização orçamentária.
- Realização de ações para controlar movimentos de capitais.
- Criação do mercado de dívida pública regional.
- Aprofundamento financeiro e do mercado de capitais.

Brasil

- Manutenção do esquema atual.
- Redução da variável de *stock* de dívida líquida a 30% do PIB.
- Incorporação de novos indicadores (*Stock* e Variação da Dívida Líquida do Governo Geral e Resultado Primário Operacional do Governo Geral).

Paraguai

- Análise do efeito da volatilidade cambial sobre o comércio e o crescimento no MERCOSUL.
- Elaboração de um esquema de integração financeira como mecanismo de aprofundamento e maior simetria.
- Instauração de diálogo e intercâmbio sobre metas finais, metas intermediárias e instrumentos.
- Identificação de *shocks* recorrentes em cada país e estabelecimento de cláusulas de contingência em caso de ocorrência.
- Criação de um mecanismo permanente de retorno ao valor objetivo em caso de desvios.

Nota: ^{a/} GMM Ata 1-11, Anexo 9. Não inclui a posição do Uruguai.

Durante a PPT do Paraguai, foi aprovada a Decisão CMC 3/11 "Aprofundamento da coordenação macroeconômica no MERCOSUL", mediante a qual são criadas, no âmbito do GMM, as Comissões de Finanças Públicas, Monetária e Financeira, Balança de Pagamentos, Diálogo Macroeconômico e de Divulgação.

Política automotiva comum

Antecedentes. Em dezembro de 2000, foi assinada a Decisão CMC 70/00 "Política Automotiva do MERCOSUL" (PAM). Esta norma incorporou basicamente os termos do acordo bilateral existentes entre a Argentina e o Brasil, bem como condições específicas para o intercâmbio de ambos os países com o Uruguai.⁶⁹ Em particular, foram fixados os níveis para a TEC do setor, os cronogramas de convergência para a importação de extrazona, o mecanismo para alcançar o livre comércio intrazona, o requisito de conteúdo regional e as quotas para o acesso ao mercado de veículos e autopeças com o Uruguai.

Em junho de 2001, foi subscrita a Decisão CMC 4/01, que estabelecia as tarifas e cronogramas de convergência para a importação extrazona, o índice de conteúdo regional para a produção paraguaia, as quotas para o acesso ao mercado de veículos e autopeças com a Argentina e o Brasil e condições de livre acesso com o Uruguai. Adicionalmente, o Paraguai se comprometeu a eliminar progressivamente a importação de automóveis e outros veículos automotores usados de extrazona, embora até agora não tenha materializado esse compromisso.

Com o objetivo de facilitar a incorporação destes acordos aos ordenamentos jurídicos internos, os Estados-Parte resolveram protocolizar as Dec. CMC 70/00 e 4/01 sob o Trigésimo Primeiro Protocolo Adicional do Acordo de Complementação Econômica (ACE) Nº 18 subscrito na ALADI. Porém, e por diversos motivos, até agora esse Protocolo não foi incorporado pelos países. Esta dificuldade foi provisoriamente solucionada mediante a realização de acordos bilaterais entre Argentina, Brasil e Uruguai.

No caso da Argentina e do Brasil, o arranjo alcançado foi protocolizado no quadro do ACE Nº 14 de ALADI,⁷⁰ e prevê sua vigência até junho de 2014. A Argentina e o Uruguai, por sua vez, subscreveram o ACE Nº 57 para refletir seu entendimento para o setor automotivo,⁷¹ que "permanecerá vigente até ser implementado o Acordo sobre a Política Automotiva do MERCOSUL e incorporado aos ordenamentos jurídicos nacionais." O Acordo entre o Brasil e o Uruguai se refletiu no ACE Nº 2,⁷² vigorando até julho de 2014, "ou até que a Política Automotiva do MERCOSUL dispuser o contrário".

Evolução durante o período. O Programa de Consolidação da UA dispôs a criação de um Grupo de Trabalho para elaboração e elevação para consideração do GMC, na primeira reunião ordinária do segundo semestre de 2012, uma proposta de Política Automotiva Comum, visando à sua entrada em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013. Durante a PPT do Paraguai, decidiu-se convocar este grupo no segundo semestre deste ano.

Incentivos

Antecedentes. O objetivo visado é garantir a todos os Estados-Parte condições equitativas de concorrência, para que a liberalização do comércio gere efetivamente um espaço ampliado, no qual possa se obter uma alocação mais eficiente dos recursos regionais e um melhor aproveitamento das economias de escala (Decisão CMC 9/95).

⁶⁹ No que diz respeito ao Paraguai, a Decisão simplesmente consignou a vontade das partes de prosseguir as negociações para definir as condições específicas que permitam a incorporação deste país à PAM.

⁷⁰ Trigésimo Protocolo Adicional ao ACE Nº 14, subscrito a 29 de dezembro de 2000.

⁷¹ Acordo sobre Condições para o Comércio Bilateral Argentina-Uruguai para produtos do setor automotivo, subscrito a 31 de março de 2003.

⁷² Sexagésimo Protocolo Adicional ao ACE Nº 2, subscrito a 11 de julho de 2002.

No entanto, trata-se de uma temática com escassos ou nulos compromissos nos quatro Estados-Parte. A Decisão CMC 10/94 estabeleceu obrigações que vão além das acordadas no quadro da OMC em matéria de incentivos às exportações, determinando que estes não seriam aplicáveis ao comércio intrazona, exceto nos seguintes casos:

- a. Financiamento às exportações de bens de capital em longo prazo, outorgado sob condições compatíveis com as aceitas internacionalmente em operações equivalentes;
- b. Devolução ou isenção de impostos indiretos, até serem harmonizadas as condições que garantam um tratamento tributário igualitário para a produção;
- c. *Drawback* e admissão temporária para produtos em convergência à TEC ou produtos cujos insumos estejam nesse processo.

Além disso, o artigo 2 da mesma Decisão determinou o mecanismo de *consulta prévia* para "a criação ou concessão de qualquer novo incentivo às exportações da parte de algum dos Estados-Parte, a partir de 01/01/1995, bem como a manutenção dos existentes".

Anos depois desta norma, foi aprovada –no contexto do Relançamento do MERCOSUL– a Decisão 31/00, que visava à criação de disciplinas comuns relacionadas com a utilização de incentivos aos investimentos, a produção e a exportação. No entanto, as negociações não avançaram.

No Programa de Trabalho 2004-2006, estabeleceu-se novamente o compromisso de definir essas disciplinas, aplicáveis a todos os níveis de governo, que limitassem de forma gradual o uso de incentivos que distorcessem a alocação dos recursos, as condições de concorrência e o funcionamento do mercado ampliado do MERCOSUL ou permitissem a adoção de medidas para a eliminação ou compensação de seus efeitos de distorção a partir de 2006.

Nesse contexto, a CCM trabalhou durante 2007 com grande interesse da Argentina, Paraguai e Uruguai. No entanto, o tema não atingiu avanços significativos e desapareceu da agenda para fins desse ano. Paralelamente, com a cooperação do BID, foi realizado um estudo de "Avaliação do impacto dos incentivos fiscais outorgados por diversos níveis de governo".⁷³

Evolução durante o período. No Programa de Consolidação da UA, foram estabelecidos compromissos escalonados em matéria de incentivos, em virtude do interesse da Argentina, Paraguai e Uruguai. Nesse sentido, os primeiros trabalhos deverão focar procedimentos relacionados com a transparência e as consultas, para depois abordar uma proposta de utilização de incentivos no MERCOSUL.

Especificamente, através da Decisão CMC 56/10, a GMC é incumbida de integrar um Grupo de Trabalho sobre incentivos, com o intuito de:

- Elaborar, no mais tardar em sua última reunião de 2011, os procedimentos para que os Estados-Parte intercambiem anualmente informações sobre esse tema. O primeiro intercâmbio deverá ser realizado na primeira reunião ordinária do GMC de 2012.

⁷³ No quadro do Projeto "Apoio Técnico à Comissão de Comércio do MERCOSUL", financiado pelo BID, realizado entre 2007 e 2011, foi feito, em 2009, o estudo "Avaliação do impacto dos incentivos fiscais outorgados por diversos níveis de governo", Ecolatina (2007).

- Elevar ao GMC, no mais tardar a 31 de dezembro de 2011, uma proposta de mecanismo de consulta sobre os impactos da utilização de incentivos nos investimentos, na produção e nas exportações.

Além disso, determinou-se, para a última reunião do GMC de 2014, a geração de uma proposta sobre a utilização de incentivos aos investimentos, à produção e à exportação, visando a evitar possíveis distorções na alocação de recursos no âmbito sub-regional. Sobre esta base, o Grupo de Trabalho começou a funcionar no primeiro semestre de 2011, âmbito no qual o Uruguai e o Paraguai entregaram suas propostas relacionadas com o mecanismo de notificação de incentivos.

Defesa Comercial

Antecedentes. "Idealmente, uma união aduaneira deve contar com uma política comum de defesa comercial frente a terceiros países, enquanto as relações comerciais intrabloco devem ser reguladas por uma política de defesa da concorrência, como se os fatos acontecessem entre empresas localizadas em um mesmo país" (BID-INTAL, 2004, p. 75).

Com este objetivo, no contexto do Relançamento do MERCOSUL no ano 2000 foi aprovada a Decisão CMC 28/00, instruindo o GMC para a elaboração de um plano para a eliminação gradual de medidas *antidumping* e direitos compensatórios no comércio intrazona e uma proposta para disciplinar os processos de pesquisa e sua aplicação. Também devia apresentar um Regulamento Comum sobre Defesa contra *Dumping* e Subsídios em produtos oriundos de países não membros do MERCOSUL.

O Programa de Trabalho 2004-2006 (Decisão CMC 26/03) tinha estabelecido que, em matéria de defesa comercial extrazona, deviam ser concluídos os Regulamentos Comuns para a aplicação de medidas *antidumping* e compensatórias frente a terceiros para fins de 2004, enquanto o Regulamento Comum de Salvaguardas devia começar a vigorar nesse mesmo ano.

Em matéria de defesa comercial extrazona, o Programa instruiu a definir as modificações ao Protocolo de Defesa da Concorrência e apresentar um plano para permitir sua vigência a partir de 2005. Além disso, a CCM devia definir os mecanismos e condições para eliminar os instrumentos de defesa comercial intrazona a partir de 2006.

Evolução durante o período. Estes temas foram de especial interesse do Brasil, sendo a Argentina o sócio mais reticente aos avanços, devido à grande utilização que este país faz de medidas *antidumping* no comércio intrazona. Além disso, a Argentina é o único Estado-Parte em que não entrou em vigência o Regulamento Comum de Salvaguardas frente a terceiros.

Apesar da insistência do Brasil para trabalhar na elaboração de uma proposta que permita eliminar a aplicação de medidas *antidumping* intrazona e preveja a adoção de medidas de salvaguardas de maneira conjunta para extrazona, não foi possível chegar a um consenso.

O Programa de Consolidação da UA refletiu a instrução ao GMC para elaborar, através do Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas (CDCS), no mais tardar em sua última reunião de 2014, uma proposta sobre procedimentos e regras para pesquisas sobre aplicação destas medidas.

Como é possível observar, só serão discutidos "procedimentos e regras para pesquisas", mas não regulamentos comuns ou programas de eliminação.

Integração Produtiva

Antecedentes. Em junho de 2009, foi aprovado o Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL (PIPM) e criado o Grupo de Integração Produtiva do MERCOSUL (GIP), com a função de coordenar e executar esse Programa (Decisão CMC 12/08). Foi também criado o Fundo MERCOSUL de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, visando a instrumentação, em uma primeira etapa, de um sistema de garantias para empresas deste segmento envolvidas em iniciativas de integração produtiva (Decisão CMC 13/08) (BID-INTAL 2011a, p. 101).

Em 2009, foi lançado o Portal Empresarial do MERCOSUL no âmbito do Observatório Regional Permanente sobre Integração Produtiva (Decisão CMC 7/09), com o objetivo de favorecer a associatividades empresariais e constituir uma ferramenta de intercâmbio de informações dos atores públicos e privados que participam dos esquemas de integração produtiva regional. Além disso, foram aprovados dois programas no contexto do FOCEM, relacionados com o desenvolvimento de fornecedores para o setor de petróleo e gás, e com a intensificação e complementação automotiva no âmbito do MERCOSUL.

Além disso, nesse mesmo ano, foi realizado um estudo visando ao desenvolvimento de uma metodologia capaz de identificar oportunidades de investimentos brasileiros na Argentina; o estudo identificou 10 setores com potencial de complementação bilateral e com amplo espaço para a ação público/privada, nomeadamente: petróleo e gás, mineração, indústria naval, equipamentos ferroviários, autopeças, máquinas de uso especial (especialmente agrícolas), tecnologia da informação (especialmente orientada para agronegócios), biocombustíveis e construção civil (BID-INTAL, 2011a, pp. 102-104). Outro trabalho posterior apontou exemplos de negócios conjuntos para promover a competitividade.

Com base nestes documentos, no âmbito da reunião de integração produtiva Argentina-Brasil de fevereiro de 2010, foram definidos 8 setores-alvo de complementação produtiva, desagregados em dois grupos: setores sensíveis (madeira e móveis, linha branca, vinhos e laticínios) e setores estratégicos (petróleo e gás, autopeças, indústria aeronáutica e máquinas agrícolas). Foi identificado também um terceiro grupo "em processo de avaliação", integrado por indústria naval, televisão digital e turismo.

Evolução durante o período. No contexto do Programa de consolidação da UA, o GIP foi instruído a avaliar alternativas de cooperação que considerem condições preferenciais de assistência técnica, capacitação e/ou financiamento para as micro, pequenas e médias empresas, cujos projetos impliquem integração produtiva entre os Estados-Parte.

Além disso, o "Grupo *Ad Hoc*" foi instruído sobre o Fundo MERCOSUL de Apoio às Pequenas e Médias Empresas a trabalhar com o GIP, visando a considerar mecanismos operacionais de garantia para este tipo de empresas.

Também, encomendou ao GIP e aos Subgrupos de Trabalho (SGT) N° 3 "Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade", SGT N° 7 "Indústria", SGT N° 8 "Agricultura" e SGT N° 11 "Saúde", a se articularem para identificar, antes de 31 de dezembro de 2011, subsetores e cadeias de valor propícias para o desenvolvimento de projetos de integração produtiva. A esse respeito, durante o 1° semestre de 2011, foram realizadas várias reuniões entre o GIP e estes subgrupos.

Paralelamente, durante este último semestre, o GIP tentou atrair outros organismos do MERCOSUL e externos para participarem dos projetos de integração produtiva. Assim, o

Comitê de Cooperação Técnica (CCT) e o Fórum de Governadores e Prefeitos do bloco participaram da última reunião do GIP, sendo convidada a Organização Internacional para as Migrações (OIM), que colabora com o projeto de integração fronteiriça do GIP.

Foram iniciados contatos com a Corporação Andina de Fomento (CAF), visando à análise das possibilidades de financiamento de projetos de integração produtiva, bem como de mecanismos que apoiem e ajudem ao funcionamento do Fundo do MERCOSUL de apoio a pequenas e médias empresas.

Quanto aos trabalhos específicos realizados na área, em matéria de ações setoriais, a Argentina tem trabalhado sobre a possibilidade de integração de uma cadeia produtiva na área metal-mecânica e realizou aproximações entre as câmaras empresariais deste setor de seu país, do Paraguai e do Uruguai.

O Brasil propôs um cronograma de atividades dos projetos já aprovados pelo FOCEM de cadeia automotiva e de gás e petróleo. Além disso, de um lado, ofereceu cooperação institucional e de capacitação de mão de obra para a possível formação de uma cadeia de indústria aeronáutica. De outro lado, considerou necessária a realização de um estudo de impacto de formação desta cadeia de indústria naval na região.

O Paraguai avançou no processamento de informação sobre a cadeia amido-mandioca e algodão-têxtil. O Uruguai, da sua parte, propôs a integração da cadeia de energia eólica, para o qual está se analisando a solicitação de um estudo de impacto regional.

Como resultado da Decisão CMC 60/10, houve encontros bilaterais entre as câmaras empresariais de brinquedos da Argentina e do Brasil, e do Paraguai e do Brasil, como também contatos oficiais e privados entre o Brasil e o Uruguai e entre o Paraguai e o Brasil.

No que tange às ações horizontais de integração produtiva, a Argentina e o Uruguai, com apoio do Centro de Formação para a Integração Regional (CEFIR), realizaram cursos de integração fronteiriça para PMES.

Também se avançou no Observatório Regional Permanente sobre Integração Produtiva (com financiamento da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento-AECID), em cujo contexto foram realizadas duas publicações sobre integração produtiva e os 20 anos do bloco.

Paulatinamente, a agenda do GIP vai se ampliando e tornando mais complexa, tanto pelos temas tratados quanto pelos diferentes atores que nela intervêm. Nesse contexto, apreciam-se importantes esforços por coordenar as ações de integração produtiva que são realizadas por diferentes âmbitos do MERCOSUL.

Regimes Comuns Especiais de Importação

Antecedentes. No ano 2000, estabeleceu-se a obrigação dos Estados-Parte de eliminarem a utilização dos regimes aduaneiros especiais de importação adotados unilateralmente. A data prevista era dezembro de 2005, após prorrogada até dezembro de 2010 (BID-INTAL, 2011a, p. 88). Apesar disso, a vigência destes regimes especiais foi autorizada desde que tivessem um impacto econômico limitado ou finalidade não comercial e fossem aprovados pela CCM.

A partir de 2007, começaram os trabalhos em diversas propostas para o estabelecimento de regimes especiais comuns de importação. Assim, em 2008, aprovou-se um regime comum para bens destinados à pesquisa científica e tecnológica (Decisão CMC 40/08) e, mediante Decisão CMC 57/08, estabeleceu-se o prazo para fins de 2010 para que a CCM apresentasse ao GMC propostas de regimes comuns para os setores aeronáutico, educação, saúde, naval, para aqueles bens integrantes de projetos de investimento e para o comércio transfronteiriço terrestre, bem como uma proposta para o tratamento de outros regimes nacionais especiais de importação.

Quanto à utilização dos regimes de *drawback* e admissão temporária para o comércio intrazona, por Decisão CMC 20/09, permitiu-se sua utilização até dezembro de 2016. Além disso, o Paraguai e o Uruguai, desde que não usassem estes regimes para a importação de insumos agropecuários de extrazona, foram autorizados a aplicar uma alíquota de 2% para uma lista de itens tarifários a serem determinados por cada Estado-Parte antes de 31 de dezembro de 2010. No caso do Paraguai, foi criado um regime para a importação de matérias-primas com alíquota de 2%. O prazo de vigência desses regimes unilaterais favorecendo as economias menores foi estabelecido para dezembro de 2016.

Evolução durante o período. O novo Programa de Consolidação da UA dispôs que a apresentação de propostas de regimes especiais comuns de exportação vinculadas com a indústria aeronáutica, a indústria naval e o comércio transfronteiriço, devia ser realizada antes da primeira reunião ordinária do segundo semestre de 2011. Essas propostas deviam se articular com as iniciativas de integração produtiva do GIP.

Nesse contexto, a CCM avançou em uma proposta sobre o regime para a indústria naval que continua em tratamento. Quanto ao regime comum de comércio vicinal transfronteiriço, a CCM elevou o tema ao GMC, que o mantém em sua agenda. No que tange ao setor saúde, a Decisão CMC 56/10 prorrogou o prazo para a apresentação de uma proposta até a primeira reunião ordinária do GMC do segundo semestre de 2012. As propostas para o setor educação e para bens integrantes de projetos de investimento poderão ser apresentadas, no mais tardar, antes da primeira reunião ordinária do GMC do primeiro semestre de 2014.

Quanto à utilização dos regimes de *drawback* e admissão temporária no comércio intrazona, a Argentina –acompanhada pelo Paraguai e pelo Uruguai– almejava estabelecer um cronograma de trabalho para avançar nos diferentes tipos de modalidades (suspensão, isenção, devolução, reexportação no mesmo estado). Porém, ante a negativa do Brasil, o Programa da Decisão CMC 56/10 confirma a data de dezembro de 2016 para a apresentação de uma proposta de harmonização de regimes nacionais, no mais tardar, na última reunião de 2012. No primeiro semestre de 2011, decidiu-se iniciar o trabalho sobre este tema ao longo do segundo semestre do ano.

Em relação a outros regimes especiais de importação não contemplados anteriormente, a Decisão CMC 56/10 prorrogou o prazo em vigência para a apresentação de uma proposta até a última Reunião Ordinária do GMC de 2013. Esta deve considerar o tratamento a ser dado aos regimes especiais de importação adotados unilateralmente pelos Estados-Parte (que impliquem a isenção total ou parcial dos direitos aduaneiros que oneram a importação definitiva de mercadorias), cujo objetivo não for o aperfeiçoamento para posterior exportação dos novos produtos para terceiros países; e os benefícios concedidos ao amparo desses regimes.

Os sócios assumiram o compromisso de notificação anual deste tipo de regimes, sendo a primeira, no mais tardar, no primeiro semestre de 2012.

Para a importação de insumos agropecuários, o Paraguai e o Uruguai poderão aplicar –até 31 de dezembro de 2016 e desde que não utilizem de outros regimes de admissão temporária e *drawback*– uma alíquota de 2%, conforme a lista de itens tarifários a ser notificados por cada Estado-Parte à CCM antes de 31 de dezembro de 2013.

Da mesma forma, promove-se a criação, antes de 31 de dezembro de 2016, do regime para a importação de matérias-primas para o Paraguai, mediante o qual este país poderá importar insumos com uma alíquota de 2%, sendo permitida até essa data a vigência de seu atual regime nacional. Durante o primeiro semestre de 2011, decidiu-se convocar um Grupo de trabalho em paralelo à segunda reunião ordinária do GMC do segundo semestre de 2012.

Eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum e distribuição da renda aduaneira

Antecedentes. A eliminação da dupla cobrança da TEC tornou-se um dos temas centrais da agenda do MERCOSUL dos últimos anos. O primeiro avanço significativo neste assunto é de 2004, com a aprovação da Decisão CMC 54/04, que determinou as diretrizes para o processo de transição para o pleno funcionamento da UA. A norma estabeleceu que os bens importados de extrazona que atendessem à Política Tarifária Comum (PTC) receberiam o tratamento de bens originários do MERCOSUL uma vez ingressados ao bloco, tanto no que diz respeito a sua circulação nos territórios dos Estados-Parte, quanto em sua eventual incorporação em processos produtivos (BID-INTAL, 2011a, pp. 74-80).

Entende-se por cumprimento da PTC o pagamento da TEC por ocasião da importação definitiva ou, quando corresponder, da tarifa resultante da aplicação da mesma preferência tarifária sobre a TEC, por todos os Estados-Parte do MERCOSUL nos acordos comerciais subscritos com terceiros países, ou as medidas comuns resultantes da aplicação de instrumento de defesa comercial.

O Art. 2 da Decisão CMC 54/04 determinou que os bens aos quais se aplicasse uma TEC de 0%, bem como aqueles que contassem com preferência quadripartite e simultânea de 100% em virtude de acordos comerciais assinados pelo bloco, receberiam tratamento de bens originários do MERCOSUL a partir de janeiro de 2006.

Em dezembro de 2005, a Decisão CMC 37/05 regulamentou a Decisão CMC 54/04 e definiu os procedimentos aduaneiros e regras para a emissão do Certificado de Cumprimento da Política Tarifária Comum (CCPTC) e do Certificado de Cumprimento do Regime de Origem MERCOSUL (CCROM), bem como outras normas complementares relativas ao regime de origem e ao intercâmbio de informação entre aduanas. Incluiu também as listas de produtos aos quais se outorgaria tratamento de bens originários.

De acordo com a mesma Decisão CMC 54/04, a extensão da regra de livre circulação ao restante universo tarifário era submetida à aprovação e entrada em vigência, não além de 2008, de: Código Aduaneiro do MERCOSUL, a interconexão *on line* dos sistemas informáticos de gestão aduaneira e a definição de um mecanismo de distribuição da renda aduaneira.

Destes três requisitos, aquele que avançou mais rapidamente foi o relativo à interconexão *on line* das aduanas dos Estados-Parte. Nesse sentido, nos considerandos da Decisão CMC 1/08, destinada a detalhar as especificações técnicas da infraestrutura informática para o Sistema de

Informações de Registros Aduaneiros (Sistema INDIRA), informavam que o mencionado sistema "encontra-se em operação e disponível nos quatro Estados-Parte".

Porém, entre 2008 e meados de 2010, os negociadores não conseguiram alcançar outros resultados concretos. Só a Decisão CMC 10/10 estabeleceu que a implementação da eliminação da dupla cobrança da TEC e distribuição da renda aduaneira para as situações não atingidas pelo Art. 2 da Decisão CMC N° 54/04 (produtos com 0% de TEC ou preferências de 100%), seria realizada em três etapas.

A primeira deveria estar em funcionamento efetivo a partir de 1° de janeiro de 2012, compreendendo os bens importados de terceiros países por um Estado-Parte que cumpriram com a PTC e que circulariam sem transformação dentro do MERCOSUL.

A segunda etapa, em vigência a partir de 1° de janeiro de 2014, abrangeria os bens importados de terceiros países que tivessem cumprido com a PTC, cuja TEC for de 2% ou 4% e que circulariam dentro do MERCOSUL após sua incorporação a um processo produtivo.

Quanto à terceira etapa, que abrange aqueles bens importados de terceiros países não incluídos nas fases anteriores, que forem incorporados a um processo produtivo e que tenham cumprido com a PTC, o CMC definirá a data de sua entrada em vigência antes de 31 de dezembro de 2016. Esta última etapa deverá estar em funcionamento, no mais tardar, em janeiro de 2019.

Para a efetiva implementação deste cronograma, deverá se contar com:

- Interconexão *on line* dos sistemas informáticos de gestão aduaneira e a base de dados que permita o intercâmbio de informações relativas ao cumprimento da PTC.
- Entrada em vigência do Código Aduaneiro do MERCOSUL.
- Estabelecimento de uma compensação para o Paraguai, considerando sua condição especial e específica como país sem litoral marítimo, sua alta dependência das arrecadações aduaneiras e a eventual perda de arrecadação decorrente da dupla cobrança da TEC.
- Monitoramento periódico dos impactos econômicos e comerciais resultantes da eliminação da dupla cobrança da TEC sobre os Estados-Parte. Em função das informações resultantes deste monitoramento, o GMC poderá introduzir ajustes no mecanismo de distribuição e propor medidas para mitigar possíveis efeitos negativos da implementação da Decisão CMC N° 54/04.

Evolução durante o período. O Programa de Consolidação da UA ratifica os compromissos da Decisão CMC 10/10, esclarecendo que os quatro itens acima apontados devem ser cumpridos até 31 de dezembro de 2011. De outra parte, avança no estabelecimento de um cronograma de tarefas que permita assegurar o cumprimento desses objetivos. Nesse sentido, a CCM é instruída para a elaboração de um glossário terminológico e a execução de ações específicas para implementar a primeira etapa da eliminação da dupla cobrança da TEC, que deverá incluir, entre outras tarefas:

- Definição das condições sob as quais os produtos serão considerados como "bens sem transformação", incluindo a especificação daquelas operações que não implicarem alterações de sua natureza.
- Interpretação comum sobre o que se entende por "consumo ou utilização definitiva" e "país de destino final".
- Definição sobre como implementar a cobrança da diferença de direitos quando a tarifa nacional ou residual aplicada no Estado-Parte de destino for superior à aplicada no país-membro que importou o respectivo bem de extrazona.
- Determinação dos parâmetros e do período para o intercâmbio de estatísticas necessárias para a eliminação da dupla cobrança da TEC e da redistribuição da renda aduaneira, bem como no que diz respeito à utilização do procedimento de transferência de "conta corrente".

Além disso, a CCM é incumbida pelo programa de elevar ao GMC, no mais tardar, em sua segunda reunião ordinária do segundo semestre de 2011, uma proposta de regulamentação da primeira etapa, incluindo um procedimento transparente, ágil e simplificado de transferência periódica dos saldos líquidos de arrecadação tributária ("conta corrente"), contemplando os procedimentos internos de cada sócio.

O GMC deverá elaborar, no mais tardar, no segundo semestre de 2012, um projeto de regulamentação para a segunda etapa da eliminação da dupla cobrança da TEC, que deverá contemplar, entre outras tarefas:

- Definição do tratamento a que estarão sujeitos os bens que incorporem insumos que cumpram com a PTC e insumos importados sob regimes especiais de importação.
- Definição do universo de bens sujeito a receber o Certificado de Cumprimento da PTC.
- Definição do mecanismo de distribuição da renda aduaneira que levará em conta o Estado-Parte em que são consumidos ou utilizados os bens importados de terceiros países.
- Definição de um procedimento que contemple a automaticidade, flexibilidade, transparência, acompanhamento e controle para a transferência dos recursos resultantes da aplicação do mecanismo de distribuição da renda aduaneira.

Para a terceira etapa, a Decisão contempla:

- Instruir a CCM a elevar ao GMC, antes de sua última reunião ordinária do segundo semestre de 2012, uma proposta de regulamentação da terceira etapa, incluindo as ações necessárias para o aperfeiçoamento do mecanismo de distribuição da renda aduaneira.
- A distribuição da renda aduaneira será realizada sobre a base do mecanismo implementado na segunda etapa, com as eventuais modificações que vierem a surgir

da experiência de sua aplicação. Para tal, o GMC avaliará as informações surgidas do monitoramento e sua interação com os outros aspectos do funcionamento da UA.

Durante o 1º semestre de 2011 foi integrado, no âmbito da CCM, um grupo de trabalho para regulamentar a Eliminação da Dupla Cobrança do TEC e a Distribuição da Renda Aduaneira do MERCOSUL. Este grupo se reuniu em cinco oportunidades, tendo alcançado alguns consensos importantes em relação à regulamentação da primeira etapa. Entre eles, o CCPTC compreenderá unicamente os bens novos e as mercadorias com preferências tarifárias diferentes a 100%, em acordos do MERCOSUL com terceiros países. Também se chegou a um consenso sobre as especificações do "Projeto de *Software* do Sistema de Validação de Informação Aduaneira do Comércio Intrazona" e a utilização dos dados deste Sistema para a apuração da Renda Aduaneira e para o acompanhamento estatístico do fluxo intrazona de produtos com CCPTC.

Em relação à partilha da renda, acordou-se que a transferência de recursos será feita através de um Fundo MERCOSUL, com periodicidade trimestral. Além disso, decidiu-se a utilização de indicadores comerciais e tarifários a partir de dados de comércio de mercadorias com ou sem CCPTC para monitoramento de impactos econômicos-comerciais.

Sobre este tema, a Argentina apresentou uma proposta baseada na análise de dados de comércio, tarifas e consultas a agentes privados, apontando que o monitoramento dos impactos deve ser horizontal a todas as etapas e que seus critérios devem ser definidos durante 2011. Nesse contexto, e considerando que não serão identificados impactos significativos na primeira etapa, entende que deverão ser focados os efeitos derivados a partir da segunda fase.

O Brasil, por sua vez, concorda com que o mecanismo a ser implementado deve ser de aplicação horizontal a todas as etapas, mas considera que para a regulamentação da primeira fase, o monitoramento deve se limitar aos elementos relacionados com os impactos desta primeira etapa. O Uruguai é proclive a uma proposta de monitoramento no qual sejam contempladas análises de impactos setoriais baseado em dados de comércio.

Outros temas sobre os quais se continua trabalhando são a identificação e tratamento das diferenças e discrepâncias em matéria de classificação tarifária e valoração em aduana. Entre eles, podem ser enumerados: erro na classificação da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), diferenças na internalização das normativas do MERCOSUL que modificam a NCM e a TEC, procedimentos aduaneiros *ex post* à marcação do CCPTC, erros associados ao funcionamento do sistema informático do processo de validação, diferença em matéria de valoração, prazo de vigência do CCPTC, tratamento de bens sujeitos a medidas de defesa comercial, tratamento de bens cujas regras de origem preferenciais são não comuns, organismo responsável pelo processamento, validação dos dados de comércio com CCPTC e da distribuição da renda aduaneira, tratamento de mercadorias com elevação transitória da TEC e tratamento do setor automotivo.

Frente a este estado de situação, e levando em conta a necessidade de definição de alguns pontos de caráter técnico-político nos trabalhos, atendendo à solicitação do Brasil, decidiu-se a criação, em junho de 2011, de um Grupo *Ad Hoc* de Alto Nível, dependente do GMC, mediante a Decisão CMC 15/11. O grupo tinha a missão de supervisionar os trabalhos da primeira etapa de eliminação da dupla cobrança da TEC, com o intuito de facilitar o cumprimento dos prazos previstos nas Decisões CMC N° 10/10 e 56/10. Este grupo deverá pôr sob consideração do GMC, no mais tardar em sua última reunião do segundo semestre de 2011, uma proposta de

regulamentação da primeira etapa da eliminação da dupla cobrança da TEC e a distribuição da renda aduaneira, com base nos trabalhos desenvolvidos na CCM e no Grupo de Trabalho de Eliminação da Dupla Cobrança da TEC e Distribuição da Renda Aduaneira.

Uma questão importante a ser levada em conta é que, nas negociações do Regulamento, deverá ser incluída a compensação para o Paraguai. Este país, além de insistir neste assunto, manifestou interesse em integrar um órgão dentro da estrutura institucional do MERCOSUL para concentrar, processar e validar os dados visando à distribuição da renda aduaneira. Nesse sentido, ofereceu a cidade de Assunção como sede desse órgão.

Simplificação e harmonização dos procedimentos aduaneiros intrazona

Antecedentes. Em junho de 2010, estabeleceu-se a necessidade de implementar conjuntamente um documento aduaneiro unificado para facilitar a circulação de mercadorias entre os Estados-Parte. Nesse sentido, a Decisão CMC 17/10 dispôs a criação do Documento Único Aduaneiro do MERCOSUL (DUAM), definido como um modelo de dados comuns para integrar as declarações das destinações e operações aduaneiras no MERCOSUL, capaz de servir de instrumento de geração de informação para a gestão de controle e análise de risco, e facilitar o intercâmbio de informação entre as Aduanas e a livre circulação dos bens entre os Estados-Parte (BID-INTAL, 2011a, p.84).

Evolução durante o período. O Programa de Consolidação da UA reitera o estabelecido pela Decisão CMC 17/10 no sentido de incumbir a CCM de elevar um projeto de norma para a efetiva implementação do DUAM na última Reunião Ordinária do CMC de 2011.

Além disso, os sócios se comprometeram à adoção das medidas necessárias para a efetiva implementação na região da Resolução GMC N° 17/04 "norma relativa à informatização do manifesto internacional de cargas / declaração de trânsito aduaneiro e ao acompanhamento da operação entre os Estados-Parte do MERCOSUL" –Sistema de Tráfego Aduaneiro Internacional (SINTIA), no mais tardar, a 1° de janeiro de 2012. O Paraguai é o único país que ainda não incorporou esta norma.

Revisão integral da consistência, dispersão e estrutura do AEC

Antecedentes. Em 2001, foi criado um Grupo *Ad Hoc* de Alto Nível para examinar a consistência e dispersão de toda a estrutura vigente da TEC (GANTEC), tarefa que não foi cumprida por causa de diferenças entre os sócios em relação ao alcance e objetivos desta revisão.

Adicionalmente, em 2008 estabeleceu-se um Grupo *Ad Hoc* para Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações, incumbido de elevar uma proposta de revisão da TEC desses produtos na primeira reunião do GMC do 2° semestre de 2010, visando a sua entrada em vigência a partir de 1° de janeiro de 2011.

Evolução durante o período. O Programa de Consolidação da UA retoma este ponto solicitando ao GANTEC que apresente uma proposta de revisão integral da TEC ao GMC em sua última Reunião Ordinária de 2014 para todo o universo, com exceção dos Bens de Capital e dos Bens de Informática e Telecomunicações, que são analisados em um Grupo *Ad Hoc* específico. A convocatória a este GANTEC será feita no 1° semestre de 2013.

No que tange ao Grupo *Ad Hoc* para Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações, a Decisão CMC 56/10 prorroga e desdobra suas tarefas, definindo que a proposta para bens de capital deve ser apresentada ao GMC em sua segunda Reunião Ordinária do primeiro semestre de 2012, para sua entrada em vigência em janeiro de 2013. No caso de bens de informática e telecomunicações, os prazos se estendem até a segunda Reunião Ordinária do GMC do primeiro semestre de 2013, para entrar em vigência a partir de 1º de janeiro de 2014.

Bens de capital e bens de informática e telecomunicações

Antecedentes. Em 2003, o CMC dispôs a criação de um Regime Comum de Importação de Bens de Capital novos, suas partes, peças e componentes não produzidos nos Estados-Parte, para o qual seria fixada uma tarifa de importação menor à TEC vigente para este tipo de produtos. O Regime exigia a elaboração de uma lista comum de bens de capital não produzidos na região aos quais poderia se aplicar o tratamento diferencial. Até essa lista poder ser elaborada, os Estados-Parte eram habilitados a manterem listas nacionais de bens não produzidos com tarifas de até 2% até 1º de janeiro de 2008; a partir desse momento, o Regime estabelecia que o tratamento diferencial ficaria limitado aos bens incluídos na Lista Comum (BID-INTAL, 2010).

Em dezembro de 2008, o CMC decidiu prorrogar o prazo de entrada em vigência do Regime até 1º de janeiro de 2011 (Decisão CMC N° 58/08) e diferir até 1º de janeiro de 2013 (Decisão CMC N° 59/08) o prazo para que só sejam aceitas, sob as disposições do Regime criado, todas as importações de bens de capital, suas partes, peças e componentes não produzidos que constem na Lista Comum. Além disso, foi criado um Grupo *Ad Hoc* de Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações absorvendo as atribuições de examinar a consistência e dispersão da TEC e de elaborar a proposta de revisão tarifária para esses setores.

Evolução durante o período. A Decisão CMC 56/10 prorroga o prazo de entrada em vigência do regime comum, prevendo-o a partir de 1º de janeiro de 2013 para a Argentina e o Brasil, e a partir de 1º de janeiro de 2015, para o Paraguai e o Uruguai. Esclarece-se também que a revisão do referido regime deverá contemplar um tratamento para bens de capital não produzidos no MERCOSUL e para sistemas integrados que os contenham, tema que o Brasil tinha interesse em deixar expressamente esclarecido.

Paralelamente, prorrogou-se de 31 de dezembro de 2010 até 31 de dezembro de 2012 o prazo durante o qual os sócios podem, em caráter excepcional e transitório, manter os regimes nacionais de importação de bens de capital vigentes. Também é estendido o prazo durante o qual o Paraguai e o Uruguai podem aplicar a alíquota de 2% para as importações de bens de capital de extrazona até 31 de dezembro de 2019.

No que tange ao regime comum para a importação de bens de informática e telecomunicações, a Decisão CMC 58/08 tinha previsto a elaboração de uma proposta a esse respeito, sem fixar uma data certa de apresentação. Nessa oportunidade, é definido o modo em que a proposta de regime comum para os bens não produzidos deverá ser apresentada, visando a sua entrada em vigência a partir de 1º de janeiro de 2016.

A Argentina e o Brasil poderão aplicar, até 31 de dezembro de 2015, uma alíquota diferente da TEC, inclusive de 0% para os bens de informática e telecomunicações, bem como para os

sistemas integrados que os contiverem. Esta faculdade era permitida só até 31 de dezembro de 2010, conforme a Decisão CMC 58/08.

O Uruguai e o Paraguai poderão aplicar, até 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019, respectivamente, uma alíquota de 0% às importações de bens de informática e telecomunicações de extrazona, no caso de produtos que constem das listas apresentadas no âmbito da CCM, e de 2% no caso dos outros bens deste setor. Anteriormente, isto era permitido até dezembro de 2016.

Em todos estes casos, os sócios reafirmaram seu compromisso de notificar à Secretaria do MERCOSUL (SM), antes de 31 de janeiro e de 31 de julho de cada ano, os códigos NCM relacionados com estas disposições.

Um tema que não prosperou foi a intenção do Brasil de modificar a expressão "Regime comum para bens de informática e telecomunicações" por "política comum", entendendo que devia se outorgar aos sócios a faculdade de aplicar alternativas que não necessariamente replicassem o regime acordado. Também não foi possível unificar os prazos para todos os sócios, tal como era a intenção da Argentina e do Brasil.

No 1º semestre de 2011, decidiu-se que a convocatória do Grupo *Ad Hoc* para bens de capital e de informática e telecomunicações será feita só no 1º semestre de 2012, com o fim de trabalhar tanto nos regimes comuns quanto na definição da TEC.

Listas Nacionais de Exceções à Tarifa Externa Comum

Antecedentes. As listas nacionais de exceções à TEC vigoram desde 1994 (Decisão CMC 7/94). O número de itens passíveis de inclusão nessas listas, assim como os prazos de vigência sofreram sucessivas modificações e prorrogações (BID-INTAL, 2011a, p. 86).

Consoante as Decisões CMC 59/07 e 28/09 –últimas vigentes–, as listas nacionais de exceções à TEC tinham os seguintes prazos de vigência:

- Em 31 de dezembro de 2011 encerravam as listas de 100 itens da Argentina e Brasil, 125 itens do Uruguai e 150 e 299 itens do Paraguai.
- Em 31 de dezembro de 2015 encerravam as listas de 100 itens de Uruguai e Paraguai.

Evolução durante o período. O Programa de Consolidação da UA redefiniu os prazos da seguinte maneira:

- Argentina: até 100 códigos NCM até 31 de dezembro de 2015;
- Brasil: até 100 códigos NCM até 31 de dezembro de 2015;
- Paraguai: até 649 códigos NCM até 31 de dezembro de 2019;
- Uruguai: até 225 códigos NCM até 31 de dezembro de 2017.

Com esses prazos diferenciados, a posição do Uruguai, apoiada pelo Paraguai, prevaleceu, em oposição à Argentina e Brasil, que preferiam a unificação de prazos, afirmando que as

flexibilidades deviam se dar no conteúdo das normas (neste caso, o número de itens objeto de exceção) e não nos prazos. A norma mantém as restantes condições vigentes para estas listas: para a definição dos produtos, os sócios deverão considerar a oferta exportável existente no MERCOSUL. Além disso, podem ser modificados, a cada seis meses, até 20% dos itens incluídos, devendo realizar notificações semestrais de cada uma das listas nacionais (antes de 31 de janeiro e de 31 de julho de cada ano).

As exceções nacionais também serão objeto de avaliação periódica entre os Estados-Parte e de uma avaliação anual da CCM a ser apresentada junto ao GMC, com o intuito de analisar seus efeitos sobre os fluxos de comércio, a integração produtiva intrazona e as condições de concorrência.

Ações pontuais no âmbito tarifário

Antecedentes. No ano 2000, foi aprovada a Resolução GMC 69/00, mediante a qual é permitida a adoção de ações pontuais no âmbito tarifário, de caráter excepcional, e visando a garantir o fornecimento normal e fluente de produtos no MERCOSUL. Nesse contexto, a CCM foi incumbida de, através de um procedimento específico, autorizar os Estados-Parte a realizarem reduções transitórias da tarifa, para um máximo de 20 itens tarifários. A alíquota não pode ser inferior a 2%, embora em casos excepcionais a CCM possa autorizar uma alíquota de 0%.

Evolução durante o período. A primeira proposta brasileira relacionada com o "Programa de consolidação da TEC", no 2º semestre de 2010, incluiu a ideia de elaborar um mecanismo para elevações transitórias das tarifas –até o máximo consolidado na OMC–, constituindo um reflexo inverso da Resolução GMC 69/00 para diminuições transitórias.

Esta iniciativa concluiu na Decisão CMC 56/10, que determinou a elaboração, para o 2º semestre de 2011, de uma proposta de mecanismo que permita que um Estado-Parte apresente, por diretriz da Comissão de Comércio e de maneira temporária, as alíquotas de importação de determinados produtos. A proposta deve especificar as condições e os procedimentos do instrumento.

Durante o 1º semestre de 2011, no contexto da CCM, Argentina, Brasil e Paraguai apresentaram suas propostas sobre este tema, enquanto o Uruguai se comprometeu a apresentar um documento conciliador de todas as propostas durante sua PPT no 2º semestre do ano.

A proposta argentina era inspirada na Resolução GMC 69/00 e incumbia a CCM de adotar medidas específicas de caráter tarifário de maneira transitória, com o intuito de evitar situações que pudessem impactar na competitividade dos setores produtivos da região. Estas medidas consistiriam na elevação do direito de importação aplicado às importações extrazona, não podendo superar o máximo consolidado pelos Estados-Parte na OMC, e poderiam ser aplicadas para um máximo de 50 posições tarifárias. As solicitações de adoção destas medidas deveriam ser acompanhadas de informações relevantes para avaliar a situação que justificaria sua implementação. A CCM decidiria o período de vigência e as alíquotas, não podendo superar os 12 meses, prorrogáveis por outros 12 meses. A proposta argentina também prevê que o Estado-Parte beneficiário possa solicitar à CCM que avalie a possibilidade de uma elevação definitiva da TEC.

Um elemento distintivo que a proposta contempla é a aplicação de medidas de forma expedita, em caso de um tratamento urgente ser requerido, e desde que atendam a certos critérios de alerta: que a TEC seja maior a 2%; que as importações de extrazona em um determinado período tenham tido um crescimento considerável em relação ao período anterior e em relação ao ano anterior; e que esse produto faça parte das 100 NCM com maior valor de importações de extrazona no período de referência. Frente a um pedido de medida expedita, quando um ou mais Estados-Parte não se manifestarem sobre o assunto no prazo de 30 dias, o solicitante poderá aplicar a medida, com caráter excepcional e por um prazo máximo de 180 dias. Isto sem prejuízo do exame regular da solicitação realizada pela CCM, nas condições previstas na Resolução. O máximo de medidas expeditas ascenderia a 15 códigos NCM por Estado-Parte, dentro do limite geral de 50 códigos. Por sua vez, a circulação extrazona dos produtos objeto das medidas estabelecidas por este mecanismo estariam sujeitos ao regime de origem do MERCOSUL.

O documento brasileiro é similar ao argentino, embora sejam 100 os códigos tarifários cujas alíquotas poderiam ser transitoriamente elevadas. Por outro lado, contempla um mecanismo mais automático de aplicação e uma avaliação anual da CCM, visando à análise de seu efeito sobre os fluxos de comércio, a integração produtiva intrazona e as condições de concorrência. Também não prevê que os produtos sujeitos a estas medidas sejam alcançados pelo regime de origem.

Em relação à proposta paraguaia, esta coincide com a quantidade máxima de 50 posições tarifárias da iniciativa argentina, mas não prevê medidas expeditas e estabelece um prazo de vigência deste mecanismo até 31 de dezembro de 2016.

Regulamentos técnicos, Procedimentos de Avaliação de Conformidade e Medidas Sanitárias e Fitossanitárias

Antecedentes. A revisão dos Regulamentos Técnicos MERCOSUL (RTM) encontra-se na agenda do GMC desde julho de 2009, quando o Brasil apresentou junto a esse órgão a revisão de alguns cujo tratamento não tinha sido resolvido nos fóruns técnicos pertinentes (especialmente, o SGT N° 3). Em abril de 2010, esse país formulou a necessidade de um mecanismo de revisão automática dos RTM, os procedimentos de avaliação de conformidade (PAC) e as MSF, visando a adaptar com agilidade aquela normativa que refere mais diretamente a aspectos de segurança do consumidor e proteção da saúde pública. Argentina e Paraguai, por seu lado, apontaram que a análise deste tema deveria ser abordada conjuntamente com a necessidade de melhorar o grau de vigência e aplicação efetiva dessas normas, para salvaguardar os princípios de transparência e segurança jurídica. Estes países alegaram que o Brasil não incorporava os RTM aprovados, portanto nunca entravam em vigência, ou os incorporava modificando-os posteriormente de forma unilateral mediante normas internas, desconhecendo assim a normativa MERCOSUL harmonizada. Por último, o Uruguai apontou que já existia um mecanismo ágil para a revisão de normas na Resolução GMC N° 56/02 sobre Regulamentos Técnicos.

Em junho de 2010, o Brasil apresentou uma proposta de Decisão contendo "Diretrizes para a elaboração e revisão de Regulamentos Técnicos, Procedimentos de Avaliação da Conformidade e Medidas Sanitárias e Fitossanitárias no MERCOSUL", que derroga a Res. GMC 56/02.

Evolução durante o período. Na reunião realizada em setembro de 2010, os sócios finalmente coincidiram quanto à necessidade de reformular os procedimentos de elaboração,

revisão, incorporação e vigência das RTM, PAC e MSF aprovados no MERCOSUL. Argentina, Paraguai e Uruguai manifestaram seu interesse em avançar na negociação de acordos de reconhecimento mútuo, e sugeriram incluir o tema no contexto da negociação do Programa de Consolidação da UA.

Em dezembro desse mesmo ano, o Brasil apresentou um novo projeto de Decisão, complementar ao anterior, incluindo "definições" (normas, regulamentos técnicos, etc.). Neste contexto, a Decisão CMC 56/10 incumbiu o GMC de conformar um Grupo de Trabalho para proceder à revisão da Resolução GMC Nº 56/02 (Diretrizes para a elaboração e revisão de regulamentos técnicos MERCOSUL e procedimentos MERCOSUL para a avaliação da conformidade). Este trabalho deverá ser finalizado antes de fins de 2012, e deverá contemplar um mecanismo de revisão periódica dos RTM e PAC. O referido Grupo de Trabalho deverá estabelecer também novos procedimentos para facilitar sua negociação, elaboração, consulta interna e incorporação. A convocatória do Grupo foi decidida para inícios do 2º semestre de 2011.

Adicionalmente, o GMC foi incumbido de elaborar, no mais tardar, antes de fins de 2012, uma proposta visando a aperfeiçoar o sistema de elaboração, revisão e incorporação de MSF do MERCOSUL. Para tal, um grupo de trabalho será convocado para o 2º semestre de 2011.

Livre Comércio Intrazona

Antecedentes. Os problemas suscitados no comércio intrazona em virtude das restrições não tarifárias são persistentes e foram abordados através de múltiplos enfoques, de iniciativas relacionadas à Regulamentação do Artigo 50 do Tratado de Montevideu 1980,⁷⁴ pelo qual a ALADI é instituída, até a elaboração de conjuntos de medidas.

Evolução durante o período. O tema fez parte das discussões em torno do Programa de Consolidação da UA. O Uruguai apresentou uma proposta ambiciosa com o intuito de estabelecer um mandato para elaborar um mecanismo de reclamação direta ante o Tribunal Permanente de Revisão no caso de medidas não tarifárias que afetassem o comércio intrazona. Seu argumento era que, sob o atual sistema de consultas através da CCM ou de Solução de Controvérsias, produzia-se uma dilação na solução dos problemas de acesso. Esta ideia foi bem recepcionada pelo Paraguai, mas não pela Argentina e Brasil, que a consideravam uma modificação ao Protocolo de Olivos.

Finalmente, pela Decisão CMC 56/10, a CCM foi incumbida de constituir um Grupo de Trabalho sobre medidas não tarifárias com os seguintes objetivos:

- Estabelecer procedimentos de intercâmbio de informações para que os Estados-Parte comuniquem a introdução ou modificação de exigências para a entrada de mercadorias importadas a seu território; a tarefa será realizada antes de 1º de janeiro de 2012.

⁷⁴ Art. 50 do Tratado de Montevideu 1980: "Nenhuma disposição do presente Tratado será interpretada como impedimento à adoção e no cumprimento de medidas destinadas à: (a) Proteção da moral pública; (b) Aplicação de leis e regulamentos de segurança; (c) Regulação das importações ou exportações de armas, munições e outros materiais de guerra e, em circunstâncias excepcionais, de todos os demais artigos militares; (d) Proteção da vida e saúde das pessoas, dos animais e dos vegetais; (e) Importação e exportação de ouro e prata metálicos; (f) Proteção do patrimônio nacionais de valor artístico, histórico ou arqueológico; e (g) Exportação, utilização e consumo de materiais nucleares, produtos radioativos ou qualquer outro material utilizável no desenvolvimento ou aproveitamento da energia nuclear".

- Incumbir a CCM da revisão do sistema de consultas estabelecido na Diretriz CCM N° 17/99, visando a agilizar o tratamento das medidas não tarifárias.
- Apresentar ao GMC, no segundo semestre de 2011, uma proposta de tratamento das medidas não tarifárias, à luz do Artigo 50 do Tratado de Montevidéu.

Na primeira reunião da CCM de 2011, o Brasil sugeriu que a CCM avaliasse a possibilidade de o FOCEM financiar iniciativas relacionadas à regulamentação técnica dos Estados-Parte, para efeitos de tratar das causas que pudessem estar relacionadas a este tema. O Uruguai apresentou uma proposta de Decisão relativa à "Notificação sobre a introdução ou modificação de exigências para a importação de mercadorias", entendendo que os trabalhos orientados ao tratamento das medidas de caráter não tarifário devem ser retomados e que o primeiro passo para isso é estabelecer procedimentos de intercâmbio de informação. A SM seria responsável por conduzir um registro atualizado da informação apresentada pelos Estados-Parte, para contar com uma base de dados à qual os países tivessem acesso.

A Argentina sugeriu que a SM elaborasse um levantamento das obrigações de notificação de medidas não tarifárias na normativa MERCOSUL para que sirva de base para a avaliação de novos requisitos de notificação. O Paraguai apresentou uma contraproposta que aperfeiçoa o documento uruguaio, mantendo seus conceitos gerais. Por outro lado, a CCM trabalhou sobre uma proposta paraguaia de aperfeiçoamento da Diretriz CCM N° 17/99 sobre o mecanismo de consultas na CCM.

Coordenação sobre medidas de transparência

Antecedentes. A notificação coordenada ante a OMC das políticas relacionadas a MSF, e a medidas não tarifárias adotadas pelos sócios foi um tema tratado pelos diferentes fóruns do MERCOSUL, conforme sua competência.

Evolução durante o período. Por Decisão CMC 56/10, e ante o interesse do Brasil de unificar os procedimentos de notificações junto à OMC realizados pelos diferentes fóruns, o GMC foi incumbido de elaborar, no mais tardar, em sua última Reunião Ordinária de 2012, uma proposta de notificação coordenada ante a OMC de políticas relacionadas a MSF e a medidas não tarifárias adotadas pelos Estados-Parte, em atendimento às obrigações que constam dos Acordos da OMC. Na primeira reunião do GMC de 2011, decidiu-se que este tema seja abordado na primeira Reunião Ordinária do GMC do primeiro semestre de 2012. O Brasil teria solicitado este adiamento ao vinculá-lo com o início da revisão do procedimento para a elaboração de RTM.

Coordenação em matéria sanitária e fitossanitária

Antecedentes. Nos últimos anos têm se apresentado na região uma série de pragas e doenças que evidenciaram a necessidade de uma intervenção coordenada das autoridades competentes dos Estados-Parte, visando lutar para sua prevenção e erradicação.

Evolução durante o período. A partir de uma proposta argentina surgida dos trabalhos do SGT Agricultura, o Brasil sugeriu enfrentar o tema de maneira transversal, portanto, a Decisão CMC 56/10 incumbiu o GCM da elaboração, antes de sua última Reunião Ordinária do primeiro semestre de 2012, de uma proposta de coordenação em matéria sanitária e

fitossanitária, visando a fortalecer a situação dos Estados-Parte quanto a este tema e a articular ações para erradicar pragas e doenças na região. Em sua primeira reunião de 2011, o GMC decidiu que o tema será abordado, no mais tardar, na primeira Reunião Ordinária do Grupo de 2012.

Zonas Francas, de processamento de exportações e áreas aduaneiras especiais

Antecedentes. A Decisão CMC Nº 08/94 e suas modificatórias diferenciam duas situações nesta matéria. De um lado, são reconhecidas as zonas francas em geral, que podem funcionar conforme as respectivas legislações nacionais sem outro requisito que o de tributar a TEC no momento da entrada de seus produtos no território aduaneiro geral. De outro lado, as Áreas Aduaneiras Especiais de Manaus e *Tierra del Fuego*, constituídas por sua particular situação geográfica, podem funcionar sob o regime atual até o ano de 2013. No quadro do Programa de Trabalho 2004-2006, uma redação geral sobre este tema tinha sido incluída, ao estabelecer o mandato para o GMC de "considerar a questão relativa às Zonas Francas".

Evolução durante o período. No quadro da negociação do Programa de Consolidação da UA, Paraguai e Uruguai estavam interessados em confirmar o compromisso de que as áreas aduaneiras especiais de *Tierra del Fuego* e Manaus poderiam funcionar sob o regime atual até 2013, posição que não foi acompanhada pela Argentina e Brasil. Finalmente, decidiu-se adotar uma redação similar à contemplada pelo Programa de Trabalho 2004-2006, na qual o CMC incumbiu o GMC de definir, antes de sua primeira Reunião Ordinária de 2013, uma proposta de revisão da Decisão CMC Nº 08/94, levando em consideração a normativa MERCOSUL e a evolução da matéria. A esse respeito, decidiu-se convocar um Grupo de trabalho, em paralelo à segunda Reunião Ordinária do GMC do 1º semestre de 2012.

Fortalecimento dos mecanismos para a superação das assimetrias

Antecedentes. No ano de 2006 foi aprovada a Decisão CMC 34/06 "Diretrizes para um plano para a superação das assimetrias no MERCOSUL", pela qual deviam ser estabelecidos objetivos de curto, médio e longo prazo; instrumentos de política comunitária para alcançar esses objetivos, um cronograma de entrada em vigência dos instrumentos e critérios para avaliar resultados.

Em 2007, foi ditada a Decisão CMC 33/07 "Plano Estratégico para a Superação das Assimetrias", criando um Grupo de Alto Nível (GANASIM) para elaborar esse Plano, o qual devia conter objetivos de curto, médio e longo prazo, baseado nos princípios de solidariedade, complementaridade, adicionalidade e boas práticas. Além disso, o Plano devia se sustentar em quatro pilares: ações para o desenvolvimento e a integração dos países sem litoral marítimo; ações de apoio à competitividade das economias menores; acesso aos mercados regionais e do restante do mundo; desenho do marco institucional para realizar essas ações. Nos fatos, este plano não pôde ser elaborado em virtude de diferenças entre as delegações, principalmente pelas aspirações do Paraguai de que o texto desenvolvesse todas as ações contidas nos quatro pilares e pela pretensão uruguaia de incluir no plano aspectos como disciplinas para incentivos e o *waiver* para negociar acordos comerciais de forma bilateral. Por isso, as negociações do Plano entraram em um impasse, apesar dos avanços que foram realizados em outros planos da agenda MERCOSUL, vinculados às assimetrias (por ex., o FOCEM).

Evolução durante o período. A proposta do Paraguai, a Decisão CMC 56/10 retomou o tema e dispôs que os Estados-Parte apresentassem, no mais tardar, a 31 de dezembro de 2011, um primeiro conjunto de iniciativas destinado à superação das assimetrias do bloco e à inserção competitiva das economias menores. Estes projetos deverão considerar as restrições do Paraguai por ser país sem litoral marítimo. Para elaborar as propostas, por Decisão CMC 13/11, foi criado um Grupo de Trabalho que deverá contemplar a interação entre o setor público e o acadêmico, com ênfase no fortalecimento dos mecanismos em vigência para a superação das assimetrias e as iniciativas apresentadas pelos Estados-Parte desde 2003 até o presente.

Outros aspectos da Agenda Comercial

O balanço negociador do Programa de Consolidação da UA deixou de fora um vasto conjunto de temas da agenda comercial que têm sido tratados pelo MERCOSUL. Por isso, neste ponto será feita uma síntese da evolução dos principais temas negociados no período naquelas áreas não incluídas na Decisão CMC 56/10.

Serviços

Antecedentes. O Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços (Decisão CMC 13/97) estabeleceu que este devia ser liberalizado no MERCOSUL dez anos após sua entrada em vigência, processo que teria lugar a partir do depósito da terceira ratificação do Protocolo. Isto aconteceu em dezembro de 2005, depois de ser ratificado pela Argentina, Brasil e Uruguai; o Paraguai ainda não tinha incorporado.

Após sete rodadas⁷⁵ de negociação de compromissos específicos em "listas positivas" (setores onde são assumidos compromissos de liberalização), decidiu-se não continuar com esta metodologia, pois não permitiria liberalizar o comércio intrarregional de serviços em dezembro de 2015. Em 2008, tentou-se acelerar o processo através do "Plano de Ação para o Aprofundamento do Programa de Liberalização do Comércio de Serviços no MERCOSUL" (BID-INTAL, 2010).

Através deste Plano de Ação diversas ações, prazos e etapas foram estabelecidos. Durante o primeiro semestre de 2009, os sócios deviam realizar um diagnóstico da situação, definindo as sensibilidades setoriais e identificando atividades suscetíveis de harmonização dos marcos regulatórios. Em 2010, os Estados-Parte deviam consolidar o *status quo* regulatório nos setores que ainda não tinham compromissos, e eliminar as restrições de acesso aos mercados e ao tratamento nacional nas atividades menos sensíveis. Também deviam avançar na harmonização dos marcos regulatórios e na identificação de mecanismos que promovessem maior participação no mercado dos operadores menos desenvolvidos.

Em 2012, deveriam ser eliminadas as restrições de acesso aos mercados e ao tratamento nacional nos setores com um grau intermediário de dificuldade para a liberalização, avançar na harmonização dos marcos regulatórios, identificar as medidas domésticas que pudessem constituir barreiras ao comércio intrazona e considerar o aprofundamento das disciplinas do MERCOSUL. Finalmente, em 2014, corresponderia eliminar as restrições de acesso aos mercados e ao tratamento nacional nos setores altamente sensíveis, finalizar o processo de harmonização dos marcos regulatórios, concluir o aprofundamento das disciplinas do MERCOSUL e eliminar as medidas regulamentárias que tivessem sido identificadas como entraves ao comércio intrazona.

⁷⁵ A última Rodada foi aprovada pela Decisão CMC 21/09.

Para além do objetivo previsto, ainda não foi possível implementar a primeira fase de medidas propostas (diagnóstico da situação regulatória - "fotografia"- e consolidação do *status quo*).

Evolução durante o período. Durante sua PPT de 2010, o Brasil apontou a possibilidade de passar do enfoque de negociação de "lista positiva" para um enfoque de "lista negativa" para acelerar a liberalização do comércio de serviços; ou um enfoque misto, no qual alguns setores continuariam trabalhando com listas positivas e outros com listas negativas. Segundo este último enfoque, todo o comércio de serviços estaria liberalizado com exceção das atividades que fizessem parte das listas negativas.

Assim, no contexto da LXXXI Reunião do GMC em setembro de 2010, o Brasil apresentou um documento com "Novas Bases para a Negociação de Serviços no MERCOSUL", no qual sugere listar todos os compromissos em formato de listas negativas. Por seu lado, a Argentina propunha uma abordagem alternativa, baseada essencialmente na separação dos diferentes modos de prestação de serviços. Assim, para os Modos 1 –fornecimento transfronteiriço– e 2 –consumo no exterior–, seria estabelecido um acordo sobre comércio transfronteiriço de serviços; o Modo 3 –presença comercial– em um acordo sobre investimentos (também para bens); e o Modo 4 –presença de pessoas físicas–, em um instrumento que complementasse os existentes em matéria migratória. Promovia-se a adoção de listas negativas para as restrições de tratamento nacional e a manutenção de listas positivas para restrições de acesso aos mercados. Esta proposta não recebeu o apoio dos sócios, em particular do Brasil e do Uruguai, que se mostraram reticentes a tratar do Modo 3 em um acordo de investimentos.

Posteriormente, o Brasil tentou impor uma nova proposta, para um acordo único para serviços e investimentos, com base na negociação que estava sendo realizada com a UE, considerando a utilização de listas negativas. Frente à oposição, especialmente do Paraguai e do Uruguai, de trabalhar neste tipo de formato, acordou-se negociar um projeto de Decisão baseado no documento argentino. No entanto, após consultas internas, o Brasil decidiu não aprovar nenhuma destas decisões e que se cumprissem as preexistentes na matéria.

Finalmente, a Decisão CMC 54/10 foi aprovada, reforçando as obrigações dos sócios em relação à liberalização do comércio de serviços intrazona. Em particular, incumbe a diferentes SGT e ao Grupo de Serviços da execução de estudos de diagnóstico da situação do comércio de serviços na região e do desenho de alternativas para avançar na livre circulação. Nesse sentido, a norma insta os Estados-Parte que ainda não apresentaram o diagnóstico de sua situação regulatória conforme estabelecido na Decisão CMC N° 49/08, a efetuá-lo durante o primeiro semestre de 2011.

Além disso, estabelece a conclusão da consolidação do *status quo* regulatório e a presença do texto "não consolidado" para todos os setores de serviços nas listas de compromissos no segundo semestre de 2011. Essas listas deverão ser apresentadas ao GMC em sua última Reunião Ordinária de 2011, visando a sua aprovação na XLII Reunião do CMC. Adicionalmente, os SGT N° 1, 4, 5 e 9 deverão apresentar ao GMC de fins de 2011 um relatório sobre:

- a. As condições para a prestação transfronteiriça de serviços de telecomunicações, de serviços postais, de serviços de transporte e de serviços de energia por um fornecedor estabelecido em um país a um consumidor de outro país sócio.
- b. As condições para o estabelecimento nos Estados-Parte de empresas de comunicações, de serviços financeiros, de transporte e energia dos outros países sócios.

O Grupo de Serviços também deverá, juntamente com o SGT N° 10, o SGT N° 11 e o Fórum Especializado Migratório do MERCOSUL, apresentar à penúltima Reunião do GMC de 2011 uma análise dos distintos instrumentos MERCOSUL relativos ao movimento de pessoas físicas prestadoras de serviços, a fim de determinar a necessidade de instrumentos adicionais.

Por último, solicitou-se ao Grupo de Serviços que apresentasse um relatório sobre a situação do comércio de serviços na região durante a segunda Reunião Ordinária do GMC de 2012, que incluía estatísticas de comércio, principais restrições no comércio intrazona em setores de interesse exportador dos Estados-Parte, análises das modalidades de negociação, relação entre as disciplinas de presença comercial e outros instrumentos relacionados com o investimento, avanços na implementação de acordos de reconhecimento mútuo para o exercício profissional temporário, e estado de cumprimento dos instrumentos relacionados ao comércio de serviços.

Durante o primeiro semestre de 2011, o Grupo de Serviços elaborou o relatório contendo as "fotografias" regulatórias dos setores de serviços dos Estados-Parte. Estas contêm um diagnóstico dos setores e subsetores, definidos conforme as sensibilidades relativas para sua liberalização.

Contratações Públicas

Antecedentes. Na Cúpula de San Juan de 2010, decidiu-se uma revisão do Protocolo existente em matéria de Contratações Públicas (Decisão CMC 23/06), a fim de adaptá-lo às condições em vigência nos Estados-Parte, e assim assegurar sua efetiva aplicação.

Evolução durante o período. A tarefa de revisão devia ser concluída para fins de 2010, mas, posteriormente, foi adiada em duas oportunidades. Os temas mais sensíveis da negociação se relacionam ao valor da margem de preferência do MERCOSUL e sua forma de aplicação, e às listas que compõem a oferta e as notas gerais de cada país.

No primeiro semestre de 2011, o Grupo de Contratações Públicas foi incumbido pelo GMC de revisar os alcances do Protocolo e sua Regulamentação. Parece evidente que estes trabalhos devam ser realizados de forma paralela, visando a sua incorporação aos ordenamentos internos de forma simultânea e a não demorar sua entrada em vigência. Deve-se considerar que o Protocolo em revisão estabelece a entrada em vigência bilateral aos 30 dias da segunda ratificação. Contudo, sua vigência é condicionada à aprovação das disposições regulamentárias.

Defesa da Concorrência

Antecedentes. A Decisão CMC 18/96 aprovou o "Protocolo de Defesa da Concorrência do MERCOSUL" e a Decisão CMC 2/97, o seu Anexo. Suas regras seriam aplicadas aos atos praticados por pessoas físicas ou jurídicas que afetassem as condições de concorrência no âmbito do MERCOSUL, e que impactassem no comércio entre os Estados-Parte. Eram incluídas as empresas que exercem monopólio estatal. O instrumento também esclarecia que era competência exclusiva de cada Estado-Parte a regulação dos atos praticados em seu respectivo território, cujos efeitos sobre a concorrência se restringissem a ele. O Protocolo previa inclusive a elaboração de normas e mecanismos comuns que disciplinassem as ajudas do Estado que pudessem limitar, restringir, falsear ou distorcer a concorrência. Tanto o Protocolo quanto seu Anexo estão em vigência no Brasil e no Paraguai, mas não foram incorporados na Argentina e no Uruguai.

Evolução durante o período. Na Cúpula de Foz do Iguaçu de dezembro de 2010 procurou-se contar com algum tipo de normativa de defesa da concorrência que, sem grandes ambições, pudesse entrar em vigência na região. Assim, a Decisão CMC 43/10 foi aprovada com o Acordo de Defesa da Concorrência, cujo objetivo é promover a cooperação e coordenação entre os Estados-Parte na aplicação das leis de concorrência nacionais; oferecer assistência mútua em qualquer questão de concorrência que se considere necessário; assegurar um exame pelos sócios de seus interesses relevantes na aplicação das leis de concorrência; e eliminar práticas anticompetitivas através da aplicação de seus respectivos marcos regulatórios.

Acordo de Investimentos no MERCOSUL

Antecedentes. No âmbito do MERCOSUL foram aprovadas as Decisões CMC 11/93 com o Protocolo de Colônia de promoção e proteção recíproca (intrazona), e 11/94 com o Protocolo de Buenos Aires, que abrange os investimentos oriundos de extrazona. Nenhum desses acordos está vigente, tendo sido incorporados apenas pela Argentina. Há também o Protocolo de Montevidéu, que regula os investimentos no setor serviços. Por outro lado, Argentina, Paraguai e Uruguai têm em vigência um número importante de acordos bilaterais de promoção e proteção de investimentos com terceiros países, ao passo que o Brasil não tem nenhum tratado de investimentos aprovado por seu Parlamento.

Como em outros aspectos do MERCOSUL, as negociações externas estão impulsionando um processo de aprofundamento da UA em aspectos ainda não regulados internamente, contexto no qual é possível localizar a temática do investimento. Por outro lado, a crescente inserção das empresas brasileiras na região –e, em menor medida, as argentinas– incrementa o interesse dos países em avançar em algum tipo de instrumento de promoção e proteção de investimentos.

Evolução durante o período. Em sua PPT, o Brasil manifestou novo interesse por negociar um acordo sobre investimentos. Em parte, isto é devido às iniciativas bilaterais que o Brasil tem com o Chile e México sobre estes temas, assim como no crescente peso de suas empresas nos diferentes países da região.

A proposta do Brasil contempla uma série de elementos entre os quais poderia haver um instrumento sobre investimentos que incluía: condições de acesso para o investimento estrangeiro direto em bens; tratamento nacional; tratamento nação mais favorecida (NMF); expropriação; e solução de diferenças, incluindo arbitragem (entre Estados-Parte e para os elementos abrangidos pelo acordo). Esta proposta incluía a derrogação das Decisões CMC 11/93 e 11/94 (Protocolos de Colônia e de Buenos Aires).

A Argentina, por seu lado, apresentou uma contraproposta de modalidades de negociação de natureza mais geral do que a brasileira, relacionando os temas que deveriam ser incluídos no acordo, mas sem o nível de detalhamento das disposições propostas pelo Brasil. Por outro lado, apontava a incluir os investimentos tanto em bens quanto em serviços, a limitar o alcance a disposições de tratamento nacional e acesso aos mercados similares às existentes em serviços (sem entrar no tema da expropriação), e a limitar a cláusula de NMF para acordos futuros.

Após um intercâmbio de ideias, decidiu-se excluir o tema dos serviços no acordo de investimentos e trabalhar em um documento de diretrizes gerais para a negociação de um instrumento sobre investimentos.

Nesse contexto, foram aprovadas as "Diretrizes para a celebração de um Acordo de Investimentos no MERCOSUL", estabelecendo que o SGT N° 12 "Investimentos" deveria elevar à última Reunião Ordinária do GMC de 2011 uma proposta de Acordo, visando a sua consideração e aprovação na XLII Reunião Ordinária do CMC. Estas diretrizes são gerais e contemplam aspectos como tratamento nacional, transparência, regulamentação nacional, pessoal crítico, disciplinas de proteção em matéria de expropriação, solução de controvérsias Estado-Estado e modalidades de consignação de compromissos e de liberalização. Também dispõe a entrada em vigência bilateral do instrumento e que este só seja aplicável ao investimento estrangeiro orientado a bens.

Liberdade de Trânsito

Antecedentes. O Tratado de Assunção estabelece que o mercado comum implica a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através da eliminação dos direitos aduaneiros e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida equivalente.

Cabe lembrar que o Tribunal *Ad Hoc* –constituído para entender na controvérsia apresentada pelo Uruguai à Argentina pelos entraves à livre circulação derivados dos bloqueios nas pontes internacionais Gral. San Martín e Gral. Artigas por causa do conflito das papeleiras (BID-INTAL, 2011a)–, decidiu por unanimidade que a ausência das devidas diligências que a Argentina devia ter adotado para "prevenir, ordenar ou, em seu caso, corrigir os bloqueios das rodovias" não eram compatíveis com o compromisso de garantir a livre circulação de bens e serviços. Por outro lado, como o laudo foi emitido em um momento em que os bloqueios nas pontes tinham finalizado, o Tribunal arbitral *Ad Hoc* entendeu improcedente adotar ou promover determinações sobre condutas futuras da parte reclamada.

Evolução durante o período. No contexto da reunião de Coordenadores Nacionais do GMC celebrada em fevereiro de 2011, o Paraguai adiantou seu interesse em avançar em uma proposta em relação ao livre trânsito de bens, com especial consideração para os países sem litoral marítimo. Este aspecto era de especial sensibilidade para o Paraguai, após o episódio da greve do sindicato argentino de operários marítimos de fins do ano passado, que a imprensa paraguaia considerou um "bloqueio" para o comércio desse país.⁷⁶

Como consequência disso, foi aprovada a Decisão CMC 19/11 "Liberdade de trânsito", para o tráfego em trânsito que tenha como origem ou destino um Estado-Parte. Embora esta norma já existisse em virtude das regras do GATT/OMC, o CMC a levanta e amplia para as mercadorias e os meios de transporte terrestres e fluviais dos sócios. Especificamente, a norma dispõe que as mercadorias, bem como os meios de transporte terrestre e fluvial dos Estados-Parte, gozem de liberdade de trânsito dentro do território dos países-membros.

⁷⁶ Entre inícios de novembro e meados de dezembro de 2010, o trânsito de contêineres da Argentina para o Paraguai foi detido por dois motivos. Em primeiro lugar, a baixa sazonal que nessa época do ano costuma afetar o curso dos rios Paraná e Paraguai; e, em segundo lugar, por um conflito sindical entre o *Sindicato de Obreros Marítimos Unidos* (SOMU) da Argentina, e as empresas de navegação paraguaias. Finalmente, em um acordo com o Ministério do Trabalho, no dia 13 de dezembro a medida de força do SOMU foi levantada. Contudo, os temores paraguaios de que medidas similares voltassem a ser implementadas nos primeiros meses de 2011 persistiram. O fluxo de contêineres se normalizou em fevereiro de 2011. Por seu lado, as autoridades do SOMU deixaram transcender que as causas de fundo do conflito não tinham sido erradicadas e solicitaram o seu tratamento no contexto institucional do MERCOSUL e do tratado da Hidrovia Paraná-Paraguai.

Também estabelece que as mercadorias, assim como os meios de transporte terrestre e fluvial, serão considerados em trânsito através do território de um país, quando o passo por esse território constitua só uma parte da viagem completa, que comece e finalize fora das fronteiras do Estado-Parte por cujo território seja efetuado. A norma dispõe que a mesma não isente os sócios da aplicação de acordos e/ou convenções multilaterais, regionais e/ou bilaterais entre si ou em relação a terceiros Estados, incluindo os acordos da OMC, ALADI, bem como o Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre e o Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná.

Outros temas da agenda

Regulamentação mínima de mercado de capitais. A Decisão CMC 31/10 estabeleceu uma nova regulamentação mínima do mercado de capitais, sobre a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis para operações celebradas no âmbito do MERCOSUL com valores negociáveis de sociedades com oferta pública. Esta norma foi ditada na compreensão de que uma atualização da Decisão CMC 13/94 era necessária, promovendo também normas harmonizadas de divulgação de informação pelos emissores de valores negociáveis que captam recursos do público em geral. Esta nova normativa é convergente com as práticas internacionais e tem por objetivo um aumento da transparência e confiabilidade nas demonstrações contábeis.

Nesse contexto, dispôs-se que as sociedades com oferta pública autorizada que desejarem negociar seus valores no âmbito do MERCOSUL deverão, a partir dos exercícios iniciados em 2012, apresentar suas demonstrações contábeis trimestrais e anuais, adotando as normas internacionais de informação financeira em vigência, conforme os pronunciamentos emitidos pela *International Accounting Standards Board*; incluindo notas explicativas das sociedades controladas e dados comparativos de exercícios anteriores. No mesmo sentido, os auditores independentes deverão emitir parecer sobre a adequação dessas demonstrações contábeis às normas internacionais.

Modificações pontuais à TEC. Tecidos e confecções. A Decisão CMC 37/07 estabeleceu novos níveis de TEC para um grupo de produtos enquadrados nesse setor, bem como para certos produtos de calçado. A Decisão CMC 26/09 incorporou uma lista adicional de produtos dos setores fios e tecidos, e a Decisão CMC 27/09 adicionou alguns produtos do setor confecções.

A própria Decisão CMC 37/07 também facultava o Paraguai e o Uruguai a manterem os níveis em vigência de suas tarifas nacionais para o caso de tecidos e confecções, até que o tratamento definitivo fosse decidido. Mas, com o intuito de facilitar a aplicação dos novos níveis da TEC para confecções por estes países, a CCM devia apresentar propostas orientadas a facilitar a circulação de produtos do setor no MERCOSUL, particularmente, as exportações destes dois sócios.

Além destes aumentos na TEC, a Decisão CMC 37/07 incumbiu à CCM de analisar a evolução dos fluxos comerciais e o impacto destes aumentos, para poder decidir o tratamento destes produtos em sua última reunião de 2010. Porém, as demoras na entrada em vigência desta norma impossibilitaram a realização de uma análise adequada. Mediante a Decisão CMC 32/10, decidiu-se prorrogar, até a última Reunião Ordinária do CMC de 2013, o prazo para que este defina o tratamento para os produtos incluídos nas Decisões CMC N° 37/07 e, adicionalmente, as Decisões CMC 26/09 e 27/09.

Laticínios. A Decisão CMC 25/09 majorou até 31 de dezembro de 2011 a TEC para produtos do setor laticínio. Cumprido esse prazo, as alíquotas da TEC retornarão aos níveis vigentes antes desta norma. Além disso, os sócios se comprometeram a facilitar a circulação intrazona destes produtos e o Paraguai foi autorizado a manter os níveis vigentes de suas tarifas nacionais para estes. Mediante a Decisão CMC 33/10, decidiu-se prorrogar, até 31 de dezembro de 2012, as alíquotas aprovadas pela Decisão CMC N° 25/09.

Brinquedos. Mediante a Decisão CMC N° 60/10, os Estados-Parte foram autorizados a aplicar, até 31 de dezembro de 2011, alíquotas diferentes da TEC, até o nível consolidado na OMC, a uma série de produtos do setor brinquedos. Este aumento foi proposto pelo Brasil.

Também, o GIP foi incumbido de apresentar ao GMC, no mais tardar, em sua última Reunião Ordinária do primeiro semestre de 2011, um programa de integração produtiva visando a promoção da integração de cadeias de valor no setor de brinquedos em todos os Estados-Parte. Este programa deverá contemplar condições favoráveis para as indústrias das economias menores, particularmente do Paraguai. Nas reuniões do GIP de 2011, a Delegação do Brasil impulsionou o tratamento do tema, com a apresentação de uma proposta da câmara empresarial.

Por último, a Decisão CMC 60/10 estabeleceu que o GMC deveria incumbir a CCM de proceder à abertura de códigos tarifários específicos destinados à classificação de partes e pelas de brinquedos. A proposta de reestruturação do Capítulo de brinquedos deverá ser apresentada ao GMC, no mais tardar, em sua última Reunião Ordinária do segundo semestre de 2011.

Pêssegos em calda. Por proposta do Brasil, aprovou-se a Decisão CMC N° 61/10, pela qual decidiu-se elevar a 35% a TEC para os pêssegos em calda até 31 de dezembro de 2011. A esse respeito, é interessante observar que tanto o Brasil quanto o Uruguai têm este produto em sua lista de exceções, com uma tarifa vigente de 55%, contra 14% da Argentina e do Paraguai. A norma autoriza o Paraguai a manter suas tarifas para estes produtos.

Quinta Emenda do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias. Mediante a Resolução GMC 5/11, foi adotada a Recomendação do Conselho de Cooperação Aduaneira de 26 de junho de 2009, que aprovou a V Emenda do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias, com vigência a partir de 1° de janeiro de 2012.

B. Evolução das negociações vinculadas a assimetrias e aspectos produtivos

Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL

Embora alguns dos temas relacionados com as assimetrias e os aspectos produtivos tenham sido incluídos no Programa de Consolidação da União Aduaneira, como a integração produtiva ou a criação do Grupo de Trabalho para a superação das assimetrias, também houve avanços em torno do FOCEM, os quais serão desenvolvidos na presente seção.

Antecedentes. Mediante a Decisão CMC 45/04, decidiu-se a criação do FOCEM, destinado a financiar programas que pudessem contribuir para a redução das assimetrias, o fortalecimento do processo de integração, o desenvolvimento da competitividade e a promoção da coesão social, em benefício, principalmente, "das economias menores e das regiões menos desenvolvidas" (BID-INTAL, 2011a, p. 91). A Decisão CMC 18/05

determinou as diretrizes básicas para a integração e funcionamento do Fundo, definindo um esquema assimétrico de contribuições e distribuição de recursos entre os Estados-Parte. De fato, as contribuições ao FOCEM foram realizadas com as seguintes proporções: Brasil 70%, Argentina 27%, Uruguai 2% e Paraguai 1%, enquanto os recursos são destinados a projetos do Paraguai em 48%, do Uruguai em 32%, da Argentina em 10% e do Brasil em 10%. O montante anual das contribuições é de US\$ 100 milhões, exceto nos dois primeiros anos, com montantes de 50% e de 75% desse valor, respectivamente. A princípio, as contribuições serão feitas por um período de 10 anos, podendo também contribuir terceiros países, instituições e organismos internacionais.

O primeiro regulamento do FOCEM foi aprovado por Decisão CMC 24/10, e, em 2010, foi aprovado um novo regulamento (Decisão CMC 1/10) que incorporou modificações em função da experiência adquirida e necessidades surgidas durante o funcionamento do Fundo, assim como novas disposições vinculadas com a organização institucional. Assim, por exemplo, explicita-se a possibilidade de contribuições voluntárias dos Estados-Parte, cria-se um Conselho de Administração –responsável pela avaliação do funcionamento e orientação de suas prioridades–, e é criada a figura de Coordenador Executivo do FOCEM, responsável pela administração dos recursos.

Evolução durante o período. O novo Regulamento do FOCEM aprovado por Decisão CMC 1/10 entrou em vigência a 21 de janeiro de 2011. Consoante seu artigo 19, "a Comissão de Representantes Permanentes (CRPM) deverá se reunir, no mínimo, mensalmente, para o acompanhamento do FOCEM" e "estabelecer grupos de trabalho integrados por pessoal técnico dos Estados-Parte, para assessorá-la no exercício das funções previstas no Regulamento".

Durante o período compreendido por este Informe foram realizadas duas reuniões do Grupo de Trabalho FOCEM da CRPM, âmbito que absorveu as tarefas anteriormente realizadas pelo Grupo *Ad Hoc* de Especialistas do FOCEM, relacionadas com a análise geral do funcionamento do Fundo: estado de situação da origem e aplicação de fundos, contribuições dos Estados-Parte, síntese dos projetos apresentados, aprovados e em estudo, auditoria dos projetos, estudo da execução dos projetos aprovados, temas administrativos e de gestão, entre outros.

Por outro lado, o Coordenador Geral do FOCEM, assumiria as funções e responsabilidades que anteriormente fossem do Diretor da SM, entre elas a administração dos recursos do FOCEM, a autorização dos desembolsos e a subscrição dos acordos de financiamento dos novos projetos. Esta nova figura institucional tem um papel importante para o normal desempenho do Fundo. Contudo, até agora não foi possível acordar sua designação, tendo sido apresentados candidatos da Argentina e do Uruguai. Por isso, a CRPM prorrogou o prazo para a realização destas funções pelo Diretor da SM.

Por Decisão CMC 50/10, aprovou-se o orçamento 2011 para o FOCEM, incluindo as contribuições voluntárias do Brasil para o Projeto da Linha de 500 KV do Paraguai, aprovado mediante decisão CMC 7/10. No total para o ano, as receitas e despesas orçadas são de pouco mais de US\$ 682 milhões.⁷⁷

Novos projetos aprovados. Durante o 2º semestre de 2010 e 1º semestre de 2011 foram aprovados quatro novos projetos a serem financiados com recursos do FOCEM. "Obras de

⁷⁷ A Dec. 50/10 do CMC contém os detalhes do orçamento do FOCEM para o ano de 2011.

engenharia do Sistema de Esgotamento Sanitário da cidade de São Borja-RS, Brasil" (Decisão CMC 51/10); "Reabilitação de estradas de ferro, linha Rivera: trecho Pintado (Km 144) - Fronteira (Km 566) no Uruguai (Decisão CMC 52/10); "Construção da rodovia Ñu Guazú: Asunción - Luque (6,3 Km), Paraguai" (Decisão CMC 2/11); e "Pesquisa, Educação e Biotecnologias aplicadas à Saúde" (Decisão CMC 17/11) (Quadro 11).

Estes quatro projetos requerem um desembolso do FOCEM próximo dos US\$ 85 milhões, sobre um montante comprometido total do investimento de cerca de US\$ 122 milhões. Assim, o FOCEM contribui com o financiamento de aproximadamente 70% do total investido, enquanto o restante provém de fundos de contrapartida dos Estados-Parte comprometidos em cada obra.

Quadro 11. Projetos aprovados no período 2º semestre 2010-1º semestre 2011

Em US\$

Projeto	Beneficiário	Montante total	FOCEM	Contrapartida nacional
Obras de engenharia do Sistema de Esgotamento Sanitário da cidade de São Borja-RS, Brasil (Decisão CMC 51/10)	Brasil	9.967.535	6.502.362	3.465.173
Reabilitação de estradas de ferro, linha Rivera: trecho Pintado (Km 144) - Fronteira (Km 566) no Uruguai (Decisão CMC 52/10)	Uruguai	74.830.970	50.100.407	24.730.563
Construção da rodovia Ñu Guazú: Asunción-Luque (6,3 KM), Paraguai (Decisão CMC 2/11)	Paraguai	27.576.524	20.719.573	6.856.951
Pesquisa, Educação e Biotecnologias aplicadas à Saúde (Decisão CMC 17/11)	Regional, distribuído entre:	10.061.400	7.063.000	2.998.400
	Argentina	2.461.437	1.728.087	733.350
	Brasil	2.347.586	1.648.086	699.500
	Paraguai	3.011.806	2.113.356	898.450
	Uruguai	2.240.571	1.573.471	667.100
<i>Total projetos aprovados</i>		<i>122.436.429</i>	<i>84.385.342</i>	<i>38.051.087</i>

Fonte: Elaboração própria baseada no FOCEM.

As obras de engenharia aprovadas para a Cidade de São Borja-RS, no Brasil, consistem na construção de infraestrutura hídrica visando a possibilitar o tratamento de efluentes, contribuindo assim à melhoria ambiental de zonas preteridas dessa cidade.⁷⁸

Por seu lado, o projeto de reabilitação de estradas de ferro no Uruguai significa a recuperação e a manutenção de um meio de transporte que permite um maior e melhor trânsito dos bens comercializados.

⁷⁸ Detalhes dos quatro projetos e de seus impactos esperados disponíveis no *web site* do FOCEM <http://www.mercosur.int/focem/>.

A obra no Paraguai consiste na construção de uma via rápida de acesso à cidade de Asunción da zona norte e nordeste da capital. O traçado do projeto é desenvolvido sobre a faixa de domínio da estrada de ferro. Por isso, foi reservada como separação das calçadas uma bitola para uma futura ferrovia, pois a atual está obsoleta. Deste modo, a obra contribuirá para um melhor trânsito de pessoas e mercadorias na entrada à capital do país.

Finalmente, o quarto projeto tem um alcance regional em uma área de interessante desenvolvimento nos últimos anos nos países do MERCOSUL, e na qual o bloco tem forte potencial para explorar. O financiamento FOCEM à pesquisa da biotecnologia aplicada à saúde pode facilitar a geração e difusão desta tecnologia aplicada ao desenvolvimento produtivo.

Panorama geral do funcionamento do Fundo. No contexto do FOCEM, foram aprovados 38 projetos entre janeiro de 2007 e junho de 2011, por um montante de US\$ 1,114 bilhões. Embora apenas 45% dos projetos são orientados à convergência estrutural, quase 90% do orçamento global envolvido estão relacionados com esse tipo de programas (Quadro 12).⁷⁹

Quadro 12. Projetos aprovados pelo Programa FOCEM desde sua vigência

Em US\$

Beneficiário	Programa								Total geral	
	I-Convergência estrutural		II-Desenvolvimento da competitividade		III-Coesão social		IV-Fortalecimento institucional			
	Quant .	Total projeto US\$	Quant .	Total projeto US\$	Quant .	Total projeto US\$	Quant .	Total projeto US\$	Quant .	Total projeto US\$
Argentina	1	19.057.519	1	672.000	1	7.933.899			3	27.663.418
Brasil	2	16.103.743	2	7.601.480	1	22.000.000			5	45.705.223
Paraguai	10	775.067.885	4	17.573.318	3	30.209.410			17	822.850.613
Uruguai	4	184.910.970	1	1.500.000	3	4.940.585			8	191.351.555
Regional			2	26.400.870					2	26.400.870
SM							3	170.900	3	170.900
Total	17	995.140.117	10	53.747.668	8	65.083.894	3	170.900	38	1.114.142.580

Fonte: Elaboração própria baseada no [FOCEM](#).

Do total de projetos, só os apresentados pela SM foram concluídos (Ver Anexo IV). Os outros estão em diferentes fases de avanço. Há projetos que apresentam certo atraso na execução, em relação ao tempo previsto originalmente nos convênios de financiamento (COF).

Destacam-se os seguintes casos em que os atrasos são importantes:

- "MERCOSUL-Habitat de Promoção Social, Fortalecimento do Capital Humano e Social em assentamentos em condições de pobreza". Beneficiário: Paraguai. O último desembolso foi em dezembro de 2008, e ainda resta desembolsar 25% dos fundos FOCEM alocados. As demoras estariam relacionadas com a impossibilidade de avançar em um dos assentamentos identificados, devido às condições físicas do terreno; nos outros cinco assentamentos a execução física foi concluída.

⁷⁹ A descrição dos 38 projetos aprovados e o grau de execução e desembolso de cada um pode ser consultado no Anexo IV.

- "Laboratório de Biossegurança e Infraestrutura para Laboratório de Controle de Alimentos". Beneficiário: Paraguai. O único desembolso foi realizado em março de 2008, restando desembolsar 99% dos fundos. O organismo executor (Ministério da Agricultura) estaria realizando ajustes ao projeto.
- "MERCOSUL Yporá: promoção de acesso a água potável e saneamento básico em comunidades em situação de pobreza". Beneficiário: Paraguai. Este projeto ainda não solicitou o primeiro desembolso. A modificação das localidades beneficiárias e a capacitação da instituição para a execução do projeto estariam sendo avaliadas.

C. *Evolução dos aspectos institucionais*

Criação do cargo de Alto Representante Geral do MERCOSUL

Antecedentes. A Decisão CMC 33/09 relativa à CRPM estabeleceu que os esforços de adequação da estrutura institucional do MERCOSUL deviam se acelerar antes de 31 de dezembro de 2010, para que o bloco pudesse ter uma melhor projeção. Cabe lembrar que esta norma foi ditada ao finalizar o mandato do último Presidente da CRPM, Carlos Álvarez, oportunidade na qual se decidiu não nomear um sucessor e que as funções da Presidência passassem para o Representante Permanente em exercício da PPT.

Evolução durante o período. Uma das principais iniciativas da PPT brasileira foi a criação do cargo de Alto Representante Geral e de Altos Representantes para áreas específicas, com a ideia de que uma figura representasse os interesses do MERCOSUL, em oposição aos interesses particulares de cada Estado-Parte.

Na proposta do Brasil, o Alto Representante Geral do MERCOSUL estaria incumbido de uma personalidade política destacada de um dos países –com revezamento de nacionalidades–, que seria designada pelo CMC por um período de 3 anos (renováveis por igual período). Estaria desvinculado da CRPM e teria uma relação de coordenação com o Diretor da SM.

Também propunha criar um Alto Representante para a Cooperação para o Desenvolvimento, com as funções de elaborar projetos de cooperação e apresentá-los ao GMC; negociar com prestadores e receptores de cooperação baseado em projetos acordados pelos Estados-Parte; acompanhar os projetos em execução; dar capacitação técnica; atuar como canal de comunicação com organismos internacionais de cooperação, entre outras.

Nesse mesmo sentido, promovia a criação do cargo de Alto Representante para Saúde, com a função de administrar o Sistema de Informação de Saúde do MERCOSUL; monitorar o acervo informativo do bloco sobre temas sanitários; propor campanhas regionais de informação sobre temas sanitários; dialogar com a Organização Pan-americana da Saúde (OPS), Organização Mundial da Saúde (OMS) e outros organismos internacionais.

Por último, propunha um Alto Representante para Cultura, cujas funções seriam as de divulgação da identidade cultural comum e de cada sócio; zelar pelo cumprimento das diretrizes do Protocolo de Integração Cultural do MERCOSUL; planejar e promover eventos e iniciativas culturais.

Nesse contexto, embora coincidindo com a necessidade de melhorar a estrutura institucional do bloco, a Argentina argumentou a necessidade de decisões políticas prévias que discutissem a

possibilidade de elementos de supranacionalidade. Por seu lado, o Paraguai sugeria a criação de um Representante para temas econômico-comerciais, enquanto o Uruguai sustentava a necessidade de que o novo Representante enfrentasse o reordenamento da estrutura organizacional do MERCOSUL, com grande dispersão de órgãos e sobreposição de agendas.

Os três sócios concordaram com a proposta brasileira de criação do Alto Representante Geral, sendo aprovada para tal a Decisão CMC 63/10. No que tange a Altos Representantes em áreas específicas, dispôs-se que o GMC avaliasse a possibilidade de criar os cargos e apresentasse uma proposta ao CMC antes da última Reunião Ordinária do Conselho em 2011.

Entre as atribuições do Alto Representante Geral do MERCOSUL estão as de assessorar o CMC, apresentar propostas relacionadas com o aprofundamento do processo de integração, promover iniciativas para a divulgação do MERCOSUL em âmbitos regionais e internacionais, representar o bloco em sua relação com terceiros países e organismos internacionais, contribuir para a maior coordenação dos órgãos da estrutura institucional.

O Alto Representante Geral do MERCOSUL apresentará um programa anual de atividades para aprovação do CMC e relatórios semestrais sobre suas ações. Será assessorado por funcionários diplomáticos designados pelos Estados-Parte e por um Gabinete administrativo, com sede em Montevideú. Contará com apoio da SM para a realização de suas tarefas e poderá solicitar ao Setor de Assessoria Técnica a elaboração de estudos, relatórios e outros documentos de trabalho. Contará com um orçamento próprio, calculado em bases anuais, que será outorgado conforme as seguintes porcentagens. Brasil: 50%, Argentina: 25%, Uruguai: 15% e Paraguai: 10%.

Em 2011, foi aprovada a Resolução GMC 1/11 autorizando a utilização de excedentes financeiros da SM para o funcionamento do Alto Representante durante o período de transição, recursos que serão oportunamente restituídos pelo Brasil, quando a Decisão CMC 63/10 for incorporada aos ordenamentos jurídicos internos.

Por Decisão CMC 1/11, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto, do Brasil, foi designado como Alto Representante Geral do MERCOSUL, por um período de 3 anos, a partir de 1 de fevereiro de 2011. Em sua última reunião ordinária do primeiro semestre de 2011, o GMC recebeu o relatório do Embaixador sobre as atividades desenvolvidas e o programa de atividades tentativo para 2011. Neste relatório, o Alto Representante salientava que as tarefas a serem cumpridas devem ser consideradas essencialmente políticas e, por isso, a equipe de assessores devia estar integrada por indivíduos com vocação política e integracionista. Nesse contexto, propunha conformar uma equipe de vinte assessores, cinco de cada Estado-Parte, selecionados pelo Alto Representante em consulta com as Chancelarias. Em cada Estado-Parte haveria um escritório, sob a chefia de um assessor com capacidade para coordenar as atividades do Representante nesse país.

Por outro lado, o relatório propunha um programa de atividades a serem desenvolvidas no primeiro ano a partir dos seguintes eixos:

- O aniversário dos 20 anos do Tratado de Assunção, a partir do qual pode se articular, organizar e realizar um amplo debate nos quatro países sobre o futuro do MERCOSUL.
- Estudar e propor esquemas de redução de assimetrias entre os Estados-Parte, nas diversas áreas de integração, a partir do bem-sucedido modelo do FOCEM.

- Organizar um programa efetivo e ágil de missões comerciais e de investimentos conjuntos.
- Promover iniciativas de ampliação geográfica do MERCOSUL.
- Promover a transformação do MERCOSUL em um esquema de desenvolvimento regional, com ênfase na redução das disparidades sociais e a eliminação da pobreza extrema.

Parlamento do MERCOSUL

Antecedentes. Em 2005, o CMC aprovou mediante a Decisão CMC 23/05 o Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL), pelo qual se estabeleceu "Constituir o Parlamento do MERCOSUL como órgão independente e autônomo, que integrará a estrutura institucional do MERCOSUL". O Parlamento será um órgão unicameral, integrado por representantes eleitos por sufrágio universal, direto e secreto, conforme com a legislação interna de cada Estado-Parte e as disposições do Protocolo.

A constituição do Parlamento seria realizada através de duas etapas:

- Primeira etapa da transição: entre 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2010.
- Segunda etapa da transição: 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2014.

Na primeira etapa, o Parlamento é integrado por dezoito representantes de cada Estado-Parte, e só na segunda começa a ser aplicado o critério de representação cidadã. A definição desse critério correspondia a uma Decisão do CMC proposta pelo Parlamento, aprovada, no mais tardar, a 31 de dezembro de 2007, prazo que não foi cumprido.

Evolução durante o período. O CMC aprovou mediante a Decisão CMC 28/10 o Acordo Político para a Consolidação do MERCOSUL, que estabeleceu o critério de representação cidadã proposto pelo PARLASUL. Isto permitirá conformar esse órgão com bancadas diferentes para cada país segundo uma fórmula que leve em conta faixas populacionais.

Assim, a partir de 1º de janeiro de 2011 e até 2013, o PARLASUL está constituído por 37 parlamentares do Brasil, 26 da Argentina, 18 do Paraguai e 18 do Uruguai.

Este processo de conformação encerrará em 2014, ano em que o Brasil terá 75 parlamentares, a Argentina, 43, Paraguai e Uruguai, 18 cada um. Por sua vez, a fixação do critério de representação permitirá que os países possam avançar com a modificação de suas legislações eleitorais internas para eleger parlamentares pelo voto direto de seus cidadãos.

Contudo, este cronograma estabelecido pelo Protocolo não podia ser cumprido no que diz respeito à substituição dos legisladores nacionais por parlamentares eleitos, pois, com exceção do Paraguai, os países ainda não os elegeram e não reformaram suas legislações internas para tal. Neste contexto, os parlamentares emitiram, na última sessão ordinária de 2010, uma Recomendação titulada "Normas de Aplicação do Protocolo Constitutivo e do Acordo Político para a Consolidação do MERCOSUL e Proposições correspondentes", aprovada em junho de 2011 pelo CMC (Decisão CMC 18/11). Entre outras coisas, esta dispõe:

- Considerar como uma etapa de transição única o período entre 31/12/06 e 31/12/14.
- Durante esta etapa, as bancadas dos Estados-Parte que não tenham realizado eleições diretas serão integradas por legisladores nacionais.
- Enquanto as eleições diretas não forem realizadas, a Argentina e o Brasil contarão com bancadas de 26 e 37 parlamentares, respectivamente.
- Durante a transição, os Estados-Parte realizarão eleições diretas para parlamentares cujos mandatos terão a duração disposta pela legislação vigente em cada Estado-Parte.
- A partir destas eleições diretas, a Argentina e o Brasil integrarão o número total de parlamentares: Argentina, 43 e Brasil, 75.

Por último, cabe mencionar a aprovação da Decisão CMC 62/10 sobre o Orçamento do Parlamento, sendo definida a distribuição das contribuições sobre um montante de U\$S 1.573.019: Argentina: 24%, Brasil: 44%, Paraguai: 16% e Uruguai: 16%.

Mecanismo de negociação de temas prioritários

Antecedentes. Os problemas próprios da negociação de temas complexos e sensíveis foram abordados de diferentes maneiras ao longo da existência do MERCOSUL. A intenção de convocar reuniões informais e periódicas de Coordenadores Nacionais do GMC foi justamente outorgar maior dinamismo ao processo negociador de um conjunto limitado de temas prioritários, permitindo um maior acompanhamento e comprometimento de funcionários de alto nível. O grau de sucesso desta tarefa foi dependente da decisão política dos países.

Evolução durante o período. Outra das propostas brasileiras durante sua PPT consistiu na criação da figura de "relatores" ou "facilitadores" para os temas mais importantes da agenda MERCOSUL. Sua ideia era que o GMC definisse os pontos prioritários para a integração, e que um funcionário de algum dos sócios, que pudesse convocar e coordenar reuniões sobre o tema e apresentar relatórios à PPT e ao GMC, fosse designado para estes pontos.

A partir desta proposta, foi aprovada a Decisão CMC 55/10 sobre o "Processo Negociador de Temas Prioritários", estabelecendo que o GMC seja o órgão incumbido de identificá-los dentro da agenda do MERCOSUL. O tratamento de cada um desses pontos da agenda prioritária poderá ser coordenado por um Relator, caso o GMC assim o disponha, não sendo mandatório. Também deixou-se para um futuro que o GMC defina as diretrizes para que o Relator convoque e coordene reuniões sobre o tema para o qual foi designado, em coordenação com a PPT em exercício.

Outros temas institucionais

Designação dos árbitros do Tribunal Permanente de Revisão. Mediante Decisão CMC 16/11, foram designados como membros titulares do Tribunal Permanente de Revisão (TPR), pelo período de 28 de junho de 2011 a 28 de junho de 2013, os seguintes juristas: Dr. Carlos María Correa (Argentina), Dr. Welber Barral (Brasil), Dr. Roberto Ruiz Díaz Labrano (Paraguai) e Dr. José María Gamio (Uruguai). Os suplentes são: Dr. Marcelo Antonio

Gottifredi (Argentina), Dr. Alberto do Amaral *Júnior* (Brasil), Dr. Carlos Sosa Jovellanos (Paraguai) e Dr. Washington Baliero (Uruguai).

Regime de Solução de Controvérsias para os Acordos celebrados entre o MERCOSUL e os Estados Associados. Por Decisão CMC 49/10, foi aprovada a proposta MERCOSUL de modelo de Regime de Solução de Controvérsias a ser apresentada pelo bloco aos Estados Associados. O regime a ser negociado será aplicado às controvérsias que surgirem em relação à interpretação, aplicação ou descumprimento das disposições contidas nos acordos internacionais celebrados.

D. Evolução dos aspectos sociais da integração

Antecedentes. Em dezembro de 2000, foi criada a Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social (RMADS), com o objetivo de propor medidas orientadas à coordenação das políticas de desenvolvimentos dos Estados Parte. Por outro lado, em junho de 2006, foi realizado o I Encontro por um MERCOSUL Produtivo e Solidário e, seis meses depois, foi realizada a I Cúpula Social do MERCOSUL, que reuniu representantes dos âmbitos cultural, econômico, político e social do bloco; a partir desse momento, as Cúpulas Sociais têm se desenvolvido regularmente.

Por sua vez, nesse mesmo ano, os Presidentes promoveram a elaboração de um Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL, para articular e desenvolver ações específicas, integrais e intersetoriais, que consolidem a Dimensão Social do bloco. Em 2007, foi criado o Instituto Social do MERCOSUL, e a RMADS aprovou a Declaração de Princípios do MERCOSUL Social.

Em 2008, foi criada a Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL (CCMASM) como órgão auxiliar do CMC. Entre suas funções se destaca a de apresentar propostas de trabalho relativas ao Plano Estratégico. Também se avançou na operacionalização do Instituto Social do MERCOSUL, sendo definidos sua estrutura e orçamento.

Cabe também mencionar o Programa "Somos MERCOSUL", iniciativa que contempla a cidadania no processo de integração, responsável pela organização das Cúpulas Sociais. No CEFIR, funciona a Secretaria Técnica do "Somos MERCOSUL", que apoia as PPT do bloco, cuja coordenação é composta por pontos focais em cada governo, que traçam a agenda de ação para cada semestre (Argentina: Conselho Consultivo da Sociedade Civil da Chancelaria; Brasil: Assessoria para Assuntos Internacionais da Secretaria Geral da Presidência; Paraguai: Secretaria Geral da Chancelaria; Uruguai: Chancelaria).

Evolução durante o período. Houve avanços em diferentes questões relacionadas com o MERCOSUL social, com destaque para:

Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL. Em dezembro de 2010, foi aprovado o Regulamento Interno da CCMASM. Em junho de 2011, o CMC aprovou os "Eixos, Diretrizes e Objetivos Prioritários do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS)" (Decisão CMC 12/11) e encomendou às Reuniões de Ministros e Reuniões Especializadas em temas sociais que remetessem à CCMASM uma proposta de ações ou atividades, e prazos para sua execução ou implementação durante o período 2012-2017.

As diretrizes se concentram sob a órbita de dez eixos fundamentais:

- Erradicar a fome, a pobreza e combater as desigualdades sociais.
- Garantir os direitos humanos, a assistência humanitária e a igualdade étnica, racial e de gênero.
- Universalização da saúde pública.
- Universalizar a educação e erradicar o analfabetismo.
- Valorizar e promover a diversidade cultural.
- Garantir a inclusão produtiva.
- Assegurar o acesso ao trabalho decente e aos direitos de previdência social.
- Promover a sustentabilidade ambiental.
- Assegurar o diálogo social.
- Estabelecer mecanismos de cooperação regional para a implementação e financiamento de políticas sociais.

Unidade de Apoio à Participação Social. Por proposta do Brasil, durante o segundo semestre de 2010, decidiu-se a criação de uma Unidade de Apoio à Participação Social do MERCOSUL (UPS), no âmbito do Alto Representante Geral. A UPS trabalhará em coordenação com as instâncias do MERCOSUL na área social. Trabalhará também com os pontos focais do programa "Somos MERCOSUL" no desempenho de suas atividades. Suas funções são atuar como canal de diálogo com a sociedade e com os movimentos sociais; apoiar a organização da Cúpula Social do MERCOSUL; financiar a participação em eventos e atividades; e manter um cadastro de organizações e movimentos sociais dos Estados-Parte. A UPS terá sede em Montevideu e será integrada por um Coordenador e dois funcionários técnicos. O Coordenador será nacional de um Estado-Parte e designado pelo GMC para um mandato de três anos, com possibilidade de prorrogação por um período adicional, respeitando o princípio de rotação alfabética das nacionalidades.

O funcionamento da UPS será financiado pelo orçamento do Alto Representante Geral do MERCOSUL, que incluirá rubrica específica para a Unidade. Também se dispôs que para o financiamento da participação social e de atividades na Cúpula Social do MERCOSUL, deverá ser criado e regulamentado um Fundo de Participação Social, que será administrado pela UPS.

Avanços na instalação do Instituto Social do MERCOSUL (ISM). O ISM foi criado pela Decisão CMC N 3/07, enquanto sua estrutura definitiva foi estabelecida pela Decisão CMC N 37/08. Esta última norma incorporou a figura do Conselho do ISM, integrado por Representantes dos Estados-Parte e definiu as funções dos quatro departamentos que o conformam: de Pesquisa e Gestão da Informação, de Promoção e Intercâmbio de Políticas Sociais Regionais, de Administração e Finanças, e de Comunicação.

Desde fevereiro de 2011, o Instituto conta com a conformação plena do quadro de funcionários que integram os quatro departamentos, além de um cargo técnico e dois cargos de apoio. Durante os primeiros meses de funcionamento, o ISM trabalhou na elaboração e operacionalização do Plano Operacional 2011 para cada Departamento, e na instalação de um espaço próprio em Assunção.

Estatuto da Cidadania do MERCOSUL. A partir de uma proposta brasileira, foi aprovada a Decisão CMC 64/10, que estabelece um plano de ação para a conformação progressiva de um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL. Conforme essa norma, este Estatuto será integrado por um conjunto de direitos fundamentais e benefícios em favor dos nacionais dos Estados-Parte, e será conformado com base nos objetivos traçados nos Tratados Fundacionais do MERCOSUL e na normativa derivada:

- Implementação de uma política de livre circulação de pessoas na região.
- Igualdade de direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas para os nacionais dos Estados-Parte do MERCOSUL.
- Igualdade de condições para acesso ao trabalho, saúde e educação.

O Alto Representante Geral do MERCOSUL foi incumbido do acompanhamento do Plano de Ação e da apresentação de um relatório sobre os avanços nas Reuniões Ordinárias do CMC. Os diferentes fóruns competentes nestas matérias deverão elaborar um cronograma de trabalho, de até 10 anos, para a implementação progressiva dos elementos que integram o Plano de Ação, o qual deverá ser integralmente implementado no 30º aniversário do MERCOSUL. O Estatuto da Cidadania do MERCOSUL poderá ser instrumentalizado por meio de assinatura de um protocolo internacional que incorpore o conceito de "Cidadão do MERCOSUL" e faça parte do Tratado de Assunção.

E. Outros temas da agenda interna

Fundo MERCOSUL Cultural

Por Decisão CMC 38/10, foi criado o Fundo MERCOSUL Cultural (FMC) visando ao financiamento de projetos e programas que fomentem a criação, circulação, promoção, proteção e difusão dos bens e serviços culturais, bem como a diversidade das expressões que contribuam ao fortalecimento do processo de integração.

O capital do FMC será constituído por contribuições dos Estados-Parte e estará aberto à participação de terceiros países, assim como de organismos internacionais e do setor privado. Na Reunião de Ministros da Cultura celebrada em junho de 2011, decidiu-se fixar o montante inicial para a conformação do FMC em R\$ 1,6 milhões.

A contribuição de cada Estado-Parte para constituir o FMC será estabelecida de acordo com as seguintes pautas, durante quatro anos consecutivos, a partir de sua entrada em vigência:

- a. Uma contribuição inicial para a constituição do Fundo.
- b. Uma contribuição anual, conforme as porcentagens seguintes: Argentina: 27%, Brasil: 70%, Paraguai: 1% e Uruguai: 2%.

O FMC será administrado por um organismo especializado, escolhido pela Reunião de Ministros da Cultura, a qual definirá a distribuição dos recursos para programas e projetos, conforme os Planos de Ação do MERCOSUL Cultural.

Setor educacional

Por Decisão CMC 20/11, foi aprovado o Plano de Ação do Setor Educacional do MERCOSUL 2011-2015. A missão deste Plano é formar um espaço educacional comum, por meio da coordenação de políticas que articulem a educação com o processo de integração, estimulando a mobilidade, o intercâmbio e a formação de uma identidade e cidadania regional, com o objetivo de alcançar uma educação de qualidade para todos, com atenção especial aos setores mais vulneráveis.

Este instrumento contém ações relativas ao fortalecimento do projeto de escolas de fronteiras; estudo de um mecanismo de reconhecimento de títulos entre universidades de excelência da região; educação especial e valorização da formação de professores.

Por outro lado, estabeleceu-se que o "Fundo de Financiamento do Setor Educacional do MERCOSUL (FEM)", criado em 2004, fosse financiado com uma contribuição mínima de US\$ 30.000; e uma contribuição proporcional de US\$ 2.200 por cada milhão de habitantes em idade escolar (de 5 a 24 anos).

Patente veicular MERCOSUL

Durante a PPT do Brasil foi debatida a criação de uma patente única veicular MERCOSUL, como parte dos assuntos tratados no Estatuto de Cidadania do MERCOSUL.

Como corolário, foi aprovada a Decisão CMC 53/10, por meio da qual foi criada a Patente MERCOSUL, válida para circulação, identificação e fiscalização de veículos nos Estados-Parte. Para tal, constitui-se, no contexto do GMC, um Grupo *Ad Hoc* para a elaboração e implementação desta Patente. Este Grupo deve elaborar um cronograma para o estabelecimento da Patente MERCOSUL em veículos de carga e passageiros habilitados para o transporte rodoviário internacional no bloco.

A Patente deverá apresentar o Emblema Representativo do MERCOSUL e possuir a mesma cor de fonte e fundo em todos os Estados-Parte. As demais especificações técnicas da Patente serão definidas pelo Grupo *Ad Hoc*. Além disso, deverá identificar, em caráter inicial, a partir de 1º de janeiro de 2016, os veículos que possuam o Certificado de Inspeção Técnica Veicular, obrigatório para o trânsito de veículos de transporte de carga e passageiros habilitados ao transporte rodoviário internacional no âmbito do bloco. A partir de 1º de janeiro de 2018, a Patente MERCOSUL deverá identificar os veículos novos das demais categorias.

F. Considerações finais

Decorridos 20 anos da assinatura do Tratado de Assunção, constata-se que muitas foram as tentativas para orientar a agenda de negociações do bloco para alcançar um estágio mais avançado de integração, no qual tiveram maior peso iniciativas propriamente regionais.

No período abrangido por este Informe –segundo semestre de 2010 e primeiro de 2011–, uma nova tentativa nesse sentido foi realizada. Embora, com poucas exceções, os temas incluídos no Programa de Consolidação da União Aduaneira não sejam novos, poderia se distinguir certa visão mais regional dos problemas. Os negociadores parecem ter aproveitado o melhor clima político e econômico imperante, especialmente durante 2010, para traçar as linhas de uma agenda de médio e longo prazo, enfatizando o tratamento dos incentivos, a elaboração de uma política automotiva comum, a regulamentação do Código Aduaneiro do MERCOSUL e o desenvolvimento de programas de integração produtiva, que procuram equilibrar as condições de competitividade entre os sócios. Ao mesmo tempo, espaços de política estritamente nacionais continuam sendo preservados, ao adiar e consolidar o manejo tarifário para uma quantidade determinada de exceções à TEC. Na verdade, como experiência regional, o MERCOSUL mostra uma difícil trajetória marcada por forças de articulação e desarticulação explicáveis pela natureza assimétrica de seus sócios. No período recente, como as iniciativas resenhadas refletem, começam a se perceber elementos de certo amadurecimento do espaço e dos interesses regionais, embora seja impossível abandonar uma atitude de cautela no que tange à capacidade do bloco para cumprir com os compromissos assumidos.

Não deve ser subestimada a importância da aprovação de programas, como o Plano de Ação do Estatuto da Cidadania, que projeta até dez anos um MERCOSUL incorporando toda a dimensão cidadã. O Plano de Ação prevê trabalhos a serem realizados em diversas áreas, como migrações, trabalho, saúde, educação, defesa da concorrência, entre outras. Esses trabalhos são baseados em três princípios gerais: a livre circulação de pessoas na região; a igualdade de direitos civis, sociais, econômicos e culturais; e a igualdade de condições para acesso ao trabalho, saúde e educação. Caso este programa seja cumprido, seria um passo importante para a consolidação política da região.

Em matéria institucional, cabe também mencionar a definição da formação proporcional do Parlamento, restando ver a forma em que o regulamento interno do órgão será modificado para manter o equilíbrio na tomada de decisões. Além disso, a criação da figura de Alto Representante Geral do MERCOSUL visa ao reconhecimento de que a entidade pode ter uma identidade mais sólida, com capacidade para cumprir o papel de representante ou porta-voz, em especial para terceiros países e blocos.

Os temas refletidos neste capítulo incluem diversos aspectos, como o tratamento das assimetrias, a integração produtiva, a agenda social, entre outros. Com eles, o MERCOSUL inicia sua terceira década com progressos no plano político e institucional, e uma ampla e conhecida agenda de trabalhos pendentes, em particular no plano econômico, cuja dinâmica futura irá condicionar o grau de integração real do bloco.

ix

ix

ix

Quadro AIII.1. (CONTINUAÇÃO)

Assunto	País	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
Semestres		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
VI-Regimes Comuns Especiais de Importação																					
Indústria aeronáutica	TODOS	Antes : prop.		Prop.																	
Indústria naval	TODOS	Antes : prop.		Prop.																	
Comércio transfronteiriço	TODOS	Antes : prop.		Prop.																	
Setor saúde	TODOS	Antes : prop.				Prop.															
Setor educação	TODOS	Antes : prop.						Prop.													
Bens integrantes de projetos de investimento	TODOS	Antes : prop.						Prop.													
VII-Regimes Nacionais de Admissão Temporária e Drawback																					
Utilização no comércio intrazona	TODOS													Idem antes:	Fim 2016						
Harmonização de regimes	TODOS					Prop.		Antes : prop.													
VIII-Outros regimes nacionais especiais de importação																					
Tratamento de outros regimes	TODOS	Antes : prop.						Prop.													
Utilização regime insumos agropecuários a 2%	PAR													Idem antes:	Fim 2016						
	URU													Idem antes:	Fim 2016						
Regime para importação de matérias-primas	PAR	Antes : prop.						Prop.		Criação (não vig.)											
Utilização atual regime de importação de matérias-primas	PAR													Idem antes:	Fim 2016						

X

Quadro AIII.1. (CONTINUAÇÃO)[illegible]

Quadro AIII.1. (CONTINUAÇÃO)

Assunto	País	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
Semestres		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
XI-Revisão integral da consistência, dispersão e estrutura da TEC																					
Revisão TEC (exceto BK e BIT)	TODOS							Início trab.		Prop.											
Revisão TEC BK	TODOS		Antes : prop.			Início trab. + prop.															
				Antes : vig.			Vig.														
Revisão TEC BIT	TODOS		Antes : prop.			Início trab. + prop.		Prop.													
				Antes : vig.						Vig.											
XII-Bens de capital e bens de informática e telecomunicações																					
Regime comum de importação de BK não produzidos	ARG			Antes : vig.	Início trab.	Vig.															
	BRA			Antes : vig.	Início trab.	Vig.															
	PAR			Antes : vig.	Início trab.							Vig.									
	URU			Antes : vig.	Início trab.							Vig.									
Utilização de Regimes nacionais vigentes para BK		Antes : fim 2010					Fim 2012														
Possibilidade de Importação de BK a 2%	PAR									Antes : fim 2013										Fim 2019	
	URU									Antes : fim 2013										Fim 2019	
Regime comum de importação de BIT não produzidos	TODOS		Obs.: antes: sem prazo, p/prod. e não prod.			Início trab.				Prop.				Vig.							



Quadro AIII.1. (CONTINUAÇÃO)

Assunto	País	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
Semestres		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
Possibilidade de Importação de BIT a 0%	ARG		antes: fim 2010									Fim 2015									
	BRA		antes: fim 2010									Fim 2015									
Possibilidade de Importação de BIT a 0%-2%	URU													antes: fim 2016				Fim 2018			
	PAR													antes: fim 2016						Fim 2019	
XIII-Listas nacionais de exceções à Tarifa Externa Comum																					
Manutenção de listas nacionais de exceções à TEC	ARG					Antes : 100 item						100 itens									
	BRA					antes: 100 item						100 itens									
	URU					antes: 125 item						antes: 100 item				225 itens					
	PAR					Antes : 150 + 399						antes: 100 item								649 itens	
XIV-Ações pontuais no âmbito tarifário																					
Mecanismo para que um sócio apresente, de maneira temporária, o direito de importação de extrazona	TODOS				Prop.																

Quadro AIII.1. (CONTINUAÇÃO)xiv

Quadro AIII.1. (CONTINUAÇÃO)

	Assunto	País	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
	Semestres		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
XV	XVIII-Coordenação em matéria sanitária e fitossanitária																					
	Mecanismo de coordenação para fortalecer o estado sanitário e fitossanitário e articular ações para erradicar pragas e doenças	TODOS					Início trab. + prop.															
	XIX-Zonas francas, zonas de processamento de exportações e áreas aduaneiras especiais																					
	Revisão da Decisão CMC8/94	TODOS					Início trab.	Prop.														
	XX-Negociação de acordos comerciais com terceiros países e regiões																					
	Esquemas para negociação de instrumentos políticos, comerciais ou de cooperação com terceiros países ou regiões	TODOS				Prop.																
	XXI-Fortalecimento dos mecanismos para a superação das assimetrias																					
	Projetos e iniciativas para a superação de assimetrias do bloco e a inserção competitiva das economias menores na UA, contemplando as restrições do Paraguai por sua condição mediterrânea.	TODOS				Prop.																

Notas: Obs.: observações; Prop.: apresentação de propostas; Vig.: vigência; Antes: prazo fixado em normas prévias; Início trab.: data de início dos trabalhos;  : prazos adiados;  : prazo adiantado.

Fonte: Elaboração própria.

ANEXO IV

Quadro AIV.1. Projetos aprovados no FOCEM, até julho de 2011

Nº	País	Aprovação no CMC		Descrição do projeto	Programa	Valor do projeto	Recursos do FOCEM	Desembolso até julho de 2011
		Dec. Nº	Data					
1	Paraguai	8/07	18/1/2007	MERCOSUL - Habitat de Promoção social, fortalecimento do capital humano e social em assentamentos em condições de pobreza.	III	12.914.680	7.500.000	5.617.936
2	Paraguai	8/07	18/1/2007	MERCOSUL-ROGA-Construção de moradias e infraestrutura em áreas de extrema pobreza.	III	9.705.882	7.500.000	5.536.169
3	Paraguai	8/07	18/1/2007	Grande Assunção: Reabilitação e melhoria de rodovias de acesso e anel viário.	I	14.860.000	12.631.000	10.308.015
4	Paraguai	8/07	18/1/2007	Programa de Apoio Integral a Microempresas.	II	5.000.000	4.250.000	2.968.577
5	Paraguai	8/07	18/1/2007	Laboratório de biossegurança e infraestrutura para laboratório de controle de alimentos.	II	4.800.000	4.080.000	47.300
6	Paraguai	11/07	22/5/2007	Reabilitação de corredores rodoviários.	I	16.990.294	14.441.758	9.172.162
7	Regional	8/07	18/1/2007	Programa MERCOSUL Livre de Aftosa-PAMA.	II	16.339.470	13.888.550	5.868.455
8	Uruguai	8/07	18/1/2007	Rodovia 26 Trecho Melo-Arroio Sarandi de Barceló.	I	7.929.000	5.310.000	5.108.362
9	Uruguai	8/07	18/1/2007	Internacionalização de especialização produtiva e capacitação tecnológica em setores de software, biotecnologia e eletrônica.	II	1.500.000	1.275.000	1.230.000
10	Uruguai	8/07	18/1/2007	Fortalecimento de comunidades locais com projetos de economia social	III	1.646.820	1.399.799	1.014.175
11	Uruguai	11/07	22/5/2007	Desenvolvimento de capacidades e infraestrutura para classificadores informais de resíduos urbanos.	III	1.882.000	1.600.000	1.136.000
12	Uruguai	11/07	22/5/2007	Intervenções múltiplas em assentamentos em territórios de fronteira com situações de extrema pobreza e emergência sanitária.	III	1.411.765	1.200.000	1.171.751
13	Uruguai	23/07	28/6/2007	Rodovia 12 Conexão Rodovia 54 – Rodovia 55.	I	4.371.000	2.928.000	1.643.538
14	SM	8/07	18 -01-07	Sistema de Informação para a TEC	IV	50.000	50.000	50.000
15	SM	8/07	18/1/2007	Base de dados jurisprudenciais	IV	50.000	50.000	50.000

Quadro AIV.1. (CONTINUAÇÃO)

Nº	País	Aprovação no CMC		Descrição do projeto	Programa	Valor do projeto	Recursos do FOCEM	Desembolso até julho de 2011
		Dec. Nº	Data					
16	SM	39/07	25/10/2007	Identificação de necessidades de convergência estrutural no MERCOSUL	IV	70.900	70.900	70.900
17	Paraguai	47/07	17/12/2007	Construção e melhoria de sistema de água potável e saneamento básico em pequenas comunidades rurais e indígenas do país.	I	39.470.702	28.516.221	4.239.180
18	Paraguai	48/07	17/12/2007	Pavimentação Rodovia 8 San Salvador-Ramal Rojas Potrero.	I	6.344.800	4.902.000	674.528
19	Paraguai	7/08	30/6/2008	Desenvolvimento de produtos turísticos competitivos no circuito integrado Iguazu-Misiones	II	1.302.730	992.300	886.200
20	Paraguai	8/08	30/6/2008	Pavimentação das Rodovias 6 e 7-Corredor de integração regional Pte. Franco-Cedrales.	I	5.846.500	4.517.000	1.276.509
21	Paraguai	9/08	30/6/2008	Pavimentação do trecho alimentador da Rodovia 2-Corredor de integração regional Itacurubi-Valenzuela-Gral. B. Caballero.	I	5.186.500	4.008.000	2.961.512
22	Paraguai	10/08	30/6/2008	Recapeamento do trecho alimentador das Rodovias 1 e 6 –Corredores de integração regional Carmen del Paraná– Graneros del Sur.	I	4.004.000	3.092.750	1.640.295
23	Paraguai	11/08	30/6/2008	MERCOSUL-Yporá. Promoção de acesso a água potável e saneamento básico em comunidades em situação de pobreza.	III	7.588.848	5.835.321	0
24	Paraguai	10/09	23/7/2009	DeTIEC - Desenvolvimento tecnológico, inovação e avaliação de conformidade.	II	6.470.588	5.000.000	500.000
25	Brasil	02/09	24/7/2009	Implantação da BIBLIOTECA UNILA e do Instituto MERCOSUL de Estudos Avançados da Univ. Federal da Integração Latino-americana.	III	22.000.000	17.000.000	0
26	Uruguai	02/10	2/8/2010	Interconexão Elétrica 500 MW Uruguai-Brasil.	I	97.780.000	83.113.000	10.874.000
27	Argentina	03/10	2/8/2010	Vínculo de Interconexão em 132 kv ET Iberá-ET Paso de los Libres Norte.	I	19.057.519	13.116.000	1.900.000
28	Argentina	04/10	2/8/2010	PMES Exportadoras de bens de capital, plantas chave em mão e serviços de engenharia.	II	672.000	552.500	0

Quadro AIV.1. (CONTINUAÇÃO)

Nº	País	Aprovação no CMC		Descrição do projeto	Programa	Valor do projeto	Recursos do FOCEM	Desembolso até julho de 2011
		Dec. Nº	Data					
29	Brasil	05/10	2/8/2010	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Ponta Porã - MS	I	6.136.208	4.496.135	0
30	Paraguai	06/10	2/8/2010	Reabilitação e pavimentação do Trecho Concepción-Puerto Vallemí.	I	99.788.565	75.309.383	14.163.853
31	Paraguai	07/10	2/8/2010	Construção da Linha de Transmissão 500 kv Itaipu-V. Hayes, Subestação V. Hayes e Ampliação da Subestação Margem Direita de Itaipu.	I	555.000.000	400.000.000	30.000.000
32	Argentina	08/10	2/8/2010	Intervenções Integrais nos Edifícios de Estudos Obrigatórios dos Deptos. General Obligado, Vera, 9 de Julio, Garay e San Javier.	III	7.933.899	5.212.585	0
33	Brasil	09/10	2/8/2010	Intensificação e Complementação Automotiva no âmbito do MERCOSUL.	II	3.929.844	2.962.075	0
34	Brasil	11/10	2/8/2010	Qualificação de fornecedores da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás.	II	3.672.236	2.849.063	0
35	Brasil	51/10	16/12/2010	Obras de Engenharia do Sistema de Esgotamento Sanitário da cidade de São Borja-RS	I	9.967.535	6.502.362	0
36	Uruguai	52/10	16/12/2010	Reabilitação de Estradas de Ferro, linha Rivera: trecho Pintado (Km 144) - Fronteira (Km 566)	I	74.830.970	50.100.407	0
37	Paraguai	02/11	13/4/2011	Construção da Rodovia Ñu Guazú: Asunción – Luque (6,3 Km)	I	27.576.524	20.719.573	0
38	Regional	17/11	28/6/2011	Pesquisa, Educação e Biotecnologia aplicadas à saúde	II	10.061.400	7.063.000	0
					<i>Totais</i>	<i>1.114.142.580</i>	<i>824.034.682</i>	<i>120.109.417</i>

Fonte: FOCEM.

CAPÍTULO IV. CONFLITOS SETORIAIS E AMBIENTE COMERCIAL

A. *Panorama geral*

Durante o período que abrange este Informe (julho de 2010 a junho de 2011), o MERCOSUL evidenciou um ressurgimento dos conflitos e tensões comerciais em um ambiente global de altos preços das matérias primas e abundante liquidez, embora com crescentes vulnerabilidades. Em consonância com a recuperação econômica global e local, os fluxos de comércio do MERCOSUL se mostraram em franca ascensão. Apesar disso, as vendas externas cresceram em um ritmo muito inferior ao das compras ao restante do mundo, dando lugar a uma queda do superávit comercial e a uma deterioração da conta corrente do balanço de pagamentos.⁸⁰

Frente a esta deterioração das contas externas, no bloco se observou um aumento das medidas comerciais de proteção, especialmente nos dois sócios de maior tamanho relativo. Segundo dados da *Global Trade Alert* (GTA),⁸¹ foram lançadas no MERCOSUL 62 medidas comerciais discriminatórias durante 2010, quase 60% mais do que durante a crise internacional de 2009. Esta evolução nos países do bloco foi contrária à do restante do mundo, onde o número de medidas defensivas lançadas em 2010 foi quase a metade do que no ano anterior (Gráfico 20). Cabe mencionar que esta base de dados pode apresentar algumas falhas ou omissões, entre elas: a cobertura não abrange todos os países, nem todos começaram a ser monitorados ao mesmo tempo e é concentrada em medidas recentes, sem considerar algumas aplicadas há muitos anos. Contudo, a informação coletada pela GTA é uma primeira referência das principais tendências observadas na sub-região e no mundo em matéria de medidas comerciais.

Movimentos diferenciados por países foram detectados no interior do MERCOSUL. Segundo informações da GTA, na Argentina, as medidas discriminatórias anunciadas em 2010 foram em torno de 80% maiores do que as lançadas em 2009, ao passo que no Brasil foram quase 60% superiores às anunciadas no ano anterior. No Uruguai e Paraguai, ao contrário, não se observaram novas medidas discriminatórias (Quadro 13).

De acordo com esta mesma fonte, os dois principais sócios do MERCOSUL estavam entre os seis países do mundo com mais medidas comerciais discriminatórias ativas no segundo trimestre de 2011. A Argentina, com 82 medidas, ocupava o segundo lugar do *ranking*, depois da Rússia, enquanto o Brasil, com 39, estava no sexto lugar. Paraguai e Uruguai apresentavam um comportamento claramente diferente, ocupando as posições 66 e 120 do *ranking* global, respectivamente. Cabe destacar que, dentro das primeiras seis posições, aparecem dois países da Europa Ocidental e, ampliando a lista para as primeiras 10, incorporam-se outros três dessa região, além da China (Quadro 14).

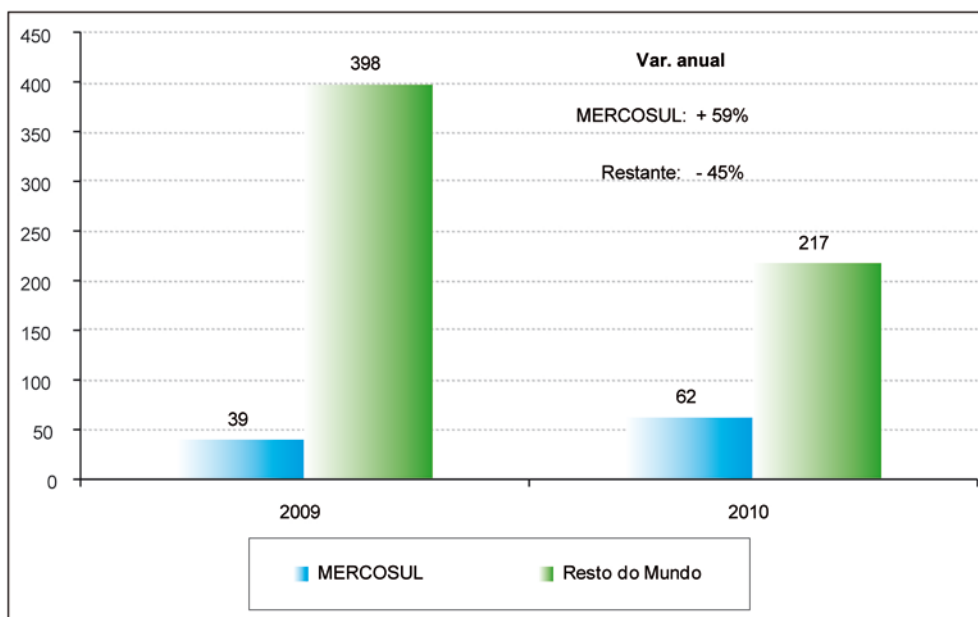
As principais origens alcançadas pelas medidas dos países do MERCOSUL correspondem à América Latina (excluindo o próprio bloco), a União Europeia e a Ásia. Em relação aos produtos afetados, destacam-se os entraves à entrada de têxteis, metais básicos, máquinas, insumos para a construção e papel e papelão.

⁸⁰ Ver Capítulos I e II.

⁸¹ A GTA é uma organização independente coordenada pelo Centro para a Pesquisa da Política Econômica (*Centre for Economic Policy Research - CEPR*).

Gráfico 20. Novas medidas discriminatórias: MERCOSUL contra Restante do Mundo

Quantidade e variação anual em %



Fonte: Elaboração própria baseada na *Global Trade Alert*.

Quadro 13. Medidas comerciais discriminatórias aplicadas

Quantidade e variação anual em %

País	2009	2010	Variação anual	2011*	Ranking Mundial
Argentina	22	40	82%	82	2
Brasil	14	22	57%	39	6
Paraguai	3	0	-	3	66
Uruguai	0	0	-	0	120
MERCOSUL	39	62	59%	117	-

Nota: * Dados até o segundo trimestre de 2011.

Fonte: Elaboração própria baseada na *Global Trade Alert*.

Mas nem só as origens extrazona foram prejudicadas pelas ações comerciais defensivas. De fato, a principal fonte de conflito no interior do bloco esteve associada à ampliação das Licenças Não Automáticas (LNAs)⁸² à importação aplicadas pela Argentina em fevereiro de 2011, medida que gerou fortes discussões com as autoridades do Brasil, por ser este país um dos mais afetados. O conflito em torno das LNAs teve quase três meses de duração e só em

⁸² O regime de LNAs é um procedimento administrativo que requer a apresentação de uma solicitação ante o órgão administrativo pertinente, como condição prévia para efetuar a importação no território aduaneiro do país importador. As LNAs obstaculizam o comércio ao introduzir uma demora importante no intercâmbio que, conforme a regulação da Organização Mundial do Comércio (OMC), não pode superar os 60 dias. Embora se trate de uma restrição de caráter temporário, ela incrementa substancialmente o custo da transação como consequência da imobilização da mercadoria. Além disso, o prazo fixado pela OMC nem sempre é respeitado, gerando incerteza adicional.

inícios de junho chegou-se a um princípio de acordo (ver abaixo). A ampliação do universo de produtos sujeitos a LNA's na Argentina também derivou em algumas reclamações do Paraguai e do Uruguai, embora de menor escala.

Quadro 14. Ranking de países segundo quantidade de medidas discriminatórias

País	Total medidas	Ranking
Rússia	103	1
Argentina	82	2
Índia	46	3
Alemanha	45	4
Reino Unido	42	5
Brasil	39	6
China	39	7
França	36	8
Espanha	34	9
Itália	34	10
Hungria	32	11
Áustria	31	12
Irlanda	31	13
Países Baixos	31	14
Grécia	30	15
Látvia	30	16
Polônia	29	17
Bélgica	28	18
Portugal	28	19
Cazaquistão	28	20

Nota: Dados até o segundo trimestre de 2011.

Fonte: Elaboração própria baseada na *Global Trade Alert*.

Nesta etapa também se registraram conflitos entre o Paraguai e o Brasil, por causa da demora na aprovação pelo Congresso brasileiro do acordo para incrementar o preço que esse país paga pela compra de energia gerada por Itaipu.⁸³ Adicionalmente, os atritos entre Uruguai e Brasil pelas exportações uruguaias de leite em pó (conflito que também envolve a Argentina) continuaram, além de ter se registrado uma reclamação argentina frente ao Uruguai pelo comércio de garrafas térmicas de aço. Por outro lado, houve, no período, tensões entre Paraguai e Argentina pela entrada de artigos de higiene pessoal, limpeza e farmácia no mercado argentino, além de uma disputa entre ambos os países pelo intercâmbio de energia elétrica.

Assim como em anos anteriores, no período analisado, também houve fatores que favoreceram uma convergência de interesses entre os principais sócios do MERCOSUL. Em particular, a preocupação generalizada ante a crescente importação da China no comércio global e nos fluxos de bens do bloco continuou tendo destaque. A maior penetração de manufaturas oriundas do país asiático nas importações da sub-região promoveu reclamações e

⁸³ Finalmente, o acordo foi aprovado em junho de 2011.

solicitações de aplicação de medidas *antidumping* pelos setores industriais tradicionais da Argentina e do Brasil, que serão tratadas em detalhe no presente capítulo.

B Medidas de administração do comércio

Licenças não automáticas de importação

Em fevereiro de 2011, a Presidenta do Brasil fez sua primeira visita oficial à Argentina e as Chefes de Estado acordaram, entre outros temas, enfrentar ações conjuntas para equilibrar o balanço comercial de bens industriais entre ambos os países, deficitário para a Argentina desde 2004. Segundo os comunicados oficiais, o objetivo final destas ações era conseguir que os benefícios da relação bilateral fossem distribuídos de maneira mais equitativa entre os países sócios, de forma a promover o intercâmbio e afiançar uma relação considerada estratégica por ambos os governos.

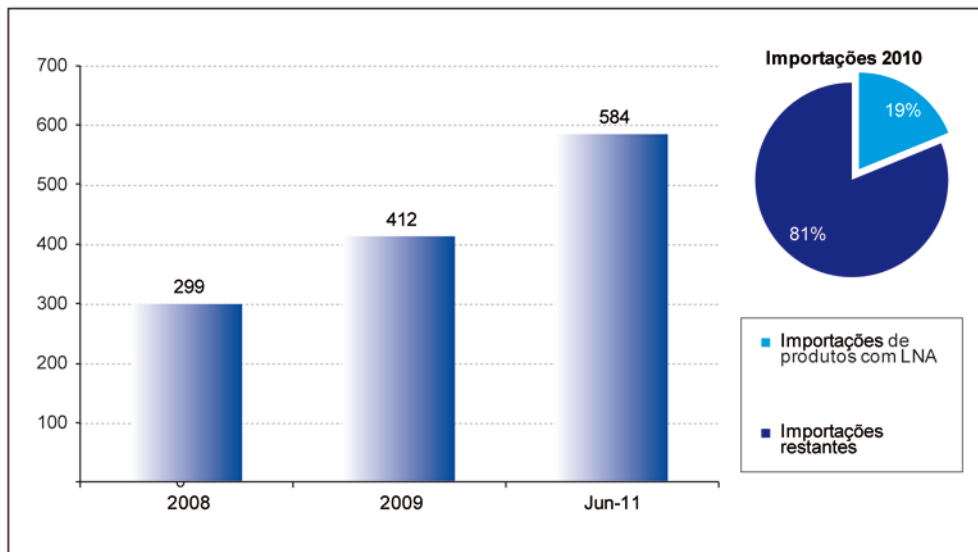
Contudo, na Argentina, a deterioração do saldo comercial observado ao longo de 2010, que continuou no início de 2011, derivou em uma ampliação do alcance do esquema de LNAs. Isto provocou o maior conflito comercial do período, envolvendo principalmente os dois maiores sócios do MERCOSUL, embora também atingisse o Paraguai e o Uruguai.

Como foi mencionado no Capítulo II, em 2010, o saldo comercial da Argentina se reduziu em relação ao do ano anterior. A recuperação econômica e a crescente demanda interna de produtos finais, mas também de insumos industriais e bens de capital, promoveram um crescimento das compras externas muito superior ao das exportações. Frente a esta situação, as autoridades argentinas tomaram medidas para controlar o aumento das importações, com base na ampliação do universo de licenças aplicadas até esse momento. Assim, por meio das Resoluções N° 45/11 (fevereiro de 2011) e 77/11 (março de 2011), foram incorporados ao esquema de LNAs 172 produtos adicionais aos vigentes desde 2009, chegando a 584 posições tarifárias alcançadas por esta medida (Gráfico 21). Adicionalmente, por meio da Resolução N° 45/11, também foi criado o Certificado de Importação de Veículos Automóveis e Autopeças, setores que até esse momento tinham se mantido afastados das medidas defensivas.

Tendo como referência os valores importados em 2010, o universo das compras alcançadas pelas LNAs equivale a US\$ 11 bilhões, isto é, cerca de 19% das importações totais da Argentina nesse período.⁸⁴ Como será visto a seguir, com os dados das compras externas do primeiro semestre de 2011, essa percentagem alcançou 15,8%. Usando como referência os números de 2010, a composição por origem das importações afetadas pelo novo universo das LNAs seria: 35% proveniente do Brasil, 23% da China, 7% da Alemanha e 5% dos Estados Unidos (Gráfico 22).

⁸⁴ Cabe esclarecer que esta é uma estimativa do impacto das LNAs com números do ano anterior. A medida referida foi adotada em fevereiro de 2011 e, só no encerramento desse ano, será possível saber qual a proporção de importações afetadas.

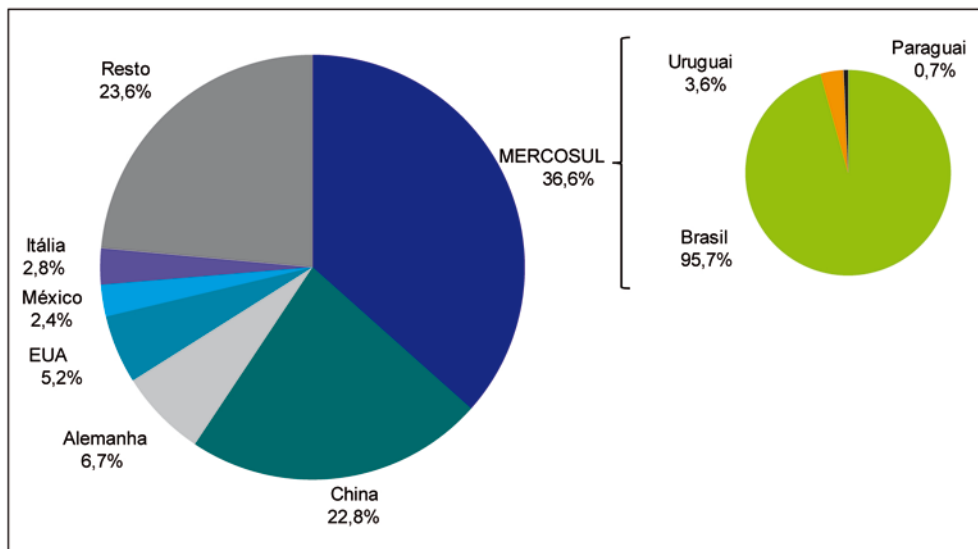
Gráfico 21. Argentina: quantidade de posições tarifárias que exigem LNAs



Fonte: Elaboração própria baseada no INDEC e Ministério da Indústria.

Gráfico 22. Estimativa dos países de origem afetados pelas LNAs

Em % das importações de 2010



Fonte: Elaboração própria baseada no INDEC e Ministério da Indústria.

Quanto aos setores, além dos produtos do complexo automotivo, as licenças afetam produtos diversos, como máquinas e aparelhos eletrônicos, bens de capital, artigos de informática e telecomunicações, metais e suas manufaturas e produtos químicos (Quadro 15). É importante salientar que, quase em todos esses setores, a Argentina evidenciou uma deterioração de seu saldo comercial durante 2010, quer por um aumento do déficit ou por uma diminuição do superávit (como aconteceu no caso do setor automotivo). Conjuntamente, o saldo comercial das atividades econômicas alcançadas pelas LNAs apresentou, naquele ano, um resultado

deficitário próximo dos US\$ 22 bilhões, montante 60% maior ao de 2009 e responsável por quase 90% do déficit comercial de manufaturas da Argentina.

Ante a extensão do universo de produtos afetados pelas LNAs na Argentina, a reação inicial do Brasil foi pela via diplomática. Por meio do Ministro do Desenvolvimento, o governo brasileiro solicitou acabar com a retenção em aduana de bens oriundos desse país, ao mesmo tempo em que se promoveu uma reunião bilateral ministerial, embora esta não tenha se realizado até que o conflito cresceu em magnitude.

Quadro 15. Estimativa das importações e saldo comercial da Argentina que seriam afetados pelas LNAs,* por setor, 2009-2010

Em milhões de US\$

Setores	Importações	Saldo Comercial	
	2010	2009	2010
Autopeças	2.155	-3.568	-6.326
Máq. e Apar. eletrônicos	1.015	-3.468	-4.857
Bens de Capital	683	-3.696	-5.019
BIT's	612	-1.139	-1.687
Metais e suas manufaturas	268	191	-624
Químicos	186	-1.665	-2.774
Automotivas	158	1.272	1.020
Têxtil e Vestuário	136	-706	-795
Papel e Editoras	108	-372	-542
Material de Transporte	86	-301	-472
Máquinas Agrícolas	74	-119	-486
Pedras e suas manufaturas	60	922	1.847
Plástico e borracha	50	-317	-553
Manufaturas várias	17	-174	-284
Acessórios e roupas	8	-23	-33
Brinquedos	1	-272	-363
Subtotal	5.616	-13.435	-21.949
Setores Restantes	50.886	30.323	33.582
Total	56.502	16.888	11.633

Nota: * Inclui as posições tarifárias da Resolução 45/11.

Fonte: Abeceb.com baseado no INDEC.

O conflito teve uma nova fase quando, em inícios de maio de 2011, o Brasil decidiu aplicar LNAs a suas importações de automóveis. A medida afetou as importações de todas as origens e foi fundada pelo governo brasileiro no crescente déficit desse país no intercâmbio destes bens. O saldo negativo no comércio de veículos automotivos, reboques e semirreboques totalizou US\$ 4,5 bilhões para o Brasil em 2010, montante equivalente a 22% de seu saldo comercial daquele ano.

As novas restrições brasileiras afetaram o setor de maior importância no intercâmbio entre Brasil e Argentina, representando em torno de 70% das exportações argentinas desses bens e quase a metade do total das vendas externas para o país vizinho.

O governo argentino reclamou que tinha sido notificado por representantes do setor privado sobre a decisão do Brasil de aplicar LNAs a alguns modelos de fabricação nacional. Também salientou que quando a Argentina tinha incluído, no mês de fevereiro, 200 novas posições tarifárias no regime de LNAs, o governo argentino tinha informado seu par brasileiro 10 dias antes do anúncio oficial, entrando em vigência só 30 dias depois.

Paralelamente, em resposta a uma reclamação do governo brasileiro pelas possíveis implicações das medidas aplicadas pela Argentina (e posteriormente à aplicação brasileira de LNAs à importação de automóveis), as autoridades argentinas defenderam sua posição argumentando que os dados do comércio bilateral desmentiam qualquer impacto negativo sobre seu sócio do MERCOSUL.⁸⁵ Para tal, afirmaram que as exportações do Brasil para a Argentina cresceram 33% nos primeiros quatro meses de 2011 (equivalentes a US\$ 6,4 bilhões), alcançando o déficit bilateral argentino US\$ 1,2 bilhão, praticamente o dobro do verificado em igual período de 2010. Também sustentaram que, em virtude do persistente e crescente déficit registrado no intercâmbio de manufaturas, era mister adotar medidas orientadas a atender os desequilíbrios estruturais que o explicavam, levando em consideração que o Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC), assinado por ambos os países em 2006, ainda não tinha entrado em vigência (BID-INTAL 2007, p. 58). Salientou-se que a Argentina é o primeiro comprador de produtos industriais brasileiros, com importações por US\$ 16,2 bilhões em 2010, muito superiores às dos Estados Unidos, o segundo destino (US\$ 11,2 bilhões).

Também se mencionou que, pondo de lado as colocações que vinha fazendo a Argentina pelas fortes assimetrias em matéria de incentivos, financiamento e medidas para-tarifárias aplicadas pelo Brasil, ainda subsistiam problemas para que diferentes produtos argentinos pudessem ter acesso ao mercado brasileiro, seja por questões pontuais ou estruturais. Segundo estimativas do governo argentino, estas barreiras de acesso teriam afetado exportações para o Brasil por US\$ 7 bilhões anuais em condições competitivas de qualidade e preço, podendo resultar no desaparecimento do déficit estrutural industrial argentino.⁸⁶

Finalmente, a 3 de junho, e após quase três meses de árduas negociações praticamente ininterruptas, chegou-se a um princípio de acordo em uma reunião ministerial em Brasília. Embora as LNAs que desataram o conflito fossem mantidas, acordou-se limitar as restrições por meio de uma série de ações que incluíam a fixação de prazos limitados para a entrada de carros argentinos no Brasil, a promoção de acordos de autorrestrição de exportações entre privados e o condicionamento dos trâmites de importação à decisão das empresas de realizarem novos investimentos, anunciando-se, neste último caso, negociações em curso para a indústria de máquinas agrícolas.

No caso automotivo, o arranjo contemplou que as LNAs brasileiras sobre os carros argentinos não demorariam mais de 10 dias em ser aprovadas, solução considerada de grande importância por empresas do setor, pois mais da metade da produção automotiva argentina é exportada para o

⁸⁵ Fonte: carta da Ministra da Indústria da Argentina, Débora Giorgi (Ministério da Indústria da República Argentina, 2011), em resposta à carta do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, Fernando Pimentel (MDIC, 2011).

⁸⁶ Os problemas de acesso reclamados pelo governo argentino incluíam as produções de leite em pó, mosto, bebidas alcoólicas (vinhos), cítricos, agroquímicos, produtos veterinários, medicamentos, brinquedos, baixela de vidro, caminhões, máquinas agrícolas, linha branca e produtos químicos, entre outros.

Brasil e este é o único setor industrial com superávit do comércio bilateral (embora, contabilizando as autopeças, o intercâmbio resulte deficitário em seu conjunto para a Argentina).

Adicionalmente, houve avanços em vários acordos complementares ao conflito provocado pelas licenças. Houve promessas de solução do governo brasileiro frente a reclamações argentinas em azeite, vinhos (as empresas argentinas poderão aplicar o selo fiscal na origem), leite em pó (embora ainda a quota de exportações não tenha sido ampliada) e baixela de vidro (o processo de *antidumping* contra uma empresa argentina será revisado). Este tipo de concessões, algumas com soluções concretas e outras ainda sem solução definitiva, acrescidas de certa normalização no funcionamento das LNAs, reduziram significativamente a intensidade das disputas entre ambos os países.

Por outro lado, cabe destacar que a medida aplicada em fevereiro de 2011 pela Argentina também gerou preocupação entre as autoridades do Uruguai. Esta situação levou a negociações bilaterais que incluíram reuniões entre os Presidentes de ambos os países, por meio das quais os governos acordaram a implementação de um mecanismo de consultas permanente, de forma a solucionar inconvenientes que pudessem vir à tona pela aplicação das LNAs.

Impacto das LNAs da Argentina. Enquanto a lista vigente até fevereiro de 2011 de 412 posições –a 8 dígitos– da NCM representava 6,3% do valor total das importações da Argentina de 2010, a ampliação a 584 posições seria equivalente a 18,8% dessas compras externas totais, sempre utilizando para a estimativa os níveis de importação de 2010. Os principais produtos afetados pelas LNAs provêm do Brasil e da China, países com uma participação conjunta de 45% nas importações argentinas totais (aproximadamente 30% e 15%, respectivamente).

O Quadro 16 mostra que, durante 2010, tomando as 412 posições afetadas pelo regime de licenças nesse ano, a participação dos produtos sujeitos a LNAs no valor das importações originárias do Brasil e da China foi de 7,7% e 13,2%, respectivamente. Considerando essa lista de 584 posições, o percentual de importações desse ano que seriam afetadas por estas medidas seria de 21,1% do total no caso do Brasil e 31,6% no caso da China.

O regime argentino de LNAs também afetou os outros sócios do MERCOSUL. As 412 posições alcançadas pelas LNAs vigentes em 2010 representaram 5,1% das importações oriundas do Paraguai e 8,7% das provenientes do Uruguai. Estas percentagens aumentam a 6,2% e 24,2%, respectivamente, considerando a lista mais recente de 584 posições. Apesar de ser um montante baixo, as vendas do Uruguai para a Argentina foram mais afetadas em termos relativos do que as do Paraguai (Quadro 17).

**Quadro 16. Impacto das LNAs sobre as importações da Argentina segundo origem
2008-1º semestre de 2011**

Em quantidade, milhões de US\$ e %

Período	Posições sujeitas a LNAs ^{a/}	Do Mundo			Do Brasil			Da China		
		Montante	Com LNAs	Participação LNAs	Montante	Com LNAs	Participação LNAs	Montante	Com LNAs	Participação LNAs
	Quantidade	Milhões de US\$	Milhões de US\$	%	Milhões de US\$	Milhões de US\$	%	Milhões de US\$	Milhões de US\$	%
2008	412	57.462	4.704	8,2	17.687	1.783	10,1	7.104	1.350	19,0
2009	412	38.781	2.671	6,9	11.819	957	8,1	4.823	795	16,5
2010	412	56.502	3.564	6,3	17.658	1.354	7,7	7.649	1.006	13,2
2010 ^{b/}	584	56.502	10.623	18,8	17.658	3.718	21,1	7.649	2.418	31,6
Jan - Jun										
2010	412	24.800	1.504	6,1	7.622	570	7,5	3.077	439	14,3
2010 ^{b/}	584	24.800	4.506	18,2	7.622	1.632	21,4	3.077	958	31,1
2011	584	34.236	5.426	15,8	10.116	1.822	18,0	4.479	1.262	28,2

Notas: ^{a/} Correspondem às posições do NCM afetadas por LNAs, detalhadas pelo Ministério da Indústria da Argentina. ^{b/} Estimativa do impacto das LNAs aplicadas em fevereiro de 2011 sobre as importações do ano 2010.

Fonte: Elaboração própria baseada no INDEC e Ministério da Indústria.

**Quadro 17. Impacto das LNAs sobre as importações da Argentina segundo origem
2008-1º semestre de 2011**

Em quantidade, US\$ milhões e %

Período	Posições sujeitas a LNAs ^{a/}	Do Paraguai			Do Uruguai		
		Montante	Com LNAs	Participação LNAs	Montante	Com LNAs	Participação LNAs
	Quantidade	Milhões de US\$	Milhões de US\$	%	Milhões de US\$	Milhões de US\$	%
2008	412	1.783	27	1,5	527	60	11,4
2009	412	699	16	2,2	348	41	11,9
2010	412	436	22	5,1	587	51	8,7
2010 ^{b/}	584	436	27	6,2	587	142	24,2
Jan - Jun							
2010	412	224	9	4,1	340	23	6,8
2010 ^{b/}	584	224	11	4,9	340	78	23,0
2011	584	246	16	6,7	284	83	29,2

Notas: ^{a/} Correspondem às posições do NCM afetadas por LNAs, detalhadas pelo Ministério da Indústria da Argentina. ^{b/} Estimativa do impacto das LNAs aplicadas em fevereiro de 2011 sobre as importações do ano 2010.

Fonte: Elaboração própria baseada no INDEC e Ministério da Indústria.

A ampliação das LNAs implicou que o valor das importações afetadas entre janeiro de junho de 2011 mais do que triplicasse em relação a igual período do ano anterior (US\$ 5,426 bilhões contra US\$ 1,504 bilhões), e mais do que dobrasse o percentual das importações argentinas total: 15,8% contra 6,1% (Quadro 16).

O impacto da ampliação das LNAs de fevereiro de 2011 sobre as importações argentinas também pode ser estimado comparando a evolução das compras dos 584 produtos atingidos pelas LNAs na primeira metade do ano com as importações de produtos idênticos no mesmo período de 2010. O Quadro 18 mostra, no primeiro semestre de 2011, o crescimento de 38,0% i.a. das importações argentinas totais, contra as dos bens sujeitos a LNAs, que cresceram em um ritmo menor ao das outras importações: 20,4% contra 42,0%.

A expansão das importações oriundas do Brasil (32,7% i.a.) foi inferior à do total das importações (38,0% i.a.). As compras de produtos brasileiros atingidos pelas LNAs cresceram sensivelmente menos do que o total de bens importados sujeitos a estas medidas (11,6% contra 20,4%). Por seu lado, os produtos brasileiros não afetados por LNAs apresentaram uma expansão levemente inferior à registrada pelas compras totais ao mundo sem LNAs (38,5% contra 42,0%). As compras argentinas à China evidenciaram um aumento maior à expansão do total importado (45,6% contra 38,0%). Da mesma forma, para ambos os grupos de produtos (com e sem LNAs), as importações chinesas apresentaram uma taxa de crescimento superior à do total importado e à da mercadoria de origem brasileira.

Quadro 18. Evolução das importações da Argentina afetadas por LNAs* segundo origem, 1º semestre de 2011

Varição interanual em %

Produtos	Origem de importações			
	Mundo	Brasil	China	Outros
Afetados por LNAs	20,4	11,6	31,7	22,2
Não afetados por LNAs	42,0	38,5	51,8	42,0
<i>Total</i>	<i>38,0</i>	<i>32,7</i>	<i>45,6</i>	<i>39,3</i>

Nota: * Foram tomadas as 584 posições do NCM afetadas a partir de fevereiro de 2001.

Fonte: Elaboração própria baseada no INDEC e Ministério da Indústria.

Neste quadro, embora a proporção de importações afetadas pelas LNAs, em relação ao total importado, seja maior para a China do que para o Brasil, o impacto relativo sobre o comércio foi superior para o sócio do MERCOSUL. Com efeito, a taxa de crescimento das compras argentinas ao Brasil foi inferior à das importações oriundas da China, especialmente para o grupo de bens alcançados pelas LNAs. Este fenômeno poderia ser devido, pelo menos em parte, a que a possibilidade de substituir importações por produção local ante as LNAs seria maior para os bens importados do Brasil do que para aqueles de origem chinesa. Também é possível que o aumento no custo de transação (em virtude das demoras da importação) representado pelas LNAs afete relativamente menos os produtos de origem chinesa por causa de seus baixos preços médios.

Outras medidas de defesa comercial

Os sócios maiores do MERCOSUL também contam com outro conjunto de instrumentos de defesa comercial, incluindo medidas *antidumping*, direitos compensatórios, salvaguardas e compromissos de preços. Contudo, pela quantidade de produtos e o valor afetado, as repercussões políticas e comerciais deste tipo de medidas resultaram de menor grau relativo.

Até junho de 2011, as medidas *antidumping*, direitos compensatórios, salvaguardas e compromissos de preços vigentes na Argentina abrangiam 173 posições do NCM, quase 30 mais do que em 2010. No entanto, seu impacto sobre as compras externas se mantinha baixo, ao representar apenas 4,2% das importações da Argentina (US\$ 1,429 bilhão) (Quadro 19).

O conjunto de medidas de defesa comercial aplicado pela Argentina afetava, em meados de 2011, 20 produtos brasileiros (10 menos do que em 2010), por um valor de US\$ 28 milhões, equivalentes a menos de 1% das importações dessa origem. Por outro lado, atingiam 105 produtos chineses (45 mais do que no ano anterior), por um valor de US\$ 144 milhões, equivalentes a pouco mais de 3% das compras argentinas ao país asiático.

Em relação aos outros sócios do MERCOSUL, as medidas de defesa comercial argentinas atingiram apenas dois produtos uruguaios durante o período analisado: bandejas de poliestireno e artigos sanitários de cerâmica. A medida *antidumping* sobre o primeiro destes produtos vigorava até setembro de 2011 e até hoje não foi renovada, enquanto a medida sobre os artigos de cerâmica, que também afetava o Brasil, foi renovada em 2010 e tem vigência até 2015. Por outro lado, os discos compactos regraváveis por única vez (CD-R) procedentes do Paraguai são atingidos pelo regime de defesa comercial argentino, embora a resolução pertinente ainda não tenha entrado em vigência.

Quadro 19. Argentina: produtos importados sujeitos a medidas de defesa comercial, 1º semestre de 2011

Em quantidade, US\$ milhões e %

Sócio comercial	Total		Defesa comercial		
	Nº Produtos	Valor	Nº Produtos	Valor	% Total
Brasil	3.503	10.116	20	28	0,3
China	4.607	4.479	105	144	3,2
Mundo	7.585	34.236	173	1.429	4,2

Nota: N° produtos equivale a posições tarifárias a 8 dígitos do NCM.

Fonte: Elaboração própria baseada no INDEC e Ministério da Indústria.

O Quadro 20 mostra que as medidas de defesa comercial em vigência no Brasil recaíram, no primeiro semestre de 2011, sobre 106 produtos (11 a mais do que em 2010), somando importações por US\$ 2,6 bilhões, equivalentes a pouco mais de 2% das compras externas totais desse país. Só foram aplicadas três medidas sobre produtos argentinos, por um valor próximo aos US\$ 15 milhões, enquanto nenhuma recaiu sobre os outros dois sócios do MERCOSUL. A China tem sido o alvo principal das medidas de defesa comercial do Brasil, com 71 produtos afetados, por um total de US\$ 374 milhões (2,5% das compras a esse país).

**Quadro 20. Brasil: produtos importados sujeitos a medidas de defesa comercial,
1º semestre de 2011**

Em quantidade, milhões de US\$ e %

Sócio comercial	Total		Defesa		
	Nº Produtos	Valor	Nº Produtos	Valor	% Total
Argentina	2.812	7.991	3	15	0,2
China	6.084	14.740	71	374	2,5
Mundo	8.635	105.347	106	2.667	2,5

Nota: Nº produtos equivale a posições tarifárias a 8 dígitos do NCM.

Fonte: Elaboração própria baseada no Aliceweb e no Ministério do Desenvolvimento (MDIC).

Regime de "valor critério". Outra medida de defesa comercial aplicada tanto pela Argentina quanto pelo Brasil é o regime de "valor critério" ou de "preços mínimos".

No caso da Argentina, este sistema trata-se de um preço de referência para produtos selecionados de importação e envolve diversos países, divididos em 26 grupos. O regime exige o recolhimento em dobro dos impostos incidentes no desembaraço das importações, como o imposto ao valor agregado (IVA) e o "*anticipo del Impuesto a las Ganancias*", quando o preço for inferior ao definido pela autoridade aduaneira. O mecanismo dificulta o acesso ao mercado argentino, na medida em que os preços de referência são distintos para os mesmos produtos conforme a origem da mercadoria. Por outro lado, a fixação de preços de referência também procura evitar o subfaturamento das importações e a elisão tributária.

Diferentemente das LNAs, a aplicação deste instrumento de regulação comercial impactou relativamente mais sobre as importações argentinas oriundas da China do que sobre as do Brasil. Em relação às compras ao país asiático, o "valor critério" atingiu 388 produtos em 2010, por um total de US\$ 1,306 bilhão, equivalentes a 17,1% das compras argentinas a esse país. Nas compras ao Brasil foram atingidos 143 produtos, por um total de US\$ 914 milhões, representando 5,2% das importações procedentes do maior sócio do MERCOSUL. Entre janeiro e junho de 2011, a situação é similar, embora a quantidade de produtos de origem chinesa afetada pelo "valor critério" tenha se incrementado a 413 (Quadro 21).

Cabe destacar que os eventuais desvios de comércio que este tipo de medidas pode gerar foram discutidos no contexto do MERCOSUL, tanto na Comissão Bilateral de Comércio Argentina-Brasil quanto com os outros dois sócios do bloco (especialmente com o Uruguai), sem ter chegado a nenhum acordo em relação a modificações sobre sua aplicação.

O Brasil utiliza um sistema similar de fixação de "preços mínimos" obrigatórios à importação, isto é, a importação não é autorizada caso seu preço seja inferior a certo limite. O esquema é fundamentalmente orientado a produtos originários da Ásia.

**Quadro 21. Importações da Argentina sujeitas ao "valor critério"
2008-1º semestre de 2011**

Em quantidade, US\$ milhões e %

Período	Mundo		Brasil				China			
	Nº Produtos	US\$	US\$	Produtos afetados	US\$	% Total	US\$	Produtos afetados	US\$	% Total
2008	8.054	57.462	17.687	119	667	3,8	7.104	294	1.069	15,0
2009	8.006	38.786	11.819	124	613	5,2	4.823	320	749	15,5
2010	8.004	56.502	17.658	143	914	5,2	7.649	388	1.306	17,1
Jan - Jun										
2010	7.555	24.800	7.622	138	371	4,9	3.077	368	540	17,5
2011	7.585	34.236	10.116	142	505	5,0	4.479	413	786	17,6

Fonte: Elaboração própria com base em dados da AFIP e do INDEC.

C. Resumo dos principais conflitos comerciais setoriais

Os principais problemas comerciais dentro do MERCOSUL envolveram os sócios de maior tamanho relativo, Argentina e Brasil, enquanto os conflitos com os outros sócios do bloco foram pontuais. No último ano, como foi mencionado acima, a disputa setorial mais relevante se produziu no setor automotivo, embora também se observassem atritos pelo intercâmbio de têxteis, calçados, aparelhos eletrônicos, linha branca e laticínios (envolvendo também o Uruguai).

Setor automotivo

O setor automotivo é de grande importância tanto na produção industrial quanto no comércio exterior da Argentina e Brasil. Com um quadro externo favorável e uma demanda interna muito dinâmica, a produção e venda de automóveis aumentou a ambos os lados da fronteira ao longo do último ano, enquanto o crescimento sobre o trecho final da cadeia de valor impactou positivamente sobre a produção de autopeças, estendendo o bom desempenho ao setor em seu conjunto.

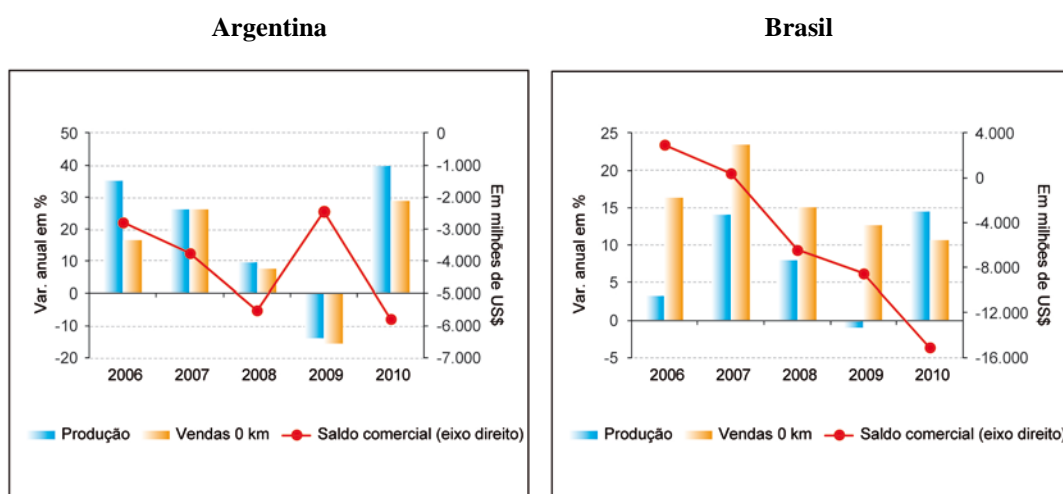
Tanto na Argentina quanto no Brasil, a produção de veículos automotores, concentrada em poucos modelos e marcas, tem um forte viés exportador no quadro do regime de comércio administrado vigente entre ambos os países, enquanto uma parte significativa da demanda interna é abastecida pelas importações. Além disso, apesar dos requisitos de conteúdo regional para a exportação, o subsetor de autopeças é de grande abertura comercial por causa de nem todos os componentes de um veículo serem de produção local, quer por questões competitivas ou tecnológicas.

Neste quadro, o forte e sustentado *boom* de consumo de automóveis experimentado por ambos os países tem gerado uma deterioração do saldo comercial, em virtude de o ritmo de expansão das importações ser inferior ao das exportações (Gráfico 23). Assim, as restrições recentemente aplicadas não só tentaram atenuar a erosão das contas externas, mas também proteger a indústria e o emprego local da concorrência da oferta estrangeira, fundamentalmente do subsetor de autopeças.

Na Argentina, o setor automotivo tem um déficit comercial com o mundo, que combina um superávit no intercâmbio de veículos automotivos com um déficit no comércio de autopeças. Diferentes fatores promoveram a demanda de veículos em níveis recordes, entre eles o crescimento econômico, o maior acesso ao financiamento e sua compra como alternativa de investimento durante os últimos anos. Por conseguinte, o saldo comercial setorial mostrou uma progressiva deterioração, embora melhorasse temporariamente em 2009, em virtude dos efeitos da crise internacional na economia local. Em 2010, em consonância com a recuperação global e doméstica, a aquisição de veículos retomou seu caminho expansivo e o déficit setorial se aprofundou, totalizando US\$ 5,8 bilhões, US\$ 300 milhões a mais do que no máximo de 2008. No primeiro semestre de 2011, o saldo comercial foi deficitário em US\$ 4 bilhões, cerca de US\$ 1,1 bilhão mais do que no mesmo período do ano anterior (Quadro 22).

Gráfico 23. Produção de terminais, vendas de 0 km e saldo comercial automotivo

Variação anual em % (produção e vendas) e milhões de US\$ (saldo)



Fonte: Elaboração própria baseada em ADEFA, ACARA, INDEC, Aliceweb, ANFAVEA e FENABRAVE.

Em relação ao Brasil, o crescimento da economia, o emprego e a receita real fizeram com que o superávit comercial atingido entre 2002 e 2007 se transformasse em um crescente déficit a partir de 2008. Este resultado é composto de um saldo negativo no comércio de autopeças e, de forma mais recente, de um déficit no intercâmbio de veículos. O ano de 2010 encerrou com um déficit setorial de US\$ 15 bilhões, quase o dobro do registrado em 2009, dos quais, US\$ 4,5 bilhões corresponderam a veículos e US\$ 10,5 a autopeças. Cabe destacar que entre 2008 e 2009, o consumo interno de veículos no Brasil não foi afetado pela crise internacional, em virtude das políticas de estímulo aplicadas. Por isso, diferentemente da Argentina, não se refletiu no saldo comercial automotivo em 2010. Nos primeiros seis meses de 2011, o intercâmbio setorial foi deficitário em US\$ 9,2 bilhões, US\$ 2,5 bilhões mais do que no mesmo período do ano anterior (Quadro 23).

Quadro 22. Comércio exterior da indústria automotiva da Argentina, 2001-1º semestre de 2011*Em milhões de US\$*

Argentina	Exportações			Importações			Saldo Comercial		
	V	Por	Total	V	Por	Total	V	Por	Total
2001	1.514	1.241	2.755	880	2.416	3.296	633	-1.175	-542
2002	1.126	1.144	2.270	247	1.216	1.463	880	-72	808
2003	899	1.192	2.091	760	1.752	2.512	139	-560	-421
2004	1.306	1.537	2.843	1.728	2.834	4.562	-422	-1.297	-1.719
2005	1.991	1.763	3.754	2.377	3.676	6.053	-386	-1.913	-2.299
2006	2.971	1.936	4.907	2.884	4.816	7.700	88	-2.880	-2.792
2007	4.014	2.268	6.282	3.647	6.387	10.034	367	-4.119	-3.752
2008	4.916	2.557	7.473	5.067	7.928	12.995	-150	-5.371	-5.521
2009	4.354	1.928	6.282	3.073	5.652	8.725	1.281	-3.724	-2.443
2010	6.584	2.422	9.006	5.565	9.231	14.796	1.019	-6.809	-5.790
Jan - Jun									
2010	2.605	1.354	3.959	2.389	4.499	6.889	216	-3.145	-2.929
2011	3.861	1.477	5.338	3.312	6.048	9.360	549	-4.571	-4.022

Nota: V: veículos automotores (segundo ADEFA, inclui automóveis, utilitários, furgões, veículos para transporte de carga e de passageiros); A: autopeças.

Fonte: Elaboração própria baseada no INDEC.

Quadro 23. Comércio exterior da indústria automotiva do Brasil, 2001-1º semestre de 2011*Em milhões de US\$*

Brasil	Exportações			Importações			Saldo Comercial		
	V	Por	Total	V	Por	Total	V	Por	Total
2001	2.588	5.170	7.758	2.012	7.567	9.579	576	-2.397	-1.822
2002	2.569	5.392	7.961	1.104	6.585	7.690	1.465	-1.193	271
2003	3.448	6.499	9.947	867	7.119	7.986	2.581	-620	1.961
2004	4.636	7.964	12.601	891	9.363	10.254	3.746	-1.399	2.347
2005	6.521	9.699	16.220	1.449	11.271	12.720	5.071	-1.572	3.500
2006	6.682	11.663	18.345	2.827	12.548	15.375	3.855	-884	2.970
2007	7.025	13.091	20.116	4.116	15.583	19.699	2.909	-2.492	417
2008	7.402	14.731	22.133	6.837	21.735	28.572	565	-7.004	-6.439
2009	4.441	10.579	15.020	7.145	16.409	23.554	-2.703	-5.830	-8.534
2010	6.416	14.605	21.021	10.993	25.111	36.104	-4.577	-10.506	-15.083
Jan - Jun									
2010	2.967	6.519	9.486	4.722	11.417	16.139	-1.755	-4.897	-6.653
2011	3.016	8.230	11.246	6.379	14.046	20.425	-3.363	-5.816	-9.179

Nota: V: veículos automotores (segundo ADEFA, inclui automóveis, utilitários, furgões, veículos para transporte de carga e de passageiros); A: autopeças.

Fonte: Elaboração própria baseada no Aliceweb.

O comércio bilateral do setor automotivo é caracterizado pela forte complementaridade entre ambos os países, no quadro do regime de administração do comércio em vigência. Em 2010, a participação do Brasil nas importações automotivas argentinas ascendeu a 57% (68% no caso dos veículos e 50% no caso das autopeças), enquanto 20% das importações brasileiras do setor foram originários da Argentina (50% nos veículos e 7% no segmento de autopeças).

O intercâmbio bilateral do setor automotivo apresenta um saldo favorável ao Brasil, que em 2010 atingiu os US\$ 1,36 bilhões. A Argentina apresenta um superávit com seu sócio de US\$ 1,6 bilhão no segmento de veículos e um déficit de US\$ 2,9 bilhões em autopeças. Na primeira metade de 2011, o excedente do Brasil no comércio automotivo bilateral foi de US\$ 1,1 bilhão, quase o dobro do que no mesmo período do ano anterior, devido a um incremento nas importações argentinas de autopeças (Quadro 24).

Quadro 24. Comércio automotivo da Argentina com Brasil
2008-1º semestre de 2011

Em milhões de US\$

Argentina	Exportações para o Brasil			Importações do Brasil			Saldo Comercial com o Brasil		
	V	Por	Total	V	Por	Total	V	Por	Total
2008	3.384	1.573	4.957	3.634	3.645	7.279	-250	-2.072	-2.322
2009	3.757	1.318	5.074	2.255	2.798	5.053	1.501	-1.480	21
2010	5.358	1.687	7.045	3.793	4.612	8.405	1.565	-2.924	-1.360
Jan - Jun									
2010	2.211	833	3.044	1.658	1.980	3.639	553	-1.147	-594
2011	2.871	837	3.708	2.225	2.629	4.853	646	-1.791	-1.145

Nota: V: veículos automotores (segundo ADEFA, inclui automóveis, utilitários, furgões, veículos para transporte de carga e de passageiros); A: autopeças.

Fonte: Elaboração própria baseada no INDEC.

O maior déficit do setor automotivo em seu conjunto, e com o Brasil em particular, foi motivo da aplicação de diferentes medidas de regulação comercial pela Argentina. As LNAs não tiveram incidência visível sobre as importações de veículos prontos (afetaram menos de 1% das compras externas argentinas deste setor –equivalente a US\$ 41 milhões–), mas seu impacto foi considerável para as compras de autopeças. Neste último segmento, as LNAs afetaram importações argentinas por um valor de US\$ 3,7 bilhões no acumulado até junho de 2011 (62% de suas importações totais de autopeças). As LNAs também envolveram importações de autopeças originárias do Brasil por US\$ 1,9 bilhão para o mesmo período (76% das compras deste setor ao maior sócio do MERCOSUL) (Quadro 25).

As importações argentinas originárias do Brasil também foram atingidas pelo regime de "valor critério". Durante o primeiro semestre de 2011, as importações sob este esquema ascenderam a US\$ 132 milhões (5% do total de autopeças importadas do Brasil), US\$ 36 milhões mais do que no mesmo período do ano anterior (Quadro 25).

Quadro 25. Importações argentinas de autopeças*
1º semestre de 2011

Em milhões de US\$ e %

Argentina	Importações		Imp. Sujeitas a LNAs				Imp. Sujeitas a Valor Crítério	
	Mundo	Brasil	Mundo	%	Brasil	%	Brasil	%
2010	4.499	1.980	2.801	62,3	1.445	73,0	95	4,8
2011	6.048	2.629	3.744	61,9	1.986	75,6	132	5,0

Nota: * Foram tomadas as posições do NCM afetadas a partir de 2001.

Fonte: Elaboração própria baseada na AFIP, INDEC e Ministério da Indústria.

No que tange ao setor automotivo brasileiro, o saldo comercial é muito sensível ao intercâmbio de autopeças, segmento que apresenta um forte e sustentado déficit com o restante do mundo. O superávit bilateral com a Argentina permite amortecer parcialmente esta situação, o que ajuda a explicar por que o Brasil respondeu ao estabelecimento de LNAs argentinas com algumas demoras na entrada de veículos dessa origem. Embora o comércio bilateral pareça atualmente normalizado, é possível pensar em novas disputas comerciais em um setor tão sensível ao emprego e à geração de valor agregado industrial a ambos os lados da fronteira.

Têxteis

Na Argentina, a atividade do setor têxtil se desdobra na fabricação de fiações e fibras e na elaboração de roupas. No primeiro caso, a indústria argentina se caracteriza por ser capital intensiva e demandante de mão de obra qualificada, enquanto a produção de vestuário é uma atividade intensiva em trabalho, na qual a capacitação deste fator depende do tipo de produto elaborado (é relativamente baixa em artigos massivos e mais elevada em roupas de design). Apesar destas diferenças, ambas as atividades sofrem a concorrência estrangeira, que, em virtude de tecnologia superior, baixos custos salariais ou existência de economias de escala, consegue deslocar a produção doméstica no abastecimento da demanda interna.

Devido a estas características, e apesar de as restrições comerciais tenderem ao favorecimento, há vários anos, da produção doméstica, o setor em seu conjunto apresenta um déficit comercial crônico, só contido temporariamente em 2009, pelos efeitos da crise internacional. Durante 2010, com a recuperação econômica em andamento, o déficit comercial do setor têxtil totalizou US\$ 772 milhões, montante maior ao registrado no ano anterior, mas inferior ao máximo de 2008 (Quadro 26).

Cabe destacar que o principal destino das exportações têxteis argentinas é o Brasil, com uma participação de 28% do total em 2010, enquanto os destinos restantes são individualmente menos relevantes (nenhum supera os 9% dos envios externos do setor). Em relação às importações setoriais, a China e o Brasil são os fornecedores principais da Argentina, com uma participação que em 2010 ascendia a 35% e 27%, respectivamente. Apesar das diferenças intrassetoriais, as exportações argentinas tendem a ser de maior valor agregado do que as importações, fato refletido em um preço implícito para as vendas externas superior ao das compras.

Quadro 26. Comércio exterior têxtil da Argentina, 2007-1º semestre de 2011

Em milhões de US\$

	Exportações			Importações			Saldo Comercial			Preço implícito*	
	Mundo	Brasil	China	Mundo	Brasil	China	Mundo	Brasil	China	Expo	Impo
2007	498	111	24	1.093	441	211	-595	-330	-187	6,27	5,23
2008	548	153	26	1.368	446	400	-820	-294	-374	6,63	6,10
2009	406	120	20	1.022	280	337	-616	-159	-317	5,88	5,87
2010	513	143	18	1.285	351	449	-772	-208	-431	6,74	5,85
Jan - Jun											
2010	251	73	12	570	161	199	-319	-88	-186	6,46	5,80
2011	291	69	8	790	197	292	-499	-127	-283	8,22	6,84

Nota: * Apurado como o cociente entre o valor (em milhões de US\$) e o peso (em milhões de kg).

Fonte: Elaboração própria baseada no INDEC.

Sendo um setor, no nível agregado, que utiliza mão de obra de forma intensiva, seu déficit comercial persistente é um risco potencial para o nível de emprego. Por isso, esta indústria foi alvo de diversos planos de proteção e estímulo oficial já há vários anos. Em relação à proteção comercial, a importação argentina de têxteis está sujeita a todos os tipos de medidas de defesa comercial analisados no presente informe.

Entre janeiro e junho de 2011, US\$ 442 milhões de importações têxteis argentinas foram atingidas por alguma medida de restrição comercial (US\$ 111 milhões mais do que no mesmo período do ano anterior), equivalendo a 56% das compras externas totais do setor. Os têxteis oriundos da China foram os mais afetados pelas medidas de defesa comercial, comprometendo US\$ 178 milhões de importações, equivalentes a 60% das compras de têxteis a esse país e a 40% do total dos têxteis afetados por regulações argentinas. Por outro lado, o valor dos produtos têxteis brasileiros alcançados pela proteção comercial ascendeu a US\$ 85 milhões, montante equivalente a 43% das compras setoriais originárias desse país e a 19% do total de importações totais afetadas (Quadro 27).

**Quadro 27. Importações argentinas de têxteis segundo restrições comerciais* e origem
1º semestre de 2010 e 1º semestre de 2011**

Em milhões de US\$ e %

	Do Mundo			Do Brasil				Da China			
	Total (a)	Sujeitas a restrições (b)	b/a (%)	Total (c)	Sujeitas a restrições (d)	d/c (%)	% do total do Mundo sujeitas a restrições (d/b)	Total (e)	Sujeitas a restrições (f)	f/e (%)	% do total do Mundo sujeitas a restrições (f/b)
2010	570	331	58,1	161	73	45,3	22,0	199	132	66,5	39,9
2011	790	442	56,0	197	85	43,3	19,3	292	178	61,0	40,2

Nota: * Foram tomadas as posições do NCM afetadas por LNA, medidas de defesa comercial e pelo regime de "valor critério" até 2011. Para o ano de 2010, considerou-se o mesmo universo de posições tarifárias afetadas em 2011.

Fonte: Elaboração própria baseada na AFIP, INDEC e Ministério da Indústria.

O tratamento mais favorável outorgado aos produtos têxteis brasileiros –em termos do alcance das LNAs– produziu-se em um contexto no qual o tema do desvio de comércio –associado à aplicação de medidas de defesa comercial deste tipo pela Argentina– esteve, desde um primeiro momento, na agenda de debates entre autoridades e empresários de ambos os países.

Por último, em 2010, após um processo de pesquisa, a Argentina determinou que as fibras de poliéster exportadas do Brasil não atendiam ao regime de origem, procedendo a sua desqualificação como originárias do MERCOSUL. Embora o Brasil sustentasse que os produtos em questão atendiam às normas e solicitasse a reconsideração da medida, ainda não se chegou a um acordo entre ambos os países.

Calçado

As características do setor na Argentina são similares às do setor têxtil, enquanto ele é uma atividade intensiva em mão de obra, que deve enfrentar no mercado interno produtos estrangeiros altamente competitivos. O calçado de fabricação local é principalmente destinado ao mercado interno, tendo, por isso, exportações baixas, de apenas US\$ 30 milhões em 2010. Os principais clientes são os sócios do MERCOSUL, destino que representa em torno da metade das vendas externas argentinas do setor. Durante o primeiro semestre de 2011, as exportações setoriais ascenderam a US\$ 12 milhões, não apresentando mudanças em relação ao mesmo período do ano anterior.

As importações de calçado, por sua vez, somaram US\$ 368 milhões em 2010, montante 15% superior ao registro do ano anterior (US\$ 319 milhões), embora inferior ao máximo de 2008 (US\$ 383 milhões). Em sua maior parte, as compras de calçados vieram do Brasil e da China, com uma participação de 54% e 22%, respectivamente. Na primeira metade de 2011, as compras externas argentinas somaram US\$ 239 milhões, US\$ 85 milhões mais do que no mesmo período do ano anterior (Quadro 28).

Quadro 28. Comércio exterior de calçado da Argentina, 2004-1º semestre de 2011

Em milhões de US\$

	Exportações			Importações			Saldo Comercial		
	Mundo	Brasil	Outros	Mundo	Brasil	Outros	Mundo	Brasil	Outros
2004	20	0,5	19	146	109	37	-126	-109	-18
2005	29	0,8	28	183	122	61	-154	-121	-33
2006	32	1,1	31	243	141	102	-210	-140	-70
2007	33	1,7	32	301	189	112	-267	-187	-80
2008	34	3,1	31	383	214	170	-349	-211	-139
2009	27	1,4	26	319	177	142	-292	-175	-117
2010	30	2,3	28	368	199	168	-338	-197	-141
Jan - Jun									
2010	14	1,2	13	154	79	75	-140	-78	-62
2011	14	0,5	14	239	107	132	-225	-107	-118

Fonte: Elaboração própria baseada no INDEC.

Como é possível observar, as importações superam folgadoamente as exportações, motivo pelo qual o saldo comercial setorial apresenta um déficit que, em 2010, ascendeu a US\$ 338

milhões, US\$ 46 milhões mais do que no ano anterior. No primeiro semestre de 2011, o déficit comercial totalizou US\$ 225 milhões, devido ao incremento das importações em relação ao mesmo período de 2010.

Nos primeiros meses de 2011, as diferentes medidas de proteção comercial vigentes afetaram 91% das importações argentinas de calçado, proporção que não varia em relação à observada um ano atrás (embora o valor absoluto aumente, devido ao maior tamanho do mercado). A proteção comercial não parece ser orientada contra nenhum país em particular, porquanto as importações de todas as origens são afetadas em proporções similares (Quadro 29).

**Quadro 29. Importações argentinas de calçado segundo restrições comerciais* e origem
1º semestre de 2010 e 1º semestre de 2011**

Em milhões de US\$ e %

	Do Mundo			Do Brasil				Do Restante do Mundo			
	Total (a)	Sujeitas a restrições (b)	b/a (%)	Total (c)	Sujeitas a restrições (d)	d/c (%)	% do total do Mundo sujeitas a restrições (d/b)	Total (e)	Sujeitas a restrições (f)	f/e (%)	% do total do Mundo sujeitas a restrições (f/b)
2010	154	141	91,1	79	71	90,3	50,8	75	69	91,9	49,2
2011	239	218	91,3	107	98	91,0	44,7	132	121	91,5	55,3

Nota: * Foram tomadas as posições do NCM afetadas por LNAs, medidas de defesa comercial e pelo regime de "valor critério" até 2011. Para o ano de 2010, considerou-se o mesmo universo de posições tarifárias afetadas em 2011.

Fonte: Elaboração própria baseada na AFIP, INDEC e Ministério da Indústria.

Linha branca

Os dados do comércio exterior para o acumulado entre janeiro e junho de 2011 mostram que as exportações argentinas de produtos de linha branca totalizaram US\$ 14,5 milhões, quase US\$ 1,5 milhão mais do que no ano anterior. Em sua maior parte, as vendas externas deste setor foram dirigidas ao Paraguai (com uma participação de 50% nas exportações argentinas), Uruguai (36%) e Chile (11%).

Por seu lado, as importações argentinas de produtos de linha branca caíram 4% no primeiro semestre de 2011, totalizando US\$ 60,7 milhões. Os produtos oriundos do Brasil somaram US\$ 40 milhões e representaram duas terceiras partes do total de compras externas argentinas neste setor, com uma queda de 3% i.a. De modo contrário, as importações originárias da China (US\$ 11,3 milhões) aumentaram 43% i.a., escalando o país asiático como o segundo fornecedor de artigos de linha branca, com uma participação de 19% nas importações argentinas.

Apesar da redução nas importações deste grupo de produtos, o saldo comercial se mantém deficitário em US\$ 46 milhões, cerca de US\$ 4 milhões menos do que no mesmo período de 2010. O intercâmbio bilateral com o Brasil mostra um déficit comercial similar ao montante importado, em virtude de que as exportações argentinas para o maior membro do MERCOSUL são praticamente nulas.

Ao contrário do intercâmbio de produtos de linha branca entre a Argentina e outros países, o déficit bilateral com a China aumentou no acumulado do ano, por causa do aumento nas importações.

Em relação ao comércio de linha branca com outros países, o déficit de US\$ 1,3 milhão durante a primeira metade de 2010 se transformou em um superávit de US\$ 5 milhões no primeiro semestre de 2011. Como em outros casos, esta variação foi por causa da forte queda interanual das importações argentinas, mais do que por um crescimento das exportações.

Nos primeiros seis meses de 2011, as restrições comerciais alcançaram importações de produtos de linha branca por um valor de US\$ 43 milhões, US\$ 10 milhões menos do que no mesmo período do ano anterior, explicado pela queda das compras externas destes produtos. Por outro lado, 90% das importações oriundas do Brasil são alcançadas por algum tipo de restrição comercial, sendo que esse país é o principal fornecedor de artigos de linha branca da Argentina (Quadro 30).

É importante salientar que o setor de linha branca é incluído no regime de LNAs da Argentina desde 2004 e, embora as negociações entre os setores privados de ambos os países permitissem, durante anos, administrar o comércio bilateral, atualmente os acordos de "restrição voluntária" não são de todo bem-sucedidos e os industriais brasileiros reclamam maior agilidade na liberação das LNAs.

Quadro 30. Importações argentinas de linha branca segundo restrições comerciais* e origem
1º semestre de 2010 e 1º semestre de 2011

Em milhões de US\$ e %

	Do Mundo			Do Brasil				Da China			
	Total (a)	Sujeitas a restrições (b)	b/a (%)	Total (c)	Sujeitas a restrições (d)	d/c (%)	% do total do Mundo sujeitas a restrições (d/b)	Total (e)	Sujeitas a restrições (f)	f/e (%)	% do total do Mundo sujeitas a restrições (f/b)
2010	63	53	83,8	41	40	96,2	74,5	8	2	29,2	4,3
2011	61	43	71,0	40	36	90,1	83,5	11	2	14,4	3,8

Nota: * Foram tomadas as posições do NCM afetadas por LNAs, medidas de defesa comercial e pelo regime de "valor critério" até 2011. Para o ano de 2010, considerou-se o mesmo universo de posições tarifárias afetadas em 2011.

Fonte: Elaboração própria baseada na AFIP, INDEC e Ministério da Indústria.

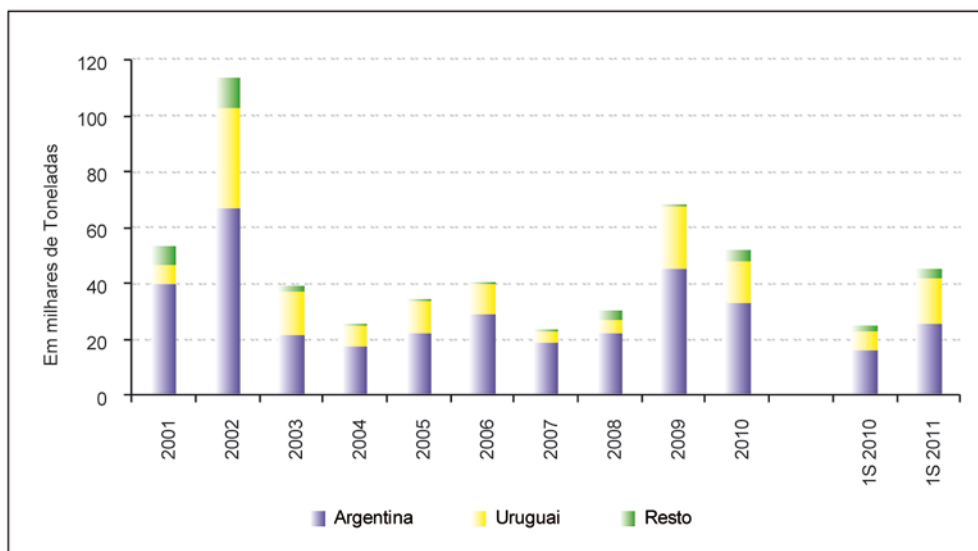
Laticínios

A indústria de laticínios da Argentina e do Uruguai se caracterizou, especialmente desde 2011, por sua elevada competitividade, permitindo a esses países a exportação de leite em pó (principal produto de exportação setorial) para o Brasil. Por sua vez, neste país, os preços baixos das importações diminuíram a cotação interna da matéria prima (leite fluida), gerando conflitos com os produtores locais. Por isso, a atividade no Brasil tem sido protegida desde 2001, promovendo solicitações de abertura por Argentina e Uruguai.

Desde esse momento, a indústria de laticínios brasileira se beneficiou da imposição de um preço mínimo (US\$ 1.900 por tonelada) para as importações de leite em pó originária da Argentina. O efeito do preço mínimo diluiu-se com a alta nos preços internacionais registrada desde 2003, com o que a Argentina voltou a aumentar sua participação de mercado sem suscitar maiores conflitos entre os produtores brasileiros. A crise global de 2008 reduziu a cotação internacional, mas o preço do leite em pó conseguiu se manter por cima do mínimo imposto pelo Brasil, não afetando as importações da Argentina.

**Gráfico 24. Importações brasileiras de leite em pó por origem
2001-1º semestre de 2011**

Milhares de toneladas



Fonte: Elaboração própria baseada no Aliceweb.

Contudo, durante 2009, frente à redução da produção brasileira e uma expansão do consumo doméstico, as importações originárias da Argentina e do Uruguai aumentaram substancialmente, desencadeando protestos dos produtores locais. Neste cenário, as autoridades brasileiras resolveram aplicar LNA sobre as importações da Argentina e os empresários de ambos os países assinaram um "acordo de restrição voluntária" em junho desse ano. Apesar disso, o Brasil não conseguiu acordar um esquema similar com o Uruguai, e adotou uma quota de 10.000 toneladas para as compras desse país, que vigorou entre setembro e dezembro de 2009.

Em abril de 2010, empresários lácteos do Brasil e da Argentina assinaram um acordo novo, vigente a partir de maio, que autorizava a importação de 3.300 toneladas mensais. O acordo vigorou até abril de 2011 e, até a data de elaboração deste informe, não tinha sido renovado, motivando novas negociações. Do lado argentino, procura-se aumentar a quota para 4.000 toneladas mensais, o que permitiria que o país recuperasse sua participação histórica de 70% nas importações brasileiras, enquanto os empresários brasileiros propõem elevar a quota para 3.600 toneladas mensais. Ante a falta de acordo entre as partes, o Brasil decidiu, de forma unilateral, continuar com a quota de 3.300 toneladas mensais, embora não autorizasse novas licenças de importação, sendo que as vendas realizadas foram por meio de licenças anteriormente outorgadas.

Por outro lado, o Uruguai obteve do Brasil a mudança do regime de importação, com a adoção de licenças automáticas e sem contingentes. Em compensação, foi liberada a entrada de frangos de origem brasileira ao mercado uruguaio. Esta liberação de importações de leite em pó permitiu que o Uruguai incrementasse sua participação nas compras externas brasileiras, que passou de 26% no primeiro semestre de 2010 a 36% no acumulado deste ano, em detrimento da participação argentina, que caiu de 65% para 57% no mesmo período.

Para se aproximar da magnitude do efeito dos entraves comerciais, em 2010, o Brasil produziu 500.000 toneladas de leite em pó, uma alta de 5,7% em relação ao ano anterior, enquanto o consumo interno atingiu 531.000 toneladas, crescimento de 3,1%. O déficit foi coberto por importações, em sua maioria procedentes da Argentina e do Uruguai. No entanto, as medidas de restrição comercial brasileiras para o leite em pó significaram uma perda na participação de mercado para seus sócios, que entre 2009 e 2010 caiu de 8,7% para 6,2% para a Argentina, e de 4,4% para 2,8% no caso do Uruguai.

Pneus

A atividade setorial mundial se caracteriza pela operação de poucas empresas internacionais, com presença importante na Argentina e no Brasil. O intercâmbio bilateral tem alto grau de comércio intraindustrial, com a Argentina se especializando na fabricação de modelos destinados a veículos leves (automóveis e caminhonetes) e o Brasil voltado para produção para veículos pesados (caminhões e ônibus).

Na Argentina, o saldo comercial setorial registrou déficits crescentes, só atenuados em 2009 pelos efeitos da crise internacional e o desaceleramento do crescimento econômico. As importações foram adicionalmente influenciadas pela inclusão dos produtos setoriais no regime de LNAs em janeiro desse ano. O ano de 2009 encerrou com um déficit setorial de US\$ 93 milhões. Com a recuperação global e o aquecimento da atividade interna e, especialmente, em virtude do crescimento do setor automotivo tanto na Argentina quanto no Brasil, em 2010, o déficit comercial escalou a quase US\$ 300 milhões, devido a um incremento de 77% nas importações que superou a expansão de 12% nas exportações (Quadro 31).

O intercâmbio bilateral entre a Argentina e o Brasil apresenta características semelhantes às do setor de autopeças em seu conjunto, com um déficit persistente durante os últimos anos. O Brasil é destino de mais de 70% das exportações de pneus argentinos, enquanto mais da metade das importações argentinas são de origem brasileira.

No primeiro semestre de 2011, as exportações argentinas de pneus ascenderam a US\$ 116 milhões, e as importações totalizaram US\$ 341 milhões. Em virtude de um crescimento interanual das importações superior ao das exportações (46% contra 13%), o déficit comercial aumentou de US\$ 130 milhões para US\$ 224 milhões no mesmo período de 2011. Por seu lado, o déficit bilateral com o Brasil também se expandiu, somando US\$ 97 milhões, quase o dobro do que no acumulado de janeiro-junho de 2010. As restrições comerciais que atingem o setor de pneus envolveram US\$ 287 milhões, 84% do total de compras argentinas ao exterior (Quadro 31).

Quadro 31. Comércio exterior de pneus da Argentina, 2006-1º semestre de 2011*Em milhões de US\$*

	Exportações			Importações			Saldo Comercial		
	Mundo	Brasil	Outros	Mundo	Brasil	Outros	Mundo	Brasil	Outros
2006	214	106	108	313	177	136	-98	-71	-27
2007	220	116	103	430	243	187	-210	-126	-84
2008	219	136	83	550	290	260	-331	-154	-177
2009	207	138	69	300	167	133	-93	-29	-65
2010	232	170	62	531	278	252	-299	-109	-190
Jan - Jun									
2010	103	74	29	233	127	105	-130	-53	-77
2011	116	86	30	341	183	158	-224	-97	-128

Fonte: Elaboração própria baseada no INDEC.

Outros setores

Detergentes em pó. Com base na proteção ao meio ambiente, o Paraguai resolveu proibir a utilização de certos químicos na produção de detergentes em pó. Apesar disso, a Argentina, país afetado pela proibição, objetou a medida com base nos seguintes fundamentos: (1) a poluição ambiental dos detergentes em pó é inferior à de outros produtos elaborados com os mesmos químicos que não são sujeitos a restrições; (2) a proibição se limita unicamente aos detergentes em pó e não a outros produtos que têm os químicos poluentes; e (3) o uso do químico em questão não está regulado por nenhum dos acordos multilaterais de meio ambiente vigentes.

Baseada no anterior, a Argentina solicitou o imediato despacho das operações afetadas e a suspensão da vigência da medida até uma solução consensual entre os governos ser avaliada. Por seu lado, o Brasil apoiou as orientações da apresentação argentina e realizou a mesma solicitação. Em maio de 2011, o Paraguai deu curso ao pedido dos sócios do MERCOSUL, concluindo satisfatoriamente com as consultas destes países.

Produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumaria. Em outubro de 2009, o Paraguai determinou que para a importação de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumaria deveriam ser solicitadas licenças prévias de importação. No entanto, a Argentina manifestou que, desde a entrada em vigência do novo regime, suas exportações destes produtos se paralisaram completamente devido a excessivos entraves burocráticos. Por isso, solicitou a suspensão da vigência do decreto, até o procedimento a ser seguido para a obtenção das licenças de importação ser claramente definido, e a revisão dos requisitos relacionados com as fiscalizações sanitárias. Até setembro de 2011, a solicitação continua vigente, pois o Paraguai ainda não deu uma resposta satisfatória à reclamação argentina.

Produtos farmacêuticos. A partir da implementação de nova normativa argentina em matéria sanitária, as empresas farmacêuticas paraguaias tiveram que pagar tarifas superiores às abonadas por empresas de outros países, motivo pelo qual as autoridades do Paraguai interpuseram uma reclamação. Esse país objeta o caráter discriminatório da normativa argentina, porquanto, pelo Tratado de Assunção, é estipulada a igualdade de tratamento entre produtos nacionais e os provenientes do restante do MERCOSUL. Por isso, em agosto de

2007, solicitou-se a correção da normativa, solicitação que foi encaminhada para as autoridades competentes do Ministério da Saúde argentino para seu estudo. Até hoje, a solicitação das autoridades paraguaias ainda se mantém vigente.

Embalagens e equipamentos. A Argentina estabeleceu uma reclamação contra o governo do Uruguai por não cumprimento da regulamentação do MERCOSUL, que ocasiona prejuízos econômicos a exportadores argentinos de garrafas térmicas de aço. A normativa, aprovada pelo Grupo do Mercado Comum para embalagens e equipamentos, é mandatória para os países-membro. Apesar disso, o Uruguai não tinha incorporado essa normativa a seu regime jurídico, possibilitando a importação de garrafas térmicas de aço que não atendiam às especificações legais a preços baixos. Por isso, em 2010, a Argentina solicitou ao Uruguai que adaptasse sua legislação à normativa regional e que implementasse os controles pertinentes, de forma a permitir unicamente a entrada daqueles produtos que atendam à normativa. Em agosto de 2011, a reclamação foi encerrada, pois o Uruguai cumpriu com a correspondente adaptação de sua legislação à normativa do MERCOSUL.

Energia. O setor de energia é alvo de um conflito bilateral entre a Argentina e o Paraguai, e entre o Brasil e o Paraguai. Este último país quer vender energia elétrica proveniente de sua usina de Acaray, utilizando para seu transporte a rede elétrica argentina. Porém, do lado argentino, alegam-se razões técnicas para demorar a aprovação de uma operação desta magnitude. Por seu lado, o Paraguai desestimou estas justificativas e temores, exprimindo sua recusa à posição do país vizinho no Parlamento do MERCOSUL. Além disso, as autoridades paraguaias sustentam que o montante exigido pela Argentina para permitir o uso do cabeamento elétrico é muito elevado, em comparação com contratos similares. Caso este conflito seja resolvido e a venda de energia seja concretizada, estima-se que o Paraguai perceberia receitas por US\$ 80 milhões anuais.

Em relação ao conflito com o Brasil, em julho de 2009, ambos os países tinham chegado a um acordo para triplicar o que o Brasil paga pela energia de Itaipu, de US\$ 120 a US\$ 360 milhões anuais. No Paraguai, esperava-se o cumprimento quase imediato desse compromisso, mas o acordo assinado só foi aprovado pelo Congresso em junho de 2011.

D. Comentários finais

Ao longo do último ano, a agenda de conflitos comerciais acompanhou uma fase de auge do ciclo econômico. A recuperação econômica, depois da crise de 2008-2009, foi o quadro de um aumento das tensões comerciais entre os sócios, em particular, os de maior porte. Nesse sentido, a ampliação das LNA's aplicadas pela Argentina coincidiu com um ritmo acelerado de crescimento de sua atividade econômica, ao mesmo tempo em que a resposta brasileira, por meio de maiores entraves à entrada de veículos automotores de seu sócio principal do bloco, foi simultânea à aplicação de medidas fiscais e monetárias para evitar o reaquecimento econômico. Os conflitos tiveram como quadro específico o fato de que, em ambos os países, a recuperação se deu paralelamente a um aquecimento relativo das compras externas e, portanto, de deterioração do balanço comercial, em um contexto de grande incerteza financeira global. Também pesaram considerações de política orientadas para a defesa de espaços ganhos pela indústria local nos países.

A fonte principal de entendimento comercial entre os membros do MERCOSUL foi a preocupação frente ao avanço da China, dada a crescente penetração do gigante asiático como

fornecedor dos países do bloco, concorrendo com a produção doméstica e/ou regional. Nesse sentido, vale a pena destacar, além das LNA's da Argentina, as medidas comerciais aplicadas pelo Brasil, Uruguai e Paraguai sobre as importações de produtos finais e de alguns insumos industriais provenientes da China, mencionadas neste Capítulo.

Fica claro que a incerteza financeira global e o desaquecimento do comércio mundial deixam um terreno fértil para o ressurgimento do protecionismo em escala global, com impactos não neutros para a sub-região e aplicando medidas não estritamente comerciais. As respostas diversas que cada um dos países sócios ensaiar podem incrementar as pressões sobre o espaço comercial regional. Neste quadro, é crítico atingir um diálogo e entendimento maior em matéria de ações frente à crise global, procurando, no possível, certo grau de coordenação.

CAPÍTULO V. AGENDA EXTERNA

A. *Panorama geral*

O contexto econômico internacional prevalecente durante o segundo semestre de 2010 e especialmente na primeira metade do ano de 2011, e seu reflexo sobre a região, não foram propícios para desenhar, operacionalizar e/ou aprofundar exercícios substanciais de abertura comercial recíproca, particularmente naquelas iniciativas relacionadas com as economias desenvolvidas.

A crise internacional que persiste e desacelera o dinamismo dos países avançados durante 2011, com revisões da baixa de crescimento mundial e deterioração nos mercados de trabalho, gerou menores possibilidades de consenso para atingir maiores compromissos nas negociações comerciais internacionais. Ainda mais, embora a crise não tenha incrementado significativamente as barreiras tarifárias ao comércio, gerou o estabelecimento de medidas para-tarifárias na região e no mundo, como foi apresentado no Capítulo IV.

Apesar deste pano de fundo, nos doze meses abrangidos por este Informe, o MERCOSUL continuou as negociações com a UE; iniciou conversações com o Canadá; avançou em diferentes formatos de entendimento com países como Turquia, Jordânia, Síria, Marrocos e Palestina; participou ativamente da UNASUL e da conformação da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC); e manteve encontros regulares com os países da ALADI, com os quais já tem diferentes tipos de acordos.

Cabe lembrar que o interesse por retomar negociações com economias desenvolvidas, especialmente, tinha sido uma reclamação permanente dos sócios de menor tamanho relativo do MERCOSUL, os quais sempre estiveram motivados a negociar o acesso aos principais mercados do mundo.

Na discussão sobre o Programa de Consolidação da UA (aprovado em fins de 2010), as negociações externas não estiveram ausentes. Ao contrário, os países enfatizaram a necessidade de discutir estrategicamente um esquema de prioridades que permitisse focar em maior medida a agenda, em função de negociações que possam trazer maior benefício relativo à região.

Afinal, ao longo do período abrangido por este Informe, diferentes negociações foram registradas e diferentes acordos com terceiros países e/ou regiões foram assinados, os quais serão sintetizados e analisados neste Capítulo. Apresenta-se também um levantamento dos compromissos derivados do Programa de Consolidação da UA em relação a esta Agenda.

Ainda com avanços formais, os resultados concretos das negociações externas do período não foram significativos, ou seus alcances são muito limitados. A difícil situação econômica internacional, como também diferentes causas internas ao bloco, contribuem para explicar parte deste fenômeno.

Boxe D. Acordos comerciais do MERCOSUL. Mercados e poder de compra

Os diferentes acordos assinados pelo MERCOSUL com países da América Latina, além dos quatro que o relacionam com Israel, Egito, Índia e a União Aduaneira da África do Sul (Southern Africa Customs Union - SACU), facilitam o acesso dos Estados-Parte a um mercado amplo, mas de poder de compra relativamente baixo.* Em conjunto, estes acordos conectam o MERCOSUL com mais de 1,6 bilhão de pessoas –24,1% da população mundial– com receita *per capita* média anual de aproximadamente US\$ 2.370. Embora alguns destes acordos tenham por enquanto alcances limitados, em conjunto supõem o acesso a 6,6% do PIB mundial (Quadro C).

Quadro C. PIB total, população e PIB *per capita* de países que têm ou negociam acordos com o MERCOSUL

Variáveis de escala		Países e regiões			Acordos em negociação
		Acordos assinados			
		Vigentes	Assinados mas ainda não vigentes	Total	
Variável	PIB total (em milhões de US\$)	3.352.900	498.275	3.851.175	18.443.203
	População (milhões)	1489,9	133,7	1623,5	628,3
	PIB per cápita (pond. por pop. em US\$ corr.)	2.251	3.731	2.372	29.358
% do mundo	PIB Total	5,8%	0,9%	6,7%	31,8%
	População	22,1%	2,0%	24,1%	9,3%

Fonte: IFS e WEO.

Cabe destacar a relevância dos acordos em negociação, particularmente o da UE, que permitiria o acesso a economias com poder de compra muito superior ao dos atuais sócios comerciais. A negociação com a UE é, neste quadro, o principal desafio atual da agenda externa, levando em conta o tipo de consumidor com o qual os produtores do MERCOSUL se relacionariam. Caso este acordo se concretize, haveria acesso a um mercado de quase 500 milhões de pessoas com um nível de renda *per capita*, em média, superior a US\$ 30.000 anuais. A negociação com o Canadá também geraria uma melhoria nesta linha, porquanto esta economia tem uma população de 33 milhões de habitantes com um PIB *per capita* próximo dos US\$ 40.000 anuais. Com a concretização destes dois acordos, ainda que improvável no curto prazo, o MERCOSUL conseguiria acesso preferencial a um mercado mais rico e sofisticado, comparado com os mercados aos quais tem acesso atualmente.

A incorporação destes novos processos –acrescidos dos mercados aos quais o MERCOSUL já tem algum tipo de acesso preferencial–, significaria para o bloco uma relação com 38,5% do mercado e 33,4% da população mundial.

No entanto, cabe apontar que este mercado potencial com maior poder de compra enfrenta perspectivas de dinamismo baixo nos próximos anos, diferentemente do desempenho esperado nas economias emergentes. Portanto, a aposta em aprofundar os acordos com o restante da América Latina e em ampliar o número de acordos –e o alcance dos já firmados– com países da Ásia parece ser uma alternativa propícia para o futuro próximo.

* O MERCOSUL tem acordos vigentes com: Chile, Peru, México, Colômbia, Equador, Venezuela, Bolívia, Índia e Israel; acordos assinados mas não vigentes são: SACU e Egito; e acordos em negociação com: Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), UE, Canadá, Jordânia, República Árabe Síria e Turquia.

B. A Agenda Externa e o Programa de Consolidação da União Aduaneira

A temática da agenda externa do MERCOSUL foi incluída no Programa de Consolidação da UA (Dec. CMC 56/10) em resposta a uma proposta apresentada pelo Paraguai.

Esta proposta aspirava a que os sócios pudessem definir uma metodologia de avaliação prévia à celebração de acordos comerciais com terceiros países ou grupos de países, sustentada na análise e estudo de factibilidade que permitisse determinar *ex ante* os benefícios econômicos e comerciais em potencial que se esperariam obter com a assinatura de cada acordo a ser incorporado na Agenda de Relacionamento Externo.

Para tal, o Paraguai aspirava a que se decidisse a elaboração de uma proposta metodológica que contemplasse aspectos como alcance do acordo, formato de negociação, capítulos da negociação, tarifa base, assim como outras questões relevantes que fazem parte das negociações comerciais com terceiros (colhendo os mecanismos de tratamento especial mais favorável para o Paraguai, nos termos da Decisão CMC Nº 28/03).

O Programa de Consolidação finalmente refletiu um consenso mais ambicioso em relação ao alcance, pois não se limitou aos acordos comerciais. Com efeito, a Decisão incluiu dentro da ação externa do bloco a possibilidade de definir alternativas de negociação que abranjam mecanismos de vinculação política, acordos comerciais ou tratados de cooperação. Para definir o tipo de relacionamento, serão considerados os interesses dos Estados-Parte, o grau de institucionalização do bloco, os recursos disponíveis, os impactos esperados, entre outros.

Nesse contexto, o GMC deverá apresentar ao CMC, em sua última reunião de 2011, propostas de esquemas para a negociação de instrumentos políticos, comerciais ou de cooperação.

Os Estados-Parte também acordaram definir as prioridades da agenda externa de forma anual. Para isso, o GMC deverá apresentar ao CMC em sua última reunião de cada ano –começando em 2011–, uma proposta de agenda de relacionamento externo na qual seja estabelecido o tipo de mecanismo a ser negociados e os países ou grupos de países contrapartes com os quais será implementado, considerando sempre o tratamento especial e diferenciado para o Paraguai. Os temas derivados do Programa de Consolidação da UA começaram a ser tratados pelo Grupo de Relacionamento Externo desde inícios de 2011.

C. Negociações extrarregionais

MERCOSUL - UE

Em meio ao agravamento da crise econômica na zona do Euro e a um ambiente pouco propício a movimentos de liberalização, o anúncio do relançamento das negociações para um Acordo de Associação entre o MERCOSUL e a UE não deixou de ser surpreendente (BID-INTAL, 2011a, p. 138). Mesmo assim, ainda com as dificuldades próprias do contexto internacional com epicentro no Velho Continente, a negociação inter-regional ocupou importantes esforços de ambas as partes ao longo do período abrangido pelo presente Informe.

Com efeito, depois de ter ficado paralisada desde finais de 2004, a negociação foi relançada a 17 de maio de 2010, sob a PPT da Argentina e teve, desde esse momento, uma dinâmica importante. Após o anúncio, foi celebrada a XVII Reunião do Comitê de Negociações

Birregionais em junho de 2010, e, a partir dela, foram realizadas mais cinco reuniões. Encontra-se prevista também uma nova rodada de negociação em novembro de 2011.

Os resultados das cúpulas birregionais mantidas no segundo semestre de 2010 e primeira metade de 2011 não atingiram maiores avanços nas ofertas de acesso aos mercados, mas sim em relação aos textos regulatórios.

Como resulta compreensível, conseguir melhorias nas ofertas de acesso em relação às de 2004 (conhecidas de forma prévia à interrupção das negociações) não é uma tarefa simples no cenário atual, tanto para a UE quanto para o MERCOSUL.

De um lado, a oferta MERCOSUL de 2004 tinha se realizado pensando em uma UE integrada por 15 países (nesse ano, outros 10 países se incorporariam e, com a entrada de Bulgária e Romênia em 2007, chegaria aos atuais 27 membros). De outro lado, a UE tinha, nesse ano, uma evolução econômica positiva. Do lado do MERCOSUL, em 2004, a região aparecia atravessando um processo de recuperação econômica com uma taxa de câmbio competitiva e variáveis macroeconômicas ordenadas; atualmente, a fase de crescimento do MERCOSUL é acompanhada com certa apreciação real da taxa de câmbio em um contexto muito menos folgado da conta corrente dos balanços de pagamentos.

Assim, a possibilidade de oferecer maior nível de abertura do mercado regional de bens industriais parece muito mais difícil para o MERCOSUL que em meados da década passada. Estes fatores até colocam em dúvida a alternativa de sequer equiparar as condições oferecidas pelo MERCOSUL naquele momento, quando a oferta dos Estados-Parte atingia 90% de cobertura requerida pela UE.

Do lado europeu, a situação crítica pela qual vários de seus sócios atravessavam não parece facilitar uma oferta "generosa" para o MERCOSUL, considerando também que a incorporação de novos sócios –relativamente mais agrotensivos– obstaculiza o melhoramento das condições de acesso à área agrícola, já dificultado durante décadas pelos países centrais da UE, bem como o entendimento pela redução e/ou eliminação de subsídios.

De fato, a UE não parece estar disposta a realizar concessões em nenhuma destas duas frentes. A Comissão de Desenvolvimento Rural, em vista das diversas negociações que a UE está realizando –particularmente aquelas com Canadá, Ucrânia e o MERCOSUL–, solicitou aos negociadores avaliações de impacto detalhadas por produto, salientando que a produção agrícola da UE garante segurança alimentar, qualidade dos alimentos, prosperidade das zonas rurais e proteção da paisagem rural. A Comissão, em documento aprovado com maioria quase absoluta (35 a 1), salientou a necessidade de manter as condições para que a agricultura continue sendo viável na UE.

Um estudo de impacto deste Acordo Birregional, elaborado pela Comissão Europeia em inícios de 2011, considera que, dadas as últimas ofertas de liberalização disponíveis, as exportações da UE para o MERCOSUL aumentariam entre 67,6% e 105,4% segundo diferentes cenários possíveis. Neste quadro, os produtos industriais seriam os maiores beneficiários, seguidos pelas atividades vinculadas aos serviços. Contudo, no setor agrícola, as estimativas preveem que as rendas europeias se reduziriam cerca de 2%, afetando uns 33.000 postos de trabalho.

Apesar destes elementos adversos, na Reunião Inter-regional de maio de 2011, acordou-se a realização de um balanço para determinar prioridades negociadoras com o objetivo de

concluir o marco normativo do acordo, e poder continuar com o trabalho interno para apresentação das ofertas de acesso melhoradas. Da mesma forma, na XXII Reunião do Comitê Bilateral MERCOSUL-UE, realizada em julho de 2011, foi reafirmado o compromisso de avançar para atingir um acordo compreensivo e ambicioso, para o qual os 11 grupos do Pilar Comercial se reuniram.⁸⁷ Houve avanços nos textos regulatórios, especialmente nas áreas de Serviços/Investimento e de Solução de Controvérsias (*European Trade Commission*, 2011).

No grupo de Acesso a Mercados, as discussões focaram os subsídios às exportações, para os quais o MERCOSUL considerava que deveria haver um tratamento horizontal para todos eles, enquanto a UE propiciava uma abordagem caso a caso. No que tange ao apoio doméstico, a UE manifestava que não poderia considerar nenhuma negociação que modificasse suas obrigações ante a OMC. Por seu lado, o MERCOSUL entendia que a liberalização deveria cobrir todos os componentes tarifários, enquanto a UE considerava que a cobertura fazia ainda parte da negociação.

No grupo de trabalho de Regras de Origem, cada região ofereceu informações sobre seus procedimentos, enquanto a UE se comprometeu a elaborar um texto comum sobre esse assunto. Os grupos de trabalho de Barreiras Técnicas ao comércio e de MSF intercambiaram informações sobre procedimentos e legislação nas respectivas regiões.

Nos temas vinculados à Propriedade Intelectual, as partes não conseguiram chegar a uma posição comum. A UE pretendia normas que fossem além do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual com o Comércio (ADPIC) da OMC, o que foi objetado pelo MERCOSUL. Mesmo assim, acordaram continuar trabalhando em aspectos pontuais vinculados à negociação, deixando de lado, por enquanto, a ambição de chegar a um acordo geral neste tema.

Em síntese, as negociações MERCOSUL-UE mostraram numerosos esforços ao longo do último ano, embora até agora só houve avanços nos textos regulatórios e normativos, e não foi possível concretizar nenhum tipo de intercâmbio de ofertas. Tanto por causa dos sérios problemas das economias europeias quanto pela própria dinâmica dos países do MERCOSUL, há dificuldades para a conclusão de um acordo substantivo no curto prazo.

A todas estas considerações de tipo econômico, acrescentam-se os obstáculos decorrentes dos tempos nas agendas políticas dos países que participam da negociação, com destaque para as eleições na Argentina em fins de 2011 e na França em inícios do próximo ano.

Dimensão econômica da integração birregional. A integração birregional surge com muita relevância levando em conta sua dimensão relativa, já que englobaria quase 750 milhões de pessoas –11% da população mundial– e uma demanda equivalente a 31% do PIB global. Para o MERCOSUL significaria também um acesso preferencial a um mercado com alto poder de compra médio (Quadro 32).

⁸⁷ Os grupos de trabalho do Pilar Comercial são: Acesso a Mercados de Bens; Regras de Origem; Barreiras Técnicas ao Comércio; Medidas Sanitárias e Fitossanitárias; Propriedade Intelectual/indicações geográficas/vinhos; Solução de Controvérsias; Defesa Comercial; Política de Concorrência; Aduanas (facilitação do comércio e assuntos relacionados); Serviços/Investimentos; e Compras Governamentais.

Quadro 32. PIB total e per capita médio e população do MERCOSUL e UE, ano 2009

		MERCOSUL	UE	Agregado
Por	PIB total (milhões de US\$ correntes)	1.956.552	15.990.759	17.947.311
B	População (milhares)	241.237	496.586	737.823
A/B	PIB per capita (US\$ correntes)	8.110	32.201	24.325
% do mundo	PIB total	3,4	27,6	31,0
	População	3,6	7,4	10,9

Fonte: IFS e WEO (2011).

Além disso, as relações bilaterais assumem uma importância central, tanto no âmbito do comércio quanto dos investimentos. O fluxo comercial total envolvido supera atualmente os US\$ 100 bilhões anuais. Em 2010, o MERCOSUL destinou cerca de 20% de suas exportações totais à UE –percentual que ascende a 24% excluindo o comércio intrazona–. O Brasil e a Argentina são os países que concentram maior proporção de suas vendas nesse destino (Quadro 33). Estas exportações são, principalmente, produtos agrícolas, como soja, café, milho, carne e também petróleo e ferro. A cesta exportadora é marcadamente centrada nestes produtos, com um índice de concentração (Índice Herfindhal - IHH) que alcança um valor de 25.⁸⁸

Quadro 33. Exportações do MERCOSUL à União Europeia e ao Mundo, ano 2010

Em milhões de US\$ e %

	EU-27	Crescimento médio 2005-2010 (%)	Mundo	Crescimento médio 2005-2010 (%)	Participação EU-27 (%)
<i>Total</i>	55.795	9,9	281.317	11,4	19,8
Argentina	11.184	9,9	68.134	11,0	16,4
Brasil	43.135	9,8	201.915	11,2	21,4
Paraguai	484	35,8	4.534	22,3	10,7
Uruguai	992	7,9	6.734	14,5	14,7

Fonte: INDEC, MDIC, BCP e BCU.

Por sua vez, a participação da UE como origem das importações dos países do MERCOSUL é similar a sua importância como destino. Com efeito, cerca de 20% das compras ao mundo dos Estados-Parte provêm do "Velho Mundo" (24% excluindo as importações intrazona). Novamente, o Brasil e a Argentina são os países em que a UE tem maior peso (Quadro 34). Os produtos importados da UE são principalmente máquinas, produtos farmacêuticos e produtos químicos, entre outros. O grau de concentração das compras da UE é bastante baixo, ascendendo o IHH a um valor de apenas 7,4. Por outras palavras, diferentemente do padrão exportador do MERCOSUL para a UE –concentrado em poucos produtos e todos eles ligados a *commodities* agrícolas e industriais–, a especialização das vendas europeias para a região é bem diversificada e em produtos industriais diferenciados.

⁸⁸ O Índice de Herfindhal (IHH) é uma medida de concentração econômica em um mercado. A mais alto índice, mais concentrado ou menos competitivo é o mercado. Nos Estados Unidos, um Índice Herfindhal superior a 25 é considerado um mercado muito concentrado.

Quadro 34. Importações do MERCOSUL da União Europeia e do Mundo, ano 2010*Em milhões de US\$*

	EU-27	Crescimento médio 2005-2010 (%)	Mundo	Crescimento médio 2005-2010 (%)	Participação (%)
<i>Total</i>	50.362	16,2	254.243	18,5	19,8
Argentina	9.761	14,9	56.502	14,5	17,3
Brasil	39.126	16,5	181.608	19,8	21,5
Paraguai	499	19,7	9.400	25,1	5,3
Uruguai	976	18,5	6.734	14,5	14,5

Fonte: INDEC, MDIC, BCP e BCU.

Para a UE, a situação é muito diferente. A grande concentração de seus fluxos de intercâmbio entre os próprios países que integram o bloco provoca que o comércio com o restante do mundo em geral –e com o MERCOSUL em particular– tenha magnitudes pouco relevantes. De fato, o peso do MERCOSUL nas exportações e importações da UE apenas ascende a 0,8% e 1,2%, respectivamente (Quadro 35). Comparativamente, o MERCOSUL é para as exportações europeias um mercado de dimensões similares ao da Índia, porém, superior ao de países como o Canadá e a República da Coreia.

Quadro 35. Comércio da União Europeia, total intra-União Europeia e com o MERCOSUL, média 2008-2009*Em milhões de US\$ e %*

	Exportações		Importações	
	Milhões de US\$	%	Milhões de US\$	%
<i>Total</i>	5.113.564	100,0	5.285.878	100,0
Intra-União Europeia (UE27)	3.405.642	66,6	3.196.857	60,5
MERCOSUL	43.053	0,8	62.525	1,2

Fonte: WITS.

Contudo, esta situação muda se só os produtos agrícolas são levados em conta,⁸⁹ setor no qual o MERCOSUL é fornecedor de quase 7% das importações da UE. Excluindo o comércio intrazona, o peso do MERCOSUL como fornecedor destes produtos se torna ainda mais relevante, atingindo quase 25% das importações totais; e para produtos particulares, como sementes oleaginosas e os pellets de soja, tem um peso de aproximadamente 50%.

À relevância destes fluxos de comércio para o MERCOSUL, acrescenta-se que os países da UE estão entre os principais investidores na sub-região. As estatísticas de Investimento Estrangeiro Direto (IED) mostram que, tanto para a Argentina quanto para o Brasil, a UE tem um peso superior a 50%, e no Uruguai alcança 20% (Quadro 37).

⁸⁹ Produtos agrícolas: inclui capítulos 1 a 23 do Sistema Harmonizado.

Quadro 36. Importações de produtos agrícolas da União Europeia, total, intra-União Europeia e com o MERCOSUL, média 2008-2009

Em milhões de US\$ e %

	Produtos agrícolas		Participação produtos agrícolas / total importações (%)
	Milhões de US\$	%	
Total	457.770	100,0	8,7
Intra-Euro Zona	331.160	72,3	10,4
MERCOSUL	31.512	6,9	50,4

Fonte: WITS.

Quadro 37. Estoque e fluxo de Investimento Estrangeiro Direto da União Europeia no MERCOSUL, 2006-2010

Em milhões de US\$ e %

Brasil						Argentina						Uruguai			
Milhões de US\$			% IED total			Milhões de US\$			% IED total			Milhões de US\$		% IED total	
Estoque IED 2005	Fluxo 2006-2010	Fluxo 2010	Estoque IED 2005	Fluxo 2006-2010	Fluxo 2010	Estoque IED 2009	Fluxo 2006-2009	Fluxo 2009	Estoque IED 2009	Fluxo 2006-2009	Fluxo 2009	Fluxo 2001-2009	Fluxo 2009	Fluxo 2001-2009	Fluxo 2009
91.328	108.184	29.934	56,1	58,2	56,9	44.426	14.237	1.980	56,8	49,8	63,5	1.917	325	22,3	20,4

Fonte: FMI, Coordinated Direct Investment Survey.

No caso do Paraguai,⁹⁰ conforme dados do Banco Central desse país, o fluxo de IED proveniente dos países da União Europeia ascendeu em 2008 a US\$ 48,7 milhões. Este montante é equivalente a 29% da receita total por IED desse ano. Por sua vez, o estoque de IED europeu no Paraguai representa 26% do estoque total de investimentos estrangeiros.

Para a UE, o MERCOSUL é um destino muito relevante do IED extrazona, superando 4% da posição do investimento direto europeu no mundo. Como receptor de capitais produtivos europeus, o MERCOSUL supera países como Canadá, Japão, Rússia, China e República da Coreia.

MERCOSUL-Canadá

A 24 de junho de 2011, em Assunção do Paraguai, o MERCOSUL e o Canadá acordaram a realização de reuniões exploratórias visando a avaliar a possibilidade de avançar na integração de uma zona de livre comércio. Cabe destacar que este foi o primeiro encontro do MERCOSUL com o país do norte, após o fracasso da iniciativa da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (SICE-OEA, 2011).

Com efeito, em inícios de 2005, ambas as partes tinham inaugurado um diálogo para fomentar as relações comerciais MERCOSUL-Canadá, com o fim de avançar na negociação de um acesso ao mercado de bens, serviços e investimentos no contexto da criação da ALCA. Este diálogo se materializou em três reuniões durante esse mesmo ano, a última das quais foi

⁹⁰ O caso do Paraguai é apresentado em separado por serem consideradas fontes e períodos diferentes.

realizada dois meses antes da Cúpula da ALCA em Mar del Plata, Argentina. Para além dos avanços atingidos nessa fase na relação MERCOSUL-Canadá, e dos compromissos de continuarem negociando em 2006, as dificuldades do projeto da ALCA levaram a uma paralisação da relação bilateral.

A retomada do diálogo com o Canadá, em meados de 2011, significou também para o MERCOSUL a abertura de um novo canal de trabalho com um país desenvolvido, após o iniciado com a União Europeia em meados de 2010.

No comunicado posterior à reunião de junho, as partes coincidiram na existência de um forte potencial de expansão tanto dos fluxos comerciais quanto de investimento, e o diálogo pode contribuir para identificar as oportunidades da relação econômico-comercial. Nesse sentido, comprometeram-se a intercambiar ideias sobre uma possível agenda negociadora nos próximos tempos.

Cabe destacar que a importância do Canadá para o MERCOSUL não só a potencial abertura de um mercado preferencial de quase 33 milhões de pessoas, mas também a possibilidade de abastecer uma população com alto poder de compra médio, próximo dos US\$ 40.000 anuais (Quadro 38). Para o Canadá, o MERCOSUL pode ser a porta de entrada a um mercado amplo (apresenta uma relação de 7 a 1 em população) e com forte dinamismo.

Quadro 38. PIB total e per capita médio e população do MERCOSUL e Canadá, ano 2009

		MERCOSUL	Canadá	Agregado
Por	PIB total (milhões de US\$ correntes)	1.956.552	1.336.066	3.292.618
B	População (milhares)	241.237	33.669	274.906
A/B	PIB per capita (US\$ correntes)	8.110	39.682	11.977
% do mundo	PIB total	3,4	2,3	5,7
	População	3,6	0,5	4,1

Fonte: IFS e WEO, abril de 2011.

No que tange aos fluxos de comércio bilaterais, o intercâmbio MERCOSUL-Canadá ocupa uma porção muito menor em relação ao comércio total com o mundo. Para o MERCOSUL, Canadá representa 1,3% de suas exportações e importações. Na cesta comercial do Canadá, o peso relativo do MERCOSUL é inferior: 0,6% nas exportações e 0,8% nas importações (Quadro 39).

Quadro 39. Comércio do Canadá, total e com o MERCOSUL, média 2008-2009

Em milhões de US\$ e %

	Exportações		Importações	
	Milhões de US\$	%	Milhões de US\$	%
<i>Total</i>	384.211	100,0	361.558	100,0
MERCOSUL	2.242	0,6	3.061	0,8

Fonte: WITS.

Como mostra o Quadro 40, as exportações para o país do Norte têm crescido em média durante o último quinquênio algo menos do que as vendas totais do MERCOSUL ao mundo

(10% contra 11% a.a.). Simultaneamente, as compras cresceram a uma taxa algo superior à registrada nas importações totais (23% contra 18% a.a.). (Quadro 41). Apesar deste desempenho, o MERCOSUL observa, no último ano, um superávit com o Canadá de aproximadamente US\$ 500 milhões.

Os principais produtos exportados para o Canadá são pedras preciosas e metais, químicos inorgânicos, combustíveis minerais e petróleo, açúcar e máquinas.

Quadro 40. Exportações do MERCOSUL a Canadá e o Mundo, 2010

Em milhões de US\$ e %

	Canadá	Crescimento médio 2005-2010 (%)	Mundo	Crescimento médio 2005-2010 (%)	Participação (%)
<i>Total</i>	3.765	10,0	281.317	11,4	1,3
Argentina	1.402	36,6	68.134	11,0	2,1
Brasil	2.321	3,6	201.915	11,2	1,1
Paraguai	5	3,2	4.534	22,3	0,1
Uruguai	36	-16,1	6.734	14,5	0,5

Fonte: WITS, INDEC, MDIC, BCP e BCU.

Quadro 41. Importações ao MERCOSUL do Canadá e do Mundo, 2010

Em milhões de US\$ e %

	Canadá	Crescimento médio 2005-2010 (%)	Mundo	Crescimento médio 2005-2010 (%)	Participação (%)
<i>Total</i>	3.220	23,1	254.243	18,5	1,3
Argentina	409	36,6	56.502	14,5	0,7
Brasil	2.714	21,6	181.608	19,8	1,5
Paraguai	16	1,7	9.400	25,1	0,2
Uruguai	82	30,5	6.734	14,5	1,2

Fonte: WITS, INDEC, MDIC, BCP e BCU.

Quanto às importações, fora o Paraguai, os outros países sócios estão incrementando fortemente as compras do Canadá (mais do que dobrando a taxa de crescimento das compras totais ao mundo nos últimos cinco anos na Argentina e Uruguai). Os principais produtos importados são fertilizantes, combustíveis minerais e petróleo, máquinas, produtos farmacêuticos, papel e papelão.

Finalmente, os fluxos de IED refletem a existência de empreendimentos produtivos de capitais canadenses no MERCOSUL, assim como de investimentos dos países do bloco no Canadá. Com efeito, em fins de 2010 o estoque de IED do Canadá no MERCOSUL alcançava US\$ 12,10 bilhões (o MERCOSUL é o oitavo destino de investimento do Canadá), enquanto o IED do MERCOSUL no Canadá totalizava US\$ 13,50 bilhões.

Negociações Sul-Sul. MERCOSUL-Egito O Acordo MERCOSUL-Egito, firmado em San Juan, Argentina, em agosto de 2010, representa o segundo acordo de livre comércio

extrarregional assinado pelo MERCOSUL. Embora este se limite à abertura recíproca no mercado de bens, inclui uma cláusula evolutiva sobre a possibilidade de futuros entendimentos em matéria de serviços e investimentos (BID-INTAL, 2011a, p. 134). O acordo tem uma cobertura superior a 90% do universo tarifário, prevendo alcançar a desgravação total da maior parte dos produtos em um prazo não superior a 10 anos.

A entrada em vigência dos compromissos assumidos requer a ratificação de todos os países do MERCOSUL. Nesse sentido, Brasil, Uruguai e Paraguai ratificaram ao longo do período abrangido por este Informe; ainda se espera, portanto, a ratificação da Argentina. O calendário eleitoral dificulta que o tema seja discutido antes de o ano de 2011 finalizar.

Cabe destacar que o fluxo de intercâmbio bilateral é muito marginal, apesar do qual parece haver forte potencial de expansão. As exportações do MERCOSUL ao Egito totalizaram US\$ 2,953 bilhões em 2010, ocupando a posição número 28 dos destinos de exportações do bloco (Quadro 42). Os produtos exportados são principalmente agrícolas (carne, açúcar, cereais e oleaginosas), além de ferro. Mais da metade das importações são fertilizantes. Também é importado gás de petróleo, álcool de aviação, parafinas e algodão.

Quadro 42. Intercâmbio comercial MERCOSUL-Egito, 2008-2010

Em milhões de US\$ e %

Milhões de US\$	Exportações			Importações		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Argentina	1.125,2	592,8	973,6	113,3	48,6	28,5
Brasil	1.408,6	1.444,0	1.967,5	217,9	87,8	168,8
Paraguai	14,2	11,3	0,1	0,2	0,4	0,1
Uruguai	31,3	44,0	11,8	10,5	15,6	9,5
MERCOSUL	2.579,4	2.092,1	2.953,0	341,9	152,4	206,8
Participação (%)	0,92	0,97	1,05	0,14	0,09	0,08

Fonte: COMTRADE.

MERCOSUL-Israel. O acordo MERCOSUL-Israel, firmado a 18 de dezembro de 2007, abrange 90% do comércio entre Israel e o bloco, com um calendário de desgravação de 4, 8 e 10 anos a partir de sua entrada em vigência em cada um dos sócios. São incluídas mercadorias produzidas em zonas francas, e deixa em aberto as negociações futuras para o acesso bilateral em serviços e investimentos.

Sendo que o acordo contempla a entrada em vigência bilateral, já vigora no Uruguai, a partir de 23 de dezembro de 2009, no Paraguai, desde 24 de março de 2010 e no Brasil desde o dia 15 de abril de 2010. Finalmente, a Argentina ratificou o acordo a 16 de março de 2011, por meio da Lei Nº 26.670 (o depósito ante o Paraguai foi realizado a 10 de agosto, entrando em vigência 30 dias após esta notificação ao Depositário).

O MERCOSUL apresenta um saldo comercial deficitário com Israel, resultado fundamentalmente do elevado nível de importações do Brasil. Dentro dos principais produtos exportados pelo MERCOSUL estão a carne –que representa quase 50% das exportações–, açúcar, oleaginosas, cereais, legumes, café. Assim, os produtos agrícolas representam 84% das exportações. As importações são principalmente compostas por produtos químicos,

adubos, fertilizantes, inseticidas, produtos farmacêuticos, máquinas elétricas e mecânicas e produtos de óptica.

Quadro 43. Intercâmbio comercial MERCOSUL-Israel, 2008-2010

Em milhões de US\$ e %

Milhões de US\$	Exportações			Importações		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Argentina	237,3	264,8	223,4	145,9	84,4	126,2
Brasil	398,6	270,5	339,5	1.221,3	651,6	1.012,6
Paraguai	35,0	21,3	62,8	18,9	10,8	4,0
Uruguai	85,9	62,5	81,7	16,7	9,1	11,1
MERCOSUL	756,7	619,1	707,5	1.402,8	755,9	1.153,9
Participação (%)	0,27	0,29	0,25	0,58	0,43	0,46

Fonte: COMTRADE.

MERCOSUL-Jordânia. Entre setembro e outubro de 2010, foram realizadas a terceira e quarta rodadas de negociação, cujo objetivo era avançar na possível integração de uma área de livre comércio (ALC), entre o MERCOSUL e Jordânia, conforme previsto no Acordo-Quadro assinado em 2008.

Nessas rodadas foram intercambiadas e analisadas as respectivas ofertas de desgravação tarifária, os mecanismos alternativos para avançar nesse processo e na avaliação de propostas para outras disciplinas comerciais.

No entanto, e para além dos avanços realizados, não foi possível atingir os consensos necessários para assinar um novo Acordo para a criação da área de livre comércio durante a XL Cúpula do MERCOSUL, realizada em dezembro de 2010, como tinha sido pensado inicialmente. A problemática vinculada ao tratamento de setores sensíveis parece ter sido o empecilho mais importante. Dentro desse conjunto de atividades estava o setor agroindustrial (que preocupava a Jordânia), e o de têxteis (de sensibilidade para o MERCOSUL), entre outros.

Quadro 44. Intercâmbio comercial MERCOSUL-Jordânia, 2008-2010

Em milhões de US\$ e %

Milhões de US\$	Exportações			Importações		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Argentina	23,9	45,0	65,4	0,2	0,2	0,4
Brasil	294,0	177,3	220,3	24,0	12,2	1,5
Paraguai	0,0	1,1	0,2	0,0	0,0	0,0
Uruguai	19,1	17,2	15,4	0,1	0,1	0,1
MERCOSUL	337,0	240,6	301,3	24,3	12,5	2,0
Participação (%)	0,12	0,11	0,11	0,01	0,01	0,00

Fonte: COMTRADE.

O comércio do MERCOSUL com a Jordânia é marginal, porém, marcadamente superavitário. Em 2010, o montante total exportado foi de US\$ 301,3 milhões, enquanto as importações só alcançaram os US\$ 2 milhões nesse ano (Quadro 44).

Aproximadamente 80% dos produtos exportados para Jordânia são agropecuários, sendo os pellets de soja, carne, cereais, café e açúcar os mais relevantes. Em relação às importações da Jordânia, as mais relevantes são inseticidas, medicamentos e, até 2009, alumínio, que Jordânia exportava para o Brasil.

MERCOSUL-Turquia A 16 de dezembro de 2010, foi assinado um Memorando para o diálogo político e a cooperação entre as partes, no contexto do Acordo Quadro de Comércio e Cooperação Econômica assinado em meados de 2008. Este instrumento compromete os países do MERCOSUL e a Turquia a avançarem no conhecimento mútuo, compartilharem experiências de integração, cooperarem e colaborarem no âmbito internacional, e procederem à organização de eventos conjuntos.

O ator fundamental do comércio bilateral é o Brasil, que explica uma parte importante dos fluxos de intercâmbio. Com efeito, aproximadamente 70% das exportações e 80% das importações do MERCOSUL são do Brasil. Em conjunto, o superávit é superior aos US\$ 500 milhões (Quadro 45).

Quadro 45. Intercâmbio comercial MERCOSUL-Turquia, 2008-2010

Em milhões de US\$ e %

Milhões de US\$	Exportações			Importações		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Argentina	531,1	180,3	199,8	149,0	89,4	164,6
Brasil	816,1	609,8	1.034,0	337,4	399,5	656,5
Paraguai	29,2	20,1	67,7	2,6	4,8	18,1
Uruguai	22,1	40,4	134,1	13,8	11,4	40,4
MERCOSUL	1.398,4	850,6	1.435,6	502,8	505,2	879,6
Participação (%)	0,50	0,39	0,51	0,21	0,29	0,35

Fonte: COMTRADE.

O principal produto exportado para Turquia é o minério de ferro, seguido em relevância pelo complexo oleaginoso e algumas máquinas, como escavadeiras, bombas de água e turbinas. As importações do MERCOSUL se concentram em fundições de ferro, veículos e peças, máquinas, fiações de fibras sintéticas e adubos.

MERCOSUL-República Árabe Síria. Em Foz do Iguaçu, Brasil, foi assinado, em fins de 2010, um Acordo Quadro para a criação de uma ALC entre o MERCOSUL e a República Árabe Síria. O acordo ainda não foi ratificado por Uruguai e Paraguai.

Em 2010, as exportações do MERCOSUL a Síria totalizaram cerca de US\$ 800 milhões, enquanto as importações só alcançaram os US\$ 48,7 milhões para todo o bloco (Quadro 46). Assim, o saldo bilateral é marcadamente superavitário. Os principais produtos exportados são café, açúcar, cereais, carne, animais vivos e pasta de celulose (Brasil e Uruguai). As importações correspondem quase em sua totalidade a petróleo.

Quadro 46. Intercâmbio comercial MERCOSUL-República Árabe Síria, 2008-2010*Em milhões de US\$ e %*

Milhões de US\$	Exportações			Importações		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Argentina	193,84	365,36	232,39	0,62	0,45	0,89
Brasil	281,27	303,10	547,40	32,46	4,15	47,41
Paraguai	-	0,69	1,75	-	0,12	0,00
Uruguai	2,83	4,81	13,25	0,06	0,15	0,42
MERCOSUL	477,95	673,96	794,79	33,14	4,87	48,72
Participação (%)	0,17	0,31	0,28	0,01	0,00	0,02

Fonte: COMTRADE.

MERCOSUL-Marrocos. A 29 de abril de 2010, entrou em vigência o Acordo Quadro de Comércio entre o MERCOSUL e o Reino de Marrocos, assinado em fins de 2004. Isto foi possível depois de que a Argentina o ratificasse em outubro de 2009 e Marrocos, em março de 2010. O acordo visa a, além de promover a expansão do comércio, estabelecer as condições e mecanismos para negociar uma ALC. Inicialmente, estipula chegar a um consenso para um Acordo de Preferências Fixas, para depois avançar em sua ampliação e aprofundamento.

As exportações do MERCOSUL a Marrocos totalizaram em 2010 os US\$ 951 milhões, enquanto as importações superaram os US\$ 776 milhões (Quadro 47). Os produtos exportados incluem açúcar, gás, cereais, óleos vegetais, peixes. 64% das importações de Marrocos correspondem a fertilizantes; são também importados óleos de petróleo, sais (fosfatos), sardinhas e circuitos eletrônicos integrados.

Quadro 47. Intercâmbio comercial MERCOSUL-Marrocos, 2008-2010*Em milhões de US\$ e %*

Milhões de US\$	Exportações			Importações		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Argentina	504,73	121,76	234,10	75,14	51,79	92,53
Brasil	511,11	538,02	703,99	1.144,14	339,08	664,92
Paraguai	0,03	0,05	0,06	0,00	0,00	0,02
Uruguai	9,02	13,72	12,39	27,73	20,66	19,02
MERCOSUL	1024,89	673,55	950,53	1.247,01	411,53	776,48
Participação (%)	0,37	0,31	0,34	0,51	0,23	0,31

Fonte: COMTRADE.

MERCOSUL-Palestina. Em dezembro de 2010 foi assinado um Acordo Quadro de Comércio e Cooperação Econômica entre o MERCOSUL e a Organização para a Liberação de Palestina, com o objetivo de fornecer um âmbito e começar a gerar os mecanismos necessários para avançar na negociação de uma ALC; este Acordo ainda aguarda a aprovação de Uruguai e Paraguai.

Boxe E. A relação com a República Popular da China

Não há conversações formais MERCOSUL-China, apesar da importância crescente desse país no comércio exterior do bloco, o forte incremento da entrada de investidores chineses na região, a existência de interesses comuns entre os Estados-Parte, como o complexo oleaginoso, os biocombustíveis, a preocupação pela concorrência chinesa e o padrão de comércio desequilibrado, entre outros. Contudo, ao longo do período analisado, houve diferentes encontros bilaterais de nível máximo entre representantes de Argentina, Brasil e Uruguai** com representantes da China, traduzidos em acordos bilaterais de diferente tipo.

Brasil-China

Em abril de 2011, a Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, visitou a República Popular da China. Nesse quadro, foram assinados acordos bilaterais significando negócios por um total de US\$ 1,5 bilhão (Portal Brasil, 2011). Entre outros, avançou-se na abertura dos mercados de carnes (suína, aviar e bovina), frutas e fumo. Houve também acordos vinculados ao setor aeronáutico, incluindo uma colaboração entre a Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER) e a Indústria de Aviação da China (*China Aviation Industry Corporation - AVIC*), e vendas de aviões da EMBRAER à *China Southern Airlines* e à companhia aérea *Hebei*. Além disso, os acordos incluem investimentos diretos da China no Brasil em uma planta de processamento de soja, em uma indústria de equipamentos de informação e a construção de um centro de I+D em Campinas. Também foram anunciados investimentos do Brasil na China, do *Marfrig Group*, em um centro de distribuição para a promoção das exportações brasileiras.

Argentina-China

Em meados de 2010, a Presidenta argentina, Cristina Fernández de Kirchner, visitou Beijing e assinou 18 acordos em áreas como infraestrutura de transporte, pesca, energia e trens. Nesse último item, foram incluídas compras de material ferroviário por US\$ 2,5 bilhões nos próximos quatro anos, majoritariamente financiadas pelo Banco de Desenvolvimento da China. Além disso, o *Eximbank* da China financiará a compra de locomotivas e vagões de passageiros, enquanto o *CITIC Group* financiará 85% dos novos trens para os metrô de Buenos Aires.

Os governos também assinaram acordos de investimento e cooperação para a exploração de jazidas mineiras por quase US\$ 36 milhões. Os investimentos seriam concretizados nas províncias de San Juan, Río Negro, Jujuy e La Rioja, com participação de empresas chinesas como o MCC, *San He Hopefull Grain & Oil Group* e o *Jilin Dequan Cement Group*. Finalmente, a empresa *Energía Argentina Sociedad Anónima* (ENARSA) firmou memorandos de cooperação com a *China Petrochemical Corporation* (SINOPEC) e a *Sinohydro*. Por último, o Banco de Desenvolvimento da China e o Banco da Nação Argentina chegaram a um acordo por uma linha de crédito de US\$ 150 milhões.

Uruguai-China

Em junho de 2011, o vice-presidente da China, Xi Jinping, visitou o Uruguai, onde se reuniu com o presidente José Mujica e com o vice-presidente Danilo Astori. Nessa ocasião, foram assinados 17 acordos de cooperação entre ambos os países, em áreas como economia, comércio, biotecnologia, cultura, turismo, ciência e finanças.

Entre outros, foram assinados acordos entre empresas, como a bioquímica chinesa BBKA e a petroleira estatal ANCAP e entre a *Geely International Corporation* e a *Nordex SA* para a fabricação de automóveis no MERCOSUL. Em matéria de cooperação econômica e técnica, a China anunciou a doação de 30 milhões de yuans (equivalentes a US\$ 4,63 milhões) e um empréstimo sem juros de outros 10 milhões de yuans (aproximadamente US\$ 1,56 milhão). Também foi assinado um acordo de cooperação sobre o sistema financeiro entre o Banco Nacional da China e o Novo Banco Comercial uruguaio. Por sua vez, o Departamento de Engenharia Biomédica de Pequim e o Centro Uruguaio de Imagenologia Molecular (CUDIM) se comprometeram a trabalhar juntos para promover a pesquisa e o intercâmbio de estudantes. Também foi assinado um entendimento para facilitar a entrada de grupos de turistas chineses no Uruguai.

Foram também assinados contratos para a compra de produtos por US\$ 528 milhões da China, dos quais US\$ 250 milhões correspondem à compra de soja, mas também foram assinados contratos para a venda de lã por US\$ 56 milhões, farinha de osso por US\$ 21 milhões, produtos lácteos por US\$ 12 milhões e pasta de madeira da empresa UPM (ex Botnia) por US\$ 70 milhões.

** Cabe destacar que o Paraguai não mantém relações diplomáticas com a República Popular da China.

D. Negociações regionais

UNASUL

A ata constitutiva da UNASUL foi assinada em Brasília no dia 23 de maio de 2008 pelos Governos de Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. A entrada em vigência formal da entidade requeria a ratificação do Tratado por nove dos doze membros, fato que aconteceu em março de 2011, depois de o Uruguai ter cumprido com o requisito. O processo finalizou em agosto de 2011, com a ratificação do Uruguai.

Quadro 48. População, PIB total e por habitante dos membros da UNASUL, 2008

	População (milhões)	PIB (bilhões de US\$ correntes)	PIB por habitante (US\$ correntes)
Argentina	39,7	329	8.266
Bolívia	10,0	17	1.656
Brasil	189,6	1.636	8.626
Chile	16,7	171	10.197
Colômbia	44,5	240	5.404
Equador	13,9	55	3.928
Guiana	0,8	2	2.497
Paraguai	6,2	17	2.747
Peru	28,7	127	4.446
Suriname	0,5	3	5.927
Uruguai	3,3	31	9.351
Venezuela	28,0	319	11.388

Fonte: FMI.

Em maio de 2011, a ex-ministra das Relações Exteriores da Colômbia, María Emma Mejía, assumiu como Secretária Geral da UNASUL; esse cargo permanecia vago desde o falecimento do ex-Presidente argentino, Néstor Kirchner, em outubro de 2010. Cabe destacar que seu mandato terá uma duração de um ano, responsabilidade que depois passará a ocupar o atual Ministro da Energia da Venezuela, Alí Rodríguez, conforme consenso da reunião mantida em março de 2011.

Em fins de julho deste ano, foi realizada uma reunião extraordinária da UNASUL, na qual os Chefes de Estado estabeleceram como tarefa mais urgente a implementação e o aprofundamento de ações que contribuam para reduzir as assimetrias e brechas que geram desigualdade.

Com o objetivo de consolidar os avanços nesse tema, o bloco regional acordou efetuar, no segundo semestre de 2011, uma reunião de alto nível em Cuzco, Peru, com a participação de funcionários e especialistas de organismos regionais vinculados a políticas sociais e de desenvolvimento humano.

Durante 2011, a UNASUL também avançou na avaliação da situação econômica regional e internacional e na possível coordenação de ações conjuntas no contexto do Conselho

Sul-americano de Economia e Finanças, integrado pelos doze Ministros da Fazenda e Presidentes dos Bancos Centrais dos países-membro.

Com efeito, em agosto deste ano, foi realizada a primeira reunião do Conselho, com o acordo de avançar em propostas concretas para a implementação de um sistema de pagamentos em moedas locais, a aceleração dos procedimentos para a criação do Banco do Sul, a coordenação do uso de reservas e a agenda comercial.

Em relação ao primeiro tema, acordou-se estudar, sob a coordenação das delegações da Venezuela e do Uruguai, um sistema multilateral de pagamentos com tendência ao uso da moeda local para o intercâmbio comercial intrazona. O objetivo é diminuir o uso do dólar americano no comércio entre integrantes da UNASUL, tomando como referência o sistema de pagamentos em moeda local aplicado por Brasil e Argentina e o Sistema Unitário de Compensação Regional de Pagamentos dos países andinos. Também foi acordada a revisão do convênio de pagamentos e créditos recíprocos da ALADI.⁹¹

Do mesmo modo, e sob a coordenação das delegações da Venezuela e do Uruguai, acordou-se avançar no fortalecimento dos bancos de desenvolvimento próprios, acelerando a constituição do Banco do Sul e incrementando as ações do Banco de Desenvolvimento da América Latina, nova denominação da Corporação Andina de Fomento (cujo acrônimo continua sendo, porém, CAF).

Cabe destacar que o convênio constitutivo do Banco do Sul foi assinado em setembro de 2009 por Argentina, Brasil, Bolívia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela, com a ideia de consagrar esta entidade à promoção do desenvolvimento econômico. Chile e Peru participam como observadores. O Banco se capitalizaria com US\$ 7 bilhões, equivalente ao dobro do capital assinado pela CAF. Argentina, Brasil e Venezuela acordaram contribuir com US\$ 2 bilhões do capital inicial, respectivamente, enquanto Equador e Uruguai contribuirão com US\$ 400 milhões, e Bolívia e Paraguai com US\$ 100 milhões.⁹²

Contudo, para que a entrada em vigência seja efetivada, duas condições simultâneas devem ser cumpridas: em primeiro lugar, que o convênio seja ratificado pela maioria simples dos países fundadores, isto é, pelo menos por 4 países, e, em segundo lugar, que mais de duas terceiras partes do capital assinado dos países fundadores estejam representadas entre aqueles que ratificarem o convênio (US\$ 4,667 bilhões). Por enquanto só o Equador e a Venezuela avançaram nesse convênio. Espera-se que, antes de finalizar 2011, Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia tenham também procedido.

Um terceiro aspecto tratado no Conselho de Economia e Finanças foi a implementação de um mecanismo de coordenação de reservas ou a integração de um fundo, temas que ficaram sob o comando das delegações da Colômbia e do Equador. Com isso, pretende-se oferecer um quadro de maior proteção frente à incerteza do cenário global.

A esse respeito, uma possibilidade analisada é a utilização e fortalecimento do existente Fundo Latino-americano de Reservas (FLAR). O FLAR foi criado em 1978 como Fundo

⁹¹ O Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI foi assinado em 1998 por Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, teve modificações em 2006 e uma atualização em maio de 2011 (ALADI, 2011). É um convênio assinado por bancos centrais, por meio do qual são cursados e compensados, entre eles, durante períodos de quatro meses, os pagamentos decorrentes do comércio dos países-membro. No fim de cada quadrimestre, só é transferido ou recebido, conforme for deficitário ou superavitário, o saldo global do banco central de cada país com os outros.

⁹² Web site da Comissão Equatoriana *Nueva Arquitectura Financiera Internacional*.

Andino de Reservas, dentro do Sistema Andino de Integração, do qual também participa a CAF. Em 1991, seus membros originais (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) decidiram abri-lo à participação de outros países-membro da ALADI; em 2000 e 2007, aderiram Costa Rica e Uruguai, respectivamente.

O Fundo atua como uma cooperativa de crédito que outorga empréstimos de curto prazo aos países-membro, proporcionalmente a suas contribuições de capital. A entidade pode também captar recursos no mercado e emitir títulos. Em agosto de 2010, a agência *Standard & Poor's* ratificou sua qualificação de crédito "AA".

Durante o período 1978-2009, o FLAR concedeu créditos por US\$ 9,7 bilhões. Além de atuar durante a crise de dívida latino-americana, também deu assistência a nações da região em períodos de hiperinflação (1989, 1990, 1991), durante a crise asiática (1998), na greve petroleira equatoriana (2006) e na turbulência global iniciada em 2008. Além da agilidade para sua concessão e escassa condicionalidade, os empréstimos do FLAR atuam como uma ferramenta contracíclica. Deve se salientar que a entidade não registrou nenhuma cessão de pagamentos ao longo de sua história, ainda quando os empréstimos tenham exigências mínimas e tenham sido tomados por países de desenvolvimento em dificuldades.

Os Ministros da UNASUL resolveram considerar a possibilidade de ampliar o FLAR, tanto do ponto de vista dos países-membro quanto de seus recursos.

Por outro lado, na reunião do Conselho Sul-americano de Economia e Finanças, incluiu-se na agenda a coordenação de medidas macroprudenciais orientadas a diminuir a volatilidade dos fluxos de capital e consolidarem o sistema de taxa de câmbio flexível, para evitar apreciações excessivas das moedas locais que reduzam a competitividade das exportações.

Finalmente, os Ministros da UNASUL consideraram o capítulo comercial, coordenado pelas delegações do Brasil e do Chile. Nesse sentido, acordaram consolidar o mercado intrarregional –que representa apenas 20% das exportações comuns– como estratégia para compensar a crise internacional. Para tal, os processos de integração regional, como a Comunidade Andina e o MERCOSUL, serão apoiados e soluções para o financiamento destas iniciativas serão procuradas.

UNASUL e a Infraestrutura Regional. No âmbito da UNASUL foi criado, em agosto de 2009, o Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN),⁹³ instância de discussão política e estratégica para a integração da infraestrutura regional. Neste novo quadro institucional, foi incorporada a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), criada no ano 2000. A IIRSA é desde agora um mecanismo de coordenação de ações governamentais dos doze países sul-americanos e Fórum Técnico para os temas relacionados com o planejamento da integração física regional sul-americana. A inclusão da IIRSA neste âmbito institucional evidencia a importância e o apoio político que os governos decidiram outorgar às atividades e projetos de integração de infraestrutura.

Em fins de setembro de 2011, o portfólio consensual na IIRSA era formado por 531 projetos de infraestrutura divididos em nove Eixos de Integração e Desenvolvimento, representando um investimento estimado em US\$ 116,121 bilhões. A composição do portfólio por estado de execução dos projetos é a seguinte: 71,4% apresentam avanços concretos (US\$ 98,696 bilhões),

⁹³ Cujo estatuto e regulamento foi aprovado na reunião dos mandatários da UNASUL celebrada em Guiana em novembro de 2010.

dos quais 11,9% são obras concluídas (US\$ 10,408 bilhões), 29,9% correspondem a projetos em execução (US\$ 52,046 bilhões) e 29,6% estão em fase de pré-execução (US\$ 36,241 bilhões). O restante 28,6% do Portfólio de Projetos está em fase de perfil, isto é, requerem o início de estudos técnicos, econômico-financeiros, ambientais e institucionais de factibilidade a fim de poder iniciar a fase de pré-execução (Quadro 49).

Quadro 49. IIRSA: Composição do portfólio segundo Eixos de Integração e Desenvolvimento

Quantidade de projetos e investimento estimado

Eixos de Integração e Desenvolvimento	Nº Grupos	Nº Projetos*	Investimento estimado (em milhões de US\$)**
Andino	10	64	9.343,50
De Capricórnio	5	76	8.979,10
Da Hidrovia Paraguai-Paraná	5	93	6.514,80
Do Amazonas	7	64	6.099,90
Do Escudo Guianês	4	18	4.540,30
Do Sul	2	27	2.738,00
Interoceânico Central	5	61	4.112,70
MERCOSUL-Chile	6	105	44.389,80
Peru-Brasil-Bolívia	3	25	29.557,80
Total	47	531	116.120,60

Notas: * Os investimentos de dois projetos existentes realizados principalmente antes do início da Iniciativa IIRSA não são considerados. Estes projetos são o Corredor Rodoviário Santa Marta-Paraguachón-Maracaibo-Barquisimeto-Acarigua do Eixo Andino; e o Sistema de Itaipu do Eixo MERCOSUL-Chile. ** Os totais de número de Projetos e Investimento Estimado apontados não se correspondem com a soma aritmética dos totais por EID, em virtude da existência de três projetos rótula: (i) Passo de Fronteira Pircas Negras, pertencente aos Eixos de Capricórnio e MERCOSUL-Chile, (ii) Pavimentação Potosí-Tupiza-Villazón, pertencente aos Eixos de Capricórnio e Interoceânico Central; e (iii) Corredor rodoviário Bogotá-Buenaventura, pertencente ao grupo 2 e grupo 4 do Eixo Andino (os projetos rótula articulam dois ou mais Eixos de Integração e Desenvolvimento, sua funcionalidade abrange mais de um EID, ou articulam dois ou mais grupos de projetos de um mesmo EID).

Fonte: IIRSA.

Cabe destacar que a maior parte de projetos se relaciona com o setor transporte (461 projetos por US\$ 65,145 bilhões) e energia (61 projetos por US\$ 50,931 bilhões). Os investimentos em comunicações só cobrem 9 projetos por US\$ 45 milhões.

Durante 2011, foram realizados trabalhos técnicos correspondentes ao Plano Estratégico 2012-2022, elevado a consideração dos Ministros do COSIPLAN em sua reunião de novembro de 2011. Este plano priorizaria um conjunto de projetos (em torno de 30), de forma similar ao realizado oportunamente na Agenda de Implementação Consensual para o período 2005-2010.

CELAC. A iniciativa para a criação da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) foi lançada na Cúpula da Unidade –constituída pela XXI Cúpula do Grupo do Rio e a II Cúpula da América Latina e o Caribe sobre Integração e Desenvolvimento– a 23 de fevereiro de 2010. Esta Comunidade tem como objetivo construir um espaço para aprofundar a integração política, econômica, social e cultural da América Latina e do Caribe em um contexto de unidade, democracia, respeito irrestrito dos direitos humanos, solidariedade, cooperação, complementaridade e concertamento político. Um grupo de trabalho está elaborando os Estatutos do novo organismo, que deverão ser analisados e aprovados na reunião

prevista para fins de 2011. Para isso, em abril de 2011, os Chanceleres e representantes dos 32 países participaram em Caracas, Venezuela, de uma reunião preparatória.

Outro tema a ser definido nesse encontro é a Cláusula Democrática, em particular se o mecanismo de tomada de decisões para aplicar sanções deverá ser estabelecido por consenso ou por maioria.

O novo organismo assumirá o patrimônio do Grupo do Rio e seu nome definitivo será discutido na próxima cúpula de fim de ano e na reunião prevista no Chile em 2012.

A nova instância é integrada por Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Granada e Guatemala. Também por Guiana, Haiti, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas e as Granadinas, Santa Lúcia, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

A relação do MERCOSUL com os países da ALADI.

MERCOSUL-Peru. Nos dias 25 e 26 de novembro de 2010, a Comissão Administradora do Acordo de Cooperação Econômica (ACE) N° 58, assinado entre o MERCOSUL e o Peru teve uma reunião, visando a considerar um eventual aprofundamento de preferências. Intercambiaram listas de interesse, mas não se chegou a um consenso, e por isso acordaram continuar trabalhando.

Também foi mencionado o Sistema de Faixas de Preços e o MERCOSUL manifestou sua preocupação com a aplicação desse sistema a produtos agropecuários da região e com que não fosse incluído no tratado que o Peru assinou com os EUA. Cabe destacar que, nos últimos anos, o Peru assinou numerosos Acordos Comerciais, incluindo aqueles com os EUA, a UE e o Japão, que tendem a erodir, com o tempo, a preferência que o MERCOSUL tinha.

Finalmente, acordou-se a proposta de um processo de negociação em matéria de serviços, quando o Peru concluir sua negociação com a Colômbia.

MERCOSUL-Chile. Em 5 de outubro de 2010 foi realizada em Montevideu, Uruguai, a Reunião Ordinária da Comissão Administradora do Acordo entre ambas as partes, onde foram tratadas diferentes iniciativas. A delegação do MERCOSUL manifestou interesse em ampliar a abrangência temática incluindo capítulos sobre investimentos e compras governamentais. Também foi aprovada uma Resolução por meio da qual foi criado o Grupo *Ad Hoc* de Solução de Controvérsias no quadro da Comissão Administradora, visando à elaboração de uma proposta de Regulamento do Sistema.

Decidiu-se prorrogar o regime de admissão temporária e *drawback* até 31 de dezembro de 2016, modificando o artigo 31 da ACE N° 35.

As delegações acordaram realizar esforços para acelerarem a entrada em vigência do protocolo em matéria de comércio de serviços. Este Acordo tem vigência bilateral e está ativo só para o Brasil e o Chile desde meados de junho de 2011, após a ratificação realizada por ambos os países. Argentina, Paraguai e Uruguai ainda não ratificaram.

Finalmente, informou-se sobre a I Sessão do Comitê de Micro, Pequenas e Médias Empresas, celebrada em 4 de outubro de 2010. Nessa sessão, foi apresentado um projeto de Programa de Trabalho com ações vinculadas a temas legais, compras públicas, sistemas produtivos, inovação e tecnologia, entre outros. Foi acordada a criação de um Comitê Administrador, integrado por

representantes das partes signatárias e representantes do setor privado, para garantir o atendimento às disposições do programa de trabalho para a cooperação nestes temas.

MERCOSUL-México. A partir de 1º de julho de 2011 entrou em vigência o livre comércio dos produtos automotivos, exceto veículos de carga e ônibus, no contexto do Quarto Protocolo Adicional do ACE Nº 55, que regula o comércio do setor automotivo entre o MERCOSUL e o México. Os produtos liberados deverão cumprir as disposições em matéria de origem, regulamentos técnicos e outras condições de acesso previstas no ACE Nº 55.

Para além da negociação vinculada ao complexo automotivo, os Estados-Parte se relacionam com o México de forma bilateral, no quadro do ACE Nº 54.

A esse respeito, em novembro de 2010, o Brasil e o México anunciaram o início da negociação de um Acordo Estratégico de Integração Econômica. Chegou-se ao consenso de que será um acordo amplo, incluindo, além de tarifas, serviços, investimento, compras do governo, propriedade intelectual, entre outros. A cobertura será integral, incluindo todos os produtos e serviços, embora se prevendo tratamento especial para setores vulneráveis.

Será garantido o acesso real aos mercados atendendo de maneira ágil e efetiva os problemas pontuais e as barreiras não tarifárias, e serão seguidos os princípios de negociação em que a substância determinará o tempo do processo, e a noção de que nada é acordado até tudo estar acordado. Em virtude da magnitude de ambos os países, o avanço do Acordo terá uma transcendência vital para a região em geral e para os "equilíbrios" do MERCOSUL em particular.

Ao mesmo tempo, em inícios de 2011, a Presidenta argentina Cristina Fernández de Kirchner realizou uma visita ao México, onde foram assinados acordos bilaterais de promoção de investimentos, agricultura e pecuária, nanotecnologia e biotecnologia, entre outros.

Boxe F. A relação com os Estados Unidos

Ao longo do período abrangido neste Informe, destacam-se os encontros mantidos entre os Governos dos Estados Unidos e o Brasil, bem como dos Estados Unidos com o Uruguai.

Brasil

Em 18 de março de 2011, o Presidente americano Barack Obama visitou o Brasil. Nesse quadro, foi assinado um Acordo de Cooperação Econômica e Comercial entre ambos os países, e foi criada uma comissão para trabalhar em temas vinculados à facilitação e liberação do comércio e os investimentos bilaterais, medidas sanitárias e fitossanitárias, barreiras técnicas ao comércio, direitos de propriedade intelectual, temas regulatórios que afetam o comércio e o investimento, tecnologias de informação e comunicações, e comércio eletrônico, entre outros temas. A comissão –que se reunirá uma vez por ano– terá como missão identificar oportunidades para a expansão do comércio, facilitar o intercâmbio de informações e qualquer atividade para o incremento dos vínculos econômicos.

Uruguai

Em 19 de outubro de 2010, foi realizada a Quarta Reunião do Conselho de Comércio e Investimentos, no âmbito do Acordo Quadro de Comércio e Investimentos*** firmado em janeiro de 2007. Nela foram discutidos temas vinculados ao programa de trabalho do acordo, salientando avanços em ciência e tecnologia e em ações vinculadas à energia, meio ambiente e mudança climática. Adicionalmente, foi formalizado o Memorando de Intenção sobre Educação e Desenvolvimento de Força de Trabalho, assinado no contexto do Fórum para a Competitividade da América. Também se acordou trabalhar na capacidade exportadora das PMES.

*** Denominado em inglês *Trade and Investment Framework Agreement* (TIFA).

E. Perspectivas da Agenda Externa

O particular dinamismo negociador observado pelo MERCOSUL com outros países do Sul, especialmente aqueles acordos com economias externas ao continente americano, cuja priorização tem sido uma característica comum da Agenda Externa do bloco dos últimos anos, parece ter se desacelerado a partir de 2011.

É possível que isso esteja relacionado com o baixo impacto, em termos de comércio e investimento, e o escasso dinamismo desse tipo de acordos. Assim, embora o MERCOSUL tenha numerosas frentes de negociação abertas com economias em desenvolvimento fora da ALADI, muitas delas não superam a fase de acordos quadro ou de preferências muito limitadas. Um cenário de maior crescimento relativo dos países emergentes promoveria este rumo da agenda, provavelmente de forma mais focalizada e tecnicamente mais sustentada, tal e como sugere o Programa de Consolidação da UA: uma priorização da Agenda Externa apoiada em análises técnicas relativas aos benefícios líquidos esperados de diferentes negociações.

Por outro lado, as negociações com a União Europeia e com o Canadá contam com a atração de oferecerem mercados com elevado poder de compra, cujo acesso para os membros do MERCOSUL está dificultado. Contudo, o agravamento da crise global e a revisão à baixa das perspectivas de crescimento dos países desenvolvidos nos próximos anos não vão acompanhadas por expectativas positivas em relação à obtenção de resultados concretos nestas negociações.

Finalmente, observa-se um marcado dinamismo na frente institucional regional, com avanços e propostas concretas vinculadas à arquitetura institucional da América Latina, tanto econômica quanto política, junto à UNASUL e a CELAC. É possível que, em um futuro próximo, sejam registrados avanços na frente econômica da UNASUL, em temas tão importantes como os mecanismos de pagamento, a coordenação de políticas e a administração de reservas, a agenda comercial, o financiamento e a construção de infraestrutura e seu Fórum Técnico, IIRSA.

BIBLOGRAFÍA

ABECEB.com. 2011. *Informe Comercio Exterior & Negociaciones Internacionales*. Buenos Aires. Março.

ASOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO (ALADI). 2011. *Convênio de pagamentos e créditos recíprocos*.

BANCO CENTRAL DE PARAGUAY (BCP). 2010. *Informe Preliminar del BCP de 2010*. Assunção.

-----, 2011a. *Incorporación de las Binacionales a las Cuentas Nacionales y a la Balanza de Pagos de Paraguay*. Assunção. 13 de octubre.

-----, 2011b. *Cuentas Nacionales de Paraguay - Segundo Trimestre 2011*. Assunção.

-----, 2011c. *Estimación del PIB - Año 2011*. Assunção.

-----, 2011d. *Informe Económico Mensual*. Vários números. Assunção.

-----, 2011e. *Paraguay: Análisis comparado de los registros de comercio exterior con el MERCOSUR. Período 2006-2011*. Assunção.

BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA (BCRA). 2010-2011. *Informe de Inflación*. Vários números. Buenos Aires.

-----, 2010-2011. *Informe Monetario Mensual*. Vários números. Buenos Aires.

BANCO CENTRAL DE URUGUAY (BCU). 2011. *Informe de Política Monetaria*. Montevideu. Março.

-----, 2010-2011. *Informe de Política Monetaria*. Vários números. Montevideu.

-----, 2010-2011. *Intercambio de bienes*. Vários números.

BANCO CENTRAL DE VENEZUELA (BCV). 2011. *Informe Económico 2010*. Caracas. 25 de julio.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO - FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES (BID-FOMIN). 2010. *Estudio del Sistema de Transporte Fluvial de Granos y Productos Procesados en la Hidrovía Paraguay-Paraná*. Projeto RG - M1015 "Apoyo al Proceso de Liberalización e Integración del Comercio Internacional", CSI Ingenieros.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (BID-INTAL). 2004. *Informe MERCOSUL N° 9*. Série Informes Subregionais de Integração. Buenos Aires.

-----, 2007. *Informe MERCOSUL N° 11*. Série Informes Subregionais de Integração. Buenos Aires.

-----, 2009. *Informe MERCOSUL N° 13*. Série Informes Subregionais de Integração. Buenos Aires.

-----, 2010. *Informe MERCOSUL N° 14*. Série Informes Subregionais de Integração. Buenos Aires.

-----, 2011a. *Informe MERCOSUL N° 15*. Série Informes Subregionais de Integração. Buenos Aires.

-----, 2011b. "Tensão e acordo no Mercosul sobre barreiras ao comércio intrazona", em: *Carta Mensal INTAL N° 175*. Buenos Aires. Março.

-----, 2011c. "Comércio Argentina-Brasil: a negociação bilateral consegue superar entraves ao intercâmbio", em: *Carta Mensal INTAL N° 178*. Buenos Aires. Junho.

-----, 2011d. "Plano "Brasil Maior" para aumentar a competitividade", em: *Carta Mensal INTAL N° 180*. Buenos Aires. Agosto.

CÁMARA ALGODONERA DEL PARAGUAY (CADELPA). 2011. *Algodón paraguayo en el mundo*.

CENTRO DE ESTUDOS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CINDES). *IndexInvest Brasil - Índice de Investimentos Brasileiros na América do Sul e México*. Rio de Janeiro.

COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUR. 2010-2011. *Atas das reuniões celebradas durante o período junho 2010 - setembro 2011*.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). 2011a. *Estudo econômico da América Latina e o Caribe 2010-2011*. Santiago de Chile.

-----, 2011b. *Panorama de la Inserción de América Latina y el Caribe 2010-2011. La región en la década de las economías emergentes*. Santiago de Chile.

-----, 2011c. *La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe 2010*. Santiago de Chile.

-----, 2011d. *Inversión extranjera directa aumenta 54% en primer semestre de 2011 en la región*. Santiago de Chile.

COMISSÃO EUROPEIA. 2011. *European Economic Forecast Autumn 2011(provisional version)*. Commission Staff Working Document. Bruxelas. Junho.

COURANT, P. N. E A. V. DEARDORFF. 1992. "International Trade with Lumpy Countries", em: *Journal of Political Economy*, 100(1).

DIARIO LA NACIÓN. 2011a. "Brasil demora un nuevo acuerdo con la Argentina por la leche". Buenos Aires. 12 de Agosto.

-----, 2011b. "Aumenta la cantidad de productos importados varados en la Aduana". Buenos Aires. 26 de julho.

-----, 2011c. "Pelea con Brasil por la leche en polvo". Buenos Aires. 30 de agosto.

-----, 2011d. "Sin acuerdo con Brasil por la leche en polvo". Buenos Aires. 29 de setembro.

DIARIO LA NACIÓN. 2011. "Gobierno se desdice y esperará más por la respuesta argentina". Assunção. 16 de Agosto.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICAS, ENCUESTAS Y CENSOS (DGEEC). 2010 *Principales indicadores de pobreza y distribución de los ingresos. Resultados de la Encuesta Permanente de Hogares 2010 (EPH 2010)*. Assunção.

ECOLATINA. 2007. *Evaluación del impacto de los incentivos fiscales otorgados por diversos niveles de gobierno*. Projeto BID-MERCOSUL SM/BID/017/07. Buenos Aires. Fevereiro.

-----, 2011a. "La crisis griega se profundiza". *Informe Semanal Ecolatina* N° 827. Buenos Aires. 24 de junho.

-----, 2011b. "En 2011 se perderá el superávit primario". *Informe Semanal Ecolatina* N° 832. Buenos Aires. 29 de julho.

EUROPEAN TRADE COMMISSION. 2011. *EU - MERCOSUR, XXII Meeting of the Bi-Regional Negotiations Committee*. Press Release. Bruxelas.

GAYÁ, R. E K. MICHALCZEWSKY. 2011. *El salto exportador del MERCOSUR en 2003-2008. Más allá del boom de las materias primas*. Buenos Aires: BID-INTAL. Agosto.

GRUPO DE MONITORAMENTO MACROECONÔMICO (GMM). *I Reunião do Grupo de Monitoramento Macroeconômico - GMM - ATA N° 01/11*. Assunção.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INDEC). 2011. *Comercio Exterior argentino 2010*. Buenos Aires.

-----, 2011. *Intercambio comercial argentino*. Vários números. Publicação mensal. Buenos Aires.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA - REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA (INE-RBV). 2011. *Pobreza*. Caracas.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA - REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY (INE-ROU). 2007. *Estimación de la pobreza por el método de ingreso, 2007*. Montevideú.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). 2011a. *World Economic Outlook. Tensions from the Two Speed Recovery: Unemployment, Commodities, and Capital Flow*. Washington D.C. Abril.

-----, 2011b. *World Economic Outlook Update. Mild Slowdown of the Global Expansion, and Increasing Risks*. Washington D.C. Junho.

-----, 2011c. *World Economic Outlook Update. Slowing Growth, Rising Risks*. Washington D.C. Setembro.

LALL, S. 2000. *Desempeño de las exportaciones, modernización tecnológica y estrategias en materia de IED en las economías de reciente industrialización de Asia, con especial referencia a Singapur*. Serie de Desarrollo Productivo N° 88. Santiago de Chile: CEPAL. Outubro.

LEAHY, J. E S. PEARSON. 2011. "Housing Boom Raises Fears of Brazil Bubble". *Financial Times*. Londres. 17 de maio.

LOAIZA-KEEL, C. 2011. "[Un nuevo Uruguay tributario](#)", em: *Revista de Antiguos Alumnos del IEEM*. Montevideu. Fevereiro.

LUCÁNGELI J. E A. RAMOS M. *Las economías pequeñas del MERCOSUR: La vinculación comercial en las últimas dos décadas*. Nota Técnica. Buenos Aires: BID-INTAL. De próxima publicação.

MASI, F. 2011. [Entendiendo al Paraguay en el MERCOSUR](#). Assunção: CADEP.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. 2011a. [Economia Brasileira em Perspectiva](#). Edição especial Ano 2010. Brasília.

-----, 2011b. [Economia Brasileira em Perspectiva](#). 12ª Edição. Brasília. Maio-julho.

MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL (MIDES). 2011. [Observatorio social](#). Montevideu.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL (MDIC). 2011. *Carta oficial do Ministro Fernando Pimentel á Ministra de Indústria de Argentina, Débora Giorgi*. Ofício N° 38/2011. Brasília.

MINISTERIO DE ECONOMÍA Y FINANZAS PÚBLICAS (MECON). 2011. [Deuda Pública del Estado Argentino. Datos al 31-03-2011](#). Buenos Aires: Secretaría de Finanzas.

MINISTERIO DE INDUSTRIA DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. 2011. [Carta oficial de la Ministra Débora Giorgi al Ministro de Desarrollo, Industria y Comercio Exterior de Brasil, Fernando Pimentel](#). Buenos Aires. Maio.

MINISTERIO DE INDUSTRIA Y COMERCIO DE PARAGUAY. [Red de inversiones y exportaciones. Boletín de Comercio Exterior](#). Vários números. Assunção.

NOFAL, M. B. E J. WILKINSON. 1999. "[La producción y el comercio de productos lácteos en el MERCOSUR](#)", em: *Revista Integración & Comercio* N° 7-8. Buenos Aires: BID-INTAL. Janeiro-Agosto.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 2011. "[Já viria tarde](#)". São Pablo. 12 de maio.

O GLOBO. 2011. "[Irritado com barreiras comerciais da Argentina, Brasil fará contra-ataque](#)". Brasília. 5 de maio.

PODER EJECUTIVO NACIONAL (PEN). 2010. [Decreto 2054](#). Buenos Aires. 22 de dezembro.

PORTAL BRASIL. 2011. [China y Brasil firmaron acuerdos bilaterales por un total de US\\$ 1,5 mil millones](#).

RADONJIC, A. 2011. "El mercado laboral, el principal problema de EE.UU.", em: *El Economista*. Buenos Aires. 22 de julho.

REUTERS. 2011. "[Brasil insiste en que las trabas comerciales con Argentina persisten](#)", em: *Revista AméricaEconomía*. 29 de junho.

RUBINI, H. 2011. *La expansión fiscal continúa sin cambios*. Informe Económico Mensal. Instituto de Investigaciones Económicas-Universidad del Salvador (IIE-USAL). Buenos Aires. Julho.

SERVIN, M. B. 2008. *Facilitando el comercio entre Paraguay y la Unión Europea*. Assunção: Centro de Análisis y Difusión de las Economías del MERCOSUR.

SISTEMA DE INFORMACIÓN SOBRE COMERCIO EXTERIOR-ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS (SICE-OEA). 2011. *Novedades de Política Comercial*.

SPIEGEL, P.; Q. PEEL, P. JENKINS E R. MILNE. 2011. "EU leaders agree €109bn Greek bail-out", em: *Financial Times*. Londres. 21 de julho.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). 2011. *Foreign Agricultural Service - Market and Trade Data*. Production, Supply and Distribution Online (PSD).

VALOR ECONÔMICO. 2011. "[Discretamente, Brasil começa a retaliar a Argentina](#)". 12 de maio.

SITES

Banco Central do Brasil (BCB)	http://www.bcb.gov.br
Banco Central de Paraguay (BVP)	http://www.bcp.gov.py
Banco Central de la República Argentina (BCRA)	http://www.bcra.gov.ar
Banco Central de Uruguay (BCU)	http://www.bcu.gub.uy
Banco Central de Venezuela (BCV)	http://www.bcv.org.ve
Bureau of Economic Analysis U.S. Department of Commerce	http://www.bea.gov
Bureau of Labor Statistics	http://www.bls.gov
Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe	http://www.eclac.org
Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos de Paraguay (DGEEC)	http://www.dgeec.gov.py
Economic and Social Research Institute (ESRI) Government of Japan	http://www.esri.go.jp
EUROSTAT	http://epp.eurostat.ec.europa.eu

Federal Housing Finance Agency	http://www.fhfa.gov
Federal Reserve	http://www.federalreserve.gov
Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX)	http://www.funcex.com.br
General Administration of Customs of the People's Republic of China	http://customs.gov.cn/
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	http://www.ibge.gov.br
Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (BID-INTAL)	http://www.iadb.org/intal
Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina (INDEC)	http://www.indec.gov.ar
Instituto Nacional de Estadística de la República Bolivariana de Venezuela (INE)	http://www.ine.gov.ve
Instituto Nacional de Estadística de la República Oriental del Uruguay (INE)	http://www.ine.gub.uy
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	http://www.ipea.gov.br
International Monetary Fund	http://www.imf.org
Legislación Comercial Argentina (INFOLEG)	http://www.infoleg.gov.ar/
Legislação e Dados Comerciais Brasileiros	http://www.mdic.gov.br
Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)	http://www.mercosur.int
Ministerio de Economía y Finanzas de Uruguay	http://www.mef.gub.uy
Ministerio de Economía y Finanzas Públicas de Argentina	http://www.mecon.gov.ar
Ministerio de Hacienda de Paraguay	http://www.hacienda.gov.py
Ministerio del Poder Popular de Planificación y Finanzas de Venezuela	http://www.mf.gov.ve
National Bureau of Statistics of China	http://www.stats.gov.cn
Netherland Bureau for Economic Policy Analysis	http://www.cpb.nl
Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD)	http://www.oecd.org

Secretaria de Comercio Exterior
Ministério de Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior (SECEX-MDIC)

[*http://www.mdic.gov.br*](http://www.mdic.gov.br)

Standard and Poor's

[*http://www2.standardandpoors.com*](http://www2.standardandpoors.com)

United States International
Trade Commission (USITC)

[*http://www.dataweb.usitc.gov*](http://www.dataweb.usitc.gov)

PUBLICAÇÕES DO INTAL

Publicações Periódicas

Integración & Comercio. Revista semestral (espanhol e inglês - Internet).

INTAL Carta Mensal (espanhol, inglês e português - Internet).

Informes Subregionais de Integração

INFORME ANDINO. Publicação anual (espanhol). Versión en inglés: Internet.

CARICOM Report. Publicação anual (inglês).

INFORME CENTROAMERICANO. Publicação anual (espanhol). Versión en inglés: Internet.

INFORME MERCOSUR. Publicação anual (espanhol, e português). Versión en inglés: Internet.

Informes Especiais

Desarrollo rural y comercio agropecuario en América Latina y el Caribe (espanhol, Internet). Paolo Giordano, César Falconi e José María Sumpsi (Comp.) Serie INTAL-INT. 2007

Raúl Prebisch: El poder, los principios y la ética del desarrollo (espanhol e inglês).Serie INTAL-ITD. 2006.

China y América Latina: nuevos enfoques sobre cooperación y desarrollo. ¿Una segunda ruta de la seda? (espanhol). Sergio Cesarin e Carlos Juan Moneta (Comp). Serie INTAL-ITD. 2005.

Solución de Controversias Comerciales e Inter-Gubernamentales: Enfoques Regionales y Multilaterales (espanhol). Julho Lacarte e Jaime Granados. Serie INTAL-ITD. 2004.

Tributación en el MERCOSUR: Evolución, comparación y posibilidades de coordinación (espanhol). Alberto Barreix e Luiz Villela. 2003.

MERCOSUR: Impacto Fiscal de la Integración Económica (espanhol). Luiz Villela, Alberto Barreix e Juan José Taccone (eds.). 2003.

Perspectivas y Desafíos del Proceso de Integración Argentino-Chileno a Diez Años del ACE 16 (espanhol). 2002.

América Latina a principios del Siglo XXI: Integración, Identidad y Globalización. Actitudes y expectativas de las elites latinoamericanas (espanhol, Internet).

INTAL: 35 años de Compromiso con la Integración Regional (espanhol).

Impacto del TLCAN en las exportaciones de prendas de vestir de los países de América Central y República Dominicana (espanhol, Internet).

El impacto sectorial de la integración en el MERCOSUR (espanhol e português). Juan José Taccone e Luis Jorge Garay (Eds.) 1999.

Integración en el Sector Transporte en el Cono Sur (español):

Transporte Terrestre. José Alex Sant'Anna. 1997.

Puertos y vías navegables. Martín Sgut. 1997.

Los ferrocarriles y su contribución al comercio internacional. Ian Thomson. 1997.

Integración energética en el Cono Sur (español). Mario A. Wiegers. 1996.

Documentos de Trabalho

Las relaciones de comercio e inversión entre Colombia y Venezuela (español). Eglé Iturbe de Blanco. INTAL DT-03. 1997.

MERCOSUL e Comércio Agropecuario (português). Ives Chaloult e Guillermo Hillcoat. INTAL DT-02. 1997.

The Integration Movement in the Caribbean at Crossroads: Towards a New Approach of Integration (inglês). Uziel Nogueira. INTAL DT-01. 1997.

Documentos de Divulgação

El Tratado de Libre Comercio entre el Istmo Centroamericano y los Estados Unidos de América. Oportunidades, desafíos y riesgos (español). Eduardo Lizano e Anabel González. INTAL DD-09. 2003.

Los países pequeños: Su rol en los procesos de integración (español). Lincoln Bizzozero e Sergio Abreu. INTAL DD-08. 2000.

Capital social y cultura. Claves olvidadas del desarrollo (español). Bernardo Kliksberg. INTAL DD-07. 2000.

La dimensión cultural: base para el desarrollo de América Latina y el Caribe: desde la solidaridad hacia la integración (español). Alejandra Radl. INTAL DD-06. 2000.

Cómo expandir las exportaciones de los países dentro de una economía globalizada (español). Rubens Lopes Braga. INTAL DD-05. 1999.

Comercio Electrónico: Conceptos y reflexiones básicas (español). Gerardo Gariboldi. INTAL DD-04. 1999.

Evolución institucional y jurídica del MERCOSUR (español). Vicente Garnelo. INTAL DD-03. 1998.

Estado de evolución en la elaboración e implementación de las Normas ISO 14.000 y CODEX Alimentarius (español). Laura Berón. INTAL DD-02. 1997.

Integración y democracia en América Latina y el Caribe (español). Alvaro Tirado Mejía. INTAL DD-01. 1997.

Bases de Datos - Software

DATAINTAL (CD-ROM) Sistema de estadísticas de comercio de América.

Base INTAL MERCOSUR (BIM).

Base de datos bibliográficos (INTEG).

Directorio de las Relaciones Económicas de América Latina y el Caribe con Asia-Pacífico (CD-ROM).

Instrumentos básicos de integración económica en América Latina y el Caribe.

Rueda de Negocios.

SÉRIE Red INT

Rede INTAL de Centros de Pesquisa em Integração (RedINT)

Segunda Convocatória:

Visión microeconómica de los impactos de la integración regional en las inversiones inter e intrarregionales: El caso de la CAN (espanhol- Versão resumida e completa). 2003.

Integración regional e Inversión Extranjera Directa: El caso del MERCOSUR (espanhol- Versão resumida e completa). 2002.

Condiciones y efectos de la IED y del proceso de integración regional en México durante los años noventa: Una perspectiva macroeconómica (espanhol- Versão resumida). 2003.

Primera Convocatoria:

El impacto sectorial del proceso de integración subregional en la Comunidad Andina: sector lácteo y sector textil (espanhol). 2000.

El impacto sectorial del proceso de integración subregional en Centroamérica: sector lácteo y sector metalmecánico (aparatos eléctricos) (espanhol). 2000.

El impacto sectorial del proceso de integración subregional en el MERCOSUR: sector calzado y sector farmacéutico (espanhol). 2000.

La industria láctea de México en el contexto del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) (espanhol). 2000.

PUBLICAÇÕES INTAL-INT

Documentos de Trabalho - Iniciativa Especial de Comercio e Integração (IECI)

The FTAA and the Political Economy of Protection in Brazil and the US (inglês, Internet). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-12. 2006.

Which "industrial policies" are meaningful for Latin America? (inglês, Internet). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-11. 2006.

Building Regional Infrastructure in Latin America (inglês). Vito Tanzi. INTAL-ITD WP-SITI-10. 2005.

La ventana europea: retos de la negociación del Tratado de Libre Comercio de México con la Unión Europea (espanhol e inglês). Jaime Zabludovsky e Sergio Gómez Lora. INTAL-ITD WP-SITI-09. 2004.

Trade Liberalization and the Political Economy of Protection in Brazil since 1987 (inglês). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-08B. 2004.

The Political Economy of High Protection in Brazil before 1987 (inglês). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-08A. 2004.

The Food Industry in Brazil and the United States: The Effects of the FTAA on Trade and Investment (inglês). Paulo F. Azevedo, Fabio R. Chaddad e Elizabeth M.M.Q. Farina. INTAL-ITD SITI-WP-07. 2004.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. Agenda de institucionalización del MERCOSUR: Los desafíos de un proyecto en crisis (espanhol e inglês). Pedro da Motta Veiga. INTAL-ITD DT-IECI-06E. 2003.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. La inestabilidad cambiaria en el MERCOSUR: Causas, problemas y posibles soluciones (espanhol e inglês). José Luis Machinea. INTAL-ITD DT-IECI-06d. 2003.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. MERCOSUR: Dilemas y alternativas de la agenda comercial (espanhol e inglês). Sandra Polónia Rios. INTAL-ITD DT-IECI-06c. 2003.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. La inserción del MERCOSUR al mundo globalizado (espanhol e inglês). Juan Ignacio García Pelufo. INTAL-ITD DT-IECI-06b. 2003.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. Informe del relator (espanhol e inglês). Andrew Crawley. INTAL-ITD DT-IECI-06a. 2004.

Estudio sobre las condiciones y posibilidades políticas de la integración hemisférica (espanhol). Adalberto Rodríguez Giavarini. INTAL-ITD DT-IECI-05. 2003.

The Impacts of US Agricultural and Trade Policy on Trade Liberalization and Integration via a US-Central American Free Trade Agreement (inglês). Dale Hathaway. INTAL-ITD WP-SITI-04. 2003.

Agricultural Liberalization in Multilateral and Regional Trade Negotiations (inglês). Marcos Sawaya Jank, Ian Fuchsloch y Géraldine Kutas. INTAL-ITD WP-SITI-03. 2003.

Reciprocity in the FTAA: The Roles of Market Access, Institutions and Negotiating Capacity (inglês). Julio J. Nogués. INTAL-ITD-STA WP-SITI-02. 2003.

Alcances y límites de la negociación del Acuerdo de Libre Comercio de las Américas (espanhol e inglês). Herminio Blanco M. e Jaime Zabludovsky K. INTAL-ITD-STA DT-IECI-01. 2003.

Documentos de Trabalho

Integration Options for MERCOSUR: A Quantitative Analysis by the AMIDA Model (inglês, Internet). Renato G. Flôres Jr. e Masakazu Watanuki. INTAL-INT WP-36. 2007.

Nicaragua: inserción internacional en beneficio de la mayoría (espanhol, Internet). Ziga Vodusek, Erick Zeballos, Jaime Granados e Alberto Barreix. INTAL-INT DT-35. 2007.

Propuesta metodológica para la convergencia del Spaghetti Bowl de reglas de origen (espanhol e inglês, Internet). Rafael Cornejo e Jeremy Harris. INTAL-INT DT-34. 2007.

Fiscal Policy and Equity. Estimation of the Progressivity and Redistribute Capacity of Taxes and Social Public Expenditure in the Andean Countries (inglês, Internet). Alberto Barreix, Jerónimo Roca e Luiz Villela. INTAL-INT WP-33. 2007.

Costa Rica: ante un Nuevo Escenario en el Comercio Internacional (espanhol, Internet). Jaime Granados, Ziga Vodusek, Alberto Barreix, José Ernesto López Córdova e Christian Volpe. INTAL-INT DT-32. 2007.

Honduras: Desafíos de la Inserción en la Economía Internacional (espanhol, Internet). Jaime Granados, Paolo Giordano, José Ernesto López Córdova, Ziga Vodusek e Alberto Barreix. INTAL-INT DT-31. 2007.

Trade Costs and the Economic Fundamentals of the Initiative for Integration of Regional Infrastructure in South America (IIRSA) (inglês, Internet). Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD WP-30. 2007.

Regional Integration. What is in it for CARICOM? (inglês, Internet). Mauricio Mesquita Moreira e Eduardo Mendoza. INTAL-ITD WP-29. 2007.

Emigration, Remittances and Labor Force Participation in Mexico (inglês, Internet). Gordon H. Hanson. INTAL-ITD WP-28. 2007.

La Cooperación al Desarrollo como Instrumento de la Política Comercial de la Unión Europea. Aplicaciones al Caso de América Latina (espanhol, Internet). Antonio Bonet Madurga. INTAL-ITD DT-27. 2007.

Mexican Microenterprise Investment and Employment: The Role of Remittances (inglês, Internet). Christopher Woodruff. INTAL-ITD WP-26. 2007.

Remittances and Healthcare Expenditure Patterns of Populations in Origin Communities: Evidence from Mexico (inglês, Internet). Catalina Amuedo-Dorantes, Tania Sainz e Susan Pozo. INTAL-ITD WP-25. 2007.

Leveraging Efforts on Remittances and Financial Intermediation (inglês, Internet). Manuel Orozco e Rachel Fedewa. INTAL-ITD WP-24. 2006.

Migration and Education Inequality in Rural Mexico (inglês, Internet). David McKenzie e Hillel Rapoport. INTAL-ITD WP-23. 2006.

How Do Rules of Origin Affect Investment Flows? Some Hypotheses and the Case of Mexico (inglês, Internet). Antoni Estevadeordal, José Ernesto López-Córdova e Kati Suominen. INTAL-ITD WP-22. 2006.

Chile's Integration Strategy: Is There Room for Improvement? (inglês, Internet) Mauricio Mesquita Moreira e Juan Blyde. INTAL-ITD WP-21. 2006.

Globalization, Migration and Development: The Role of Mexican Migrant Remittances (inglês, Internet) Ernesto López-Córdova. INTAL-ITD WP-20. 2006.

El desafío fiscal del MERCOSUR (espanhol). Luiz Villela, Jerónimo Roca e Alberto Barreix. INTAL-ITD DT-19. 2005.

Improving the Access of MERCOSUR's Agriculture Exports to US: Lessons from NAFTA (inglês). Pablo Sanguinetti e Eduardo Bianchi. INTAL-ITD WP-18. 2004.

Premio INTAL - Segundo Concurso de Ensayos. La coordinación macroeconómica y la cooperación monetaria, sus costos, beneficios y aplicabilidad en acuerdos regionales de integración (espanhol, inglês e português). Mauricio de la Cuba; Diego Winkelried; Igor Barenboim; Louis Bertone; Alejandro Jacobo e James Loveday Laghi. INTAL-ITD DT-17. 2004.

Los exportadores agropecuarios en un mundo proteccionista: Revisión e implicancias de políticas de las barreras contra el MERCOSUR (espanhol e inglês). Julio J. Nogués. INTAL-ITD DT-16. 2004.

Rules of Origin in FTAs in Europe and in the Americas: Issues and Implications for the EU-Mercosur Inter-Regional Association Agreement (inglês). Antoni Estevadeordal e Kati Suominen. INTAL-ITD WP-15. 2004.

Regional Integration and Productivity: The Experiences of Brazil and Mexico (inglês). Ernesto López-Córdova e Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD-STA WP-14. 2003.

Regional Banks and Regionalism: A New Frontier for Development Financing (inglês). Robert Devlin e Lucio Castro. INTAL-ITD-STA WP-13. 2002.

Métodos casuísticos de evaluación de impacto para negociaciones comerciales internacionales (espanhol). Antonio Bonet Madurga. INTAL-ITD-STA DT-12. 2002.

Las trabas no arancelarias en el comercio bilateral agroalimentario entre Venezuela y Colombia (espanhol). Alejandro Gutiérrez S. INTAL-ITD-STA DT-11. 2002.

The Outlier Sectors: Areas of Non-Free Trade in the North American Free Trade Agreement (inglês). Eric Miller. INTAL-ITD-STA WP-10. 2002.

A ALCA no limiar do século XXI: Brasil e EUA na negociação comercial hemisférica (português). Antonio José Ferreira Simões. INTAL-ITD-STA DT-09. 2002.

Metodología para el análisis de regímenes de origen. Aplicación en el caso de las Américas (espanhol). Luis J. Garay S. e Rafael Cornejo. INTAL-ITD-STA DT-08. 2001.

¿Qué hay de nuevo en el Nuevo Regionalismo en las Américas? (espanhol). Robert Devlin e Antoni Estevadeordal. INTAL-ITD-STA DT-07. 2001.

What's New in the New Regionalism in the Americas? (inglês). Robert Devlin e Antoni Estevadeordal. INTAL-ITD-STA WP-06. 2001.

The New Regionalism in the Americas: The Case of MERCOSUR. (inglês). Antoni Estevadeordal, Junichi Goto e Raúl Saez. INTAL-ITD WP-05. 2000.

El ALCA y la OMC: Especulaciones en torno a su interacción (espanhol). Jaime Granados. INTAL-ITD DT-04. 1999.

Negotiating Preferential Market Access: The Case of NAFTA (inglês). Antoni Esteveordal. INTAL-ITD WP-03. 1999.

Towards an Evaluation of Regional Integration in Latin America in the 1990s (inglês). Robert Devlin e Ricardo Ffrench-Davis. INTAL-ITD WP-02. 1998.

Una evaluación de la homogeneidad macroeconómica y del desarrollo de la región centroamericana (espanhol). Florencio Ballester. INTAL-ITD DT-01. 1998.

Documentos de Divulgação - Iniciativa Especial de Comercio e Integração (IECI)

International Arbitration Claims against Domestic Tax Measures Deemed Expropriatory or Unfair and the Inequitable (inglês, Internet). Adrián Rodríguez. INTAL-ITD OP-SITI-11. 2006.

The Entrance to the European Union of 10 New Countries: Consequences for the Relations with MERCOSUR (inglês). Renato G. Flôres Jr. INTAL-ITD OP-SITI-10. 2005.

Principales retos de la negociación de un tratado de libre comercio con Estados Unidos: disciplinas en materia de inversión (espanhol). Jaime Zabudovsky e Sergio Gómez Lora. INTAL-ITD DD-IECI-09. 2005.

The Production and Financing of Regional Public Goods (inglês). Vito Tanzi. INTAL-ITD OP-SITI-08. 2005.

La armonización de los impuestos indirectos en la Comunidad Andina (espanhol e inglês). Luis A. Arias, Alberto Barreix, Alexis Valencia e Luiz Villela. INTAL-ITD DD-IECI-07. 2005.

La globalización y la necesidad de una reforma fiscal en los países en desarrollo (espanhol e inglês). Vito Tanzi. INTAL-ITD DD-IECI-06. 2004.

La competitividad industrial de América Latina y el desafío de la globalización (espanhol e inglês). Sanjaya Lall, Manuel Albaladejo e Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD SITI-OP-05. 2004.

El nuevo interregionalismo trasatlántico: La asociación estratégica Unión Europea-América Latina (espanhol). Luis Xavier Grisanti. INTAL-ITD/SOE IECI-DD-04. 2004.

Una llave para la integración hemisférica (espanhol e inglês). Herminio Blanco M., Jaime Zabudovsky K. e Sergio Gómez Lora. INTAL-ITD DD-IECI-03. 2004.

Una nueva inserción comercial para América Latina (espanhol e inglês). Martín Redrado e Hernán Lacunza. INTAL-ITD DD-IECI-02. 2004.

La coordinación y negociación conjunta de los países de la Comunidad Andina en el marco del ALCA y la OMC (espanhol). Víctor Rico. INTAL-ITD DD-IECI-01. 2004.

Documentos de Divulgação

Agriculture in Brazil and China: Challenges and Opportunities (inglês, Internet) Mario Queiroz de Monteiro Jales, Marcos Sawaya Jank, Shunli Yao e Colin A. Carter. INTAL-ITD OP-44. 2006.

Apertura e inserción internacional en la estrategia de desarrollo de Uruguay (espanhol, Internet). Paolo Giordano e Fernando Quevedo. INTAL-ITD DD-43. 2006.

El proceso de negociación de un tratado de libre comercio con Estados Unidos: la experiencia del Tratado de Libre Comercio entre Centroamérica, Estados Unidos y República Dominicana (espanhol, Internet). Anabel González. INTAL-ITD DD-42. 2006.

International Remittances and Development: Existing Evidence, Policies and Recommendations (inglês, Internet). Ernesto López-Córdova e Alexandra Olmedo. INTAL-ITD OP-41. 2006.

Comercio bilateral Argentina-Brasil: Hechos estilizados de la evolución reciente (espanhol, Internet). Ricardo Carciofi e Romina Gayá. INTAL-ITD DD-40. 2006.

The Relative Revealed Competitiveness of China's Exports to the United States vis á vis other Countries in Asia, the Caribbean, Latin America and the OECD (inglês, Internet). Peter K. Schott. INTAL-ITD OP-39. 2006.

Logros, perspectivas y desafíos de la Cooperación Hemisférica (espanhol e inglês, Internet). Roberto Iannelli. INTAL-ITD DD-38. 2006.

Libre Comercio en América Central: ¿Con quién y para qué? Las implicancias de CAFTA (espanhol, Internet). Manuel Agosin e Ennio Rodríguez. INTAL-ITD DD-37. 2006.

Fear of China: Is there a Future for Manufacturing in Latin America? (inglês, Internet). Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD OP-36. 2006.

The Role of Geography and Size (inglês, Internet). David Hummels. INTAL-ITD OP-35. 2006.

Assessing the Impacts of Intellectual Property Rights on Trade Flows in Latin America (inglês, Internet). Juan S. Blyde. INTAL-ITD OP-34. 2006.

Recientes innovaciones en los regímenes de origen y su incidencia en el proceso de verificación: el caso del CAFTA (espanhol) Rafael Cornejo. INTAL-ITD DD-33. 2005.

Achievements and Challenges of Trade Capacity Building: A Practitioner's Analysis of the CAFTA Process and its Lessons for the Multilateral System (inglês) Eric T. Miller. INTAL-ITD OP-32. 2005.

Una aproximación a desarrollo institucional del MERCOSUR: sus fortalezas y debilidades (espanhol) Celina Pena e Ricardo Rozemberg. INTAL-ITD DD-31. 2005.

Jamaica: Trade, Integration and the Quest for Growth (inglês). Anneke Jessen e Christopher Vignoles. INTAL-ITD OP-30. 2005.

Trade Related Capacity Building: An Overview in the Context of Latin American Trade Policy and the MERCOSUR-EU Association Agreement (inglês). Robert Devlin e Ziga Vodusek. INTAL-ITD OP-29. 2005.

Barbados: Trade and Integration as a Strategy for Growth (inglês). Anneke Jessen e Christopher Vignoles. INTAL-ITD OP-28. 2004.

Mirando al MERCOSUR y al mundo: Estrategia de comercio e integración para Paraguay (espanhol). Paolo Giordano. INTAL-ITD DD-27. 2004.

El tratamiento de las asimetrías en los acuerdos de integración regional (espanhol). Paolo Giordano, Mauricio Mesquita Moreira e Fernando Quevedo. INTAL-ITD DD-26. 2004.

Centroamérica: La programación regional (2001) y las actividades del Banco (2001-2003) (espanhol). Ennio Rodríguez. INTAL-ITD DD-25. 2004.

Brazil's Trade Liberalization and Growth: Has it Failed? (inglês). Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD OP-24. 2004.

Trinidad and Tobago: Trade Performance and Policy Issues in an Era of Growing Liberalization (inglês). Anneke Jessen e Christopher Vignoles. INTAL-ITD OP-23. 2004.

The Trade and Cooperation Nexus: How does Mercosur-EU Process Measure Up? (inglês). Robert Devlin, Antoni Estevadeordal e Ekaterina Krivonos. INTAL-ITD-STA OP-22. 2003.

Desigualdad regional y gasto público en México (espanhol). Rafael Gamboa e Miguel Messmacher. INTAL-ITD-STA DD-21. 2003.

Zonas Francas y otros regímenes especiales en un contexto de negociaciones comerciales multilaterales y regionales (espanhol e inglês). Jaime Granados. INTAL-ITD-STA DD-20. 2003.

The External Dimension of MERCOSUR: Prospects for North-South Integration with the European Union (inglês). Paolo Giordano. INTAL-ITD-STA OP-19. 2003.

Regional Aspects of Brazil's Trade Policy (inglês). Eduardo A. Haddad (Coord.), Edson P. Domínguez e Fernando S. Perobelli. INTAL-ITD-STA OP-18. 2002.

El proceso de integración Argentina-Brasil en perspectiva: El ciclo cambiario y la relación público-privada en Argentina (espanhol). Ricardo Rozemberg e Gustavo Svarzman. INTAL-ITD-STA DD-17. 2002.

A Study on the Activities of IFIs in the Area of Export Credit Insurance and Export Finance (inglês). Malcom Stephens e Diana Smallridge. INTAL-ITD-STA OP-16. 2002.

Diseños institucionales y gestión de la política comercial exterior en América Latina (espanhol). Jacint Jordana e Carles Ramió. INTAL-ITD-STA DD-15. 2002.

Mercosul em sua primeira década (1991-2001): Uma avaliação política a partir do Brasil (português). Paulo Roberto de Almeida. INTAL-ITD-STA DD-14. 2002.

El proceso de formulación de la Política Comercial. Nivel uno de un juego de dos niveles: Estudios de países en el Hemisferio Occidental (espanhol e inglês). INTAL-ITD-STA OP-13. 2002.

Hacia una nueva alianza de comercio e inversión entre América Latina y Asia-Pacífico (espanhol, Internet). Mikio Kuwayama. INTAL-ITD-STA DD-12. 2001 (também disponível em inglês).

Regional Public Goods in Official Development Assistance (inglês). Marco Ferroni. INTAL-ITD-STA OP-11. 2001.

Breaking from Isolation: Suriname's Participation in Regional Integration Initiatives (inglês). Anneke Jessen e Andrew Katona. INTAL-ITD-STA OP-10. 2001.

NAFTA and the Mexican Economy: Analytical Issues and Lessons for the FTAA (inglês). J. Ernesto López-Córdova. INTAL-ITD-STA OP-09. 2001.

La integración comercial centroamericana: Un marco interpretativo y cursos de acción plausible (espanhol). Jaime Granados. INTAL-ITD-STA DD-08. 2001.

Negotiating Market Access between the European Union and MERCOSUR: Issues and Prospects (inglês). Antoni Esteveadeordal e Ekaterina Krivonos. INTAL-ITD OP-07. 2000.

The Free Trade Area of the Americas and MERCOSUR-European Union Free Trade Processes: Can they Learn from Each Other? (inglês). Robert Devlin. INTAL-ITD OP-06. 2000.

The FTAA: Some Longer Term Issues (inglês). Robert Devlin, Antoni Esteveadeordal e Luis Jorge Garay. INTAL-ITD OP-05. 1999.

Financial Services in the Trading System: Progress and Prospects (inglês). Eric Miller. INTAL-ITD OP-04. 1999.

Government Procurement and Free Trade in the Americas (inglês). Jorge Claro de la Maza e Roberto Camblor. INTAL-ITD OP-03. 1999.

The Caribbean Community: Facing the Challenges of Regional and Global Integration (inglês). Anneke Jessen e Ennio Rodríguez. INTAL-ITD OP-02. 1999.

ALCA: Un proceso en marcha (espanhol). Nohra Rey de Marulanda. INTAL-ITD DD-01. 1998.

PUBLICAÇÕES INTAL-INT-SOE

Euro-Latin Study Network on Integration and Trade (ELSNIT)

Issues Papers. Third Annual Conference (inglês). INTAL-ITD-SOE. 2006.

Issues Papers. Second Annual Conference (inglês). INTAL-ITD-SOE. 2005.

Issues Papers. First Annual Conference (inglês). INTAL-ITD-SOE. 2004.

PUBLICAÇÕES DE INT

Documentos de Trabalho

La infraestructura de transporte en América Latina. Arturo Vera Aguirre. Documento de Trabajo # 220. Julho 1997, (também disponível em inglês).

Convergence and Divergence Between NAFTA, Chile, and MERCOSUR: Overcoming Dilemmas of North and South American Economic Integration. Raúl A. Hinojosa-Ojeda, Jeffrey D. Lewis e Sherman Robinson. Working Paper # 219. Maio 1997.

Hacia el libre comercio en el Hemisferio Occidental: El proceso del ALCA y el apoyo técnico del Banco Interamericano de Desarrollo. Enrique V. Iglesias. Documento de Trabajo # 218. Julho 1997 (também disponível em inglês).

Economic Integration and Equal Distribution. Willem Molle. Working Paper # 216. Maio 1997.

What can European Experience Teach Latin America About Integration. L.A. Winters. Working Paper # 215. Maio 1997.

Facts, Fallacies and Free Trade: A Note on Linking Trade Integration to Labor Standards. Donald J. Robbins. Working Paper # 214. Maio 1997.

MERCOSUR: Logros y desafíos. Carlos Sepúlveda e Arturo Vera Aguirre. Documento de Trabajo # 213. Setembro 1997 (também disponível em inglês).

De Miami a Cartagena: nueve enseñanzas y nueve desafíos. Robert Devlin e Luis Jorge Garay. Documento de Trabajo # 210. Julho 1996 (também disponível em inglês).

El Mercado Común del Sur: MERCOSUR. Martín Arocena. Documento de Trabajo # 203. Setembro 1995 (também disponível em inglês).

Publicações Especiais

Nota Periódica sobre Integración y Comercio en América (disponível em espanhol e inglês, e as versões 1997 disponível em português).

El Euro y su efecto sobre la economía y la integración en América Latina y el Caribe. Roberto Zahler. Trabalho apresentado em el seminário "El Euro y su impacto internacional" con ocasión de la 40ª Asamblea de Gobernadores do BID. Francia, Março 16, 1999 (também disponível em inglês).

Separata del Informe de 1996 sobre Progreso Económico y Social en América Latina. Parte II, Capítulo 2: Liberalización comercial. 1996 (também disponível em inglês).

Unión Económica y Monetaria Europea: Avances recientes y posibles implicaciones para América Latina y el Caribe. Março 1997 (também disponível em inglês).

Globalización e Integración Regional: consecuencias para América Latina. Discurso dado por Enrique V. Iglesias em el Seminario sobre "Una visión crítica de la globalidad", México D.F., Novembro 1997 (também disponível em inglês).

Protección, desgravación preferencial y normas de origen en las Américas. Luis Jorge Garay e Antoni Esteveadeordal. Junho 1995 (também disponível em inglês).

El nuevo rostro de la integración regional en América Latina y el Caribe. Discurso dado por Enrique V. Iglesias em la Conferencia Anual del Banco Mundial sobre Desarrollo en América Latina y el Caribe, Montevideo, Julho 1997 (também disponível em inglês).

El Área de Libre Comercio de las Américas: De Miami a Belo Horizonte. Discurso dado por Enrique V. Iglesias em el III Foro Empresarial de las Américas, Belo Horizonte, Maio 1997 (inglês, espanhol e português).

Asociación Transpacífica: El papel de América Latina. Discurso dado por Enrique V. Iglesias em la XII Reunión General Internacional del Consejo de Cooperación Económica del Pacífico (PECC XII), Santiago, Setembro 1997 (também disponível em inglês).

